

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS – CCA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

VALDIR SERAFIM JUNIOR

**INDICADORES DE CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL EM UNIDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR NA COSTA
OESTE PARANAENSE**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR

2020

VALDIR SERAFIM JUNIOR

**INDICADORES DE CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL EM UNIDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR NA COSTA
OESTE PARANAENSE**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Linha de pesquisa: Inovações Sócio tecnológicas e Ação Extensionista.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adriana Maria de Grandi

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Sandra Maria Coltre

MARECHAL CANDIDO RONDON – PR

2020

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Serafim Junior, Valdir

Indicadores de capital social para o desenvolvimento rural sustentável em unidades de agricultura familiar na Costa Oeste Paranaense / Valdir Serafim Junior; orientador(a), Adriana Maria De Grandi; coorientador(a), Sandra Maria Coltre, 2020.

197 f.

Tese (doutorado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, 2020.

1. Agricultura familiar. 2. Capital social. 3. Desenvolvimento rural sustentável. 4. Indicadores. I. De Grandi, Adriana Maria. II. Coltre, Sandra Maria. III. Título.

VALDIR SERAFIM JUNIOR

INDICADORES DE CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM UNIDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR NA COSTA OESTE PARANAENSE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, de forma remota/síncrona, com uso da tecnologia de videoconferência, por meio das diversas opções de software/aplicativos disponíveis para essa modalidade, conforme orientação do Ato Executivo nº 021/2020-GRE, Resolução 052/2020 - CEPE e Portaria Capes nº 36/2020, em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural Sustentável, área de concentração Desenvolvimento Rural Sustentável, linha de pesquisa Inovações Sociotecnológicas e Ação Extensionista, APROVADO pela seguinte banca examinadora:

1. Prof.^a. Dr.^a. Adriana Maria de Grandi – Orientadora
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
2. Prof.^a. Dr.^a. Sandra Maria Coltre – Co-orientadora
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
3. Prof.^o. Dr. Aldi Feiden – Membro
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
4. Prof.^o. Dr. Fernando José Martins – Membro
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
5. Prof.^o. Dr. Exzolvildres Queiroz Neto – Membro
UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana
6. Prof.^o. Dr. Nardel Luiz Soares da Silva
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Marechal Cândido Rondon, Pr, 10 de dezembro de 2020.



Wilson João Zonin
Coordenador do PPGDRS
Portaria nº 4882/2018 - GRE

*Deus nos conceda, a cada dia, uma página de vida nova no livro do tempo.
Aquilo que colocarmos nela, corre por nossa conta.*
Chico Xavier

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente, pelas bênçãos proporcionadas durante toda minha vida, me iluminando e guiando em meus objetivos, superando obstáculos e sem esmorecer com as dificuldades.

As pessoas que mais amo, minha esposa Nádia e minha filha Giulia, que participaram deste processo, com muito incentivo e paciência durante estes anos de estudo.

Aos meus pais Valdir e Maria Madalena, “Dona Pupa”, pessoas corretas que me passaram ensinamentos que levarei por toda a vida, meu amor e gratidão.

Às Professoras Adriana Maria de Grandi, minha orientadora e Sandra Maria Coltre, co-orientadora, meu respeito e admiração, gratidão pelos conhecimentos compartilhados e por acreditarem em minha capacidade no desenvolvimento do estudo.

Aos professores e amigos Juarez Bortolanza, Fabiola Besen e Tércio Araújo, tão grandes profissionais quanto pessoas, que dispuseram de seu tempo para contribuir nessa pesquisa.

Aos professores do PPGDRS, pelos importantes conhecimentos transmitidos nas disciplinas do Mestrado e Doutorado.

À Itaipu Binacional e a Biolabore – Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná, pelo fornecimento de dados e informações do “Projeto de Agricultura Orgânica na BP3 – Bacia do Paraná 3”, vinculado ao departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável - Programa Cultivando Água Boa.

A todos os colegas do PPGDRS, pelo convívio e aprendizado durante o mestrado e doutorado.

A UNIOESTE e todo seu corpo docente e servidores, instituição que me acolheu desde a graduação até o doutorado, me proporcionado crescimento profissional, intelectual e humano, meu muito obrigado.

Meu reconhecimento e agradecimento a todos os agricultores familiares, maior prova de que existe a possibilidade de um desenvolvimento rural sustentável, pela valorização da biodiversidade e cuidado com o meio ambiente.

RESUMO

SERAFIM JUNIOR, Valdir. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – 2020. Indicadores de capital social para o desenvolvimento rural sustentável em unidades de agricultura familiar na Costa Oeste Paranaense. Orientadora: Dr.^a Adriana Maria De Grandi. Co-orientadora: Dr.^a Sandra Maria Coltre.

O objetivo deste estudo é identificar na região da Costa Oeste Paranaense, no contexto da agricultura familiar, as principais características promotoras de capital social e sua contribuição para o desenvolvimento rural sustentável. Efetuou-se a caracterização minuciosa de uma amostra de unidades familiares dessa região, levando em consideração as suas características em relação aos vínculos sociais com o território, relações com a nova ruralidade, interações produtivas, processos de comercialização e renda existentes e sinalizar a partir dos conceitos de capital social a sua existência, relacionado com as dimensões básicas do DRS – Desenvolvimento Rural Sustentável. As fontes de informações foram extraídas dos relatórios do “Projeto de Agricultura Orgânica na BP3 – Bacia do Paraná 3”, trabalho conduzido e desenvolvido pela Biolabore - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná, em conjunto com a Itaipu Binacional, originadas de 535 unidades de agricultura familiar com potencialidade agroecológica durante o período de 04/2015 a 04/2018, representando a população da pesquisa. Utilizou uma amostra de 200 unidades e a partir da estatística descritiva foram feitas as análises e interpretações. Nas caracterizações das unidades familiares foi constatada a necessidade de reflexão sobre a perspectiva de sucessores, identificou-se a pluriatividade nas unidades e que o convívio e a participação em organizações sociais apresentaram fortes ligações com as entidades religiosas, cooperativas e associações, essas unidades apresentam características de processo de envelhecimento, há oportunidade educacional aos mais jovens e constatou-se atraso nas gerações mais antigas. Não há dedicação considerável de mão de obra dos jovens nas atividades agrícolas, existindo homogeneidade de variâncias entre homens e mulheres quanto a idade e quanto aos dias dedicados a propriedade, predominantemente, as unidades são compostas por pequenas áreas e com baixos níveis de assistência técnica, utilizam-se normalmente de práticas agrícolas convencionais, como especialização produtiva identificou-se as atividades da bovinocultura leiteira e a olericultura, quanto as redes produtivas principais destacam-se as atividades da bovinocultura leiteira, olericultura, avicultura de corte, fruticultura, milho e soja, existem várias redes fortes de comercialização vinculadas a mercados locais (feiras e vendas diretas), a mercados institucionais (compras governamentais) e a mercados convencionais (laticínios e cooperativas). A atividade leiteira, a produção de commodities e a olericultura foram apontadas como as principais atividades geradoras de renda agrícola, identificando quais dessas características são formadoras e potencializadoras de capital social e suas relações com o desenvolvimento rural sustentável, encontrando o Índice de Capital Social (ICS) nessas unidades, demonstrando que quanto maior é o índice de capital social encontrado nas unidades, maior é a possibilidade de que se encontre também a conciliação com as dimensões básicas do DRS, dentro do contexto ambiental, social, econômico, cultural, político e ético. A partir da análise, pode-se inferir que há necessidade do desenvolvimento de ações e políticas públicas eficientes para o desenvolvimento local, garantindo a consolidação do desenvolvimento rural sustentável, principalmente nos aspectos que menos contribuíram para a composição do ICS, como a preocupação com os processos sucessórios, o baixo protagonismo em funções nas entidades de integração social, a pouca representação política através da participação em conselhos de desenvolvimento, a falta de assistência técnica e uma análise sobre as possibilidades de ampliação das unidades nos mercados institucionais.

Palavras - chave: Agricultura familiar, Capital Social, Desenvolvimento Rural Sustentável, Indicadores.

ABSTRACT

SERAFIM JUNIOR, Valdir. State University of Western Paraná - UNIOESTE - 2020. Social capital indicators for sustainable rural development in family farming units on the West Coast of Paraná. Advisor: Dr.^a Adriana Maria De Grandi. Co-advisor: Dr.^a Sandra Maria Coltre.

The objective of this study is to identify in the region of the West Coast of Paraná, in the context of family farming, the main characteristics that promote social capital and its contribution to sustainable rural development. A detailed characterization of a sample of family units in this region was carried out, taking into account their characteristics in relation to social ties with the territory, relations with the new rurality, productive interactions, commercialization processes and existing income and signal from the concepts of social capital and its existence, related to the basic dimensions of DRS - Sustainable Rural Development. The sources of information were extracted from the reports of the "Organic Agriculture Project in BP3 - Paraná Basin 3", work conducted and developed by Biolabore - Cooperative of Labor and Technical Assistance of Paraná, in conjunction with Itaipu Binacional, originated from 535 units of family farming with agroecological potential during the period from 04/2015 to 04/2018, representing the research population. It used a sample of 200 units and from the descriptive statistics the analyzes and interpretations were made. In the characterizations of the family units, the need for reflection on the perspective of successors was found, the pluriactivity in the units was identified and the conviviality and participation in social organizations showed strong links with religious entities, cooperatives and associations, these units have characteristics of the aging process, there is an educational opportunity for the youngest and there was a delay in the older generations. There is no considerable dedication of young labor to agricultural activities, with homogeneity of variances between men and women in terms of age and days spent on property, predominantly, the units are composed of small areas and with low levels of technical assistance, they normally use conventional agricultural practices, as productive specialization the activities of dairy cattle and olericulture were identified, while the main productive networks stand out the activities of dairy cattle, olericulture, beef poultry, fruit, corn and soy, there are several strong marketing networks linked to local markets (fairs and direct sales), institutional markets (government purchases) and conventional markets (dairy and cooperatives). Dairy activity, commodity production and olericulture were identified as the main activities that generate agricultural income, identifying which of these characteristics are forming and enhancing social capital and their relationship with sustainable rural development, finding the Social Capital Index (ICS)) in these units, demonstrating that the higher the social capital index found in the units, the greater the possibility that reconciliation with the basic dimensions of the DRS is also found, within the environmental, social, economic, cultural, political and ethical context. From the analysis, it can be inferred that there is a need to develop efficient public actions and policies for local development, ensuring the consolidation of sustainable rural development, especially in the aspects that least contributed to the composition of the ICS, such as the concern with succession processes, the low role in functions in the social integration entities, the little political representation through participation in development councils, the lack of technical assistance and an analysis of the possibilities of expanding the units in institutional markets.

Key words: Family farming, Social Capital, Sustainable Rural Development, Indicators.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Enfoques dos conceitos de capital social Referência/Período Enfoque do Capital Social	28
Quadro 2 – Relação de dissertações e teses objetos da pesquisa.....	31
Quadro 3 – Principais conclusões dos estudos e sua relação com o tema Capital Social	40
Quadro 4 – Etapas relacionadas ao processo de desenvolvimento da região Oeste Paranaense segundo autores	53
Quadro 5 – Interpretação dos resultados de correlação	118
Quadro 6 – Tipos genéricos de mercados onde está inserida a agricultura familiar	131
Quadro 7 – Tipologia de mercados e seus canais de comercialização	133
Quadro 8 – Dimensões básicas para estratégias orientadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável.....	168
Quadro 9 – Interpretação dos resultados de correlação	187

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Histórico de busca e seleção de dissertações e teses para análise de dados	30
Tabela 2 – Caracterização temporal e territorial das pesquisas objeto do estudo	32
Tabela 3 – IES - Instituições de Ensino Superior e PPG - Programas de Pós-Graduação e Conceito Capes	33
Tabela 4 – Quantidade de referências sobre Capital Social e páginas das dissertações e teses	34
Tabela 5 – Amostras utilizadas nos estudos para levantamento de Capital Social	36
Tabela 6 – Principais autores citados relacionado ao tema Capital Social.....	37
Tabela 7 – Objetivos dos estudos e sua relação com o tema Capital Social	39
Tabela 8 – Localização e quantidade de membros residentes das UF.....	57
Tabela 9 – Vínculo familiar dos membros residentes das UF.....	58
Tabela 10 – Pretensão dos filhos em relação a permanecerem nas propriedades das UF.	59
Tabela 11 – Quantidade de mão de obra contratada em dias/ano nas UF.....	59
Tabela 12 – Descrição da composição e tipos de renda das Unidades Familiares.....	60
Tabela 13 – Participação das Unidades Familiares em organização e integração social.	62
Tabela 14 – Participação dos agricultores em agencias organizadas e/ou integração social ...	62
Tabela 15 – Participação em funções nos agentes da organização e integração social pelos agricultores familiares	63
Tabela 16 – Quantidade de membros residentes das unidades familiares.....	79
Tabela 17 – Características dos membros residentes das unidades familiares.....	80
Tabela 18 – Características educacionais dos membros residentes das unidades familiares em relação a idade escolar.....	83
Tabela 19 – Características educacionais dos membros residentes das unidades familiares em relação as faixas etárias	84
Tabela 20 – Características dos membros residentes das unidades familiares em relação ao estado civil e faixa etária	84
Tabela 21 – Dedicção de mão de obra dos membros residentes das unidades familiares em relação a faixa etária.....	86
Tabela 22 – Dedicção de mão de obra dos membros residentes das unidades familiares em relação ao gênero.....	87
Tabela 23 – Dedicção média de mão de obra dos membros residentes das unidades familiares	87
Tabela 24 – Dedicção de mão de obra dos membros residentes das unidades familiares	88
Tabela 25 – Fonte de renda extra agrícola dos membros residentes das unidades familiares em relação ao gênero.....	88
Tabela 26 – Faixa mensal de renda extra agrícola dos membros residentes das unidades familiares	90
Tabela 27 – Grupos de atividade econômica da Agricultura não Familiar e Familiar do Estado do Paraná.....	100
Tabela 28 – Identificação do domínio legal de área das unidades familiares	106
Tabela 29 – Membros residentes das unidades familiares	107
Tabela 30 – Área total das unidades familiares e distribuição por prática agrícola	108
Tabela 31 – Assistência técnica relacionadas as unidades familiares	109
Tabela 32 – Características produtivas das unidades familiares	110
Tabela 33 – Composições produtivas as unidades familiares até 3 atividades	112
Tabela 34 – Composições produtivas as unidades familiares com 4 atividades	113
Tabela 35 – Composições produtivas as unidades familiares com 5 atividades	114
Tabela 36 – Canais de comercialização das unidades familiares	116

Tabela 37 – Faixas de renda agrícola anual das unidades familiares em relação ao número de atividades.....	117
Tabela 38 – Teste de normalidade de variáveis.....	118
Tabela 39 – Matriz de correlação – Testes não paramétricos.....	119
Tabela 40 – Canais de comercialização das atividades agropecuárias e serviços das unidades familiares.....	139
Tabela 41 – Categoria das atividades e seus respectivos canais de comercialização das unidades familiares.....	141
Tabela 42 – Renda agrícola bruta anual da propriedade, seus respectivos canais de comercialização e categoria da atividade.....	142
Tabela 43 – Produtos geradores de renda agrícola anual das unidades familiares.....	143
Tabela 44 – Composição da renda total anual das unidades familiares.....	144
Tabela 45 – Tipos de renda extra agrícola das unidades familiares.....	145
Tabela 46 – Faixas de renda bruta anual das unidades familiares.....	145
Tabela 47 – Número de atividades e faixas de renda agrícola anual das unidades familiares.....	146
Tabela 48 – Tamanho das áreas e faixas de renda agrícola anual das unidades familiares ..	147
Tabela 49 – Relação entre membros residentes e faixas de renda agrícola anual das unidades familiares.....	148
Tabela 50 – Tamanho de área e número de atividades relacionados a quantidade de dias semanais dedicados pelos membros residentes a propriedade.....	149
Tabela 51 – Mão de obra contratada e faixas de renda agrícola anual das unidades familiares.....	149
Tabela 52 – Quantidade de canais e tipos de cadeias de comercialização em relação as faixas de renda agrícola anual das unidades familiares.....	150
Tabela 53 – Estatística dos grupos testados com base no tamanho de área, produção de <i>commodities</i> , produção leiteira e olericultura.....	151
Tabela 54 – Teste de Levene e teste-t para igualdade de médias de amostras independentes com $\alpha = 0,05$	152
Tabela 55 – Variáveis indicadoras de existência de Capital Social das unidades familiares vinculadas a família.....	173
Tabela 56 – Variáveis indicadoras de existência de Capital Social das unidades familiares vinculadas a integração social.....	174
Tabela 57 – Variáveis indicadoras de existência de Capital Social das unidades familiares vinculadas a produção e comercialização.....	176
Tabela 58 – ICS – Índice de Capital Social por critério de avaliação das unidades familiares da Costa Oeste Paranaense.....	177
Tabela 59 – ICS – Índice de Capital Social geral das unidades familiares da Costa Oeste Paranaense.....	179
Tabela 60 – ICS – Índice de Capital Social por critério de avaliação das unidades familiares da Costa Oeste Paranaense em relação ao tamanho e idade média da família.....	181
Tabela 61 – ICS – Índice de Capital Social por critério de avaliação das unidades familiares da Costa Oeste Paranaense em relação a grau de ensino dos membros e número de atividades produtivas.....	182
Tabela 62 – ICS – Índice de Capital Social por critério de avaliação das unidades familiares da Costa Oeste Paranaense em relação a renda bruta anual total e agrícola.....	183
Tabela 63 – ICS – Índice de Capital Social por critério de avaliação das unidades familiares da Costa Oeste Paranaense em relação aos canais de comercialização e integração social ...	184

Tabela 64 – ICS – Índice de Capital Social por critério de avaliação das unidades familiares da Costa Oeste Paranaense em relação a existência de pluriatividade na unidade e possuir processo de agroindustrialização	186
Tabela 65 – Teste de normalidade de variáveis.....	186
Tabela 66 – Correlações da variável ICS – Indicador de Capital Social das unidades familiares	188

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da região da Costa Oeste Paranaense	17
Figura 2 – Nuvem de palavras chave das pesquisas	35
Figura 3 – Rede de autores relacionados ao tema Capital Social	38
Figura 4 – Pirâmide etária dos membros residentes das unidades familiares	81
Figura 5 – Rede produtiva das unidades familiares	115
Figura 6 – Rede de comercialização das unidades familiares	137
Figura 7 – Rede de organização e integração social das unidades familiares	185

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição do ICS – Índice de Capital Social das unidades familiares da Costa Oeste Paranaense por valores individuais de avaliação.....	178
--	-----

LISTA DE SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BP3 – Bacia do Paraná 3

CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

DRS – Desenvolvimento Rural Sustentável

EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (*Food and Agriculture Organization*)

GO – Goiás

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICS – Índice de capital social

IES – Instituição de Ensino Superior

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MG – Minas Gerais

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNPB – Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

PPG – Programas de Pós-Graduação

PROINF – Projeto de Infraestrutura Econômica

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

SAF – Secretaria da Agricultura Familiar

SE – Sergipe

SEAPA – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UF – Unidades Familiares

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UNIFOR – Universidade de Fortaleza

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
ESTRUTURAÇÃO DA TESE	19
1 CAPITAL SOCIAL NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO	21
1.1 INTRODUÇÃO	22
1.2 REFERENCIAL TEÓRICO	24
1.2.1 Agricultura Familiar	24
1.2.2 O espaço rural	25
1.2.3 Capital Social	27
1.3 METODOLOGIA	30
1.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	32
1.4.1 Análise das questões temporais e territoriais relacionadas ao portfólio de dissertações de mestrado e teses de doutorado da pesquisa	32
1.4.2 Análise dos objetivos, autores e temas mais estudados relacionados ao portfólio de dissertações de mestrado e teses de doutorado da pesquisa	35
1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43
2 AGRICULTURA FAMILIAR E SUA INTERAÇÃO COM O TERRITÓRIO DA COSTA OESTE PARANAENSE	48
2.1 INTRODUÇÃO	49
2.2 REFERENCIAL TEÓRICO	51
2.2.1 Agricultura familiar e suas relações com os territórios	51
2.2.2 Costa Oeste Paranaense	52
2.2.3 Relação Rural e Urbano na Costa Oeste Paranaense	54
2.2.4 Estudos similares	54
2.3 METODOLOGIA	56
2.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	57
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67
3 RELAÇÃO DE UNIDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR DA COSTA OESTE PARANAENSE COM O NOVO RURAL BRASILEIRO	69
3.1 INTRODUÇÃO	70
3.2 REFERENCIAL TEÓRICO	72
3.2.1 Agricultura familiar	72
3.2.2 Os agricultores familiares	74
3.2.3 O novo rural brasileiro	75
3.3 METODOLOGIA	78
3.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	79
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93
4 INTERAÇÕES PRODUTIVAS EM UNIDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR NA COSTA OESTE PARANAENSE	96
4.1 INTRODUÇÃO	97
4.2 REFERENCIAL TEÓRICO	99
4.2.1 Especificidades da Agricultura familiar	99
4.2.2 Agricultura familiar e seus sistemas produtivos	100
4.2.3 Multifuncionalidade na agricultura familiar	101
4.3 METODOLOGIA	105

4.4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	106
4.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	122
5	COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E RENDA EM UNIDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR NA COSTA OESTE PARANAENSE	126
5.1	INTRODUÇÃO	127
5.2	REFERENCIAL TEÓRICO	129
5.2.1	Agricultura familiar e renda.....	129
5.2.2	Inserção econômica da agricultura familiar.....	130
5.2.3	Canais de comercialização	132
5.3	METODOLOGIA	135
5.4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	137
5.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	157
6	INDICADORES DE CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM UNIDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR NA COSTA OESTE PARANAENSE.....	159
6.1	INTRODUÇÃO	160
6.2	REFERENCIAL TEÓRICO	162
6.2.1	Capital Social.....	162
6.2.2	Agricultura familiar e suas formas de geração de Capital Social	164
6.2.3	Desenvolvimento rural sustentável.....	167
6.3	METODOLOGIA	170
6.4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	172
6.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	191
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	192
	CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS	195

INTRODUÇÃO

O tema desenvolvimento rural sustentável vem ganhando destaque nas pesquisas acadêmicas em relação ao conjunto de práticas e tecnologias para a utilização e exploração dos recursos naturais do meio rural de forma consciente e sustentável. Dentro deste campo, surgem outras áreas e opções de pesquisa, assim, originou-se esse estudo com o foco na agricultura familiar, analisando as pessoas, seus grupos e suas organizações, sua capacidade produtiva e de comercialização, com a intenção de identificar a presença de capital social e sua relação com os possíveis e principais indicadores.

O capital social é um acervo de recursos reais ou potenciais vinculados a uma rede durável de relações e sua existência facilita as ações dos sujeitos nas estruturas sociais. São características de sua presença a confiança, normas e sistemas, que colaboram para ações coordenadas e aumento da eficiência da sociedade (BUORDIEU, 1980; COLEMAN, 1988; PUTNAM, 2000).

O poder de organização dos agricultores familiares está relacionado a existência de capital social, pois estes estabelecem relações entre pessoas ou grupos de pessoas em que os interesses não são evidentes, mas dependem de ações colaborativas, coordenadas e integradas.

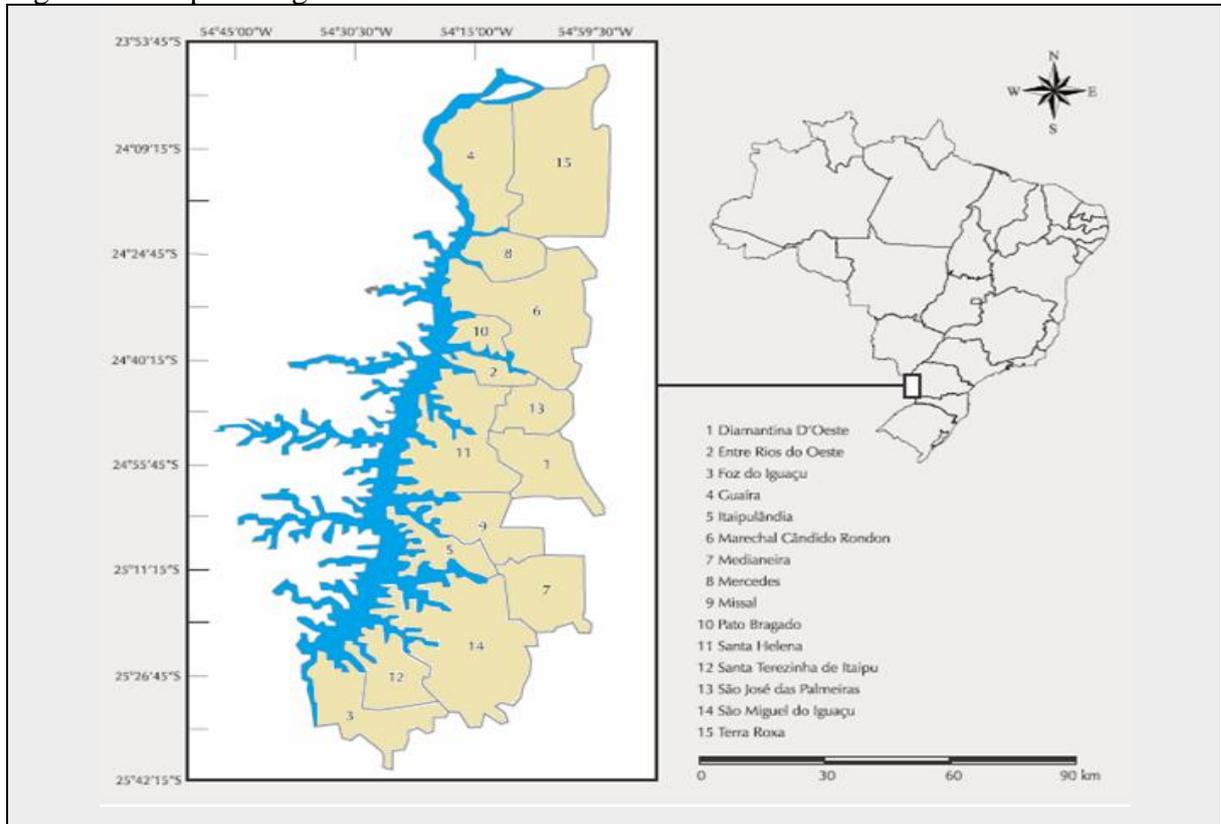
A agricultura familiar neste contexto, é fonte de informações para inúmeros estudos, proporcionando a identificação da influência desta categoria no desenvolvimento do espaço rural, que no passado e presente sofreu e sofre inúmeras mudanças, seja pela implantação de novas culturas, novos negócios e novas oportunidades. A capacidade produtiva, criativa e organizacional desse meio rural devem ser objeto de análise, dada a versatilidade da agricultura familiar, que contribui para a geração de emprego, renda, para a diminuição do êxodo rural e sustentabilidade no campo.

As fontes de informações das unidades de agricultura familiar foram extraídas dos relatórios do “Projeto de Agricultura Orgânica na BP3 – Bacia do Paraná 3”, trabalho conduzido e desenvolvido pela Biolabore - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná, em conjunto com a Itaipu Binacional, originadas do atendimento de 535 unidades de agricultura familiar com potencialidade agroecológica nos vários municípios durante o período de 04/2015 a 04/2018, através do Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável - Programa Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional. Para representar a população da pesquisa, utilizou-se uma amostra de 200 unidades, a partir da estatística descritiva para a análise e interpretação.

A BP3 está localizada na Costa Oeste do Paraná, conforme Figura 1, região de destaque no plano de relações internacionais devido a sua localização, diante do fluxo

econômico de fronteira e pela reconfiguração do território proporcionada pela construção da Usina de Itaipu, tanto pela mudança de paisagem pelo seu reservatório, como economicamente pelo retorno dos *royalties* aos municípios lindeiros. É uma região de economia dinâmica e diversificada nos mais diversos setores de atividades, com destaque ao cooperativismo e aos processos de industrialização nele presentes.

Figura 1 – Mapa da região da Costa Oeste Paranaense



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O objetivo geral da pesquisa é identificar dentro da região da Costa Oeste Paranaense no contexto da agricultura familiar as principais características promotoras de capital social e sua contribuição para o desenvolvimento rural sustentável.

Para isso, foram traçados como objetivos específicos: efetuar um estudo bibliométrico sobre capital social, compreendendo as suas principais tendências para contribuição na temática da pesquisa; identificar as características das unidades familiares em relação aos seus vínculos sociais com o território; especificar as características sociais destas unidades e suas relações com a nova ruralidade; descrever as interações produtivas presentes nestas unidades; analisar os processos de comercialização da produção e renda existentes e, por fim, sinalizar a partir dos

conceitos de capital social a sua existência em unidades de agricultura familiar da Costa Oeste Paranaense.

O presente estudo contribui para além de uma caracterização regional de unidades familiares, pois em seu conjunto investiga os possíveis efeitos e resultados influenciados pela existência de capital social voltado ao desenvolvimento rural sustentável, com ênfase nas realidades locais. Proporciona informações para intervenções planejadas, devido o envolvimento de vários atores, com projetos e necessidades diferenciadas, fornecendo ao poder público e demais instituições, informações necessárias para a difícil tarefa de intermediação de conflitos e legitimação de políticas públicas.

ESTRUTURAÇÃO DA TESE

Para o cumprimento dos objetivos geral e específicos, devido à grande quantidade de dados e informações extraídas dos relatórios analisados, optou-se pela elaboração e estruturação da pesquisa em capítulos relacionados aos respectivos objetivos.

O primeiro capítulo, denominado “**Capital Social no contexto do desenvolvimento da agricultura familiar: um estudo bibliométrico**” procurou identificar as características da produção científica de teses e dissertações sobre Capital Social no contexto da Agricultura Familiar, disponibilizadas na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD. Esse capítulo foi o direcionador para a sequência da pesquisa, pois a análise de dados identificou que é um tema tratado de forma interdisciplinar e a Região Costa Oeste do Paraná não foi alvo de levantamento específico sobre Capital Social nos últimos anos, corroborando com a relevância do presente estudo.

As análises das informações sobre as unidades familiares passam a ser tratadas a partir do segundo capítulo, “**Agricultura familiar e sua interação com o território da Costa Oeste Paranaense**”, através da perspectiva de uma relação com o território onde estão inseridas, identificando as características de unidades familiares de produção, principalmente em relação aos seus vínculos sociais e a investigação de possíveis efeitos e resultados influenciados pela dinâmica territorial e realidade local de seus vários atores.

As pessoas e sua relação com as mudanças sofridas no meio rural, foi tema do terceiro capítulo, “**Relação de unidades de agricultura familiar da costa oeste paranaense com o novo rural brasileiro**”, e nele foram identificadas as características das unidades familiares em relação aos seus membros residentes e suas relações com os conceitos do novo rural brasileiro, contribuindo para a compreensão das características atuais desse grupo que apresenta grande diversidade econômica e heterogeneidade social.

As estratégias produtivas das unidades familiares estão relacionadas no capítulo quatro com o título de “**Interações produtivas em unidades de agricultura familiar na Costa Oeste Paranaense**”, onde há a identificação das escolhas de práticas agrícolas e culturas, sua dinâmica com a propriedade, com seus membros e suas atividades e com o seu exterior, através de sua produção e comercialização.

Devido a diversidade de informações levantadas sobre as interações produtivas, surgiu a necessidade de um aprofundamento sobre a produção e comercialização destas unidades, sendo o propósito do capítulo cinco, “**Comercialização da produção e renda em unidades de agricultura familiar na costa oeste paranaense**”, onde foram exploradas suas múltiplas

formas de produção, processos de comercialização e os níveis de renda das propriedades estudadas.

No capítulo seis, **“Indicadores de capital social para o Desenvolvimento Rural Sustentável em unidades de agricultura familiar na Costa Oeste Paranaense”** após efetuadas todas as caracterizações descritas nos capítulos anteriores, foi calculado o ICS – Índice de Capital Social das unidades familiares, possibilitando compreender a relação entre o capital social com o território, com o novo rural brasileiro, com a exploração de atividades, produtos e mercados, identificando a possibilidade da conciliação com as dimensões básicas do DRS – Desenvolvimento Rural Sustentável, dentro do contexto ambiental, social, econômico, cultural, político e ético.

1 CAPITAL SOCIAL NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Resumo: O estudo identificou as características da produção científica de teses e dissertações sobre Capital Social no contexto da Agricultura Familiar durante o período de 2014 a 2019. A pesquisa caracterizou-se como descritiva e bibliométrica e os dados foram extraídos de dissertações e teses publicados na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD. Foram analisadas as regiões mais estudadas, instituições e programas de pós-graduação, palavras-chave e referencial sobre Capital Social, amostras, objetivos e conclusões. Identificou-se, conforme os resultados que o ano de 2014 teve o maior número de estudos, concentrando-se nas regiões do Nordeste, Centro Oeste e Sudeste brasileiro, com destaque para os estados de Goiás, Ceará e Minas Gerais. As pesquisas sobre o tema capital social e agricultura familiar se mostraram interdisciplinares, foram objeto de estudo em nove áreas de conhecimento, com destaque para as áreas de agronegócio, economia rural e geografia, e quase a totalidade das IES identificadas são públicas e federais, com programas de pós-graduação com notas de avaliação pela Capes conceito 4 e 5.

Palavras – chave: Capital Social, agricultura familiar, bibliometria.

SOCIAL CAPITAL IN THE CONTEXT OF FAMILY AGRICULTURE DEVELOPMENT: A BIBLIOMETRIC STUDY

Abstract: *The study identified the characteristics of the scientific production of theses and dissertations on Social Capital in the context of Family Agriculture during the period from 2014 to 2019. The research was characterized as descriptive and bibliometric and the data were extracted from published dissertations and theses in the database of the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations - BDTD. The most studied regions, institutions and graduate programs, keywords and reference on Social Capital, samples, objectives and conclusions were analyzed. It was identified, according to the results that the year 2014 had the largest number of studies, are regionally concentrated in the Northeast, Midwest and Southeast Brazil, especially the states of Goiás, Ceará and Minas Gerais. Research on the topic of social capital and family farming has proved to be interdisciplinary, has been the subject of study in nine areas of knowledge, with emphasis on the areas of agribusiness, rural economy and geography, and almost all of the identified HEIs are public and federal, with graduate programs with evaluation grades by Capes concept 4 and 5.*

Key words: *Social Capital, family farming, bibliometrics.*

1.1 INTRODUÇÃO

A literatura brasileira apresenta inúmeras contribuições sejam pelas dissertações e/ou teses dos diferentes Programas de Pós-Graduação *Strictu Sensu* nacionais que tratam sobre Capital Social. O Desenvolvimento Rural Sustentável - DRS também é um tema de grande relevância, uma vez que procura estabelecer transformações socioeconômicas e ambientais a fim de melhorar as condições de vida no meio rural. Segundo Elesbão (2007), o espaço rural vem sofrendo alterações significativas e além de espaço produtivo, é lugar de vida e interação social. Assim, dada a importância das relações sociais no meio rural, acredita-se que o Capital Social está diretamente relacionado às possibilidades de sua inclusão em processos de desenvolvimento (BARBOSA, 2016).

Historicamente, pode-se verificar a importância acadêmica do tema Capital Social difundida a partir do ano de 1980, destacando-se três autores das ciências sociais: Pierre Bourdieu, com sua obra *“Le Capital Social – Notes Provisories”* (1980), James Coleman, com a obra *“Social Capital in the Creation of human Capital”* (1988) e Robert Putnam, em *“Making Democracy Work: civic traditions in Moderny Italy”*(1993) (BARBOSA, 2014).

Pierre Bourdieu, com a publicação do artigo *Le capital social: notes provisoires*, publicado em 1980, trouxe a primeira definição de Capital Social [...] Conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de Inter reconhecimento [...] (BOURDIEU, 1998, p. 67).

Diferente de Bourdieu (1980), que se debruça sobre as redes sociais como a principal forma de Capital Social, Coleman e Putnam, no final dos anos 80 e início dos anos 90, apresentam Capital Social como um diferente grupo de elementos (solidariedade, ação coletiva, canais de informação, normas e sanções sociais, etc..) que moldam as ações dos indivíduos.

Conforme Coleman (1988), que o Capital Social são “as ações das pessoas moldadas, redirecionadas, constrangidas pelo contexto social; normas, confiança interpessoal, redes sociais, e a organização social são importantes para o funcionamento não só da sociedade, mas também da economia (COLEMAN, 1988, p. 32).

Para Putnam (2000), a característica central do capital social é que se trata de um bem público e descreve o capital social como “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 2000, p.117).

Atualmente, a definição de Capital Social possui diferentes enfoques e, dessa forma, aplicações diversas nas pesquisas científicas em diferentes áreas (LUCAS e ZORITA, 2014). No caso do desenvolvimento rural, diversos autores acreditam que, para que o desenvolvimento rural aconteça, deve haver a efetiva participação de atores sociais, compreensão das articulações com outros domínios do mundo social, buscando a valorização dos recursos naturais, incremento de renda e inclusão social nas áreas rurais, e isso só se torna possível se houver um desenvolvimento do capital social (relações de confiança, reciprocidade) dos agricultores (CAMPANHOLA e GRAZIANO (2000), FAVARETO (2006), RAMBO et al. (2012).

Bebbington (1999), por exemplo, estudou os capitais no contexto humano como meios de transformação rural a partir da integração social entre os agentes e suas capacidades específicas produtivas, de convívio e de adaptação frente às dificuldades vivenciadas no meio rural (MAZZUCHETTI et al., 2017).

A partir das considerações acima, torna-se importante estudos sobre Capital Social no contexto da Agricultura Familiar, utilizando-se da pesquisa bibliométrica, trazendo oportunidade de mapeamento e discussão de produções científicas em seus vários campos de conhecimento, aspectos e dimensões. Desse modo, o presente estudo tem como questão de pesquisa: **Qual o perfil da produção científica de teses e dissertações sobre Capital Social no contexto da Agricultura Familiar durante o período de 2014 a 2019?**

Esse estudo se justifica, pois, a junção entre Capital Social e Agricultura Familiar é um tema importante a ser investigado, buscando identificar possíveis efeitos e resultados, influenciados pela existência de capital social voltado ao desenvolvimento da Agricultura Familiar, com ênfase nas realidades locais e seus atores. Também se justifica pela contribuição teórica, uma vez que as pesquisas bibliométricas possibilitam identificar como determinado assunto, no caso da pesquisa, Capital Social e Agricultura Familiar, encontra-se difundido no meio científico, identificando pontos fortes e fracos, autores que mais publicaram, os temas mais recorrentes.

Este capítulo está estruturado em cinco seções, sendo esta, a primeira, em que consta o problema, objetivo, justificativa e estrutura da pesquisa. Em seguida, na segunda seção, são apresentados os conceitos relacionados a Capital Social e Agricultura Familiar; na terceira, é destacada a metodologia utilizada; na quarta, são expostos os resultados do estudo; e por fim, na última seção, apresenta-se as considerações finais, além das referências bibliográficas.

1.2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este tópico tem por objetivo apresentar os conceitos relacionados a agricultura familiar, Atores Sociais e Capital Social, com o intuito de demonstrar a importância do Capital Social para os agricultores familiares (atores sociais) para promover o desenvolvimento rural. Segundo Castro (2006), cada ator tem controle e interesse sobre certos recursos, e assim, o Capital Social constitui um gênero particular de recurso disponível para esse ator.

1.2.1 Agricultura Familiar

De acordo com Anjos (2003, p.343) “longe de representar uma forma social de produção destinada a desaparecer definitivamente no curso da história, a agricultura familiar parece consolidar-se como realidade estrutural e permanente, que forma parte dos sistemas agrários da quase totalidade dos países desenvolvidos”.

Segundo Schneider (2003), os estudos relacionados a Agricultura Familiar emergiram no Brasil em meados de 1990, sendo que dois eventos impactaram social e politicamente o meio rural. O primeiro foi o crescimento de movimentos sociais, que produziram manifestações políticas que permanecem até a atualidade.

Em segundo, a criação do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no ano de 1996, como resposta as pressões dos movimentos sindicais, promovendo crédito aos pequenos agricultores que estavam afastados de políticas públicas desde a década de 1980 e apresentavam dificuldades de manutenção de suas atividades (SCHNEIDER, 2003).

A reorientação dos debates acadêmicos retomados a partir da década de 1990 sobre a ruralidade deu maior visibilidade aos estudos agrários, que até então apontavam baixo interesse de pesquisadores, ampliando o escopo temático para além da reforma agrária e assentamentos, migrações e impactos do progresso tecnológico, afirmando-se a temática ambiental e da sustentabilidade, como a Agricultura Familiar, a configuração dos mercados de trabalho e a dinâmica ocupacional da população rural (SCHNEIDER, 2003).

Sobre a definição das formas familiares de produção, Ploeg (2006) contribui com o debate defendendo a existência de duas formações:

[...] a agricultura familiar abrange duas constelações contrastantes: a forma camponesa e a forma empresarial de se fazer a agricultura. [...] a essência e as principais diferenças entre esses dois contrastantes modos de produção não residem

tanto nas relações de propriedade; elas situam-se principalmente nas (diferentes) formas através das quais a produção, a distribuição e a apropriação de valor são ordenadas (PLOEG, 2006a, p.14).

Abramovay (1997) define agricultura familiar, destacando alguns aspectos relevantes:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de parentesco. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1997, p. 03).

A organização da Agricultura Familiar está pautada em modos de exploração, tamanho e gestão da propriedade, baseado na terra, trabalho e família, o que a diferencia da agricultura patronal, que tem como característica um maior nível de tecnificação, investimento e níveis de produção em escala. Para Wanderley (2000), o mundo rural brasileiro transformou-se, reconhecendo a Agricultura Familiar oficialmente como um ator social, já que outrora eram considerados os pobres do campo, pequenos produtores ou de baixa renda.

A partir desse novo cenário, de acordo com Long e Van Der Ploeg (2011), os agricultores passaram a ser vistos como atores sociais. "Eles se tornam participantes ativos que processam informações e utilizam estratégias nas suas relações com vários atores locais, assim como com as instituições e pessoas externas" (LONG e VAN DER PLOEG, 2011, p.24).

Assim, é importante analisar dentro do contexto da agricultura familiar o capital social, pois o mesmo, segundo Bourdieu (1980) está sempre vinculado as relações grupais (rede social) em busca de empoderamento e desenvolvimento social. Segundo Putnam (2000), para uma boa governança, estabilidade política e mesmo para o desenvolvimento econômico, o Capital Social pode tornar-se mais importante do que o capital físico e humano, porém, criar Capital Social não é fácil, mas é essencial para o funcionamento da democracia.

1.2.2 O espaço rural

O espaço agrário brasileiro pode ser caracterizado como um espaço extremamente complexo, seja pela diversidade da paisagem (meio físico, ambiente, variáveis econômicas, entres outras variáveis), seja pela existência de diferentes tipos de atores sociais (camponês,

posseiro, agricultor familiar, dentre outros), com seus interesses particulares e estratégias próprias de sobrevivência e de produção (LUNAS, CARDOSO JÚNIOR e LIMA, 2017).

Para Silva (2015), a prática territorial da agricultura familiar tem primordial importância no aproveitamento e manutenção de grande parte dos recursos necessários para a existência humana, tais como terra, água e biodiversidade. A relação entre a sociedade com esses recursos acontece de maneira distinta em cada localidade, em conformidade com a rede de atores locais (públicos e privados), possuindo variadas formas de acesso e direitos de propriedade a tais recursos.

As últimas décadas apresentaram mudanças importantes nas dinâmicas sociais e no cenário político institucional brasileiro, principalmente após a nova Constituição de 1988, onde houve o estabelecimento de novas relações entre Estado e sociedade civil. Criaram-se espaços de participação social com a manifestação de novos atores políticos, reconhecidos como sujeitos de direito, além da institucionalização de regras e instrumentos de política pública pelo estado, orientadas por novos referenciais globais e setoriais que afetaram as condições socioeconômicas da população, em especial no meio rural, aparecendo a Agricultura Familiar como personagem importante e objeto de muitas ações, reconhecida pelo Estado em meados de 1990 (GRISA e SCHNEIDER, 2014).

Os municípios tornaram-se os principais sujeitos na promoção do desenvolvimento rural sustentável, determinando na elaboração de suas políticas, no seu ambiente microeconômico, o que, para quem, quando e como serão destinados os recursos, apresentando em suas leis orgânicas suas diretrizes para planejamento e execução.

A Agricultura Familiar ou os pequenos produtores estiveram afastados das ações políticas do Estado Brasileiro, principalmente nas últimas duas décadas, porém, após a Constituição de 1988, houve o reconhecimento de direitos e abertura de novos espaços de participação social. Implementou-se novas políticas para o desenvolvimento rural, iniciadas em 1995 pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf), criação em 1999 do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e desde 2001 a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), sendo regulamentada em 2006, a Lei da Agricultura Familiar, com o reconhecimento da categoria social e definição de estrutura conceitual, delimitando políticas públicas para este grupo (GRISA e SCHNEIDER, 2014).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi substituído pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República (SEAD) do Brasil em 27 de maio de 2016 pela criação do Decreto nº 8.780; a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF) criada em 2 de janeiro de 2019,

pelo Decreto nº 9.667, transferindo-se as competências da SEAD, até então da Casa Civil da Presidência da República, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (BRASIL, 2016, 2019).

Como componente de desenvolvimento, deve ser analisado o capital social, pois a partir de sua observação existe a possibilidade de promover trajetórias socioeconômicas variadas, produzir oportunidades de desenvolvimento pela celebração de negociação por meio de redes sociais, proporcionar maior conexão entre investimento econômico e social, redefinir o espaço público local a partir da negociação entre variados interesses, construindo por meio de projetos a ideia de que as desigualdades devem ser vetadas e as iniciativas locais de desenvolvimento incentivadas (RIBEIRO, FERNANDES e RIBEIRO, 2012).

1.2.3 Capital Social

Historicamente, pode-se verificar a importância acadêmica do tema Capital Social difundida a partir do ano de 1980, destacando-se três autores das ciências sociais: Pierre Bourdieu, com sua obra *“Le Capital Social – Notes Provisories”* (1980), James Coleman, com a obra *“Social Capital in the Creation of human Capital”* (1988) e Robert Putnam, em *“Making Democracy Work: civic traditions in Moderny Italy”*(1993) (BARBOSA, 2014).

Pela definição de Bourdieu (1980), referindo-se as vantagens e oportunidades de se pertencer a certas comunidades, Capital Social é o aglomerado de recursos (humanos, normas, estrutura, sentimentos, confiança, apoio público, participação política dentre outros), reais ou mesmo potenciais, porém vinculados a uma rede durável de relações oficializadas de recíproco conhecimento ou reconhecimento. Para Bourdieu (1980) se alavanca o Capital Social a partir dos relacionamentos, pensamentos e atitudes do grupo da comunidade, sendo que a partir de seu aumento, se interfere nos níveis do grau de pertencimento do cidadão com a comunidade.

Os estudos de Coleman (1988) derivam do interesse na associação de abordagens econômicas e sociológicas, concentrando inicialmente estudos baseados na experiência de escolas públicas e católicas. Comparou seus desempenhos e analisou o Capital Social como um modo de compreensão da relação entre o alcance educacional e desigualdade social, definindo-o como a quantidade de elementos próprios nas relações familiares e na organização social, úteis para o processo de desenvolvimento cognitivo ou social (ALBAGLI e MACIEL, 2002)

Coleman (1988) define Capital Social como:

Capital social é definido por sua função. Não é uma entidade única, mas uma variedade de entidades diferentes, com dois elementos em comum: todos eles

consistem em algum aspecto das estruturas sociais e facilitam certas ações de atores - pessoas ou atores corporativos - dentro da estrutura (COLEMAN, 1988: S98)

Diferente de Coleman, que entende o capital Social enquanto conjunto de recursos que possibilita aos indivíduos a satisfação de seus objetivos, Ostrom, Sabourin e Fukuyama (2001), “concebem o capital social como o elo estabelecido entre sujeitos com origem em motivos pessoais, cujo efeito é a produção de normas comuns” (SANTOS, VIEIRA e SANTOS, 2019, p.80).

Albagli e Maciel (2002) relatam que a popularização do conceito de Capital Social e sua incorporação no discurso político pode ser atribuído a Robert Putnam. A característica central do Capital Social é que se trata de um bem público e Putnam (2000), assim define o Capital Social como “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 2000, p.117).

O Quadro 1 apresenta de forma resumida alguns enfoques dos conceitos de Capital Social:

Quadro 1 – Enfoques dos conceitos de capital social Referência/Período Enfoque do Capital Social

Referência/Período	Enfoque do Capital Social
Lyda Judson Hanifan (década de 1910)	Rede de relações sociais, culturais ou econômicas entre pessoas e comunidade em centros comunitários de escolas rurais.
John Seeley (década de 1950)	Pertencimento de moradores suburbanos a associações como forma de acesso a bens e direitos.
Jane Jacobs (década de 1960)	Redes informais de sociabilidade nas grandes metrópoles ligadas à segurança pública
Glenn Loury e Ivan Light (década de 1970)	Desenvolvimento econômico ausente em grandes cidades e ausência de confiança e cooperação entre a comunidade afroamericana.
Pierre Bordieu e Ekkehart Schlicht (década de 1980)	Agregador de recursos ligado ao pertencimento. Importância da organização social e ordem moral para a economia
James Coleman (final da década de 1980)	Mecanismo de satisfação e criação de bens.
Robert Putnam (década de 1990)	Papel na sociedade civil norte-americana e italiana.
Francis Fukuyama (década de 1990)	Prosperidade econômica e cultural.

Fonte: MAZZUCHETTI, STOFELL, TARIFA (2017) adaptado de Genari (2010).

Abramovay (2000), sobre Capital Social, afirma que as ações dos indivíduos não são independentes, na formulação de objetivos não agem de forma isolada e não necessariamente apresentam comportamento estritamente egoísta; assim as estruturas sociais apresentam-se

como recursos disponíveis, proporcionando aos atores o alcance de objetivos não atingidos na sua ausência.

Para Milani (2007), simbolicamente pode-se relacionar o Capital Social com o capital econômico, pois ambos trazem benefícios, porém, o Capital Social tem como característica principal o não esgotamento com o uso, mas, pode se esgotar pela falta de uso. O Capital Social é propriedade de indivíduos ou de grupos, proporcionando inicialmente que as pessoas ou grupos mais favorecidos tenham êxito na competição social e este atributo permite o aumento da capacidade de solução de problemas de ação coletiva.

No cenário rural, Bebbington (1999), estudou os capitais no contexto humano como meios de transformação rural a partir da integração social entre os agentes e suas capacidades específicas produtivas, de convívio e de adaptação frente às dificuldades vivenciadas no meio rural (MAZZUCHETTI et al., 2017).

A partir da perspectiva dos agricultores com poder de organização e ação, Lucas e Zorita (2014, p.38) apresentam Capital Social como [...] a capacidade de organização dos atores sociais, ou seja, a capacidade de trabalhar em conjunto com o objetivo de alcançar o bem-estar coletivo em um determinado espaço e momento [...]

Quando o rural é considerado somente como base física de produção agrícola, o esvaziamento político, social, econômico e cultural continuará ocorrendo, porém se revelados potenciais baseados em um conjunto de atividades e mercados, os seus limites poderão ser ampliados. Assim, o fortalecimento do Capital Social é também primordial para a construção de novas instituições propícias ao desenvolvimento rural (ABRAMOVAY, 2000).

1.3 METODOLOGIA

O presente estudo é um levantamento de cunho bibliométrico, que segundo Richardson et al. (1999), objetiva levantar informações registradas a respeito de um fenômeno para compreender sua evolução no tempo. O corte foi longitudinal no período de 2014 a 2019, considerando a evolução dos dados no tempo.

Os dados utilizados foram secundários, já registrados, em um estudo quantitativo sobre a produção científica relacionada ao tema Capital Social no contexto da Agricultura Familiar no período de 2014 a 2019, de dissertações e teses constantes na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD.

A Tabela 1 descreve as etapas efetuadas na coleta de dados, como os parâmetros no processo de busca na base de dados da BDTD. No primeiro momento, buscou-se as dissertações e teses que utilizavam em seu título e/ou palavra-chave a expressão “Capital Social”, com retorno de 914 estudos, sendo 632 dissertações e 282 teses. Na sequência, refinou-se a busca considerando a inclusão da expressão “Agricultura”, e com as duas expressões foram selecionados 686 estudos, sendo 478 dissertações e 208 teses.

Em seguida, a busca utilizou a expressão “Capital Social” em conjunto com “Agricultura Familiar”, resultando em 48 dissertações e 15 teses.

Por último, fez-se o corte temporal de 2014 a 2019, buscando uma amostra atualizada do tema, totalizando 26 dissertações e 8 teses, excluindo-se duplicidades e temáticas que não contribuiriam para análise, ou seja, desviada do eixo proposto que é Capital Social, resultando em 13 objetos para a base de pesquisa, representados por 8 dissertações e 5 teses.

Tabela 1 – Histórico de busca e seleção de dissertações e teses para análise de dados

Histórico	Expressões no título e/ou palavras chave	Dissertações	Teses	Total
1º Busca	"Capital Social"	632	282	914
2º Busca	"Capital Social" e "Agricultura"	478	208	686
3º Busca	"Capital Social" e "Agricultura Familiar"	48	15	63
4º Busca	Filtro: "Ano de defesa": 2014 a 2019	26	8	34
Após ajustes por duplicidade, idioma e temática fora do eixo de Capital Social		8	5	13

Fonte: Adaptado de BDTD (2019).

O Quadro 2 relaciona as dissertações e teses selecionadas, utilizando-se para as análises das publicações catalogadas a abordagem quantitativa.

Quadro 2 – Relação de dissertações e teses objetos da pesquisa

Nº	Título	Tipo	Defesa	Autor(a)	Universidade
1	Capital Social e as associações de Agricultura Familiar em Paudalho, Pernambuco	Dissertação	2014	Sylvia Karla Gomes Barbosa	Universidade Federal Rural de Pernambuco
2	Capital Social e redes: uma análise do programa de aquisição de alimentos da Agricultura Familiar	Tese	2014	Leandro de Lima Santos	Universidade Federal de Goiás
3	O efeito do programa territorial nas relações sociais dos agricultores familiares do território da cidadania do vale do Rio Vermelho - Go	Dissertação	2014	Ricardo de Siqueira Camargo	Universidade Federal de Goiás
4	Desenvolvimento rural sustentável e as condições de vida dos agricultores familiares na Zona da Mata mineira: os casos comparados de Tombos e Araçuaia	Tese	2014	Brasilina Elisete Reis de Oliveira	Universidade Federal de Goiás
5	Avaliação dos impactos do programa de aquisição de alimentos (PAA) no estado do Ceará: O caso do mel	Dissertação	2014	Diogo Brito Sobreira	Universidade Federal do Ceará
6	Capital Social e desenvolvimento da Agricultura Familiar no Ceará	Dissertação	2015	Gerlânia Maria Rocha Souza	Universidade Federal do Ceará
7	Capital cultural e território: os nós, os laços e a trama das redes de agricultores familiares do município de Nossa Senhora da Glória - SE	Tese	2015	José Franco de Azevedo	Universidade Federal de Sergipe
8	Agricultura Familiar e Mercados Institucionais (protegidos): estudo sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (CPR Doação) em Boa Vista, Roraima.	Tese	2015	João Henrique Rocha	Universidade Federal de Pelotas
9	Redes sociais e acesso a políticas públicas de compra governamental da Agricultura Familiar: um estudo de caso do município de Guaraciaba- MG	Dissertação	2016	José Antônio Machado	Universidade Federal de Viçosa
10	Alcance de políticas públicas federais no cooperativismo da Agricultura Familiar em Goiás do ano de 2007 ao ano de 2014	Dissertação	2016	Rodrigo Gonçalves de Souza	Universidade Federal de Goiás
11	Capital Social, pluriatividade e desenvolvimento local: tratos e retratos no sudoeste da Bahia	Tese	2016	Gabriela Silveira Rocha	Universidade Federal de Sergipe
12	Redes sociais de trabalho do agricultor familiar de Maranguape, Ceará	Dissertação	2017	José Wilton Lima Martins	Universidade de Fortaleza
13	Pronaf, empreendedorismo rural e Capital Social: uma análise das famílias assentadas no município de Rio Verde - GO	Dissertação	2019	Leonardo Guimarães Medeiros	Universidade Federal de Goiás

Fonte: Adaptado de BDTD (2019).

Os dados foram tratados por estatística simples, com o uso do software Excel para a organização e evidenciação das principais características consideradas no estudo. Essas características estão relacionadas ao ano da defesa, o Estado onde a pesquisa foi realizada, a quantidade de obras e principais autores utilizados como referência ao tema de Capital Social, as IES – Instituições de Ensino Superior e seus respectivos programas de pós-graduação, o ano de fundação dos programas e suas áreas básicas, conceito Capes, as amostras utilizadas nos estudos e por fim seus objetivos e resultados.

1.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

1.4.1 Análise das questões temporais e territoriais relacionadas ao portfólio de dissertações de mestrado e teses de doutorado da pesquisa

Como análise preliminar de resultados, são apresentados abaixo, na Tabela 2, questões temporais e territoriais relacionadas ao *portfólio* de dissertações e teses, objetos do estudo. Identificou-se que na coleta efetuada, o tema Capital Social está relacionado na maioria dos casos, com dissertações e na análise de séries temporais uma maior concentração de defesas no ano de 2014, seguido pelos anos de 2015 e 2016.

Quanto as regiões estudadas, apresentaram-se em grande maioria relacionadas à região Nordeste seguida pela região Centro Oeste e Sudeste, aparecendo em destaque os estados de Goiás, Ceará e Minas Gerais.

Tabela 2 – Caracterização temporal e territorial das pesquisas objeto do estudo

Tipo	Qtde	%	Estado	Qtde	%
Dissertação	8	61,5%	Goiás - Centro Oeste	4	30,8%
Tese	5	38,5%	Ceará - Nordeste	3	23,1%
TOTAL	13	100%	Minas Gerais - Sudeste	2	15,4%
Ano	Qtde	%	Bahia - Nordeste	1	7,7%
Defesa no ano de 2014	5	38,5%	Pernambuco - Nordeste	1	7,7%
Defesa no ano de 2015	3	23,1%	Roraima - Norte	1	7,7%
Defesa no ano de 2016	3	23,1%	Sergipe - Nordeste	1	7,7%
Defesa no ano de 2017	1	7,7%	TOTAL	13	100%
Defesa no ano de 2019	1	7,7%	Norte = 1 (7,69%) / Nordeste = 6 (46,15%)		
TOTAL	13	100%	Centro Oeste = 4 (30,77%) / Sudeste = 2 (15,38%)		

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

As IES – Instituições de Ensino Superior, na configuração de agente social por natureza, conduzem e potencializam processos de desenvolvimento local e regional, e na Tabela 3, apresenta-se o quantitativo das pesquisas por IES e por seus respectivos PPG – Programas de Pós-Graduação.

Primeiramente, ressalta-se a quase totalidade de instituições públicas federais, com exclusão somente da UNIFOR – Universidade de Fortaleza. Lidera em quantitativo de pesquisas a UFG – Universidade Federal de Goiás que representa 38,5% da amostra, seguida pela UFC – Universidade Federal do Ceará e UFS – Universidade Federal de Sergipe, ambas com 15,4%. As demais representaram somente uma pesquisa relacionada ao tema, sendo tese ou dissertação.

Dentro dos programas de pós-graduação, verificou-se que o tema Capital Social é objeto de estudo de diversas áreas. Identificou-se nove áreas do conhecimento, com destaque para os programas voltados ao Agronegócio, Economia Rural e Geografia que apresentaram os maiores índices, as demais apresentaram frequências menores, mas não menos importantes. Houve estudos sobre o tema relacionado às áreas de Administração e Desenvolvimento Rural, Ciências Ambientais, Extensão Rural, Psicologia, Sistemas de Produção Agrícola Familiar e Sociologia.

Tabela 3 – IES - Instituições de Ensino Superior e PPG - Programas de Pós-Graduação e Conceito Capes

IES / PPG		Dissertação	Tese	TOTAL
UFG - Universidade Federal de Goiás	Contagem	3	2	5
	% do Total	23,1%	15,4%	38,5%
UFC - Universidade Federal do Ceará	Contagem	2	0	2
	% do Total	15,4%	0,0%	15,4%
UFS - Universidade Federal de Sergipe	Contagem	0	2	2
	% do Total	0,0%	15,4%	15,4%
UFPEL - Universidade Federal de Pelotas	Contagem	0	1	1
	% do Total	0,0%	7,7%	7,7%
UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco	Contagem	1	0	1
	% do Total	7,7%	0,0%	7,7%
UFV - Universidade Federal de Viçosa	Contagem	1	0	1
	% do Total	7,7%	0,0%	7,7%
UNIFOR - Universidade de Fortaleza	Contagem	1	0	1
	% do Total	7,7%	0,0%	7,7%
TOTAL	Contagem	8	5	13
	% do Total	61,5%	38,5%	100,0%
PPG em Agronegócio – UFG – Capes 4	Contagem	3	0	3
	% do Total	23,1%	0,0%	23,1%
PPG em Economia Rural – UFC – Capes 4	Contagem	2	0	2
	% do Total	15,4%	0,0%	15,4%
PPG em Geografia – UFS – Capes 4	Contagem	0	2	2
	% do Total	0,0%	15,4%	15,4%
PPG em Adm. e Desenvolvimento Rural – UFRPE – Capes 3	Contagem	1	0	1
	% do Total	7,7%	0,0%	7,7%
PPG em Ciências Ambientais – UFG – Capes 6	Contagem	0	1	1
	% do Total	0,0%	7,7%	7,7%
PPG em Extensão Rural – UFG – Capes 4	Contagem	1	0	1
	% do Total	7,7%	0,0%	7,7%
PPG em Psicologia – UNIFOR – Capes 4	Contagem	1	0	1
	% do Total	7,7%	0,0%	7,7%
PPG em Sistemas de Produção Agrícola Familiar – UFPEL – Capes 5	Contagem	0	1	1
	% do Total	0,0%	7,7%	7,7%
PPG em Sociologia – UFG – Capes 2	Contagem	0	1	1
	% do Total	0,0%	7,7%	7,7%
TOTAL	Contagem	8	5	13
	% do Total	61,5%	38,5%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Na pesquisa de Flores e Marini (2018), que analisaram capital social e governança local na temática dos arranjos produtivos locais, por meio de pesquisa bibliométrica em fontes secundárias disponíveis de forma online na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações no Brasil,

identificaram que os programas *Strictu Sensu* de Mestrado e Doutorado aos quais pertencem as obras no presente trabalho, são os seguintes cursos: Administração, Administração de Empresas, Economia, Extensão Rural e Geografia, corroborando com os achados dessa pesquisa.

Quanto a avaliação periódica da Capes, a grande maioria dos programas apresenta um bom e ótimo desempenho, representados pelas avaliações 4 e 5 e um programa indica desempenho de alto padrão e nível internacional, avaliado com nota 6. O desempenho regular representado pela nota 3 e insatisfatório pela nota 2 foram relacionados a dois programas de pós graduação, o que pode no caso da menor avaliação comprometer a autorização de funcionamento do programa.

Na tentativa de analisar o nível de profundidade do referencial destinado ao tema Capital Social, buscou-se levantar o número de obras utilizadas pelos autores dentro de suas teses e dissertações. A Tabela 4 indica que foram utilizadas de 6 a 10 obras em cada referencial, principalmente nas dissertações, seguida pela utilização de 11 a 15 obras, indicando que existem diversos autores que retratam o tema e sob diversas abordagens.

Tabela 4 – Quantidade de referências sobre Capital Social e páginas das dissertações e teses

Obras sobre Capital Social / Nº de páginas		Dissertação	Tese	TOTAL
Até 5 obras referenciadas	Contagem	0	1	1
	% do Total	0,0%	7,7%	7,7%
Acima de 5 até 10 obras referenciadas	Contagem	5	1	6
	% do Total	38,5%	7,7%	46,2%
Acima de 10 até 15 obras referenciadas	Contagem	2	1	3
	% do Total	15,4%	7,7%	23,1%
Acima de 15 até 20 obras referenciadas	Contagem	0	1	1
	% do Total	0,0%	7,7%	7,7%
Acima de 25 até 30 obras referenciadas	Contagem	0	1	1
	% do Total	0,0%	7,7%	7,7%
Acima de 30 obras referenciadas	Contagem	1	0	1
	% do Total	7,7%	0,0%	7,7%
TOTAL	Contagem	8	5	13
	% do Total	61,5%	38,5%	100,0%
Até 100 páginas	Contagem	3	0	3
	% do Total	23,1%	0,0%	23,1%
Acima de 100 até 150 páginas	Contagem	3	0	3
	% do Total	23,1%	0,0%	23,1%
Acima de 150 até 200 páginas	Contagem	2	2	4
	% do Total	15,4%	15,4%	30,8%
Acima de 200 páginas	Contagem	0	3	3
	% do Total	0,0%	23,1%	23,1%
TOTAL	Contagem	8	5	13
	% do Total	61,5%	38,5%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quanto ao tamanho das pesquisas, identificou-se uma concordância com o tipo da pós-graduação. No caso dos mestrados que são cursos analíticos e menor duração, em média de dois

anos, as dissertações concentraram-se em até 150 páginas, e com menor frequência, as que representam quantitativo de páginas superior a 150 e até 200.

Em relação aos programas em nível de doutorado, os mesmos possuem um maior nível de profundidade em relação à área de pesquisa e maior tempo de duração, em média quatro anos, tendo com contribuição final uma nova visão sobre o tema, demonstrando uma maior complexibilidade e conseqüentemente um maior aprofundamento no tema, encontrando uma maior quantidade de páginas nas teses, iniciando acima de 150 e com maior concentração superior a 200 páginas.

1.4.2 Análise dos objetivos, autores e temas mais estudados relacionados ao portfólio de dissertações de mestrado e teses de doutorado da pesquisa

Na Figura 2, utilizou-se a nuvem de palavras chaves como ferramenta de análise, identificando através desta, as palavras chaves preponderantes e os conceitos e ideias indexadas nas pesquisas.

Figura 2 – Nuvem de palavras chave das pesquisas



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

De forma mais evidente, encontram-se as palavras “CAPITAL” e “SOCIAL” representando o foco principal dos estudos, seguido pela representação dos atores a serem estudados relativos as palavras “AGRICULTURA” e “FAMILIAR”. Em seguida, as palavras

“DESENVOLVIMENTO” e “RURAL”, apontando não a resposta do problema de pesquisa, mas representando um núcleo de sentido que deixa claro que os estudos têm como eixo a importância do Capital Social para o desenvolvimento da Agricultura Familiar e o desenvolvimento rural.

As demais palavras identificadas na nuvem estão amplamente relacionadas a diversos conceitos de desenvolvimento, não somente econômico, mas relacionado também a coletividade, identificando-se aspectos territoriais, políticos, sociais, formatando-se assim os objetivos das pesquisas, que foram as avaliações das relações dos agricultores familiares frente as ações e características que promovam a geração ou acúmulo de Capital Social, seja em territórios específicos ou em programas governamentais a eles disponibilizados.

Na concepção de que o Capital Social tem como objeto principal o processo de inter-relação entre indivíduos ou grupos, na Tabela 5 identificou-se as amostras utilizadas nas pesquisas, onde massivamente foram estudados os agricultores familiares e suas famílias, porém, com relação a intervenções sociais do Estado representadas pelas políticas públicas, citando o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária.

Tabela 5 – Amostras utilizadas nos estudos para levantamento de Capital Social

Amostras utilizadas nos estudos	Qtde	%
Famílias de agricultores familiares	418	48,7%
Apicultores beneficiários e não beneficiários do PAA	110	12,8%
Agricultores familiares assentados pelo programa nacional de reforma agrária	92	10,7%
Agricultores familiares dirigentes de sindicatos ou associações	56	6,5%
Agricultores beneficiários do PAA	50	5,8%
Agricultores associados de Associações de pequenos produtores rurais	27	3,1%
Agricultores familiares	25	2,9%
Agricultores inseridos na cadeia produtiva do leite	21	2,4%
Representantes de instituições de apoio e fomento ao desenvolvimento rural	16	1,9%
Membros do CMDRS	15	1,7%
Entidades consumidoras (PAA) socioassistenciais	7	0,8%
Organizações produtoras (PAA) de agricultores	7	0,8%
Agentes do poder público	5	0,6%
Membro de conselhos de assistência social e segurança alimentar	2	0,2%
Diretores de Cooperativas de Agricultura Familiar	2	0,2%
Diretores de movimentos sociais de trabalhadores rurais	2	0,2%
Representantes de organizações federais - CONAB	2	0,2%
Diretor de Central de Cooperativas de Agricultura Familiar	1	0,1%
Membro de organização estadual - SEAPA	1	0,1%
TOTAL	859	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Em quantidades menos abrangentes, mas ainda assim importantes, constatou-se as inter-relações dentro da estrutura social, representadas por levantamentos com membros de

instituições de fomento ao desenvolvimento rural, conselhos municipais, organizações de produtores e unidades consumidoras, agentes do poder público, diretores de cooperativas e movimentos sociais, representantes de organizações federais e estaduais. As transformações e a modernização da agricultura, em particular da agricultura camponesa e familiar, estão ligadas, entre outros, a processos de ação coletiva e a diversas formas de organização dos agricultores (ABRAMOVAY, 1999; SABOURIN, 1999, *apud* SABOURIN, 2005, pg. 02).

Na Tabela 6, encontra-se o levantamento sobre os autores mais citados em relação ao tema Capital Social. Primeiramente, pode-se verificar as respectivas áreas de formação dos autores, predominantemente sociologia, seguida por economia e ciência política. Identificou-se nas pesquisas três autores clássicos que conceituam o tema, Robert David Putnam, Pierre Félix Bourdieu e James Samuel Coleman, que foram utilizados como referência em várias teses e dissertações. São perspectivas e conceitos propostos pelos autores nos anos 80, anos 90 e 2000, utilizadas até a atualidade.

Tabela 6 – Principais autores citados relacionado ao tema Capital Social

Principais autores citados	Formação	Qtde	%
Robert David Putnam – 1993/1995/1996/2000/2002	Cientista Político	16	9,7%
Pierre Félix Bourdieu – 1979/1980/1983/1985/1986/1998/2001	Sociólogo	13	7,9%
James Samuel Coleman – 1988/1990	Sociólogo	7	4,2%
Ricardo Abramovay – 1998/2000/2001/2003/2009	Economista	7	4,2%
Alejandro Portes – 1988/1996/1998/2000	Sociólogo	5	3,0%
Mark Granovetter – 1973/1984/1985	Sociólogo	4	2,4%
Nan Lin – 1999/2001	Sociólogo	3	1,8%
Michael Woolcock – 1998/1999/2000	Economista	3	1,8%
Citações relacionadas a 1 e 2 autores		107	64,8%
TOTAL		165	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

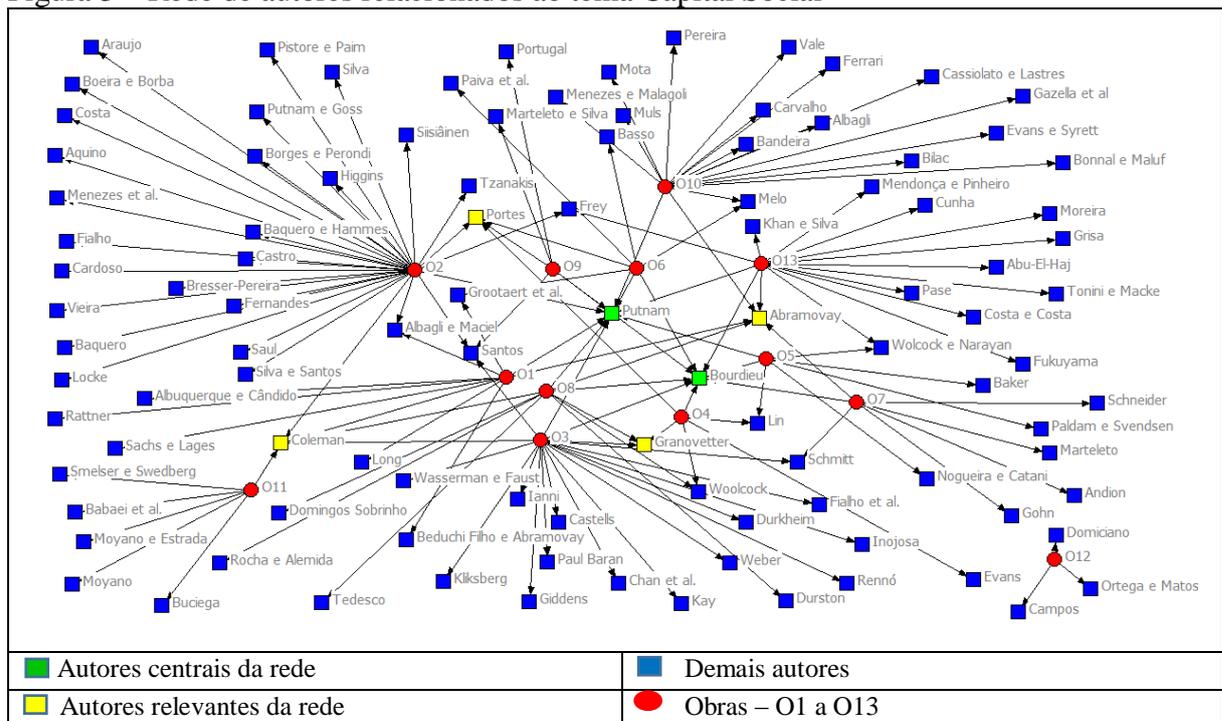
Cabe destaque também para Ricardo Abramovay, autor referenciado em vários dos objetos de estudo, podendo considerar dentre os citados, o mais contemporâneo. Mark Granovetter, dentro das distintas abordagens de capital social, traz a ideia de inserção, que vem originalmente de Karl Polanyi, mas foi introduzida na sociologia contemporânea por Granovetter (1985).

Alejandro Portes, outro autor citado, traz o conceito de Capital Social, em uma perspectiva mais utilitarista, em que os atores buscam obter benefícios pelo fato de pertencer a redes sociais ou a outras estruturas sociais, e traz os aspectos negativos e não apenas as virtudes, afirmando que se pode criar “« maus públicos » : fenômenos de exclusão daqueles que não fazem parte das redes; cobrança excessiva dos membros das redes, pressão social para a

conformidade nos pequenos grupos ou solidariedade ligada a uma experiência de desconfiança perante o resto da sociedade ” (SABOURIN, 2005, p.4).

Pode-se verificar na Figura 03, que a rede é densa quanto relacionada aos autores Putnam e Bourdieu, estando referenciados em várias das obras estudadas, seguidos por Abramovay, Coleman, Granovetter e Portes. Assim, pela estrutura apresentada e posição dos autores, conclui-se que seus conceitos são relevantes sobre o tema, proporcionando avanços nas pesquisas sobre capital social.

Figura 3 – Rede de autores relacionados ao tema Capital Social



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Rech, Clamer, Terribile e Macke (2017) analisaram a produção acadêmica sobre a relação entre capital social e desenvolvimento econômico e em seus resultados identificaram que os três autores mais citados são Putnam, Bourdieu e Coleman, corroborando com os achados dessa pesquisa. Os autores Silva, Silva e Silva (2009) também apontam em sua pesquisa a relevância de Bourdieu, Coleman e Putnam para o capital social.

O objeto do estudo, o eixo central da pesquisa, vinculado ao Capital Social, demonstrou conforme a Tabela 7, que as políticas públicas foram os temas mais tratados e o PAA dentre os principais assuntos das pesquisas, buscando identificar como estes atores se comportaram em relação a esta política pública, seus níveis de organização em relação as suas

atividades agrícolas e mercantis para a conquista ou não desse mercado, dinamizado pela iniciativa do poder público.

Outro ponto identificado está relacionado a questão espacial, ou seja, os vários territórios que foram identificados nos estudos, Raffestin (1993) relata que os espaços e territórios apresentam princípios distintos, território é antecedido pelo espaço, sua formação vem da ação do homem, definindo-o através de relações de poder econômico, político e cultural, sendo elemento essencial para a análise da realidade.

Nas pesquisas com enfoque territorial, verificou-se as ações dos atores dentro desses espaços, identificando-se análises de agregação socioambiental, percepção de atores sobre desenvolvimento, pluriatividade, problemas socioeconômicos e formação de redes.

Tabela 7 – Objetivos dos estudos e sua relação com o tema Capital Social

Capital Social em relação aos objetivos dos estudos	Qtde	%
Capital Social associado a Políticas Públicas para a Agricultura	7	53,8%
Capital Social associado à Agricultura	3	23,1%
Capital Social associado a Redes Sociais	2	15,4%
Capital Social associado a problemas socioeconômicos	1	7,7%
TOTAL	13	100,0%
Pontos específicos citados nos objetivos	Qtde	%
PAA	3	23,1%
PAA / PNAE	1	7,7%
PAA / PNAE / PNPB	1	7,7%
PRONAF	1	7,7%
PRONAT / PROINF	1	7,7%
Territórios: agregação socioambiental	1	7,7%
Territórios: percepção de atores sociais envolvidos no DRS	1	7,7%
Territórios: pluriatividade familiar	1	7,7%
Territórios: problemas socioeconômicos	1	7,7%
Territórios: redes sociais de trabalho	1	7,7%
Territórios: redes solidárias	1	7,7%
TOTAL	13	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

No Quadro 3, elencou-se as sínteses das conclusões com os propósitos das teses e dissertações, compartilhando alguns elementos-chave. Inicialmente, em termos de objetivos relacionado a políticas públicas e Capital Social, com relação aos aspectos positivos dos resultados alcançados, pode-se concluir que a efetividade de uma política pública, aumenta os níveis de renda e Capital Social, contribui para a formação de redes e atos cooperativos, estabelecendo relações sócio institucionais, oportunizando e identificando oportunidades, impactando nas relações sociais dos agricultores.

Identificou-se nos estudos, aspectos de como o desenvolvimento do capital social (relações de confiança, reciprocidade) dos agricultores atua para o desenvolvimento rural,

buscando a valorização dos recursos naturais, incremento de renda e inclusão social nas áreas rurais. Em relação as políticas públicas e programas, apresentaram alternativas para a construção dessas políticas no sentido de promover o desenvolvimento rural nas dimensões econômica, social e ambiental.

Quadro 3 – Principais conclusões dos estudos e sua relação com o tema Capital Social

Objetivo	Síntese das conclusões
Política pública: PAA	A efetividade social do PAA foi influenciada pela tipologia de rede formada quanto a estrutura e ao foco de atuação que são heranças do Capital Social .
Política pública: PAA	O estudo em profundidade da rede social do PAA mostrou suas fraquezas e sua frágil sustentabilidade, configuradas no domínio da rede exercido por poucos atores que monopolizam os fluxos de relações entre os demais componentes, podendo interpretar-se, em termos de Capital Social , como um signo de debilidade.
Política pública: PAA	A questão idade, escolaridade, capacitações, ter apicultura como atividade principal reduz a chance de os apicultores alcançarem melhores níveis tecnológicos. A quantidade de mão de obra capacitada e o índice de Capital Social aumentam o nível tecnológico e os impactos do PAA são positivos sobre a produtividade, renda e nível de Capital Social dos apicultores.
Política pública: PAA / PNAE	Constituição das organizações de agricultores familiares realizada por agentes externos, associada ao acesso a recursos e bens públicos, resultando baixa adesão em instâncias participativas, não apresenta a composição ideal para a dinamização de Capital Social .
Política pública: PAA / PNAE / PNDB	Cooperativas contribuem no alcance de políticas públicas por parte dos agricultores familiares, estabelecendo relações socio institucionais que seriam menos praticáveis ou acessíveis individualmente, sendo que concertações entre agricultores e suas organizações podem constituir espaços de trabalho colaborativo.
Política pública: PRONAF	O perfil empreendedor melhora a situação econômica e social na Agricultura Familiar, oportunizando a identificação de oportunidades de trabalho, novos meios e técnicas de produção, novos produtos e mercados.
Política pública: PRONAT / PROINF	Demonstram que o PROINF, ao proporcionar acesso a bens aos beneficiários, promove impactos nas relações sociais e empoderamento dos agricultores, porém nos colegiados municipais (CMDR) pela baixa densidade de rede social formada e com elos não bem conectados mesmo depois do PROINF, limitando resultados do programa.
Territórios: agregação socioambiental	Nível médio de Capital Social , apontando fragilidade na formação de organizações e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento e assistência técnica.
Territórios: percepção de atores sociais envolvidos no DRS	Identificou-se em relação as instituições de apoio e fomento ao desenvolvimento rural, que na visão de seus representantes legais são importantes instrumentos de desenvolvimento, já na visão dos agricultores familiares a atuação das mesmas está aquém de suas demandas, necessitando uma maior participação dos atores na construção de programas e políticas para o desenvolvimento rural. Identificados níveis médio baixo e baixo relacionados a participação em grupos sociais, políticos e institucionais, indicando dificuldade na formação de Capital Social e construção de redes.
Territórios: pluriatividade familiar	A adoção de práticas pluriativas proporcionou a melhoria na qualidade de vida e que há presença de Capital Social nessas famílias, porém sem planejamento formal e estratégico para unificação das famílias em torno da atividade pluriativa e Capital Social para o combate da pobreza rural.
Territórios: problemas socioeconômicos	O trabalho em conjunto é impedido pela ausência de Capital Social, sendo que entraves sociais, econômicos e infraestruturas dificultam a sua formação.
Territórios: redes sociais de trabalho	Identificou-se um contexto de trabalho precário que pode gerar sofrimento físico e mental, o que é compensado com redes informais de trabalho que envolvem amizade, confiança, reciprocidade e cooperação (Capital Social), contribuindo para uma produção que não seria possível apenas com a força de trabalho da família.
Territórios: redes solidárias	Evidencia-se níveis elevados de Capital Cultural entre os Agricultores Familiares que tem contribuído para o fortalecimento dos territórios analisados; contudo, como obstáculo ao fortalecimento do Capital Social está a imposição do Estado na obrigatoriedade de organização formal entre os agricultores.

Fonte: Adaptado de BDTD (2019).

Quanto as dificuldades, existe uma similaridade nos estudos quando relacionados aos níveis não satisfatórios de Capital Social, identificando como fatores geradores a fragilidade de

formação de organizações e políticas públicas, baixa participação em grupos sociais, políticos e institucionais, falta de planejamento formal e estratégico, entraves socioeconômicos e estruturais e imposição do Estado em relação a organização formal entre os agricultores. E, principalmente pelo fato de o Capital Social envolver variáveis de cunho relacionais subjetivas com variáveis objetivas.

1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou a produção científica relacionada ao *portfólio* de dissertações e teses sobre Capital Social no contexto da Agricultura Familiar, defendidas entre os anos de 2014 a 2019, pela importância de se criar Capital Social para o desenvolvimento rural.

A análise bibliométrica de forma geral, identificou além das contribuições dos estudos, as lacunas de pesquisas sobre o tema. A grande maioria dos trabalhos tratou das políticas públicas para os agricultores familiares, constatou-se que se faz importante a execução de projetos e estudos que avaliem e busquem maior articulação e diálogos entre os programas e os atores/instituições, considerando as especificidades do público (agricultores familiares) e do ambiente de implantação (meio rural). Identificou-se que a política pública - PAA merece aprimoramento em suas formulações, para atender de forma mais adequada a realidade dos agricultores familiares. Os estudos nas regiões Centro Oeste, Nordeste e Sudeste, são os destaques, mas não há nenhum estudo na Região Sul, que é uma região importante na agricultura, já que detém 74,3% de participação de área territorial no Brasil, conforme o último Censo Agro 2017 (IBGE, 2020).

A pesquisa teve como limitação o período do recorte metodológico, além de não ter se baseado em artigos acadêmicos que são um dos subprodutos dos programas de pós-graduação *Stricto Sensu*. Importante acrescentar que a análise teve como amostra um universo representativo, com procedimentos metodológicos bem definidos e as análises feitas a partir das fontes secundárias disponíveis na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.

Propõe-se para futuros estudos envolvendo a temática Capital Social e Agricultura Familiar para o desenvolvimento local, identificar se há experiências na região Sul do Brasil, trabalhando a influência de características específicas, tanto subjetivas quanto objetivas, para a formação de Capital Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Uma nova extensão rural para a Agricultura Familiar**. In: Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, 1., 1997, Brasília. Anais. Brasília: PNUD, 1997.

ABRAMOVAY, R. **O Capital Social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia aplicada, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.

ALBAGLI, S.; MACIEL, M.L. **Capital social e empreendedorismo local**. Projeto de Pesquisa Políticas para Promoção de Sistemas Produtivos Locais de MPME Brasileiras. Rio de Janeiro: UFRJ/IE – RedeSist – FINEP – SEBRAE, 2002. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/rede>. Acesso em 15 out 2019.

ANJOS, F. S. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. EGUFPEL, Pelotas, RS, 2003.

AZEVEDO, J. F. **Capital cultural e território: os nós, os laços e a trama das redes de agricultores familiares do município de Nossa Senhora da Glória - SE**. 2015. 256 f. Tese (Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFS-2_f30c7cd7082f0a730994cf36a0b6fd57. Acesso em 05 out 2019.

BARBOSA, S. K. G. **Capital Social e as associações de Agricultura Familiar em Paudalho, Pernambuco**. 2014. 101 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URPE_f16127c2d21caf2ef391e7832822ad59. Acesso em 05 out 2019.

BARBOSA, Nilson Araujo, M. Sc., **O Capital Social como fator de desenvolvimento rural sustentável nos serviços de ATER do INCAPER**. 2016. 191 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa – MG, 2016.

BOURDIEU, P. **Le Capital Social: notes provisoires**. Actes de la recherche en sciences sociales, v. 31, n. 1, p. 2-3, 1980.

BOURDIEU, P. **The Forms of Capital**. Originalmente publicado em “Ökonomisches Kapital, kulturelles Kapital, soziales Kapital” in Soziale Ungleichheiten (Soziale Welt, Sonderheft 2). (pp. 248-257) Tradução de Richard Nice. Disponível online em <<http://www.pontomidia.com.br/raquel/resources/03.html>>. Acesso em 04 set 2019.

BOURDIEU, P. **O capital social – notas provisórias**. In: Nogueira, M. A. e A. Catani (orgs.) **Pierre Bourdieu: escritos de educação**. Capítulo III. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. **Decreto nº 8.780, de 27 de maio de 2016**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8780.htm. Acesso em 15 out 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. **Decreto nº 9.667, de 02 de janeiro de 2019**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9667.htm. Acesso em 15 out 2019.

CAMARGO, R. S. **O efeito do programa territorial nas relações sociais dos agricultores familiares do território da cidadania do vale do Rio Vermelho - Go**. 2014. 87 f.

Dissertação (Mestrado em Agronegócio) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

Disponível em:

https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFG_8545cd1c45ac1ccdce875ca698bf2f25. Acesso em 05 out 2019.

CAMPANHOLA, C. GRAZIANO DA SILVA, J. **O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro**. In: ALMEIDA, J. RIEL, M. (org.) Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000.

CASTRO, I. Problemática qualitativa e quantitativa do capital social: uma exploração. In SOCIUS Working Papers. Nº 3, janeiro, 2006. P. 1-33. Disponível em:

<http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1974/1/wp.200603.pdf>. Acesso em 19 dez 2019.

COLEMAN, J. S. **Social capital in the creation of human capital**. American journal of sociology, v. 94, p. S95-S120, 1988.

ELESBÃO, I. **O espaço rural brasileiro em transformação**. *Finisterra*, XLII, 84, 2007, pp. 47-65

FAVARETO, A.S. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão – do agrário ao territorial** (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em:

https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_4a78db1c4a48277afde1bedf5423c1e3. Acesso em 05 out 2019.

FLORES, A.F.; MARINI, M.J. **Capital social e governança local no contexto dos arranjos produtivos locais: um estudo bibliométrico**. *IGepec, Toledo*, v. 22, n.1, p. 83-99, jan./jun. 2018.

IBGE – **Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística**. Disponível em:

https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em 22 dez 2019.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. **Três gerações de políticas públicas para a Agricultura Familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil**. *Revista de economia e sociologia rural*, v. 52, p. 125-146, 2014.

LONG, N.; PLOEG, J. D. Van der. **Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura**. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 23-48.

LUCAS, E.O.; ZORITA, J.C.G. **Produção Científica sobre Capital Social: estudo por acoplamento bibliográfico**. Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS v. 20, n.3 – Edição Especial 2014.

LUNAS, D.A.L., CARDOSO JÚNIOR, H.M; LIMA, C.V.S. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial Rural: experiências e desafios da política pública no Sudoeste Goiano**. Redes - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 3, setembro-dezembro, 2017

MACHADO, J. A. **Redes sociais e acesso a políticas públicas de compra governamental da Agricultura Familiar: um estudo de caso do município de Guaraciaba- MG**. 2016. 88 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2016. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFV_baa5298b0458820bb0147c2c85988a73. Acesso em 05 out 2019.

MAZZUCHETTI, R.N. STOFELL, J. TARIFA, M.R. **Capital social e desenvolvimento rural: Estudo empírico em cooperativas de agricultura familiar no Estado do Paraná**. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC – Santa Maria, RS, v.4, n.8, jul./dez 2017.

MARTINS, J. W. L. **Redes sociais de trabalho do agricultor familiar e Maranguape, Ceará**. 2017. 102 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) - Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2017. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFOR_5910c9bc0b99c6695c33233634e8c939. Acesso em 05 out 2019.

MILANI, C. R. S. **Nem cola, nem lubrificante sociológico, mas campo eletromagnético: as metáforas do Capital Social no campo do desenvolvimento local**. Redes, Santa Cruz do Sul, v.12, n.1, p.195-224, jan/abr 2007.

MEDEIROS, L. G. **Pronaf, empreendedorismo rural e Capital Social: uma análise das famílias assentadas no município de Rio Verde - GO**. 2019. 132 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFG_66b24be3944c1c6f4c4f016681a75dbf. Acesso em 05 out 2019.

OLIVEIRA, B. E. R. **Desenvolvimento rural sustentável e as condições de vida dos agricultores familiares na Zona da Mata mineira: os casos comparados de Tombos e Araponga**. 2014. 179 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFG_9cc58887fa9ef849ec0bed909ba45e45. Acesso em 05 out 2019.

PLOEG, J. D. Van Der. **O modo de produção camponês revisitado**. A diversidade da agricultura familiar, v. 2, 2006.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Editora FGV, 2000.

PUTNAM, R. **Bowling Alone**. The collapse and Revival of American Community. New York: Simon e Schuster, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMBO, A.G. et al. **Território e Desenvolvimento na Escala Humana: condições de vida e gestão territorial no Sul do Rio Grande do Sul**. 50º Congresso da Sober, Vitória – ES, 2012. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/841.pdf>> Acesso em 05 set 2019.

RIBEIRO, I.; FERNANDES, E.; RIBEIRO, H. **A importância do capital social para o desenvolvimento de uma região**. Revista RURIS, v. 6, n. 1, 2012.

RECH, M.; CLAMER, R.; TERRIBILE, S.R.I.; MACKE, J. **Capital social e desenvolvimento econômico: um estudo bibliométrico**. REVISTA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, BLUMENAU, 5 (2), P. 181-199, 2017

ROCHA, G. S. **Capital Social, pluriatividade e desenvolvimento local: tratos e retratos no sudoeste da Bahia**. 2016. 325 f. Tese (Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFS-2_dcbdc50df5faad3f560f705860133894. Acesso em 05 out 2019.

ROCHA, J. H. **Agricultura Familiar e Mercados Institucionais (protegidos): estudo sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (CPR Doação) em Boa Vista, Roraima**. 2015. 341f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPL_d28961969b5a164d7953d54d1688002c. Acesso em 05 out 2019.

SABOURIN, E. **Organização dos agricultores e produção de valores humanos**. SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA 31 de Maio a 3 de junho de 2005, FAFICH/UFMG Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, 2005.

SANTOS, L. L. **Capital Social e redes: uma análise do programa de aquisição de alimentos da Agricultura Familiar**. 2014. 151 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPG_f4263809b3bc74de93647f0675dd2be6. Acesso em 05 out 2019.

SANTOS, M.J.; VIEIRA, E.T.; SANTOS, D.F. **Desenvolvimento social e econômico: crescimento populacional e capital social no município de Caraguatatuba/SP**. Qualitas Revista Eletrônica ISSN 1677 4280 v.19, n.1, jan/abril 2019, p. 75-94

SCHNEIDER, S. **Teoria social, Agricultura Familiar e pluriatividade**. Revista brasileira de ciências sociais. São Paulo. Vol. 18, n. 51 (fev. 2003), p. 99-122, 2003.

SILVA, S. P. **A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território: Uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas.** Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015.

SILVA, S. B. M.; SILVA, B. C. N.; SILVA, M. P. **Organização social e indicadores socioeconômicos no Brasil: um estudo exploratório.** Caderno CRH, Salvador, v. 22, n. 57, p. 617-633, set./dez. 2009.

SOBREIRA, D. B. **Avaliação dos impactos do programa de aquisição de alimentos (PAA) no estado do Ceará: O caso do mel. 2014.** 162 f.: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará. Mestrado Acadêmico em Economia Rural (MAER). Centro de Ciências Agrárias. Fortaleza - CE. 2014. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFC-7_f938b48855646f9f37c25010890cabe9. Acesso em 05 out 2019.

SOUSA, G. M. R. **Capital Social e desenvolvimento da Agricultura Familiar no Ceará.** 2015. 92 f.: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de Pós-Graduação em Economia Rural, Fortaleza - CE, 2015. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFC-7_0e213836f833575c9e8f90e8e1782696. Acesso em 05 out 2019.

SOUZA, R. G. **Alcance de políticas públicas federais no cooperativismo da Agricultura Familiar em Goiás do ano de 2007 ao ano de 2014: fragilidades e potencialidades.** 2016. 160 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFG_863dd9bf4405d82d08f2e99a9a1f1c54. Acesso em 05 out 2019.

WANDERLEY, M. de N.B. **A valorização da Agricultura Familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 2, 2000.

2 AGRICULTURA FAMILIAR E SUA INTERAÇÃO COM O TERRITÓRIO DA COSTA OESTE PARANAENSE

Resumo: O estudo tem como objetivo identificar as características de unidades familiares de produção localizadas na região da Costa Oeste do Paraná. A amostra é composta por 200 unidades familiares, em oito municípios, que fazem parte da BP3 - Bacia do Paraná 3, localizada no extremo Oeste do Paraná, atendidos pela Biolabore - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná, através de ATER, no período de 04/2015 a 04/2018, vinculado ao Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável – Programa Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional. O estudo é descritivo, com abordagem quantitativa. Os resultados indicaram a necessidade de reflexão sobre perspectivas de sucessores. As unidades apresentam em relação a mão de obra características próprias da agricultura familiar, onde a maioria trabalha sem contratação externa, operacionalizando as atividades agrícolas somente com os entes familiares. A maioria possui renda extra agrícola e apresenta pluriatividade, demonstrando que o trabalho e renda não necessariamente, se encontram relacionados a atividade e a propriedade, mas também as demais oportunidades geradas no território, além de apresentar organização e interação social, predominantemente com entidades religiosas, cooperativas e associações.

Palavras – chave: Agricultura familiar, dinâmica territorial, organização social.

FAMILY AGRICULTURE AND ITS INTERACTION WITH THE TERRITORY OF THE COSTA OESTE PARANAENSE

Abstract: *The study aims to identify the characteristics of family production units located in the West Coast of Paraná. The sample is composed of 200 family units, in eight municipalities, which are part of BP3 - Paraná Basin 3, located in the extreme West of Paraná, served by Biolabore - Cooperative of Labor and Technical Assistance of Paraná, through ATER, in the period from 04/2015 to 04/2018, linked to the Sustainable Rural Development Project - Itaipu Binacional Cultivating Good Water Program. The study is descriptive, with a quantitative approach. The results indicated the need for reflection on the perspectives of successors. The units present characteristics of family farming in relation to labor, where the majority work without external contracting, operating agricultural activities only with family members. Most have extra agricultural income and have pluriactivity, demonstrating that work and income are not necessarily related to activity and property, but also to other opportunities generated in the territory, in addition to presenting organization and social interaction, predominantly with religious entities, cooperatives and associations.*

Key words: *Family farming, territorial dynamics, social organization.*

2.1 INTRODUÇÃO

Os estudos referentes a agricultura familiar e seus atores sociais, apresentam o quanto importante é a sua permanência no meio rural brasileiro, bem como suas práticas na busca de reprodução e sobrevivência nas regiões onde convivem. O papel da agricultura familiar transcende aos aspectos econômicos, relacionados a produção de alimentos e geração de renda, necessitando da análise de seu papel social pela interação desses agricultores com o território. O entender da interação dessas unidades familiares e a avaliação das suas dimensões, assim como sua própria evolução, podem ser apreciadas pelo levantamento das suas características locais ou/em pequenas regiões onde se encontram tais unidades familiares.

Em 2017, foram classificados no Brasil 3.897.408 estabelecimentos como agricultura familiar, por atenderem aos critérios da Lei¹, o que representa 77% dos estabelecimentos agropecuários, os quais ocupam uma área de 81 milhões de hectares, ou seja, 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (IBGE, 2017).

A agricultura familiar responde por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos, sendo o Paraná responsável por 27,39% do valor desta produção total (IBGE, 2017).

A dinâmica territorial da agricultura familiar tem fundamental importância na manutenção e aproveitamento dos recursos essenciais para a subsistência humana, pois grande parte destes, está relacionada com o meio rural, com definição necessariamente territorial, representados pela terra, água e biodiversidade. Em cada localidade, a interação destes recursos ocorre de maneira específica, de acordo com a rede de atores locais, públicos e privados e das suas diferentes formas de acesso a estes recursos (SILVA, 2015).

Carmo e Salles (1998), afirmam que a agricultura familiar tem a família como elemento básico de gestão financeira e da mão de obra da propriedade. Por essa razão, analisar a mesma apenas pelo aspecto econômico não é suficiente para entender as relações entre a organização interna da produção e comercialização em bases familiares e o mundo externo. A agricultura familiar é diferente da agricultura empresarial, que tem sua produção voltada

¹ Lei nº 11.326/2006, também conhecida como “Lei da Agricultura Familiar”, criada em 2006, e que considera agricultor familiar: aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente, aos seguintes requisitos: I não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

exclusivamente para o mercado, a produção é altamente mecanizada e a mão de obra é contratada (GRISA e SCHNEIDER, 2015).

A Região Costa Oeste do Paraná, destaca-se no plano de relações internacionais devido a sua localização, apresenta uma relação socioespacial diferenciada com inúmeras particularidades, tanto pelo fluxo econômico de fronteira, quanto pela reconfiguração do território proporcionada pela construção da Usina de Itaipu, que modificou não somente a sua paisagem, mas também as relações econômicas regionais. Com a construção da Usina de Itaipu e, conseqüentemente, a formação do lago para o reservatório de água, considerável extensão de terra ficou submersa e, por isso, os municípios lindeiros recebem *royalties*, para ações em prol do desenvolvimento socioeconômico (CASAGRANDE e DE SOUZA, 2013).

A partir das considerações relacionadas à interação da agricultura familiar com o seu território, a seguinte questão busca ser compreendida: **Quais as interações predominantes entre as unidades de agricultura familiar e o território na Costa Oeste Paranaense?**

Ao estudar e identificar as características de unidades familiares de produção localizadas na região da Costa Oeste do Paraná, principalmente em relação aos seus vínculos sociais com o território, pode-se inferir a respeito de possíveis efeitos e resultados influenciados pela dinâmica territorial e da realidade local de seus vários atores.

Este capítulo está estruturado em cinco seções, sendo esta, a primeira, em que consta o objetivo, justificativa e estrutura da pesquisa. Em seguida, na segunda seção, são apresentados os conceitos relacionados a Agricultura Familiar e Territórios; na terceira, é destacada a metodologia utilizada; na quarta, são expostos os resultados do estudo; e por fim, na última seção, apresenta-se as considerações finais, além das referências bibliográficas.

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.2.1 Agricultura familiar e suas relações com os territórios

Entre os diversos estudos que avaliam as transformações sofridas no espaço agrícola através dos anos, principalmente nas relações cidade-campo, Schneider (1994), considera que não se define o espaço rural exclusivamente pela atividade agrícola. Isso se deve pela significativa redução de pessoas ocupadas na agricultura, decorrentes dos processos de tecnificação do campo, mas que permanecem campo, porém ocupadas em atividades não agrícolas. Deste modo, considerável número de pequenos agricultores combinam a agricultura com outras fontes de renda, geralmente não relacionadas à produção agropecuária.

Para entender o complexo meio rural brasileiro, com suas inúmeras diversidades, particularidades, dos sistemas produtivos existentes e seu vasto território, estudos complexos e dados estatísticos se fazem necessários para o entendimento das mudanças em curso. É consenso que esse meio está em mutação, mas com divergências sobre as mudanças e suas intensidades, exigindo uma análise do rural com um olhar para a sua diversidade, seja qual for sua dimensão, pois novas funções vão se consolidando e se incorporando nas estratégias de reprodução deste espaço (ELESBÃO, 2007).

Camargo e Oliveira (2012), relatam em sua pesquisa que em décadas passadas, estudos deixavam claro que a realidade do campo era específica e distinta da cidade, tanto economicamente pela atividade agrícola, como também pelas relações de trabalho, suas manifestações sociais, religiosas e culturais. Na atualidade, o espaço rural não é facilmente caracterizável, criando desafios aos estudiosos e formuladores de políticas públicas, reflexo dos avanços tecnológicos e difusão de serviços urbanos para as áreas rurais. A partir disso, pode-se definir as novas ruralidades como sendo todas as dinâmicas que constroem as relações entre campo e cidade, pois cada vez mais estes espaços são unidos por movimentos, trocas, circulações e interações.

O fenômeno da nova ruralidade brasileira é bem distinto das dimensões e moldes europeus, porém, com percepção de que as transformações incluem novas atividades e outras categorias sociais, além da agricultura e dos agricultores. Em muitas regiões, a agricultura ainda representa a base de desenvolvimento local, com vários tipos de ruralidade, que pode se aproximar ou distanciar de um referencial camponês, enquanto representação de relações sociais e com a natureza, capaz de gerar um panorama cultural e ambiental para quem habita o campo e para quem deseja melhor qualidade de vida (CAMARGO e OLIVEIRA, 2012).

A manutenção e desenvolvimento deste tipo de agricultura, depende da preservação de elementos constitutivos que garantem acesso à terra aos agricultores familiares, sistema de crédito diferenciado e garantia de venda de produtos por preços compensatórios (CAMARGO e OLIVEIRA, 2012).

2.2.2 Costa Oeste Paranaense

A interferência humana nos espaços da região da Costa Oeste do Paraná, teve impacto considerável pela exploração de seus recursos naturais e na construção de uma nova paisagem. O trabalho de Raffestin (1993), descreve que os espaços e territórios apresentam princípios distintos, sendo que o espaço antecede o território; a ação do homem é que forma o território a partir do espaço, definindo-o através das relações de poder econômico, político e cultural, sendo elemento essencial para a análise da realidade. Sack (1996) *apud* Haesbaert (2004), entende que os territórios devem ser diferenciados primeiramente de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc.

Em relação as formas de territorialidades, podem ser caracterizadas como passiva e ativa, como aponta Dematteis (2008, p.35). Enquanto a forma passiva está relacionada a submissão e obediência, criando condutas negativas, pautada em estratégias de controle, com sistema normativo associado, com objetivo de exclusão de sujeitos e recursos, a forma de territorialidade ativa, diz respeito à conquista de autonomia, luta e resistência, originando-se de ações coletivas de sujeitos locais em busca de estratégias de inclusão social.

A história do Oeste Paranaense, contida nos estudos de Priori et al. (2012) ocorreu por meio de quatro etapas: iniciando com a presença dos indígenas, em seguida, chegaram os padres jesuítas espanhóis para desenvolver suas missões, a terceira etapa caracterizada entre 1881 até 1930 com seu marco na exploração de madeira e erva-mate entre Foz do Iguaçu e Guaíra, mediante o sistema de Obrages (grandes áreas de terras concedidas pelo governo brasileiro para empresas), e finaliza com a colonização moderna operada por empresas colonizadoras oriundas do sul do país.

A Região da Costa Oeste do Paraná, compreendida pelas microrregiões de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo, tem apresentadas no Quadro 4 suas etapas de desenvolvimento, retratadas por estudos de vários autores frente aos momentos importantes ocorridos desde a década de 1920.

Quadro 4 – Etapas relacionadas ao processo de desenvolvimento da região Oeste Paranaense segundo autores

Período	Etapas	Fonte
1920	Migração de alemães e italianos vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para a região Oeste Paranaense.	NADALIN, 2001 <i>apud</i> PRIORI, et al., 2012
1930	A migração, impulsionada pelo governo federal, com o movimento chamado “Marcha para Oeste”, com o intuito de ocupar as terras fronteiriças do interior do país.	NADALIN, 2001 <i>apud</i> PRIORI, et al., 2012
1950	Até a década de 1950, a extração da madeira foi a principal atividade econômica da região e foi intensificada, neste período, com o aumento do fluxo migratório. O eixo fluvial do Rio Paraná serviu como meio de para transportar a madeira.	COLODEL, 1992, <i>apud</i> PERIS, et al., 2008
1960	Ocorreu um grande processo de urbanização no eixo rodoviário de Cascavel – Foz do Iguaçu e o aparecimento de vários núcleos urbanos, impulsionando o crescimento dos municípios deste eixo.	COLODEL, 1992, <i>apud</i> PERIS, et al., 2008
1970	De acordo com estudos com o objetivo de viabilizar o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná, chegou-se à conclusão de que era o espaço adequado para a construção da usina, fato esse que transformou a história do extremo Oeste Paranaense. Como era um tratado entre dois países, em 1973, foi definida e criada a entidade Itaipu Binacional.	LIMA, 2006
1980	Concomitante com as obras da Usina de Itaipu, os processos emancipatórios da região oeste foram completados e diversos municípios foram emancipados. Para implantar a Usina de Itaipu, foram desapropriadas 62 mil pessoas, das quais 42 mil do lado brasileiro e 20 mil do lado paraguaio. A região era composta pelos melhores solos agricultáveis do planeta e uma densidade populacional significativa para a época. O processo de indenização e desapropriação começou na década de 70 e culminou em 1983 com o alagamento da região e o início de funcionamento da usina.	PERIS, et al., 2008 MAZAROLLO, 2003
1990	A partir de 1985, começou o pagamento de royalties para os municípios que tiveram áreas inundadas. Os royalties correspondem a compensação financeira, de natureza indenizatória, destinada aos Estados e Municípios, a qual é realizada através de alguns critérios, como: o repasse de recurso por ganho de energia, pela vazão e principalmente em virtude da área inundada com o lago, o que significa que, quanto maior a área inundada, maior o valor recebido pelos municípios em royalties.	STERCHILE e SOUZA, 2008

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A região Oeste do Paraná, tem destaque no plano de relações internacionais devido a sua localização, diante do fluxo econômico de fronteira e pela reconfiguração do território proporcionada pela construção da Usina de Itaipu. Com a Usina de Itaipu, houve mudanças na relação socioespacial, mudando a paisagem, as relações econômicas regionais, além do recebimento de *royalties* pelos municípios lindeiros, o que representa uma fonte de investimento para ações que visem o desenvolvimento socioeconômico (CASAGRANDE e DE SOUZA, 2013).

2.2.3 Relação Rural e Urbano na Costa Oeste Paranaense

Para Alentejano (2015), o ponto de apoio para a definição do rural está relacionado as dimensões econômica, social e espacial da relação dos atores com a terra, pois o rural possui forma específica de relação com a terra, oposta ao urbano. Na dinâmica urbana há pouca dependência de relações com a terra, seja econômica, social ou espacial, mas no espaço rural isto está diretamente associado, porém, estas relações se dão de formas diversas e complexas. Assim, para o entendimento da realidade rural ou urbana é necessária a análise de suas particularidades e do que se tem de geral, sua territorialidade mais ou menos intensa.

Casagrande e De Souza (2013), na região da Costa Oeste do Paraná, analisaram pequenos municípios, e identificaram que a relação campo-cidade é intrínseca, sendo que a interação no presente é bem mais expressiva que no passado. Os laços são estreitados pelas tecnologias de comunicação, restritas anteriormente as cidades, manifestações e experiências tidas como rurais agora são compartilhadas, a mobilidade existente entre a população relaciona-se com a produção e venda de mercadorias e utilização de serviços, ora disponíveis na cidade, ora disponíveis no campo, criando relações econômicas, sociais e culturais.

Os agricultores da região da Costa Oeste Paranaense apresentam fortes relações com o urbano, seja pelo uso de serviços e tecnologias consideradas urbanas, ou também sob a perspectiva econômica, pois os ganhos oriundos do trabalho no campo são transferidos para a cidade, através de consumo e investimentos (CASAGRANDE e DE SOUZA, 2013).

Cremonese e Schallenberger (2005) destacam o cooperativismo como instrumento da modernização agrícola e da dinamização da economia regional e aponta a agricultura familiar como campo de resistência à exclusão social do rural no Oeste do Paraná. A presença das cooperativas na região permite identificar as organizações sociais e produtivas em um território que expressa um conjunto de relações sociais materializadas nos resultados de cooperação, onde criou-se um espaço definido por competências e estratégias para o seu desenvolvimento, materializadas por práticas culturais oriundas dos processos migratórios e recriadas pelos processos de modernização e necessidades do mercado.

2.2.4 Estudos similares

No entorno dos territórios, é que podem ser descobertas novas configurações entre o campo e a cidade, proporcionando oportunidades de geração de renda, para que não se encare

o meio rural como local de espera para o momento de integração a vida urbana, mas como um ambiente promotor de novas oportunidades locais e regionais (ABRAMOVAY, 1998).

O entorno dos territórios compreendem os espaços onde projetos modestos podem elevar o nível de vida de populações em situação precária, já que os mercados agrícolas convencionais apresentam dificuldades de ascensão social. Para Abramovay (1998), as dificuldades devem ser contrabalanceadas pela construção de novas relações entre agricultores e mercado, organização local, aumento de círculo de relacionamento, acesso a crédito e investimentos públicos para infraestrutura e serviços, educação e formação. Assim, esses fatores têm poder de alterar o ambiente institucional, onde o capital social substitui em parte o capital físico, fornecendo aos agricultores capacidade de participação no processo de desenvolvimento.

O trabalho de Elesbão (2007), aborda as diversas mudanças e transformações que estavam em curso durante o Século XX no meio rural brasileiro, identificando a evolução dos usos desse espaço, com o surgimento e emergência de novas aptidões que levam a um novo olhar sobre o rural e a uma redefinição das suas atribuições, redefinindo o espaço rural.

Devido ao surgimento de novas funções e novos tipos de ocupações, Elesbão (2007), apresenta que ocorre um espaço com novas atribuições, não somente produtivas, valorizando-se o campo pelo urbano, retirando o estigma de “lugar de atraso”. Após o processo de urbanização da sociedade e seus problemas gerados, o rural passou a ser associado a natureza, saúde, descanso e qualidade de vida, sendo necessário desenvolver estratégias devida à grande diversidade presente nesse espaço, valorizando as suas potencialidades locais, ultrapassando situações de abandono em que muitas áreas rurais brasileiras se encontram.

A região Costa Oeste do Paraná, segundo Casagrande e de Souza (2013), que analisaram a relação campo-cidade, ou seja, a influência que o campo exerce na cidade e a cidade no campo, identificaram a presença no campo de tecnologias de comunicação, antes restritas às cidades, mas que agora passam a integrar os dois polos. Na cidade, são encontradas manifestações e experiências tidas como rurais, tais como tradições, festas religiosas, o costume da população de produzir alimentos em hortas, assim como a venda de produtos do campo na cidade, principalmente por meio das Feiras do Produtor Rural, ocorrendo a integração dos espaços pelas redes constituídas, constatando-se que o campo e cidade estão intrinsecamente ligados na região Costa Oeste do Paraná.

2.3 METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como um estudo exploratório, descritivo e analítico oriundo de fontes secundárias, quantitativo, extraídas dos relatórios do “Projeto de Agricultura Orgânica na BP3”, trabalho conduzido e desenvolvido pela Biolabore - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná, em conjunto com a Itaipu Binacional. A BP3 - Bacia do Paraná 3, está localizada no extremo Oeste do Paraná, onde foram atendidas 535 unidades de agricultura familiar com potencialidade agroecológica em vários municípios da região pela atendidas pela Biolabore, através de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural, durante o período de 04/2015 a 04/2018, através do Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável - Programa Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional, representando a população da pesquisa.

Para a amostra do estudo, fizeram parte 200 unidades de agricultura familiar distribuídas por vários municípios da BP3, na Costa Oeste do Paraná. Esse agrupamento apresenta proximidade geográfica, características climáticas, tipos de solo similares e semelhanças nos sistemas produtivos. Segundo a Águas Paraná (2014), não há distinções significativas de solo e clima na região estudada, conforme demonstrado no relatório ‘Plano da Bacia Hidrográfica do Paraná 3 – Características gerais da bacia’, realizado em conjunto pela Unioeste, Itaipu, Águas Paraná e Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraná 3, assim optou-se por esta amostra aleatória.

O índice de confiança foi de 95% numa margem possível de erro de 5%, e decorre do emprego da Fórmula 1 como base para cálculo amostral, onde n é a amostra calculada, N é a população, Z a variável normalmente padronizada associada ao nível de confiança, p a verdadeira probabilidade do evento e o erro amostral.

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)} \quad (1)$$

Os dados foram analisados por estatística simples e analisados descritivamente para a descrição das causas e relações entre as variáveis e foram inseridos em software de gerenciamento estatístico para proceder suas análises quantitativas.

2.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A distribuição das unidades familiares nos municípios na Costa Oeste do Paraná e membros residentes fazem parte da Tabela 8. Consta na referida tabela, que a maioria das unidades familiares são compostas de dois a três membros residentes, ou seja 39% são compostas por dois membros e 24,5% das unidades familiares estão constituídas por 3 membros, criando uma reflexão sobre a perspectiva de sucessores.

Para Anjos et al. (2006), na década de 60 utilizava-se de procedimentos para que o número de herdeiros potenciais fosse reduzido, como por exemplo enviá-los para as carreiras religiosa e/ou militar via financiamento de estudos. Outro aspecto a ser considerado, diz respeito ao êxodo rural, “resultado do modelo agrícola vigente, que fez do Brasil um dos países mais urbanizados do mundo, pois mais de 80% dos brasileiros vivem nas cidades, e 27 milhões de brasileiros migraram do campo para cidade na década de 90” (ROEL, 2002, p.60).

Diante desta distinção temporal, a preocupação na atualidade é se estas unidades familiares têm perspectivas de que seus filhos possam ou tenham intenção de assumir os estabelecimentos e continuarem com as atividades agrícolas.

Tabela 8 – Localização e quantidade de membros residentes das UF.

Município			Tamanho da Família		
Município	Frequência	%	Membros residentes	Frequência	%
Medianeira	49	24,5	2 membros	78	39,0
Santa Helena	39	19,5	3 membros	49	24,5
Entre Rios do Oeste	26	13,0	4 membros	35	17,5
Diamante do Oeste	23	11,5	5 membros	22	11,0
Pato Bragado	18	9,0	1 membro	10	5,0
São José das Palmeiras	18	9,0	6 membros	6	3,0
Guaira	15	7,5	Total	200	100,0
Terra Roxa	12	6,0	Média	3	Membros
Total	200	100,0	Moda	2	Membros

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A Tabela 9 evidencia a análise dos vínculos familiares diante da concentração das pessoas residentes nas unidades familiares, representada pelo casal, seguido dos filhos, com pouca representação de gerações mais antigas, no caso avós e gerações novas que são representadas pelos netos.

Para Anjos et al (2006), a sucessão hereditária não está ligada somente a questão de renda ou as perspectivas da agricultura, mas também pela intensidade do processo de destruição do emprego agrícola e aumento de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas, originada pela necessidade de fonte econômica para a manutenção familiar, sendo esta iniciativa

favorecida em regiões com economia diversificada e que podem utilizar mão de obra tanto do campo como da cidade.

Tabela 9 – Vínculo familiar dos membros residentes das UF

Vínculo familiar	Frequência	%
Casal	366	61,1
Filhos	201	33,6
Proprietário	9	1,5
Avós	10	1,7
Pai e Mãe	8	1,3
Nora	1	0,2
Enteados	2	0,3
Netos	2	0,3
Total	599	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A região da Costa Oeste do Paraná possui uma economia dinâmica e diversificada nos mais diversos setores de atividades, entretanto, cabe destaque, o cooperativismo e os processos de industrialização nela presentes, proporcionando oportunidades fora do campo, econômicas e socioculturais.

A Tabela 10 ilustra a pretensão do futuro dos filhos em relação a propriedade. Uma parte modesta de 23% confirmou que pretendem continuar nas propriedades e continuar com os empreendimentos agropecuários. Uma parcela mais robusta de 31,5% das propriedades, afirmaram que os filhos já se desligaram e, não fazem mais parte destas unidades familiares no meio rural. Um percentual de 11% respondeu que os filhos são muito jovens para essa decisão, enquanto 10,0% pretendem continuar morando na propriedade, mas trabalhar em outra atividade que não seja agrícola, que se incorporam a outros 9% que responderam que pretendem deixar a propriedade rural e ir para a cidade.

O espelho da Tabela 10, traz um cenário preocupante para a continuidade das atividades da agricultura familiar diante das pretensões dos membros das famílias que permanecerão no campo, sendo que existe quantidade significativa de jovens com intenção de morar na propriedade e exercer atividades não agrícolas ou mesmo deixar a propriedade e ir para a cidade. Pode-se destacar a pouca intenção de retorno à propriedade levantada nas caracterizações.

Considerando que existe parte considerável que pretende continuar trabalhando na propriedade e outros ainda muito jovens ou indecisos, torna-se necessária a implantação de políticas públicas que tenham como foco a permanência da juventude no campo.

A saída desse jovem do campo relaciona-se com a reprodução da agricultura familiar, como relata Spanevello, Matte, Andreatta e Lago (2017, p.368):

A saída de jovens e não reprodução social das famílias representam mudanças para as dinâmicas produtivas do local, além de implicações para o meio urbano, principal responsável pelo papel de absorção da mão de obra saída do campo. Assim, as implicações dessas mudanças atingem distintas instâncias sociais, econômicas e políticas e carecem, de forma premente, maior atenção das instituições e organizações locais e regionais envolvidas com a categoria social dos agricultores familiares.

Tabela 10 – Pretensão dos filhos em relação a permanecerem nas propriedades das UF.

Pretensão dos filhos em relação a propriedade	Frequência	%	% Casos
Filhos já estão desligados das atividades da propriedade.	63	30,9%	31,5%
Continuar trabalhando na propriedade em atividades agrícolas	46	22,5%	23,0%
Os filhos são muito jovens para decidir	22	10,8%	11,0%
Continuar morando na propriedade e trabalhar fora dela em atividades não agrícolas.	21	10,3%	10,5%
Deixar a propriedade e ir para a cidade.	18	8,8%	9,0%
Não tem filhos	15	7,4%	7,5%
Continuar morando na propriedade e trabalhar fora dela em atividades agrícolas.	8	3,9%	4,0%
Trabalha em outras atividades e pretende retornar a propriedade.	4	2,0%	2,0%
Os filhos ainda não decidiram	4	2,0%	2,0%
Não sabem o que querem para o futuro	2	1,0%	1,0%
Deixar a propriedade e continuar no campo	1	0,5%	0,5%
Total	204	100,0%	102,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Em relação a mão de obra, pode-se verificar na Tabela 11 que as unidades estudadas retratam características da agricultura familiar, pois a grande maioria (85,5%), não contrata mão de obra externa, ficando a cargo da família o trabalho de todas as atividades a serem executadas no estabelecimento ou empreendimento. A quantidade de mão de obra contratada externa faz parte, mas não chega a ser representativa e quando se faz necessária a contratação, a maior quantidade corresponde a menos de trinta dias ao ano.

Tabela 11 – Quantidade de mão de obra contratada em dias/ano nas UF

Dias contratados	Frequência	%
Até 10 dias por ano	7	3,5
De 11 a 20 dias por ano	5	2,5
De 21 a 30 dias por ano	4	2
De 41 a 60 dias por ano	3	1,5
De 61 a 90 dias por ano	1	0,5
De 91 a 120 dias por ano	1	0,5
De 121 a 180 dias por ano	4	2
De 181 a 240 dias por ano	1	0,5
De 241 a 300 dias por ano	3	1,5
Total	29	14,5
Sem contratação de mão de obra	171	85,5
Total	200	100

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A composição da renda nas propriedades, ilustrada na Tabela 12, demonstra os tipos de renda das unidades familiares estudadas. A grande parte destas unidades, chegando a casa dos

60%, possuem renda extra agrícola. Contempla-se também a renda de aposentadoria em 38% das unidades familiares, o que diretamente representa um envelhecimento dos participantes das UF e uma forte fonte de renda às propriedades.

Há indícios de que a busca de outras fontes de renda, pode ter como fator à queda da renda agrícola, visto a necessidade de ingresso econômico para a manutenção das necessidades familiares, prática favorecida em regiões e localidades economicamente mais diversificadas ou com mercado de trabalho que não distingue mão de obra residente no campo ou cidade (ANJOS, 2006).

As unidades familiares apresentam características pluriativas diante do expressivo trabalho assalariado realizado fora da exploração da propriedade, representado por inúmeras profissões, que pode estar relacionado com a geração de renda insuficiente na propriedade ou pela dedicação de tempo parcial na agricultura, seja por haver tempo disponível, além, das atribuições corriqueiras, ou pela falta de iniciativa em criar alternativas de novas rendas na própria propriedade.

Tabela 12 – Descrição da composição e tipos de renda das Unidades Familiares

Renda extra agrícola	Frequência	%	
Possui renda extra agrícola	132	66,0%	
Não possui renda extra agrícola	68	34,0%	
Total	200	100%	
Tipo de renda	Frequência	%	% n° Casos
Aposentadoria	76	51,7%	38,0%
Assalariado (não informou a profissão)	24	16,3%	12,0%
Serviços gerais (diárias)	14	9,5%	7,0%
Pedreiro	5	3,4%	2,5%
Funcionário público	5	3,4%	2,5%
Professor	5	3,4%	2,5%
Vigia	3	2,0%	1,5%
Doméstica	2	1,4%	1,0%
Feirante	2	1,4%	1,0%
Costureira	2	1,4%	1,0%
Mecânico	1	0,7%	0,5%
Técnico agrícola	1	0,7%	0,5%
Cabelereira	1	0,7%	0,5%
Cozinheira	1	0,7%	0,5%
Pensão	1	0,7%	0,5%
Benefício INSS "Acidente ou doença"	1	0,7%	0,5%
Frete de animais	1	0,7%	0,5%
Advogado	1	0,7%	0,5%
Pintor	1	0,7%	0,5%
Total	147	100%	

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A definição do espaço rural não mais está relacionada somente com a atividade agrícola, segundo Schneider (1994), devido à redução significativa de pessoas ocupadas na

agricultura por causa dos avanços técnicos atribuídos ao campo, o que contribui para que as pessoas que residem no campo, tenham ocupação em atividades não agrícolas ou a combinação da atividade agrícola com outras fontes de renda.

A pluriatividade é um fenômeno derivado de um grande processo de transformação agrícola, conectado a dinâmica econômica geral, mas com certas peculiaridades ligadas as condições geográficas e o contexto político e econômico em que se inserem estas unidades familiares faz parte do trabalho de Silva (2015).

Por exemplo, uma região com acesso precário a mercados, a garantia da reprodução familiar estaria relacionada a uma atividade agrícola para subsistência e uma formação de renda extra agrícola não relacionada a propriedade, assim, o contexto territorial e as circunstâncias econômicas têm alto grau de influência na pluriatividade.

A organização e interação social em que as unidades familiares estão inseridas podem promover arranjos importantes na região em que se encontram. Na Tabela 13, identificou-se três agentes potenciais de desenvolvimento, primeiramente a igreja, seguida pelas cooperativas e pelas associações de produtores, sendo necessária a identificação de quais são as ações desenvolvidas na região em estudo.

Uma pesquisa feita por Rabaioli e Vilpoux (2018), sobre o tema no Oeste de Santa Catarina, identificou que instituições religiosas fortalecem as relações interpessoais, a confiança e a reciprocidade dos agricultores da região, contribuindo para a existência de capital social pela construção de práticas sociais e normas comuns, fortalecimento da cultura cívica e da confiança interpessoal e incentivo na criação e participação em redes sociais.

A presença de cooperativas permite identificar a existência de uma organização socioprodutiva no território, manifestando-se através de um aglomerado de relações sociais materializadas nos resultados da cooperação, criando-se um espaço definido de competências e estratégias para desenvolvimento. O espaço agrícola do oeste do Paraná é composto por ações e práticas culturais originadas pelos migrantes e redimensionadas pelo processo de modernização tecnológica da agricultura e o apelo do mercado (CREMONESE e SCHALLENBERGER, 2005).

Esta percepção e apresentação da realidade dos municípios lindeiros do Oeste do Paraná pode ser identificada na Tabela 13, onde encontram-se os dados por grau de importância e de forma decrescente em relação as entidades e organizações responsáveis pela organização e integração social das unidades familiares.

Tabela 13 – Participação das Unidades Familiares em organização e integração social.

Entidades	Frequência	%	% Casos
Igrejas	158	27,1%	79,0%
Cooperativas	141	24,1%	70,5%
Associação dos produtores	138	23,6%	69,0%
Sindicatos	73	12,5%	36,5%
Associações comunitárias	57	9,8%	28,5%
Conselhos municipais	9	1,5%	4,5%
Sem participação em entidades.	8	1,4%	4,0%
Total	584	100,0%	292,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A Tabela 14 apresenta de maneira analítica quais os agentes relacionados com a organização e integração social destas unidades, sendo que os membros se relacionam com vários agentes dentro de seu território. Pelas informações coletadas, identifica-se a grande importância dos agentes religiosos, sendo o maior representante a Igreja Católica, seguida pela Igreja Evangélica e Luterana. Poucos são os agricultores que não participam de uma organização social dentre as unidades estudadas.

Tabela 14 – Participação dos agricultores em agências organizadas e/ou integração social

Entidades	Frequência	%	% Casos
Igreja Católica	135	27,3%	67,5%
Sindicato Rural	44	8,9%	22,0%
Aafemed – Associação dos Agricultores Familiares e Ecológicos de Medianeira	38	7,7%	19,0%
Coafaso – Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná	37	7,5%	18,5%
Coopagril – Cooperativa Agroindustrial	35	7,1%	17,5%
Cooperativa Lar – Cooperativa Agroindustrial	34	6,9%	17,0%
Apoer – Associação de produtores orgânicos de Entre Rios do Oeste	23	4,7%	11,5%
Cresol – Cooperativa de Crédito – Instituição financeira	22	4,5%	11,0%
Sicred – Cooperativa de Crédito – Instituição financeira	16	3,2%	8,0%
Apop – Associação de Produtores Orgânicos de Palotina	16	3,2%	8,0%
Cooperfam – Cooperativa de Agronegócios e Agricultura Familiar	14	2,8%	7,0%
Aafo – Associação das Agroindústrias Familiares	11	2,2%	5,5%
Igreja Evangélica	10	2,0%	5,0%
Apong – Associação de produtores de orgânicos e naturais de Guaíra	10	2,0%	5,0%
Coofamel – Cooperativa Agro familiar Solidária	9	1,8%	4,5%
Não participa	8	1,6%	4,0%
Igreja Luterana	7	1,4%	3,5%
Ampas – Associação dos Pequenos Produtores de Santa Helena	7	1,4%	3,5%
Não informou	4	0,8%	2,0%
Coopercam – Cooperativa de Comercialização e Industrialização Camponesa	3	0,6%	1,5%
Cooplaf – Cooperativa Mista de Pecuária de Corte, Leiteira e da Agricultura Familiar	2	0,4%	1,0%
Apalan – Associação dos Pequenos Agricultores de Linha Alegria	2	0,4%	1,0%
Aproceu – Associação dos Produtores de Céu Azul	2	0,4%	1,0%
Cvale – Cooperativa Agroindustrial	2	0,4%	1,0%
Sicoob – Cooperativa de Crédito – Instituição financeira	1	0,2%	0,5%
Coopavel – Cooperativa Agroindustrial	1	0,2%	0,5%
Cooprafa – Cooperativa de Agricultores da Agricultura Familiar	1	0,2%	0,5%
Total	494	100,0%	247,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Segundo Ribeiro et al. (2012), em relação à agricultura familiar, uma ferramenta de organização política, econômica e social é a criação de associações e cooperativas. A cooperação e associação é uma alternativa para os agricultores familiares para a organização, agregação de valor, comercialização, contribuindo para a inserção de sua produção em mercados locais, regionais e globais, representando um instrumento de enfrentamento à concorrência empresarial. As cooperativas e associações se fazem muito presentes na região estudada, proporcionando várias alternativas para os empreendimentos agropecuários desenvolverem suas atividades de forma participativa.

Quanto às cooperativas e associações, conforme a Tabela 14, evidencia-se a quantidade de organizações presentes no território se relacionando com estes agricultores, seja as cooperativas de grande porte como as agroindustriais, assim como as cooperativas de crédito ou cooperativas e associações locais. Um indicador que demonstra a potencialidade da agropecuária na região pode ser lido pela quantidade de cooperativas e associações relacionadas a agricultura familiar e suas atividades, pois buscam atender os interesses e necessidades dos cooperados e associados organizados.

A ação coletiva dos agricultores apontada na Tabela 15, indica que estão organizados ou integrados socialmente, e a grande maioria ocupa os espaços disponibilizados por estes agentes sociais na região, não exercendo nenhuma função específica. Entre as funções relatadas, o maior número está relacionado as entidades religiosas e associações e cooperativas.

Tabela 15 – Participação em funções nos agentes da organização e integração social pelos agricultores familiares

Função	Frequência	%	% Casos
Não exerce função, somente participa	125	55,8%	62,5%
Coordenação de Igreja	21	9,4%	10,5%
Conselho de associação de produtores	16	7,1%	8,0%
Presidência de Associação	15	6,7%	7,5%
Tesouraria de entidade	14	6,3%	7,0%
Diretoria de associação	8	3,6%	4,0%
Conselhos de cooperativa	6	2,7%	3,0%
Secretarias de associação	6	2,7%	3,0%
Ministro da Eucaristia	5	2,2%	2,5%
Catequista	3	1,3%	1,5%
Conselho municipal	2	0,9%	1,0%
Representante – CMDR	1	0,4%	0,5%
Conselho Administrativo	1	0,4%	0,5%
Conselho de ética	1	0,4%	0,5%
Total	224	100,0%	112,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A baixa representação em conselhos municipais, contido na Tabela 15, demonstra uma deficiência neste aspecto, pois a representatividade de agricultores familiares seria de grande importância, propondo ações através de formulação de políticas públicas para meio rural.

Portanto, em resposta à pergunta do estudo, a dinâmica da agricultura familiar neste território apresenta vários aspectos-chaves, como a realidade dos membros familiares residentes nas propriedades, ilustrando um quantitativo numérico pouco expressivo para potencializar os empreendimentos agropecuários em diversificação e obtenção de renda com estabilidade. O que torna possível deduzir que o tamanho das famílias nas propriedades que foram suporte a este trabalho, tem limitação a criação e novas alternativas, como podem ser observadas pelos outros indicadores tratados na sequência, como exemplo, a própria faixa etária e fonte de renda, provindo da aposentadoria dos residentes.

A demonstração do vínculo familiar dos membros residentes, retrata com preocupação a realidade em curso nestes municípios, com relação a estas unidades familiares e seus empreendimentos agropecuários, pois a grande maioria está composta apenas pelo casal, e com poucos filhos ou outros membros familiares que possam desempenhar as atividades inerentes nas propriedades. Este indicador constitui um fator limitador, tanto na sequência dos próprios empreendimentos agropecuários, como na possível expansão de outras atividades para aumentar e/ou diversificar as fontes de renda e permitir estabilidade e prosperidade as UF.

A continuidade das atividades nestes estabelecimentos agropecuários, fica mais limitada ou preocupante ao analisar a pretensão dos descendentes ou possíveis futuros condutores dos empreendimentos, dado o quantitativo que já não fazem parte das atividades na propriedade e dos que não pretendem continuar as atividades na mesma. Isto caracteriza que a nova paisagem pode ser formada, caso as ações para estabilizar ou redimir essa intenção ou pretensão não se altere.

Ao considerar a baixa contratação e mão de obra externa para auxílio eventual nas atividades das propriedades, quando agregado ao quantitativo de membros residentes, seu vínculo, pretensão de permanecer nas propriedades e fontes de renda, identifica-se a limitação de potencializar tais empreendimentos agropecuários, diante da baixa disponibilidade do principal recurso, o humano, para desempenhar as atividades nas UF.

A maioria das unidades familiares apresentam uma pluriatividade, e consequentemente demonstram que o trabalho e renda estão relacionados a atividades na propriedade, e outras oportunidades geradas no território, sendo a aposentadoria uma expressiva fonte de renda deles.

O convívio e a presença em organizações e interação social, são características marcantes, contudo, predomina a participação em entidades religiosas, cooperativas e associações. Isto identifica a relação com esses agentes, como meio de fortalecer as relações interpessoais, criando estratégias de desenvolvimento no território estudado. Todavia, a participação por si só, não produz os resultados desejados, pois os espaços de representação, principalmente na esfera política, não são ocupados, demonstrando que não defendem ou ocupam com representatividade esses postos, para seus próprios interesses.

A apresentação de tais indicadores e realidades podem ser complementados com estudos relacionados a identificar os desafios e dificuldades dos territórios rurais, como a transformação agrícola em relação a dinâmica geográfica, política e econômica, além das oportunidades relacionadas ao rural e urbano de geração de renda. Buscar apresentar os membros destas UF, como atores, em ações potenciais no processo de implementação de políticas públicas, voltadas a assistência técnica, estímulo à produção, apoio ao desenvolvimento de novos negócios (agrícolas e não agrícolas), sucessão familiar, dentre outros, que possam proporcionar reais condições de sustentabilidade aos empreendimentos agropecuários.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao cumprir o objetivo do estudo, constatou-se a necessidade de reflexão sobre perspectivas de sucessores, pois os membros residentes nas unidades familiares são na maioria representados pelo casal, indicando um comprometimento em relação a continuidade das atividades agrícolas destas unidades. A maioria dos filhos já se desligaram da propriedade ou tem essa intenção, pela dinâmica econômica do território com oportunidades de geração de emprego e renda não agrícolas.

Foi constatada a pluriatividade nas unidades, onde o trabalho e renda não estão somente relacionadas as atividades agrícolas. Outro aspecto é o convívio e a participação desses agricultores em organizações sociais, e apresentou-se fortes ligações com as entidades religiosas, cooperativas e associações, reflexos estes do território onde se encontram.

Os outros estudos corroboram que as transformações, mudanças e adequações do espaço e das formas de conviver neste espaço, foram identificadas na análise da abordagem da família com o território. As alterações das configurações, na composição familiar e da mesma com o contexto social organizado, consistem numa dinâmica em mutação e adaptação, conforme a realidade das unidades familiares e a suas conveniências.

Para novos estudos, indica-se uma análise destes agricultores, principalmente em relação as suas características sociais e sua relação com os conceitos atribuídos a nova ruralidade brasileira, investigando os possíveis efeitos e resultados influenciados pela dinâmica territorial e na realidade local de seus vários atores.

O estudo contribuiu para a análise do processo de desenvolvimento da região Oeste do Paraná, que demonstra os interesses da própria colonização e da composição das origens das unidades familiares, fortalecendo para a formação e características de seu modo de vida e convívio social que predominaram e permanecem com fortes traços no meio social na atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁGUAS PARANÁ – Instituto das Águas do Paraná. **Plano de Bacia Hidrográfica do Paraná 3 – Características Gerais: Produto 1**, 2014. Disponível em <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/Parana_3/plano_de_bacia/Produto_01_Caracteristicas_Gerais_da_Bacia_BP3_2014_v07_Final.pdf>. Acessado em 16 dez. 2019.
- ALENTEJANO, P. R. **As relações campo-cidade no Brasil do século XXI**. Revista de Políticas Públicas, v. 7, n. 2, p. 303-325, 2015.
- ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Reforma agrária, v. 28, n. 1, p. 2, 1998.
- ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia Aplicada, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.
- ANJOS, F. S. D.; CALDAS, N. V.; COSTA, M. R. C. **Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar**. XLIV Congresso da SOBER. Fortaleza, 2006.
- BIOLABORE - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná. **Projeto de Agricultura Orgânica na BP3**, 2018.
- CAMARGO, R. A. L. de; OLIVEIRA, J. T. A. de. **Agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: interfaces de uma realidade complexa**. Ciência Rural, v. 42, n. 9, p. 1707-1714, 2012.
- CARMO, M.S.; SALLES, J.T.A. **Sistemas familiares de produção agrícola e o desenvolvimento sustentado**. In :ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 1998, Florianópolis. Anais. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sbs3/html>>. Acesso em 15 dez 2019.
- CASAGRANDE, A. E.; DE SOUZA, E. B. C. **Do planejamento ao ordenamento territorial: estudo da região costa oeste do Paraná**. Raega - O Espaço Geográfico em Análise, 2013, 28: 67-85.
- CREMONESE, C.; SCHALLENBERGER, E. **Cooperativismo e agricultura familiar na formação do espaço agrícola do Oeste do Paraná**. Tempo da Ciência, v. 12, n. 23, p. 49-63, 2005.
- DEMATTEIS, G. **Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território**. Desenvolvimento territorial e agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, p. 33-46, 2008.
- ELESBÃO, I. **O espaço rural brasileiro em transformação**. Finisterra, v. 42, n. 84, 2007.
- GRISA, C. SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil / Organizadores Cátia Grisa e Sergio Schneider**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.
- HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

IBGE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário: resultados definitivos / IBGE 2017**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em 15 dez 2019.

LIMA, I.T.C. **Itaipu: as faces de um megaprojeto de desenvolvimento**. Marechal Cândido Rondon-PR: Editora Germânica, 2006.

MAZAROLLO, J. **A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu**. São Paulo: Loyola, 2003.

PERIS, A. F. (Org), et al. **Estratégias de desenvolvimento regional: Região Oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2008.

PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012. A história do Oeste Paranaense. pp. 75-89. ISBN 978-85-7628-587-8.

RABAIOLI, V.; VILPOUX, O.F. **Papel da igreja na construção de capital social: caso da região oeste de Santa Catarina**. Multitemas, v. 23, n. 53, p. 25-48, 2018.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, K. Á.; NASCIMENTO, D. C.; DA SILVA, J. F.B. **A importância das cooperativas agropecuárias para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI-Petrolina/PE**. Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo, v. 2, 2012.

ROEL, A. R. **A agricultura orgânica ou ecológica e a sustentabilidade da agricultura**. INTERAÇÕES Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N. 4, p. 57-62, Mar. 2002.

SCHNEIDER, S. **O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade**. Revista Ensaios e Debates, p. 106-131, 1994.

SILVA, S. P. **A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território: Uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015.

SPANVELLO, R.M.; MATTE, A.; ANDREATTA, T.; LAGO, A. **A Problemática do Envelhecimento no Meio Rural Sob a Ótica dos Agricultores Familiares Sem Sucessores**. DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO Editora Unijuí - ano 15. n. 40, jul./set. 2017

STERCHILE, S.P.W.; SOUZA, E.B.C. **Apontamentos sobre a aplicação dos royalties da Itaipu Binacional e o processo de desenvolvimento**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 4, n. 2, p. 3-22, maio/agosto 2008.

3 RELAÇÃO DE UNIDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR DA COSTA OESTE PARANAENSE COM O NOVO RURAL BRASILEIRO

Resumo: A agricultura familiar tem grande importância no crescimento do país e para a segurança alimentar, porém, com as mudanças sofridas pelo meio rural nas últimas décadas, ela vem sofrendo transformações em vários aspectos. O objetivo do estudo é identificar as características de unidades familiares localizadas na região da Costa Oeste do Paraná, em relação aos membros residentes e suas relações com os conceitos do novo rural brasileiro. Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo descritivo, com abordagem quantitativa e fontes secundárias extraídas do banco de dados dos relatórios do “Projeto de Agricultura Orgânica na BP3”, trabalho conduzido e desenvolvido pela Biolabore - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná, em conjunto com a Itaipu Binacional. As informações foram extraídas dos relatórios de 200 unidades de agricultura familiar. Constatou-se a presença de pequenas famílias, onde os membros não apresentam características de população jovem, iniciando processo de envelhecimento. A taxa de analfabetismo é considerada baixa, porém com grande concentração de membros com ensino fundamental incompleto nas faixas etárias mais elevadas, indicando atraso educacional dos mais velhos e a formação educacional mais elevada está relacionada aos mais novos. Identificou-se que os membros residentes mais velhos são casados e dedicam mais tempo e mão de obra a propriedade, os mais jovens são solteiros, podendo constituir vínculo familiar fora do eixo rural, dedicando menos tempo as atividades agrícolas. Existe homogeneidade de variâncias entre as médias de idade e dias dedicados a propriedade entre os homens e as mulheres e indícios de pluriatividade nas unidades estudadas. Como trabalhos futuros, sugere-se o levantamento das potencialidades locais para a identificação de oportunidades e renda.

Palavras – chave: Aspectos sociais, organização familiar, transformação.

Abstract: Family farming is of great importance for the country's growth and for food security, however, with the changes undergone by the rural environment in recent decades, it has undergone transformations in several aspects. The objective of the study is to identify the characteristics of family units located in the region of the West Coast of Paraná, in relation to resident members and their relationship with the concepts of the new Brazilian countryside. This research is characterized as a descriptive study, with a quantitative approach and secondary sources extracted from the database of reports of the “Organic Agriculture Project at BP3”, work conducted and developed by Biolabore - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná, in jointly with Itaipu Binacional. The information was extracted from the reports of 200 family farming units. The presence of small families was found, where the members do not present characteristics of a young population, initiating an aging process. The illiteracy rate is considered low, but with a high concentration of members with incomplete elementary education in the older age groups, indicating educational backwardness for the older ones and the higher educational background is related to the younger ones. It was identified that the older resident members are married and dedicate more time and labor to the property, the younger ones are single, and may constitute a family bond outside the rural axis, dedicating less time to agricultural activities. There is homogeneity of variances between the average age and days dedicated to ownership between men and women and evidence of pluriactivity in the units studied. As future work, it is suggested to survey the local potential to identify opportunities and income.

Key words: Social aspects, family organization, transformation.

3.1 INTRODUÇÃO

Existem diversos estudos relacionados à agricultura familiar e seus sujeitos, destacando, principalmente a importância do seu lugar no crescimento do país e segurança alimentar, bem como as mudanças sofridas pelo meio rural nas últimas décadas.

Para Camargo e Oliveira (2012), ainda que a categoria denominada novas ruralidades não se empregue no Brasil como em moldes europeus, por aqui não se pode negar que haja transformações que incluem novas atividades e outras categorias sociais, além da agricultura e dos agricultores. Em várias regiões brasileiras, a agricultura continua sendo o fator base de desenvolvimento local e do tipo de ruralidade encontrada, com suas relações sociais, meio ambiente, com capacidade de reproduzir a paisagem cultural e ambiental atraente tanto para os que moram no campo, bem como aos que procuram melhor qualidade de vida.

Para a manutenção e desenvolvimento deste potencial existe a necessidade de manter os seus elementos constitutivos, garantindo acesso à terra a uma ampla série de produtores familiares inclusos em diversos sistemas produtivos, com facilidade de crédito e garantia de mercado dos produtos com preços compensatórios. Dessa forma, a agricultura familiar poderá desempenhar suas múltiplas funções para a garantia de um rural em movimento de transformação e de integração de uma diversidade de atores e interesses (CAMARGO e OLIVEIRA, 2012).

O Brasil tem vivenciado nos últimos anos avanços importantes a respeito das definições e compreensões de características e do significado do grupo social denominado agricultura familiar, dentre eles a sua grande diversidade econômica e heterogeneidade social, constituídos por pequenos proprietários de terra, que se utilizam da mão de obra da família para a força de trabalho, produzindo tanto para o seu auto consumo como para a comercialização e vivendo em pequenas comunidades ou povoados rurais (SCHNEIDER e CASSOL, 2014).

Conforme o estudo coordenado por Hugues Lamarche (1998), que contou com a participação de renomados pesquisadores brasileiros como Nazareth Wanderley, Anita Brumer, Fernando Lourenço e Ghislaine Duque, identificou-se que os elementos comuns na diversidade de situações encontradas na Europa e no Brasil, é o caráter familiar do trabalho, da gestão e da posse da terra, e que não faz sentido resumir a diversidade da agricultura familiar às condições que mais se aproximam da ideia clássica de campesinato, como defendem alguns autores (ABRAMOVAY, 2012).

A partir destas considerações, torna-se importante os estudos sobre os agricultores e seus membros familiares com as novas características apresentadas pelo rural brasileiro. Desse

modo o presente estudo tem como questão de pesquisa: **Quais são as características sociais de unidades de agricultura familiar na Costa Oeste Paranaense e sua relação com a nova ruralidade?**

Este capítulo está estruturado em cinco seções, sendo esta, a primeira, em que consta o problema, objetivo, justificativa e estrutura da pesquisa. Em seguida, na segunda seção, são apresentados os conceitos relacionados à Agricultura Familiar, Agricultores Familiares e O novo Rural Brasileiro; na terceira, é destacada a metodologia utilizada; na quarta, são expostos os resultados do estudo; e por fim, na última seção, apresenta-se as considerações finais, além das referências bibliográficas.

3.2 REFERENCIAL TEÓRICO

3.2.1 Agricultura familiar

O conceito de agricultura familiar é um conceito em construção, mas há necessidade de discussão sobre o mesmo, para diferenciá-lo do conceito de campesinato, utilizado por alguns estudiosos do mundo rural. Abramovay (2012, p.142), afirma ser necessária essa diferenciação, pois “tanto a venda das safras como a compra dos insumos passam por uma integração parcial a mercados incompletos”, no caso do campesinato, apontando que há uma diferença de natureza social entre o campesinato e a agricultura familiar.

Para Lênin (1969), sob um viés marxista, o camponês seria extinto pela dinâmica da diferenciação entre os produtores, pois como produtor de mercadorias, ele optaria por uma das duas classes fundamentais da sociedade: o proletariado ou a burguesia. Kautsky (1980), acreditava que a agricultura ao aderir ao processo de modernização, retiraria o pequeno agricultor de cena, já que ele não conseguiria incorporar essas tecnologias e não resistiria a concorrência das grandes empresas agrícolas (ABRAMOVAY, 2012).

Marx (1818 – 1883), não se dedicou a estudar a produção familiar na agricultura [...] o desenvolvimento econômico distribui funções entre diferentes pessoas; e o artesão ou o camponês que produz com seus próprios meios de produção ou será transformado gradualmente num pequeno capitalista que também explora o trabalho alheio ou sofrerá a perda de seus meios de produção e será transformado em trabalhador assalariado (MARX, apud DE JANVRY, 1981).

Alexander Chayanov (1888-1930), e posterior a ele o polonês Jerzy Tepich (1973), buscaram identificar “uma definição de campesinato cuja base seria a própria família, e as determinações que a estrutura familiar impõe sobre o comportamento econômico” (ABRAMOVAY, 2012, p.34). Para Chayanov, o campesinato é um segmento que tem o trabalho e o consumo como fatores determinantes das decisões econômicas, e o “sistema econômico camponês pode se desenvolver nas mais diferentes organizações sociais (ABRAMOVAY, 2012).

Para Abramovay (2012), o agricultor familiar ao se integrar ao mercado econômico, perde seu caráter camponês, pois o camponês se insere de forma parcial aos mercados incompletos, tem uma cultura tradicional e um modo de vida de pequenas comunidades rurais, baseado em uma ética de subsistência e reciprocidade. O agricultor familiar tem maior integração ao mercado, embora permaneça a forma de produção baseada na família.

Pela legislação o conceito é bem mais enxuto, pois segundo a Lei de Agricultura Familiar (Lei 11.326/2006), agricultor familiar é:

[...] aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente, aos seguintes requisitos: I não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Para Grisa e Schneider (2015), a conceituação de agricultura familiar está caracterizada por uma produção que é orientada para o mercado, mas também para a subsistência da família, utilizando predominantemente mão de obra familiar, bem como são possuidores da terra e dos meios de produção, diferenciando-se da agricultura empresarial que possui uma produção totalmente orientada para o mercado, é altamente mecanizada e contrata mão de obra assalariada.

As características de relação com o mercado em alguns estilos de agricultura, estão relacionados a um processo de inserção no regime de produção voltado ao capitalismo, aparecem como uma forma empresarial de agricultura familiar, dependendo de certas especializações produtivas, uso de recursos externos e dos custos de produção e transação. Porém, também existem estilos que se distanciam de certos modelos dominantes, criam diferentes formas de diversificar os circuitos de troca e buscam por autonomia em relação às obrigações das formas impostas pelos agentes externos de modelos agrícolas dominantes (SCHNEIDER, 2010).

Segundo Wanderley (2003), é pertinente o conceito de agricultura e agricultor familiar para compreender o ator a que se refere, e mesmo que essa identidade tenha sido atribuída na maioria dos casos, ela é incorporada pelos próprios agricultores e aponta qualidades positivas na sua tipologia dentro de seu processo de desenvolvimento, indicando que o agricultor familiar não é passivo contra as forças dominantes externas e internas do seu universo e tem poder de construir sua própria história no meio rural inserido na sociedade moderna.

Para Picolotto (2014), existiram três grupos de atores que atuaram na construção da categoria agricultura familiar no Brasil: a academia pelos trabalhos que embasaram o pensamento sobre o lugar teórico e histórico desse tipo de agricultura e seu papel no desenvolvimento do país; o Estado pelas políticas e normatizações legais, as quais viabilizaram e estabeleceram compreensões sobre essa categoria e, por fim, as organizações desses

agricultores familiares, quem tem orientado essa categoria a um projeto de agricultura e sua utilização como identidade política.

3.2.2 Os agricultores familiares

Na atualidade existem confrontos concentrados entre a grande propriedade e outras formas sociais de produção, sendo uma delas a agricultura familiar, mas estes confrontos se dão num contexto sob muitos aspectos positivos, como a reconstrução democrática brasileira que estimulou a organização dos agricultores e possibilitou o livre debate nas instituições; criação de políticas públicas, como exemplo o PRONAF, legitimando o protagonismo do agricultor familiar; a profunda crítica ao modelo produtivista de modernização agrícola; o avanço da ciência e novas técnicas produtivas alternativas ao modelo da Revolução Verde e a globalização, no ponto de vista da ampliação de horizontes e espaços de intercâmbio destes agricultores (WANDERLEY, 2009).

Segundo Buainain (2006), os agricultores familiares diversificam-se historicamente pela formação de grupos, heranças culturais, experiência profissional e de vida particulares, acesso e disponibilidade diferenciada de um conjunto de fatores, entre eles os recursos naturais, capital humano e social; distinguem-se pela inserção de grupos em paisagens agrárias bem diferentes umas das outras; acesso diferenciado a mercados e inserção socioeconômica dos produtores, resultantes das condições particulares dos diversos grupos e oportunidades geradas pelo movimento da economia ou de políticas públicas.

Schneider e Cassol (2014), sintetizaram a classificação do agricultor familiar em três grupos: um grupo predominante de estabelecimentos especializados, dependentes da receita da atividade agropecuária, principalmente vegetal, com certa abertura para atividades fora do estabelecimento, porém, com vocação e estratégia de reprodução social pela agropecuária. O segundo, um grupo pequeno de estabelecimentos com várias fontes de ingresso de receita, não sendo a receita agrícola única, nem mesmo a mais importante, onde entradas de atividades não agrícolas e aposentadorias são consideráveis, suas estratégias de reprodução não passam pela produção, não acessam serviços de extensão e possuem pouca área para ampliação da agricultura. E o terceiro grupo que vive no espaço rural, mas não é expressivo o sentido econômico de sua atividade agrícola ou agropecuária, a propriedade passa a ser um lugar de residência e a produção é voltada ao autoconsumo.

Os agricultores familiares fazem parte desse universo diferenciado, a composição de seus grupos está relacionada a interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e

de produção, reagindo de maneira diferente aos desafios, oportunidades e restrições similares, necessitando de um tratamento compatível com as diferenças. Reconhecer essa diferenciação é o núcleo de pensamento sobre o desenvolvimento da agricultura familiar de maneira geral e sobre a potencialidade de introdução da agricultura alternativa como estratégia de desenvolvimento (BUAINAIN, 2006).

Para Delgado e Bergamasco (2017) as normas invisíveis de trabalho e a produção do que se pode chamar de “riqueza invisível” é uma das particularidades da Agricultura Familiar, suprimida das sínteses econômicas. A família é uma instituição estratégica do meio rural e responsável pela concepção de atores do desenvolvimento rural, seja relacionado a mão de obra qualificada ou por trabalhadores sem qualificação, trabalhadores sazonais e migrantes em todas as regiões do país, demonstrando que dentro da unidade doméstica concentram-se esforços reprodutivos onde participam sobretudo mulheres, crianças e idosos.

3.2.3 O novo rural brasileiro

No Brasil, atualmente, passou a identificar-se uma nova configuração do mundo rural, e essa transformação se dá pela ocupação das pessoas residentes no campo, onde as tarefas agrícolas vêm sofrendo uma facilitação devido ao progresso técnico nas atividades agropecuárias, poupando mão de obra. Em contrapartida, nascem novas atividades agrícolas no meio rural em especializações de mercado e oportunidades de atividades não agrícolas, seja no centro urbano mais próximo ou no próprio meio rural, compensando a queda dos ocupados na agricultura (BUAINAIN e SALVADORI, 2009).

Entre 1970 e 2010, a participação da população rural caiu de 44% para 15,6%, e enquanto a população urbana cresceu 2,5% ao ano, nos anos 90, e 1,6% nos anos 2000, e a população rural passou de 35,7 milhões de pessoas em 1991 para 29,7 milhões em 2010, queda de 1,0% ao ano. Essa dinâmica demográfica das populações urbanas e rurais entre 1991 e 2010 indica a continuidade da tendência de esvaziamento demográfico rural no Brasil, mesmo que em ritmo mais ameno na última década (MAIA e BUAINAIN, 2015).

Essa mobilização da população para a área urbana decorreu, em parte, pelo sistema de mecanização empregado para produção agrícola em larga escala no decorrer dos anos. O movimento de forte migração das áreas rurais para as cidades, determinou o crescimento desordenado de grandes aglomerações e a formação de centros metropolitanos, que são reflexos dessa dinâmica (PEREHOUSKEI, JACINTO e MENDES, 2012, MARQUES, 2014).

Além do êxodo em função da mecanização empregada na agricultura, para Sacco dos Anjos e Caldas (2003), as transformações incidentes no meio rural estão relacionadas a três grandes processos, a masculinização, o envelhecimento e a desagregação. A masculinização e o envelhecimento resultam do efeito de um êxodo rural seletivo exercido nas duas últimas décadas no campo, enviando as cidades a mão de obra jovem e preferencialmente feminina, podendo comprometer a longo prazo a renovação da força de trabalho rural, enquanto o envelhecimento é consequência do aumento da esperança de vida da população rural, em conjunto com a diminuição absoluta e relativa da participação da população jovem. Quanto a desagregação, esta representa a competência decrescente da agricultura no sentido de ocupação da população economicamente ativa no campo brasileiro, haja vista o aumento de pessoas o número de pessoas absorvidas em atividades extra agrícolas.

Segundo Alentejano (2015), existem elementos que indicam perspectiva de criação de um novo modelo de desenvolvimento no campo brasileiro, onde destacam-se processos de valorização da agricultura familiar, avanço da pluriatividade, difusão de novas práticas agrícolas ambientalmente mais saudáveis, resultado de múltiplos assentamentos rurais no país e do avanço da regularização fundiária, porém, há grandes evidências no sentido oposto, a persistência da concentração fundiária, do êxodo rural, do domínio do grande capital agroindustrial no campo e do empobrecimento dos agricultores familiares.

Com essas transformações significativas que vem ocorrendo no meio rural brasileiro, em função da modernização da agricultura e do desenvolvimento dos centros urbanos, a agropecuária moderna e a agricultura de subsistência passaram a dividir espaço com um conjunto de atividades ligadas ao comércio, serviços e indústria, reduzindo cada vez mais, as diferenças entre o rural e o urbano (TELLES, COSTA, BACCHI e LAURENTI, 2017).

O Projeto Rurbano, denominado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro”, que teve início em 1997, teve como objetivo investigar a dinâmica do emprego agrícola nas áreas rurais do território nacional. A partir desse estudo, pode-se verificar a interrupção da redução do tamanho e a crescente diversificação ocupacional da população rural (GRAZIANO DA SILVA, 2001; GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 2001; LAURENTI, 2014 *apud* TELLES, COSTA, BACCHI e LAURENTI, 2017).

A dinâmica do espaço rural não pode ser compreendida somente pelos estudos das atividades agropecuárias, pois ocorreu um avanço no uso deste espaço com o surgimento de novas competências, surgindo um novo olhar sobre o rural e uma redefinição de suas atribuições. O conceito de espaço rural vem sendo redefinido, devido ao aparecimento de novas funções e novos tipos de ocupações nele inseridas, não somente relacionadas a produção, mas

também pela atração exercida cada vez mais na população urbana, criando um processo de valorização do campo pelo urbano, associando o rural a natureza, à saúde, à liberdade, descanso, qualidade de vida e outros (ELESBÃO, 2007).

3.3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório, descritivo e analítico, com fontes apenas secundárias, extraídas dos relatórios do “Projeto de Agricultura Orgânica na BP3”, trabalho conduzido e desenvolvido pela Biolabore - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná, em conjunto com a Itaipu Binacional.

A BP3 - Bacia do Paraná 3, está localizada no extremo Oeste do Paraná, onde foram atendidos pela Biolabore, através de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural, durante o período de 04/2015 a 04/2018, através do Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável - Programa Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional, atendendo 535 unidades de agricultura familiar com potencialidade agroecológica em vários municípios da região, representando a população da pesquisa.

Para a amostra do estudo, fizeram parte 200 unidades de agricultura familiar distribuídas por vários municípios da BP3, na Costa Oeste do Paraná, esse agrupamento apresenta proximidade geográfica, características climáticas, tipos de solo similares e semelhanças nos sistemas produtivos, contemplando 599 membros residentes nestas unidades, os quais fazem parte da análise. Segundo a Águas Paraná (2014) não há distinções significativas de solo e clima na região estudada, conforme demonstrado no relatório ‘Plano da Bacia Hidrográfica do Paraná 3 – Características gerais da bacia’, realizado em conjunto pela Unioeste, Itaipu, Águas Paraná e Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraná 3, assim optou-se por esta amostra aleatória.

Os resultados apresentaram 95% de confiança numa margem de erro de 5,5%, conforme a Fórmula 1 como base para cálculo amostral, onde **n** é a amostra calculada, **N** é a população, **Z** a variável normalmente padronizada associada ao nível de confiança, **p** a verdadeira probabilidade do evento e o erro amostral.

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)} \quad (1)$$

Os dados foram analisados com recursos matemáticos para a descrição das causas e relações entre as variáveis, em seguida, foram inseridos em software de gerenciamento estatístico próprio para proceder suas análises quantitativas.

3.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para compreender o funcionamento das unidades familiares estudadas nestes municípios na Costa Oeste do Paraná, inicialmente foram levantados os dados da composição familiar, identificando-se, conforme a Tabela 16 que existe a predominância de famílias com apenas dois membros residentes e que, em média, as famílias apresentam 3 membros residentes, chamando a atenção para algumas unidades em que existe somente um membro residente.

Levando em consideração que na agricultura familiar a força de trabalho no estabelecimento é realizada pelos membros da família, estes estabelecimentos que apresentam poucos membros residentes podem apresentar necessidade de contratação de mão de obra externa, optar por atividades que não necessitem de níveis altos de mão de obra empregada ou mesmo atividades que apresentem alto nível de automação (BUAINAIN, 2006).

A falta de mão de obra familiar bloqueia a adoção de sistemas de produção potencialmente mais rentáveis, principalmente em produtores menos capitalizados sem condições de contratação de mão de obra assalariada em momentos de pico. Outro aspecto é a falta de alternativas locais para a reprodução dos membros destas famílias, levando a um processo de migração, o que aumenta a falta de mão de obra e em várias áreas já se constata o envelhecimento e o celibato no meio rural (BUAINAIN, 2006).

A importância do êxodo rural é confirmada quando se examinam os dados dos últimos 50 anos: desde 1950, a cada 10 anos, um em cada três brasileiros vivendo no meio rural opta pela migração, e atualmente a população rural representa 15% da população total brasileira (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999, IBGE, 2019).

Tabela 16 – Quantidade de membros residentes das unidades familiares

Membros residentes	Frequência	%
2 membros	78	39,0
3 membros	49	24,5
4 membros	35	17,5
5 membros	22	11,0
1 membro	10	5,0
6 membros	6	3,0
Total	200	100,0
Média	3	membros
Moda	2	membros

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Contribuindo com a primeira análise, aponta-se na Tabela 17 a descrição do vínculo familiar desses membros residentes, onde a predominância encontra-se na residência do casal, esposo e esposa, com 61,20% do total dos membros, seguido pelos filhos com 33,5%, 1,5 %

declaram-se como proprietários pessoas solteiras, divorciadas e viúvas que residem sozinhas na propriedade, e com menos amplitude aparecerem a presença de avós ou somente a presença individual do pai ou da mãe nessas unidades.

Com relação a faixa etária, verificou-se que os membros residentes estão concentrados entre as faixas de 30 a 59 anos com 49,3%, e uma significativa presença de jovens até 19 anos (25,3%) e membros mais idosos com idade superior a 60 anos (7,5%). O que chama atenção nesse grupo é a pouca concentração de membros na faixa de 20 a 29 anos, com somente 8%, necessitando de uma análise sobre os fatores de permanência destes jovens na área rural.

Mesmo considerando as várias dimensões do meio rural, pode-se refletir preliminarmente, em alguns pontos de acordo com a pesquisa de Dotto (2011), no Estado do Mato Grosso do Sul, indicando que atualmente o rural confunde e difunde sua realidade com a cidade, onde os jovens buscam novas relações para atender necessidades específicas, principalmente quando existe proximidade e mobilidade fácil entre rural e urbano.

A busca por educação, aspectos culturais das famílias, seu poder econômico e segurança financeira e busca de independência e garantias não conseguidas na agricultura familiar, estão entre as justificativas apontadas para a saída do campo. Segundo Buainaim et al. (2013), a hipótese é que a decisão de migrar esteja mais associada às assimetrias estruturais entre a qualidade de vida nas áreas urbanas e rurais.

Assim, há a necessidade de aprofundar o conhecimento das condições de vida e do potencial de desenvolvimento embutido, hoje, no meio rural, a fim de entender essa saída dos jovens.

Tabela 17 – Características dos membros residentes das unidades familiares

Vínculo familiar	Frequência	%	Sexo	Frequência	%
Esposo	183	30,6%	Masculino	309	51,6%
Esposa	183	30,6%	Feminino	290	48,4%
Filho	111	18,5%	Total	599	100,0%
Filha	90	15,0%	Faixa etária	Frequência	%
Somente o(a) proprietário(a)	9	1,5%	Menor que 14 anos	80	13,4%
Avó	7	1,2%	Entre 14 a 19 anos	71	11,9%
Mãe	5	0,8%	Entre 20 a 29 anos	48	8,0%
Pai	3	0,5%	Entre 30 a 39 anos	67	11,2%
Avô	3	0,5%	Entre 40 a 49 anos	106	17,7%
Enteado (a)	2	0,3%	Entre 50 a 59 anos	122	20,4%
Neto (a)	2	0,3%	Entre 60 a 69 anos	73	12,2%
Nora	1	0,2%	Maiores ou iguais a 70 anos	32	5,3%
Total	599	100%	Total	599	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

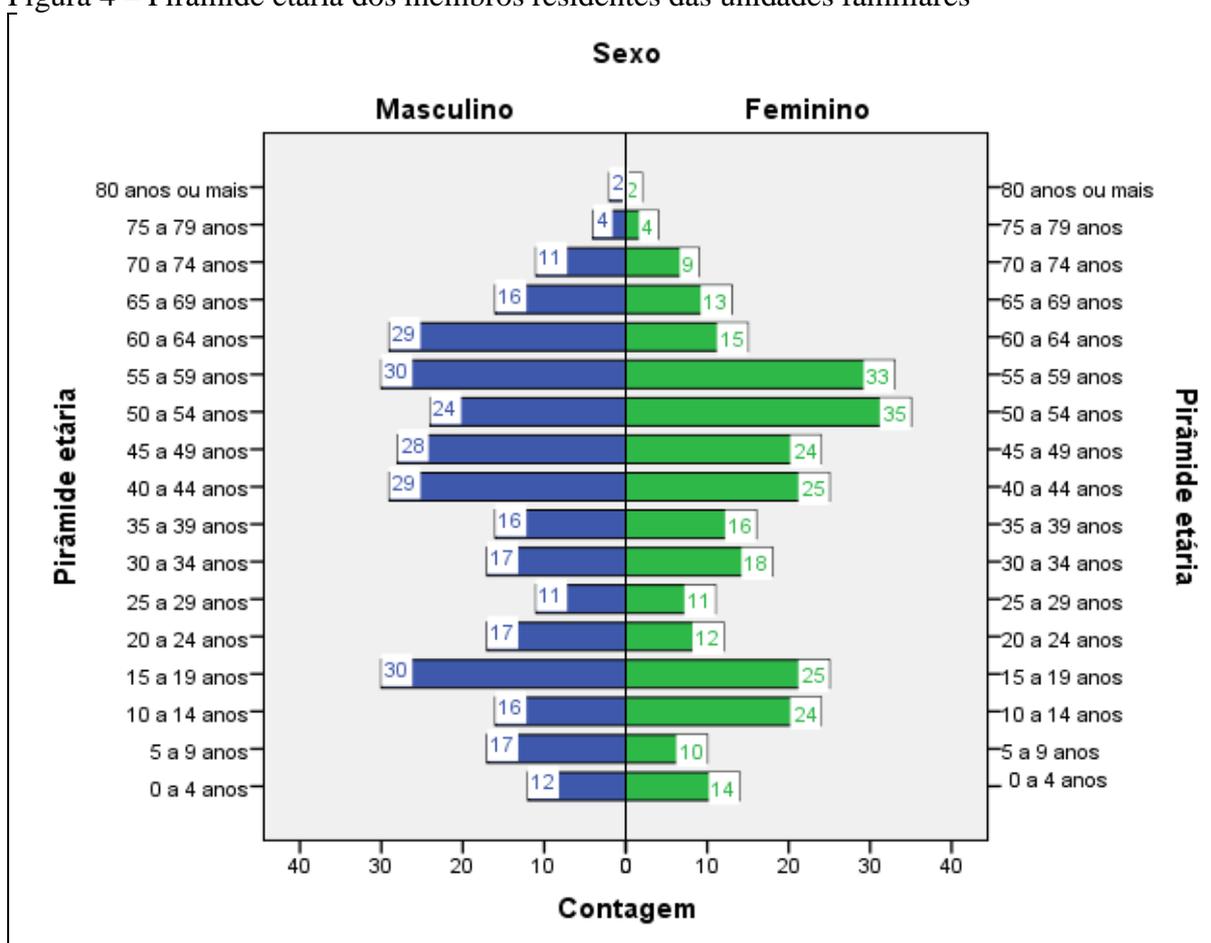
Quanto à questão de gênero, verificou-se uma paridade entre homens e mulheres residentes nas unidades estudadas, essa equidade é reflexo dos dados verificados no vínculo

familiar, onde a base está concentrada no casal e seus filhos, apontando resultados opostos a pesquisas que indicam uma grande migração do excedente feminino para centros urbanos.

Em 1950, havia mais moças que rapazes no meio rural brasileiro. Em 1960, a proporção entre os sexos era praticamente a mesma, mas a cada década o predomínio populacional dos rapazes foi aumentando. Em 1996, o número de rapazes na faixa de 15 a 24 anos foi superior em 14% ao número de moças, indicando um processo de masculinização rural (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999). Assim, pode-se afirmar que esse grupo estudado não está sofrendo processo de masculinização e que a permanência da mulher pode relacionar-se a multifuncionalidade do espaço rural e a pluriatividade da agricultura familiar.

A pirâmide etária exposta na Figura 4, classifica a população estudada de acordo com seu gênero e suas faixas de idade, sendo essas informações importantes para ações planejadas em relação aos seus membros. Verificou-se que não é uma pirâmide jovem, pois as suas famílias não são numerosas, sofre um achatamento nas faixas etárias de 20 a 39 anos pela diminuição de membros residentes, voltando a maiores de concentração nas faixas de 40 a 59 anos.

Figura 4 – Pirâmide etária dos membros residentes das unidades familiares



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Segundo Sakamoto e Maia (2013) ocorreu uma redução da taxa de fecundidade das mulheres, e importantes mudanças na estrutura das famílias brasileiras nas últimas décadas. De um lado, houve uma forte redução da família nuclear (constituída por casais com filhos) e, de outro, uma expansão das famílias formadas por membros individuais e por casais sem filhos. Por exemplo, entre 1981 e 2011, a participação das famílias nucleares caiu de 74% para 58% do total de famílias e aumentou em 8 pontos percentuais (de 4% para 12%) a participação dos casais sem filhos nas áreas rurais (Sakamoto e Maia, 2013 apud MAIA e BUAINAIN, 2015, p.04)

No momento, não é uma pirâmide envelhecida, porém, nos próximos anos poderá ser considerada como tal, em virtude de a população estar caminhando para o topo da pirâmide, com faixas etárias acima de 60 anos e predominância de homens nessa faixa.

Na Tabela 18, estão tratados os dados educacionais dos membros residentes das unidades familiares levando em consideração duas variáveis: a primeira o grau de escolaridade, seguida por uma projeção de idade escolar da educação infantil até o ensino superior.

Constatou-se baixa taxa de analfabetismo, pois dentre os membros considerados sem instrução a maioria tem idade de até 5 anos, indicando que somente 1,7% do grupo estudado com idade escolar não tem instrução e estão concentrados em faixas etárias superiores a 17 anos. Quanto ao ensino fundamental, parte significativa do grupo estudado tem ensino fundamental incompleto (43,6%) e 9,7% dos casos tem ensino fundamental completo, demonstrando a faixa predominante dentro das características educacionais, mas apresentam idade escolar equivalente ao ensino superior; quanto ao ensino médio foram levantados dados significativos, onde 10,5% possuem ensino médio incompleto e 21,4% completo, porém também estão concentrados na projeção de idade escolar relacionada ao ensino superior.

Em se tratando de ensino superior, constatou-se baixa representatividade entre os membros, onde somente 3,5% tem ensino superior incompleto e 4,8% completo. Pode-se inferir que nas áreas rurais a oferta de empregos qualificados e de elevada remuneração é restrita, em muitas até mesmo inexistente, no caso de pessoas com ensino superior (MAIA e BUAINAIN, 2015).

Segundo Schneider et al. (2006), os níveis de escolaridade têm efeitos sobre a renda e a qualidade de vida dos agricultores, constatando que famílias pluriativas apresentam maior nível de escolaridade. Observou-se que a possibilidade de membros familiares exercerem atividades não agrícolas está relacionada com a formação acadêmica superior, porém cita Etxezarreta et al. (1995), que não se pode estabelecer relação de que o maior nível de instrução ocasione necessariamente melhores condições de vida ou melhores rendimentos.

Tabela 18 – Características educacionais dos membros residentes das unidades familiares em relação a idade escolar

Escolaridade		Idade Escolar				Total
		Educação infantil (1 a 5 anos)	Ensino fundamental (6 a 14 anos)	Ensino médio (15 a 17 anos)	Ensino Superior (Acima de 17 anos)	
Sem instrução	Contagem	29	0	0	10	39
	% Escolaridade	74,4%	0,0%	0,0%	25,6%	100,0%
	% do Total	4,8%	0,0%	0,0%	1,7%	6,5%
Fundamental incompleto	Contagem	0	58	4	199	261
	% Escolaridade	0,0%	22,2%	1,5%	76,2%	100,0%
	% do Total	0,0%	9,7%	,7%	33,2%	43,6%
Fundamental completo	Contagem	0	2	0	56	58
	% Escolaridade	0,0%	3,4%	0,0%	96,6%	100,0%
	% do Total	0,0%	,3%	0,0%	9,3%	9,7%
Médio incompleto	Contagem	0	4	32	27	63
	% Escolaridade	0,0%	6,3%	50,8%	42,9%	100,0%
	% do Total	0,0%	,7%	5,3%	4,5%	10,5%
Médio Completo	Contagem	0	0	0	128	128
	% Escolaridade	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	0,0%	0,0%	0,0%	21,4%	21,4%
Superior incompleto	Contagem	0	0	0	21	21
	% Escolaridade	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	0,0%	0,0%	0,0%	3,5%	3,5%
Superior completo	Contagem	0	0	0	29	29
	% Escolaridade	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	0,0%	0,0%	0,0%	4,8%	4,8%
Total	Contagem	29	64	36	470	599
	% Escolaridade	4,8%	10,7%	6,0%	78,5%	100,0%
	% do Total	4,8%	10,7%	6,0%	78,5%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Com as informações da Tabela 19, onde o grau de instrução está em tabulação cruzada com a faixa etária, em síntese, pode-se verificar que os reflexos dos níveis de escolaridade são observados a partir da faixa etária de 30 anos ou mais, onde grande parte possui ensino fundamental incompleto seguido pelo ensino médio completo, possuem baixa representatividade de membros com idade escolar sem instrução e com ensino superior relacionado predominantemente a faixa etária entre 20 e 49 anos. Pode-se inferir que as gerações mais antigas sofreram um processo de atraso educacional, o que pode ser revertido para as novas gerações, já que se encontram em grande maioria com faixas etárias e idade escolar compatíveis.

Segundo Abramovay et al. (2001), em uma pesquisa com agricultores familiares do oeste de Santa Catarina, foi constatado um atraso educacional entre jovens, potenciais sucessores das unidades estudadas, o que gerou dificuldade no desempenho da atividade agrícola, em termos de organização e de introdução de novas atividades, comprometendo em alguns casos o próprio exercício da cidadania, não permitindo acesso a direitos legalmente constituídos.

Tabela 19 – Características educacionais dos membros residentes das unidades familiares em relação as faixas etárias

Grau de instrução		Faixa etária							Total	
		Menor que 14 anos	Entre 14 a 19 anos	Entre 20 a 29 anos	Entre 30 a 39 anos	Entre 40 a 49 anos	Entre 50 a 59 anos	Entre 60 a 69 anos		Maior ou igual a 70 anos
Sem instrução	Contagem	28	1	1	0	2	2	4	1	39
	% do Total	4,7%	,2%	,2%	0,0%	,3%	,3%	,7%	,2%	6,5%
Fundamental incompleto	Contagem	49	14	4	12	38	69	50	25	261
	% do Total	8,2%	2,3%	,7%	2,0%	6,3%	11,5%	8,3%	4,2%	43,6%
Fundamental completo	Contagem	0	2	2	8	12	19	11	4	58
	% do Total	0,0%	,3%	,3%	1,3%	2,0%	3,2%	1,8%	,7%	9,7%
Médio incompleto	Contagem	3	36	0	4	11	7	1	1	63
	% do Total	,5%	6,0%	0,0%	,7%	1,8%	1,2%	,2%	,2%	10,5%
Médio Completo	Contagem	0	15	20	34	31	22	6	0	128
	% do Total	0,0%	2,5%	3,3%	5,7%	5,2%	3,7%	1,0%	0,0%	21,4%
Superior incompleto	Contagem	0	3	15	1	2	0	0	0	21
	% do Total	0,0%	,5%	2,5%	,2%	,3%	0,0%	0,0%	0,0%	3,5%
Superior completo	Contagem	0	0	6	8	10	3	1	1	29
	% do Total	0,0%	0,0%	1,0%	1,3%	1,7%	,5%	,2%	,2%	4,8%
Total	Contagem	80	71	48	67	106	122	73	32	599
	% do Total	13,4%	11,9%	8,0%	11,2%	17,7%	20,4%	12,2%	5,3%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Na Tabela 20, constam as informações relacionadas ao estado civil dos membros residentes nas unidades familiares, onde a grande maioria apresenta-se como casado, distribuídos nas faixas acima de 20 anos. Os solteiros estão distribuídos nas faixas etárias até 39 anos, porém, concentrados nas faixas de até 29 anos e há pouca representatividade de viúvos e divorciados. Pelos números encontrados, pode-se inferir que a amostra estudada é predominantemente casada em faixas etárias ascendentes, demonstrando que a gestão da propriedade está relacionada ao casal, dispõe de juventude predominantemente solteira até os 19 anos e valor expressivo de solteiros entre as faixas de 20 a 39 anos, estes que poderão aprender e se adaptar ao meio de vida rural ou mesmo constituir relação familiar fora deste eixo.

Tabela 20 – Características dos membros residentes das unidades familiares em relação ao estado civil e faixa etária

Estado civil		Faixa etária							Total	
		Menor que 14 anos	Entre 14 a 19 anos	Entre 20 a 29 anos	Entre 30 a 39 anos	Entre 40 a 49 anos	Entre 50 a 59 anos	Entre 60 a 69 anos		Maior ou igual a 70 anos
Casado	Contagem	0	1	12	53	103	115	68	24	376
	% do Total	0,0%	,2%	2,0%	8,8%	17,2%	19,2%	11,4%	4,0%	62,8%
Solteiro	Contagem	80	70	36	14	2	1	1	0	204
	% do Total	13,4%	11,7%	6,0%	2,3%	,3%	,2%	,2%	0,0%	34,1%
Viúvo	Contagem	0	0	0	0	1	5	4	8	18
	% do Total	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	,2%	,8%	,7%	1,3%	3,0%
Divorciado	Contagem	0	0	0	0	0	1	0	0	1
	% do Total	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	,2%	0,0%	0,0%	,2%
Total	Contagem	80	71	48	67	106	122	73	32	599
	% do Total	13,4%	11,9%	8,0%	11,2%	17,7%	20,4%	12,2%	5,3%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Segundo Stropasolas (2004), pela análise das representações e iniciativas da juventude rural na região Oeste de Santa Catarina, verificou-se o surgimento futuro de conflitos nas escolhas dos modelos de família e casamento, repercutindo nos projetos de vida formulados pelas moças e rapazes rurais, provocando uma tendência de gênero no movimento migratório dos jovens, pois atualmente na agricultura familiar o sonho da afirmação no matrimônio é antecedido por várias interrogações, principalmente pelas moças que costumam receber o não em seu cotidiano, em compensação do lugar que ocupam ou querem conquistar na família, comunidade e sociedade.

Vários são os aspectos de importância na agricultura familiar, como as tradições, produção e trabalho, sendo o trabalho no estabelecimento altamente relacionado a reprodução social dessas famílias. Na Tabela 21, identificou-se que os jovens menores de 14 anos não dedicam mão de obra a propriedade, parcela essa em idade escolar e relacionada as questões legais sobre o trabalho infantil. Entre os jovens de 14 a 19 anos, aponta-se valor considerável de não dedicação de mão de obra no estabelecimento, quando há a dedicação de mão de obra a propriedade estão distribuídas de maneira parcial semanal.

Constatou-se que nas faixas entre 20 e 59 anos, embora apresentem membros que não dediquem mão de obra ao estabelecimento, é a faixa etária em que é maior a concentração de trabalho relacionamento ao estabelecimento, bem como onde se apresentam as maiores incidências de dedicação desses membros nos 7 dias da semana.

O que chama a atenção é a dedicação de mão de obra, na maioria de forma integral, dos membros com idade superior a 60 anos, demonstrando a necessidade de mão de obra e demanda de trabalho dentro destas unidades estudadas.

De maneira geral, pode-se concluir que os jovens dedicam pouco ou nenhuma mão de obra a propriedade, que a concentração de mão de obra empregada está relacionada com a faixa etária entre 20 e 59 anos, concentradas acima de 5 dias na semana e que mesmos os membros que estão em faixa etária considerada alta, acima de 60 anos não deixaram de empregar mão de obra constante no estabelecimento.

Dentro desta constatação, abre-se uma lacuna que depende de uma análise mais aprofundada destes estabelecimentos, pois de acordo com Buainain (2006), deve-se considerar a relação entre os sistemas produtivos e a disponibilidade de mão de obra, pois sistemas ou tecnologia podem intensificar ou poupar o uso de mão de obra, podendo também aumentar a sazonalidade da demanda de trabalho.

Dessa maneira, a disponibilidade do trabalho familiar ou contratação durante o período de pico é um fator determinante de mudança, pois a introdução de tecnologias de base química e mecânica ocasionou uma considerável redução do emprego da mão de obra.

Tabela 21 – Dedicção de mão de obra dos membros residentes das unidades familiares em relação a faixa etária

Dedicção de mão de obra		Faixa etária								Total
		Menor que 14 anos	Entre 14 a 19 anos	Entre 20 a 29 anos	Entre 30 a 39 anos	Entre 40 a 49 anos	Entre 50 a 59 anos	Entre 60 a 69 anos	Maior ou igual a 70 anos	
Não dedica mão de obra à propriedade	Contagem	74	23	10	7	12	3	0	7	136
	% Faixa etária	92,5%	32,4%	20,8%	10,4%	11,3%	2,5%	0,0%	21,9%	
	% do Total	12,4%	3,8%	1,7%	1,2%	2,0%	,5%	0,0%	1,2%	22,7%
De 1 a 2 dias na semana	Contagem	2	16	9	2	12	7	3	4	55
	% Faixa etária	2,5%	22,5%	18,8%	3,0%	11,3%	5,7%	4,1%	12,5%	
	% do Total	,3%	2,7%	1,5%	,3%	2,0%	1,2%	,5%	,7%	9,2%
De 3 a 4 dias na semana	Contagem	4	18	5	4	7	9	5	0	52
	% Faixa etária	5,0%	25,4%	10,4%	6,0%	6,6%	7,4%	6,8%	0,0%	
	% do Total	,7%	3,0%	,8%	,7%	1,2%	1,5%	,8%	0,0%	8,7%
De 5 a 6 dias na semana	Contagem	0	5	4	22	8	21	17	6	83
	% Faixa etária	0,0%	7,0%	8,3%	32,8%	7,5%	17,2%	23,3%	18,8%	
	% do Total	0,0%	,8%	,7%	3,7%	1,3%	3,5%	2,8%	1,0%	13,9%
Dedica os 7 dias da semana	Contagem	0	9	20	32	67	82	48	15	273
	% Faixa etária	0,0%	12,7%	41,7%	47,8%	63,2%	67,2%	65,8%	46,9%	
	% do Total	0,0%	1,5%	3,3%	5,3%	11,2%	13,7%	8,0%	2,5%	45,6%
Total	Contagem	80	71	48	67	106	122	73	32	599
	% Faixa etária	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	13,4%	11,9%	8,0%	11,2%	17,7%	20,4%	12,2%	5,3%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

As informações da Tabela 22 evidenciam a distribuição da mão de obra dos membros residentes aos seus respectivos gêneros, comparando a dedicação dos homens e mulheres dentro destas unidades familiares.

Identificou-se a grande participação da mulher nestes estabelecimentos, elas participam de forma ativa em relação a mão de obra em conjunto com os homens, provavelmente acumulando atividades domésticas e assistência aos filhos menores.

Essas informações podem definir uma mudança de conceito dentro destes estabelecimentos estudados, onde a mulher participa dentro da esfera produtiva, pois de acordo com Araújo e Scalón (2005), na agricultura a relação de gênero é sinalizada por uma classe entre os indivíduos. As mulheres em esferas menos valorizadas, como a reprodução e atividades domésticas e os homens na esfera de produção e atividades na vida pública, estas mais valorizadas na vida social.

Tabela 22 – Dedicção de mão de obra dos membros residentes das unidades familiares em relação ao gênero

Dedicção de mão de obra		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Não dedica mão de obra à propriedade	Contagem	64	72	136
	% dentro de Sexo	20,7%	24,8%	
	% do Total	10,7%	12,0%	22,7%
De 1 a 2 dias na semana	Contagem	29	26	55
	% dentro de Sexo	9,4%	9,0%	
	% do Total	4,8%	4,3%	9,2%
De 3 a 4 dias na semana	Contagem	26	26	52
	% dentro de Sexo	8,4%	9,0%	
	% do Total	4,3%	4,3%	8,7%
De 5 a 6 dias na semana	Contagem	40	43	83
	% dentro de Sexo	12,9%	14,8%	
	% do Total	6,7%	7,2%	13,9%
Dedica os 7 dias da semana	Contagem	150	123	273
	% dentro de Sexo	48,5%	42,4%	
	% do Total	25,0%	20,5%	45,6%
Total	Contagem	309	290	599
	% dentro de Sexo	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	51,6%	48,4%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Colaborando com as informações anteriores, a Tabela 23 identifica que dentre os membros em relação a mão de obra, tem-se médias uniformes em relação a idade, sendo que os homens com dedicação de mão de obra têm em média 46,04 anos e as mulheres 44,04 anos e quanto aos dias dedicados ao estabelecimento as médias também foi homogêneas, os homens empregam 5,55 dias e as mulheres 5,38 dias.

Tabela 23 – Dedicção média de mão de obra dos membros residentes das unidades familiares

Variáveis	Sexo	N	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média
Idade	Masculino	245	46,04	17,002	1,086
	Feminino	218	44,86	16,625	1,126
Dias dedicados a propriedade ano	Masculino	245	5,55	1,869	,119
	Feminino	218	5,38	1,917	,130

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Na Tabela 24, aplicou-se o teste de igualdade de variâncias de *Levene* calculados com relação as variáveis anteriores, que apresentou valor de *sig* maior que 0,05 nos dois casos analisados, na variável idade 0,653 e na variável dias dedicados a propriedade na semana 0,914. Deste modo, conclui-se que existe homogeneidade de variâncias e não existem evidências de diferenças estatísticas significativas entre as médias, tanto em relação à idade dos agricultores, quanto aos dias dedicados a propriedade em relação aos homens e mulheres.

Tabela 24 – Dedicção de mão de obra dos membros residentes das unidades familiares

		Teste de Levene		Teste-t para Igualdade de Médias						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2 extremidades)	≠ média	Erro padrão de diferença	95% Intervalo de confiança da diferença	
									Inferior	Superior
Idade	Variâncias iguais assumidas	,203	,653	,750	461	,454	1,174	1,567	-1,904	4,253
Dias dedicados a propriedade na semana	Variâncias iguais assumidas	,012	,914	,967	461	,334	,170	,176	-,176	,516

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Pela identificação da existência de casos de aplicação de mão de obra em tempo parcial nos estabelecimentos estudados, na Tabela 25 levantou-se informações sobre fontes de rendas extra agrícolas ou não agrícolas destas famílias, sem informações em relação a valores auferidos.

Tabela 25 – Fonte de renda extra agrícola dos membros residentes das unidades familiares em relação ao gênero

Fonte de renda extra agrícola	% dentro do gênero				% dentro do Total	
	Masculino	%	Feminino	%	Quantidade	%
Não possuem renda extra agrícola	199	50,4%	196	49,6%	395	65,9%
Aposentadoria	61	50,0%	61	50,0%	122	20,4%
Assalariado (não informou fonte)	22	71,0%	9	29,0%	31	5,2%
Serviços Gerais (diárias)	12	75,0%	4	25,0%	16	2,7%
Pedreiro	5	83,3%	1	16,7%	6	1,0%
Funcionário público	1	20,0%	4	80,0%	5	0,8%
Professor	0	0,0%	4	100,0%	4	0,7%
Feirante	1	33,3%	2	66,7%	3	0,5%
Vigia	3	100,0%	0	0,0%	3	0,5%
Doméstica	0	0,0%	2	100,0%	2	0,3%
Cozinheira	0	0,0%	2	100,0%	2	0,3%
Costureira	0	0,0%	2	100,0%	2	0,3%
Mecânico	1	100,0%	0	0,0%	1	0,2%
Técnico Agrícola	1	100,0%	0	0,0%	1	0,2%
Cabelereira	0	0,0%	1	100,0%	1	0,2%
Pensão	0	0,0%	1	100,0%	1	0,2%
Benefício Inss "Acidente ou doença"	1	100,0%	0	0,0%	1	0,2%
Frete de animais	1	100,0%	0	0,0%	1	0,2%
Advogado	1	100,0%	0	0,0%	1	0,2%
Pintora	0	0,0%	1	100,0%	1	0,2%
Total com renda extra agrícola	110	53,9%	94	46,1%	204	34,1%
Total geral	309	51,6%	290	48,4%	599	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Constatou-se que 65,9% dos membros residentes não possuem renda extra agrícola, entre os membros com este tipo de renda, (20,4%) a fonte advinda de aposentadorias é a

principal, seguida pelas diversas outras funções desempenhadas pelos agricultores fora de sua propriedade que lhes rendem remuneração. Quanto à questão de gênero, em relação a aposentadoria, apresenta-se uniforme entre homens e mulheres, devido ao benefício estar ligado as respectivas faixas etárias.

Em relação às demais atividades verificou-se uma distribuição de profissões que tem relação com o gênero destes membros, porém, de maneira geral os homens apresentam maior índice de renda extra agrícola que as mulheres.

Para Niederle (2017), quando a agricultura não é suficiente, inclui-se fontes pelas vias de industrialização ou servicialização, identificados por analistas desde 1990, como alternativa de reprodução social da agricultura familiar as atividades não agrícolas e a pluriatividade, opção não somente para famílias empobrecidas, mas também para indivíduos que ficaram desocupados pela mecanização da agricultura.

Atualmente, há quem aponte que o mercado de trabalho urbano absorva parcela da população agrícola que seria não socialmente produtiva ou competitiva na agricultura, seja de estabelecimentos com acesso insuficiente aos meios de produção ou que dispensam mão de obra devido a níveis de automação (NIEDERLE, 2017).

Campanhola e Graziano da Silva (2000, p. 1), apontam que há três grandes segmentos na composição econômica no novo mundo rural: “a) Uma agricultura moderna, baseada em “commodities” e intimamente ligada às agroindústrias. b) Um conjunto de atividades não agrícolas ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e à prestação de serviços. c) Um conjunto de “novas” atividades agropecuárias impulsionadas por nichos especiais de mercado”.

As atividades não agrícolas, que compõem a pluriatividade das famílias que residem no rural brasileiro, são muito importantes para a permanência de muitas delas no campo (ELESBÃO, 2007). Na pesquisa, identificou-se atividades não agrícolas, mas não há menção sobre novas atividades agropecuárias. É uma lacuna, que pode abrir outras perspectivas de geração de renda.

Quanto aos valores recebidos, conforme a Tabela 26, das unidades, 26,7% concentram-se na faixa entre 1 e 2 salários-mínimos que contribuem para a ampliação da renda familiar, como representado nas fontes de renda na tabela anterior, sendo elas múltiplas, porém, com destaque para a aposentadoria, inferindo que esta faixa de renda possa ter uma parcela relacionada a ela.

Tabela 26 – Faixa mensal de renda extra agrícola dos membros residentes das unidades familiares

Faixa de renda mensal extra agrícola	Frequência	%
Não possui renda extra agrícola	396	66,1%
Menor que 1 salário mínimo	18	3,0%
Entre 1 e 2 salários mínimos	160	26,7%
Entre 3 e 4 salários mínimos	24	4,0%
Acima de 4 salários mínimos	1	0,2%
Total	599	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Para Kageyama (2001) no Brasil, possivelmente é de maior importância o conceito de pluriatividade, o conceito de rendas múltiplas, pois existe uma quantidade de rendas não oriundas do trabalho como o caso das aposentadorias rurais, essenciais para a sobrevivência de familiar agrícolas mais empobrecidas e residentes em regiões menos favorecidas.

Nesse sentido, em resposta à pergunta do estudo, os dados apontaram que as características sociais dos membros de unidades familiares na Costa Oeste Paranaense e sua relação com a nova ruralidade, destaca-se em relação a composição familiar, a ocorrência de pequenas famílias, em média com 3 membros residentes e parcela considerável de unidades onde somente residem o casal, com faixa etária dos membros concentrada entre 30 a 59 anos, com paridade de gênero nestas unidades.

Verificou-se que os membros destas unidades não apresentam características de população jovem, apresentando características de processo de envelhecimento nos próximos anos, devido ao avanço para as faixas etárias acima de 60 anos.

Existe baixa taxa de analfabetismo, porém, existe grande concentração de membros com ensino fundamental incompleto, principalmente nas faixas etárias mais elevadas, comprovando que uma disparidade entre a idade real dos membros relacionada com a idade escolar, indicando que a formação acadêmica está relacionada aos mais jovens e que as gerações mais antigas sofreram processo de atraso educacional.

Os membros das unidades estudadas são predominantemente casados nas faixas etárias ascendentes, característica da composição familiar representada pelo casal. Os jovens até 19 anos são solteiros, porém existe considerável número de solteiros entre as faixas de 20 a 39 anos, com possibilidade de constituição de vínculo familiar fora do eixo rural.

Não existe dedicação considerável de mão de obra dos jovens até 19 anos, quando apontada, é de maneira parcial semanal, podendo estar relacionada a idade escolar destes membros e a questões legais sobre trabalho infantil. Identificou-se que os jovens dedicam pouca ou nenhuma mão de obra a propriedade, que a concentração de mão de obra empregada está relacionada com a faixa etária entre 20 e 59 anos, concentradas acima de 5 dias na semana e

que mesmos os membros que estão em faixa etária considerada alta, acima de 60 anos não deixaram de empregar mão de obra constante no estabelecimento.

Identificou-se, existir homogeneidade de variâncias entre as médias, tanto quanto a idade dos agricultores e os dias dedicados a propriedade em relação aos homens e mulheres.

As unidades apresentaram indícios de pluriatividade, porém, é uma parcela pequena de membros residentes que possui renda extra agrícola. A principal renda extra agrícola é de aposentadoria, seguida pelas diversas outras funções desempenhadas pelos agricultores fora de sua propriedade que lhes rendem remuneração; a aposentadoria apresenta-se uniforme entre homens e mulheres devido ao benefício estar ligado as respectivas faixas etárias. Quanto as demais atividades, de maneira geral, os homens apresentam maior índice de renda extra agrícola que as mulheres, concentrada em uma faixa entre 1 e 2 salários-mínimos.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo atingiu seu objetivo, contribuindo para a área do desenvolvimento rural ao demonstrar os aspectos desse novo rural e a sua importância para a agricultura familiar para seu desenvolvimento e manutenção.

As relações encontradas com a nova ruralidade dizem respeito a composição familiar, as características de processo de envelhecimento entre seus membros, oportunidade educacional aos mais jovens, porém, com processo de atraso para as gerações mais antigas. Não existe dedicação considerável de mão de obra dos jovens a propriedade, estas mais evidentes em relação aos mais velhos, existindo homogeneidade de variâncias entre as médias, tanto quanto a idade dos agricultores e os dias dedicados a propriedade em relação aos homens e mulheres. Há indícios de pluriatividade, porém a principal renda extra agrícola está relacionada a aposentadoria.

“O mundo rural é maior do que o agrícola” (GRAZIANO et al., 1996). Nesse sentido identificou-se uma lacuna quanto as atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares da pesquisa. Eles possuem rendas não agrícolas, para aumentar a renda mensal, mas não desenvolvem outras atividades agrícolas, que poderiam contribuir para o aumento da renda.

Nesse caso, deveria ser feito um levantamento das potencialidades locais (atividades agrícolas e não agrícolas) para identificar as oportunidades de melhoria de renda para esses agricultores. O poder público também pode contribuir, nesse sentido, buscando implementar políticas públicas de fomento e investimento para o desenvolvimento das potencialidades locais.

Esta lacuna abre espaços para estudos futuros, para acompanhar frente ao contexto atual dos agricultores, tanto em relação a cidade e o campo e suas consequências no desenvolvimento desse novo rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁGUAS PARANÁ – Instituto das Águas do Paraná. **Plano de Bacia Hidrográfica do Paraná 3 – Características Gerais: Produto 1**. 2014. Disponível em <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/Parana_3/plano_de_bacia/Produto_01_Caracteristicas_Gerais_da_Bacia_BP3_2014_v07_Final.pdf>. Acessado em 16 dez. 2019.
- ABRAMOVAY, R., SILVESTRO, M. L., MELLO, M. D., DORIGON, C., BALDISSERA, I. T. **Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios**. In: Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Vol. 39, 2001.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3º Edição. São Paulo: Edusp, 2012.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O que há de novo no rural brasileiro?**. Terra Livre, n. 15, p. 87-112, 2015.
- ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- BIOLABORE - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná. **Projeto de Agricultura Orgânica na BP3**, 2018.
- BRASIL. **Política Nacional de Agricultura Familiar**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em 01 mar 2020.
- BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para o debate**. Brasília: IICA, 2006.
- BUAINAIN, A. M., SALVADORI, D. **Emprego e trabalho na agricultura brasileira**. IICA, Brasília, DF (Brasil), 2009.
- BUAINAIN, A. M., ALVES, E., SILVEIRA, J. M. D.; NAVARRO, Z. **Sete teses sobre o mundo rural brasileiro**. Revista de política agrícola, v. 22, n. 2, p. 105-121, 2013.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. IPEA, Rio de Janeiro, 1999.
- CAMARGO, R. A. L. de; OLIVEIRA, J. T. A. de. **Agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: interfaces de uma realidade complexa**. Ciência Rural, v. 42, n. 9, p. 1707-1714, 2012.
- CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna, SP: Embrapa, 2000.
- DE JANVRY, Alain. **The agrarian question and reformism in Latin America**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981.
- DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P (orgs). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DOTTO, F. **Fatores que influenciam a permanência dos jovens na agricultura familiar, no estado de Mato Grosso do Sul**. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8201-fatores-que-influenciam-a-permanencia-dos-jovens-na-agricultura-familiar-no-estado-de-mato-grosso-do-sul.pdf>. Acesso em 01 mar 2020.

ELESBÃO, I. **O espaço rural brasileiro em transformação**. Finisterra, v. 42, n. 84, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, J., BALSADI, O. V., BOLLIGER, F. P., BORIN, M. R., PARO, M. R. **Meio Rural Paulista: muito além do agrícola e do agrário**. São Paulo em perspectiva. São Paulo, Fundação SEADE, v.10, n.2. p.60-72, 1996.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil / Organizadores Catia Grisa [e] Sergio Schneider**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censos Demográficos**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>.

KAGEYAMA, Angela. **As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras**. Agricultura em São Paulo, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 57-69, 2001.

MAIA, A. G.; BUAINAIN, A. M. **O novo mapa da população rural brasileira**. Confins, Paris, n. 25, p. 1-26, 2015.

MARQUES, Z.S. **Os intelectuais “contemporâneos” e o debate atual sobre o êxodo rural no Brasil: uma abordagem sociológica**. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Erechim, RS, 2014

NIEDERLE, P. A. **Afinal, que inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares**. Delgado, G. C., Bergamasco, S. M. P. P. (orgs.). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 168-196, 2017.

PEREHOUSKEI, N.; JACINTO, J. M.; MENDES, C. M. **O rural e o urbano: contribuições para a compreensão da relação do espaço rural e do espaço urbano**. Revista Percurso, v. 4, n. 2, p. 173-191, 2012.

PICOLOTTO, E. L. **Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil**. Revista de economia e sociologia rural, v. 52, p. 63-84, 2014.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. **Cambios demográficos em el Brasil meridional: la masculinización, el envejecimiento y la desagrarización de la población rural**. In: *Perspectivas Sociales – Social Perspectives*, revista de la Universidad Autónoma de Nuevo León y The University of Texas at Austin, México, v. 5, nº 2, otoño/Fall, p. 71-111, 2003.

SAKAMOTO, C.; MAIA, A. G. **Os impactos das mudanças na estrutura das famílias sobre a distribuição de renda: uma comparação entre áreas urbanas e rurais no Brasil**.

In: Anais do 51º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2013.

SCHNEIDER, S., CONTERATO, M. A., KOPPE, L. R., SILVA, C. D. **A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul.** A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 137-164, 2006.

SCHNEIDER, S. **Reflexões Sobre Diversidade e Diversificação da Agricultura, Formas Familiares e Desenvolvimento Rural.** RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAMP, v. 4, n. 1, 2010.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014.

STROPASOLAS, V. L. **O valor (do) casamento na agricultura familiar.** Revista Estudos Feministas, v. 12, n. 1, p. 253-267, 2004.

TELLES, T.S.; COSTA, G V.D.; BACCHI, M.D.; LAURENTI, A. C. **Evolução da população rural ocupada nas Grandes Regiões do Brasil entre 2001 e 2009.** INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 18, n. 1, p. 17-26, jan./mar. 2017.

WANDERLEY, M. D. N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** Estudos sociedade e agricultura, 2003.

WANDERLEY, M. D. N. B. **O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro.** Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Paulo Petersen (org.) - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

4 INTERAÇÕES PRODUTIVAS EM UNIDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR NA COSTA OESTE PARANAENSE

Resumo: Considerando que a agricultura familiar é heterogênea, o estudo de unidades familiares com características regionais é de extrema importância, principalmente em relação às suas estratégias produtivas. O objetivo do estudo é identificar as interações produtivas de unidades familiares de produção localizadas na região da Costa Oeste do Paraná. A pesquisa caracterizou-se como um estudo exploratório descritivo, com abordagem quantitativa. As informações de 200 unidades de agricultura familiar foram extraídas do banco de dados e relatórios do “Projeto de Agricultura Orgânica na BP3”, trabalho conduzido e desenvolvido pela Biolabore - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná, em conjunto com a Itaipu Binacional. Identificou-se que as unidades analisadas são predominantemente compostas por pequenas áreas, com número reduzido de pessoas residentes e em sua grande maioria, utilizam práticas agrícolas convencionais. As atividades produtivas não estão somente relacionadas às práticas agrícolas, ocorrendo também a agroindustrialização dentro do grupo de unidades. Apresentam uma especialização produtiva relacionada às atividades da bovinocultura leiteira e a olericultura, suas interações produtivas variam de uma a cinco atividades, considerando-se como redes produtivas principais as atividades da bovinocultura leiteira e olericultura e como redes produtivas fortes as relacionadas com a avicultura de corte, fruticultura, milho e soja. Os canais de comercialização refletem as principais atividades produtivas, com grandes concentrações em venda direta, feiras, compras institucionais, laticínios e cooperativas

Palavras – chave: Produção, diversificação, especialização.

Abstract: Considering that family farming is heterogeneous, the study of family units with regional characteristics is extremely important, especially in relation to their productive strategies. The objective of the study is to identify the productive interactions of family production units located in the West Coast region of Paraná. The research was characterized as an exploratory descriptive study, with a quantitative approach. The information on 200 family farming units was extracted from the database and reports of the “Organic Agriculture Project at BP3”, work conducted and developed by Biolabore - Cooperative of Labor and Technical Assistance of Paraná, in conjunction with Itaipu Binacional. It was identified that the units analyzed are predominantly composed of small areas, with a small number of resident people and use conventional agricultural practices in the vast majority, the productive activities are not only related to agricultural practices, but also agro industrialization within the group of units, present a productive specialization related to the activities of dairy cattle and olive growing, their productive interactions vary from one to five activities, considering as main productive networks the activities of dairy cattle and olive growing as and as strong productive networks those related to poultry farming of cut, fruit, corn and soy. The sales channels reflect the main productive activities, with large concentrations in direct sales, fairs, institutional purchases, dairy products and cooperatives. For new studies, a specific analysis is suggested in relation to the income of these family units, agricultural and non-agricultural, and these new investigations with new variables are very important for understanding the universe of family farming.

Key words: production, diversification, specialization.

4.1 INTRODUÇÃO

Considerando que a agricultura familiar é heterogênea, o estudo de unidades familiares com características regionais é de extrema importância, principalmente em relação às suas estratégias produtivas e os recursos disponíveis para a sua reprodução social, identificando suas escolhas de práticas agrícolas e culturas, a dinâmica dessas famílias com a sua propriedade, seus membros e suas atividades, e com o seu exterior, através de sua produção e comercialização.

Segundo Delgado e Bergamasco (2017), a agricultura brasileira é fonte de alimentos e matéria-prima para diversos países, sendo destaque entre os maiores do mundo,² sendo que dentre os vários meios de fazer agricultura está a produção agrícola familiar, identificada em grandes e importantes regiões do país.

A produção agrícola familiar representa uma forma social de produção reconhecida por suas contribuições materiais e imateriais, sendo que suas várias expressões de organização social se anexaram ao esforço de pesquisas acadêmicas com o intuito de desvendar a extensão e a profundidade de sua presença no mundo rural e a concordância de políticas públicas de apoio à sua reprodução. Conforme Anjos (2003, p. 343) “longe de representar uma forma social de produção destinada a desaparecer definitivamente no curso da história, a agricultura familiar parece consolidar-se como realidade estrutural e permanente, que forma parte dos sistemas agrários da quase totalidade dos países desenvolvidos”.

A década de 90 foi marcada pelo crescimento nos meios acadêmico e político do enfoque à importância social e econômica da agricultura familiar, termo criado a partir da própria realidade brasileira, qualificando ao mesmo tempo, um modelo de organização e produção agrícola e uma identidade social de um grupo muito complexo, uma coletividade relacionada com o mundo rural e espalhada por todo o território nacional, que utiliza-se de seus recursos e constrói estratégias de reprodução social no centro de potencialidades e precariedades distintas (SILVA, 2015). Para Altafin (2007), novos significados estão sendo vinculados à agricultura familiar, pela farta inserção do tema no meio acadêmico, em políticas públicas e nos movimentos sociais. Na ocasião da implantação da política federal voltada para

² No período compreendido entre 1975 e 2016, a produção de grãos passou de 40,6 milhões para 187,0 milhões de toneladas, e a produção pecuária expressa em toneladas de carcaças aumentou de 1,8 milhão de toneladas para 7,4 milhões, suínos de 500 mil toneladas para 3,7 milhões, e frangos, de 373 mil toneladas para 13,23 milhões de toneladas] (GASQUES, BACCHI e BASTOS, 2018). Foi o crescimento da produtividade que permitiu elevar a oferta acima da demanda mundial de alimentos no período pós-revolução tecnológica no campo (FAO, 2013).

este segmento, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (BRASIL, 1996) ou pela criação da Lei 11.326/2006, a primeira a fixar diretrizes para o setor (BRASIL, 2006), o caminho adotado para delimitar o público foi o uso “operacional” do conceito, orientado na caracterização geral de um grupo social bastante heterogêneo.

Mesmo que grande parte das unidades familiares apresente o modelo convencional, ainda é no seu núcleo que se pode encontrar grupos sociais que possuem valores capazes de diferenciar os alimentos (saudáveis, ecológicos, sustentáveis, locais, caseiros, artesanais) solicitados por grande parte da sociedade. Esse grupo é a manifestação de uma agricultura pós-produtivista e multifuncional, de um rural com gente que abriga uma imensidade de povos e comunidades cujas práticas são hoje revalorizadas pela contribuição que conferem a preservação da biodiversidade e de um significativo patrimônio imaterial, ativo fundamental para novos modelos de produção e consumo, bem como novos rumos de desenvolvimento territorial (NIEDERLE, 2017).

Para Veiga et al. (2001), a presença da agricultura familiar no meio rural brasileiro é essencial, pois uma região rural terá um futuro mais ativo, se a capacidade de diversificação da economia local for impulsionada pelas características de sua agricultura.

A partir das considerações acima, torna-se importante estudos sobre as estratégias produtivas dos agricultores familiares. Desse modo o presente estudo tem como questão de pesquisa: **Quais os tipos de interações produtivas estão presentes em unidades de agricultura familiar na Costa Oeste Paranaense?**

Este capítulo está estruturado em cinco seções, sendo esta, a primeira, em que consta o problema, objetivo, justificativa e estrutura da pesquisa. Em seguida, na segunda seção, são apresentados os conceitos relacionados a multifuncionalidade da agricultura familiar e seus sistemas produtivos; na terceira, é destacada a metodologia utilizada; na quarta, são expostos os resultados do estudo; e por fim, na última seção, apresenta-se as considerações finais, além das referências bibliográficas.

4.2 REFERENCIAL TEÓRICO

4.2.1 Especificidades da Agricultura familiar

A agricultura familiar, para Silva (2015), é caracterizada genericamente pela relação entre trabalho e gestão familiar, mas na prática existem vários tipos de organização da atividade agrícola em que podem ser observadas particularidades referentes a um ou a outro modelo de agricultura; essa classificação geral passou a ser adotada na academia e nas falas dos movimentos sociais, como fator de identidade e luta política.

Porém, como segmento socioprodutivo, a agricultura familiar contempla uma grande diversidade cultural, social e econômica, variando desde o campesinato tradicional até a pequena produção mecanizada, diferenciando-se a própria formação dos grupos sociais ao longo da história (SILVA, 2015).

Segundo Schneider e Niederle (2008), no Brasil, o agricultor familiar engloba uma variedade de formas de se fazer agricultura, diferencia-se segundo o tipo da família, o contexto social, interação com os variados ecossistemas, origem histórica, dentre outras. Do norte a sul do Brasil há uma enorme diversidade de agricultores familiares que local ou regionalmente são denominados colono, sitiante, posseiro, morador, ribeirinho etc.

De acordo com Buainain (2006), não se diferenciam agricultores familiares apenas em relação à disponibilidade de recursos e à capacidade de geração de renda e riqueza, mas também em relação às potencialidades e restrições, vinculadas aos recursos disponíveis e capacitação/aprendizado adquirido, como a inserção ambiental e socioeconômica, sendo estas variáveis mutáveis entre os grupos de produtores, pois estão vinculadas a localização e características particulares do meio-ambiente no qual estão inseridos.

Quanto a relação com o mercado, é característica de alguns estilos de agricultura inserir suas atividades produtivas em um processo de produção voltada ao capitalismo, como uma forma empresarial de agricultura familiar, cada vez mais dependente de especialização produtiva, de recursos externos e custos de produção e transação. Em contrapartida, existem estilos mais distantes em relação ao modelo dominante, construindo novas formas de diversificar os circuitos de troca, procurando por autonomia às obrigações de formas impostas pelos agentes externos (SCHNEIDER, 2010).

4.2.2 Agricultura familiar e seus sistemas produtivos

A agricultura familiar no Brasil apresenta processos produtivos multivariados de cultura (vegetal e animal), que se bem planejados, oferecem muitas vantagens sob o aspecto ambiental. Os agricultores familiares ao mesmo tempo que são produtores de alimentos e outros produtos agrícolas, são atores da transição à economia sustentável e podem desempenhar a função de guardiões do meio ambiente. A agricultura familiar se identifica como uma das melhores formas de ocupação do espaço rural, contribuindo com o cumprimento de exigências sociais, como a geração de emprego e renda, e ambientais, como a conservação da biodiversidade, além de desempenhar um papel fundamental nas metas de segurança alimentar e nutricional (FAUTH, 2008).

No Censo Agropecuário 2017, os critérios da Lei da Agricultura Familiar foram atendidos por 3.897.408, representando 77% dos estabelecimentos agropecuários levantados pelo Censo, ocupando 23% da área total dos estabelecimentos nacionais, ou seja, uma área de 81 milhões de hectares, onde dessa área, 48% eram destinados a pastagens, áreas com matas, florestas ou sistemas agroflorestais ocupam 31%, as lavouras ocupam 15,5%, além da agricultura familiar ser responsável por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos brasileiros (IBGE, 2017).

Pela estratificação dos dados do Censo Agropecuário 2017, no estado do Paraná, conforme a Tabela 27, 75% dos estabelecimentos são reconhecidos como agricultura familiar, fortemente ligados a produção de lavouras temporárias, pecuária e criação de outros animais, como as atividades econômicas principais e apresentam de maneira menos recorrente as atividades econômicas relacionadas a produção de lavouras permanentes, horticultura e floricultura (IBGE, 2017).

Tabela 27 – Grupos de atividade econômica da Agricultura não Familiar e Familiar do Estado do Paraná

Grupos de atividade econômica	Não	%	%T	Familiar	%	%T	Total	%
Produção de lavouras temporárias	33.210	43,5%	23,6%	107.225	46,8%	76,4%	140.435	46,0%
Horticultura e floricultura	1.777	2,3%	17,9%	8.131	3,6%	82,1%	9.908	3,2%
Produção de lavouras permanentes	3.592	4,7%	23,1%	11.988	5,2%	76,9%	15.580	5,1%
Produção sementes/mudas certificadas	41	0,1%	36,9%	70	0,0%	63,1%	111	0,0%
Pecuária e criação de outros animais	32.312	42,4%	25,6%	94.116	41,1%	74,4%	126.428	41,4%
Produção florestal - florestas plantadas	3.177	4,2%	45,3%	3.836	1,7%	54,7%	7.013	2,3%
Produção florestal - florestas nativas	987	1,3%	24,0%	3.119	1,4%	76,0%	4.106	1,3%
Pesca	14	0,0%	9,5%	134	0,1%	90,5%	148	0,0%
Aquicultura	1.156	1,5%	81,1%	269	0,1%	18,9%	1.425	0,5%
TOTAL	76.266	100%	25,0%	228.888	100%	75,0%	305.154	100%

Fonte: Adaptado do Censo Agropecuário 2017, IBGE (2017).

Um estudo desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2011) “sugere que a agricultura familiar poderá ser decisiva para gerar resiliência ambiental e fortalecer os modos de vida rurais de tal forma que sejam mais sustentáveis e aptos a enfrentar as transformações ambientais geradas pelas mudanças climáticas” (SCHNEIDER, 2016, p.13).

Segundo Schneider (2006), o estudo da agricultura familiar exige uma análise sociológica multidimensional sobre a variedade das formas sociais familiares, podendo iniciar pelo estudo da organização do trabalho, da sua produção e da sua relação com os recursos naturais, passando pelo entendimento dos procedimentos de criação de estratégias de convívio com o ambiente social, bem como os vários meios de exercício da ação política. Estudos demonstram a seguir, que a diversificação pode agregar vários ativos aos envolvidos.

4.2.3 Multifuncionalidade na agricultura familiar

A diversificação na agricultura apresenta diferentes abordagens, de acordo com a área e o enfoque dos estudos realizados. Quando se fala em desenvolvimento rural, segundo Ellis (1998), há dois tipos: diversificação de renda e meios de vida. A primeira se refere a variedade de fontes de renda de uma família em um período, e a segunda é o processo de aumento da complexidade desses rendimentos em um período e maior disponibilidade de portfólios alternativos de atividades no tempo.

Este portfólio de atividades e possíveis fontes de renda, pode incluir: as atividades desenvolvidas dentro do estabelecimento agropecuário, abrangendo a produção agropecuária, a agroindústria familiar e outras atividades não agrícolas; e as atividades desenvolvidas fora do estabelecimento agropecuário, como empregos, além de outras fontes de renda, como arrendamentos, aposentadorias, benefícios sociais e remessas de dinheiro provenientes de membros que migraram para a área urbana (ELLIS, 1998 apud SAMBUICHI, GALINDO, OLIVEIRA e PEREIRA, 2014).

Perondi (2007), estudando os meios de vida de agricultores familiares no sudoeste do Paraná, encontrou uma renda agropecuária maior nas famílias com maior diversidade de culturas. Além do aumento de renda, Li et al. (2009) identificaram em um estudo na China, testando consórcios de tabaco, milho, cana de açúcar, batata, trigo e fava em mais de 15 mil hectares de lavouras, que algumas combinações aumentaram a produtividade das culturas em até 84,7%.

A diversificação também permite o aumento da eficiência alocativa, quer dizer, melhor uso do trabalho e da terra nos momentos de intervalo entre as produções, devido à característica sazonal de muitas produções agrícolas (COELLI e FLEMING, 2004).

Simonetti, Perondi, Kiyota, Oliveira e Valandro (2011), através de uma revisão de literatura buscaram compreender o papel da diversificação num contexto de mercantilização da agricultura familiar. Identificaram que a mercantilização não igualou, nem segmentou as estratégias produtivas nas unidades de produção familiares, ao contrário, proporcionaram uma maior diversificação de estratégias nas propriedades. A diversificação da renda traz maior segurança às unidades produtivas quanto às oscilações de determinada atividade e do mercado. Juntamente com a agregação de valor, é a alternativa que proporciona o maior aumento de renda. Quanto mais diversificação é distribuída entre diferentes ramos de atividades, maior estabilidade financeira proporciona a família.

Sambuichi, Galindo, Oliveira e Pereira (2014) buscaram discutir a importância da diversidade produtiva na agricultura familiar e propor estratégias e políticas para promover a diversificação como forma de apoiar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil. Baseou-se em revisão de literatura e na análise de dados da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O estudo mostrou a importância da diversidade produtiva para manter a sustentabilidade desse desenvolvimento, pois gera benefícios econômicos, sociais e ambientais não apenas para o agricultor, mas também para toda a sociedade. Várias propostas de ações foram apresentadas neste estudo como medidas necessárias para combater os fatores que limitam a adoção de sistemas diversificados. Entre as principais medidas apresentadas estão o fomento à geração de tecnologias de produção agrícola diversificada, a capacitação de profissionais para trabalhar com pesquisa e extensão voltadas a esse tipo de sistemas de produção, a melhoria do acesso a mercados e a oferta de incentivos econômicos.

Além das produções tradicionais, existem outras oportunidades para os agricultores, a agricultura torna-se multifuncional, como por exemplo a agroecologia, agroindustrialização ou relação indireta como o turismo.

Segundo Carneiro e Maluf (2003, p. 19):

A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagem) e pela qualidade dos alimentos.

A agroindustrialização é uma das atividades que traz diversificação de renda ao agricultor familiar. A agroindústria familiar rural, segundo Mior (2005) é uma forma de organização da agricultura familiar em que o processo de produção de parte da produção agrícola e/ou pecuária da propriedade é feita pela família, com o objetivo de comercialização. A agroindústria familiar rural também tem outras particularidades, tais como: “a localização no meio rural; a utilização de máquinas e equipamentos e escalas menores; procedência própria da matéria-prima em sua maior parte, ou de vizinhos; processos artesanais próprios, assim como predominância da mão-de-obra familiar” (MIOR, 2005, p.8).

Em um estudo de Wesz Junior e Trentin (2005b), os autores buscaram comprovar a viabilidade econômica da agroindústria familiar rural e fizeram um comparativo entre duas *commodities*, com área de 66,5 hectares, e a mesma área com 12 agroindústrias familiares de cana de açúcar. A primeira cultura analisada foi o milho, que quando produzido em 66,5 hectares teria uma produção de aproximadamente 90 sacas/ha², o que geraria um montante de 5.985 sacas, que quando comercializado no preço atual de R\$ 12,00, asseguraria R\$ 71.820,00. Descontando os custos de produção que oscilam em 70%, sobrariam R\$ 21.546,00 ou R\$ 324,00 por hectares (WESZ JUNIOR, TRENTIN e FILIPPI, 2006).

O outro exemplo é a plantação de soja nestes 66,5 hectares, que com as condições climáticas favoráveis para cultura, ter-se-ia uma produção de 45 sc/ha, contemplando 2.992,5 sacas na área total, que comercializadas ao ano de 2006 à R\$ 22,00 conseguiria chegar aos R\$ 65.835,00, descontando os custos de produção que, em média, situam-se nos 50%, seriam gerados R\$ 32.917,00 ou R\$ 495,00 ha/ano. As 12 agroindústrias familiares de cana-de-açúcar produzem um montante financeiro de aproximadamente R\$ 481.180,00 ao ano. Descontando os custos de produção e agroindustrialização, que giram em torno dos 70%, teve-se um lucro líquido de R\$ 144.354,00/ano ou R\$ 2.170,00 ha/ano. Ou seja, a cachaça teve um ganho em renda de 669 % em relação ao cultivo agrícola do milho e de 438 % em relação à cultura da soja transgênica (WESZ JUNIOR e TRENTIN, 2005b *apud* WESZ JUNIOR, TRENTIN e FILIPPI, 2006).

Em relação a comercialização, a agroindústria familiar rural é uma das alternativas para o agricultor expor seu produto e inserir-se nos mercados mais competitivos (SPANVELLO, DUARTE, SCHNEIDER e MARTINS, 2019).

“As agroindústrias familiares podem ser vistas como um processo de reconfiguração de recursos promovido pela agricultura familiar, em conjunto com suas organizações associativas e com o apoio do poder público” (MIOR, 2007, p.8).

Outro movimento são os processos de ecologização da agricultura, que surgem após o primeiro período da modernização agrícola, em consequência da decomposição dos sistemas de produção agrícola, como simplificação dos ecossistemas, poluição do solo, água, intoxicação dos produtos agrícolas e efeitos nocivos à saúde, decorrentes do uso intenso de agrotóxico, iniciando pela Europa com a agricultura orgânica, agricultura biológica, agricultura natural e biodinâmica (NIEDERLE, 2017).

Segundo Assis (2002) apud Buainain (2006), a passagem de um sistema convencional para um sistema orgânico de produção agroecológica é uma aptidão dos agricultores familiares, e embora exista a necessidade de informação e recursos financeiros para a sua implantação, essa facilidade estaria ligada aos sistemas produtivos da agricultura familiar, que estariam mais próximos da agroecologia.

Nesse sentido, pode-se entender por que os agricultores familiares são importantes para essa transição à uma agricultura sustentável, pois eles trabalham com diversidade de produção em sua propriedade. Para Caporal (2011), um dos primeiros passos é abandonar a prática da monocultura e promover a diversificação das culturas cultivadas. Quanto maior a diversidade do agro ecossistema, maior será a sustentabilidade ambiental da propriedade.

4.3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório, descritivo e analítico das informações extraídas dos relatórios do “Projeto de Agricultura Orgânica na BP3”, trabalho conduzido e desenvolvido pela Biolabore - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná, em conjunto com a Itaipu Binacional.

Quanto a abordagem, a pesquisa qualificou-se como quantitativa, utilizando-se dos dados extraídos dos diagnósticos das unidades familiares efetuados pela Biolabore, além de bibliografia científica e fontes públicas de dados.

A BP3 - Bacia do Paraná 3, está localizada no extremo Oeste do Paraná, onde foram atendidos pela Biolabore, através de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural, durante o período de 04/2015 a 04/2018, através do Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável - Programa Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional, atendendo 535 unidades de agricultura familiar com potencialidade agroecológica em vários municípios da região, representando a população da pesquisa.

Para a amostra do estudo, fizeram parte 200 unidades de agricultura familiar distribuídas por vários municípios da BP3, na Costa Oeste do Paraná, esse agrupamento apresenta proximidade geográfica, características climáticas, tipos de solo similares e semelhanças nos sistemas produtivos. Segundo a Águas Paraná (2014) não há distinções significativas de solo e clima na região estudada, conforme demonstrado no relatório ‘Plano da Bacia Hidrográfica do Paraná 3 – Características gerais da bacia’, realizado em conjunto pela Unioeste, Itaipu, Águas Paraná e Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraná 3, assim optou-se por esta amostra aleatória.

Apresentam os resultados baseados nas 200 unidades familiares estudadas, o que representa 95% de confiança numa margem de erro de 5,5%, conforme a Fórmula 1 como base para cálculo amostral, onde **n** é a amostra calculada, **N** é a população, **Z** a variável normalmente padronizada associada ao nível de confiança, **p** a verdadeira probabilidade do evento e o erro amostral.

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)} \quad (1)$$

Os dados foram tratados através de estatística descritiva, representados em tabelas de frequência simples e referencias cruzadas e correlação de dados.

4.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, foi traçado um panorama das unidades familiares estudadas nestes municípios na Costa Oeste do Paraná em relação a composição de suas áreas. Identificou-se, conforme a Tabela 28, que são predominantes as pequenas áreas, com maior concentração até 10 ha, e na grande maioria são áreas próprias dos agricultores, apresentando poucos casos em que ainda não se possui o título definitivo, relacionados estes a cedência de área por órgão fundiário; quanto as áreas não contínuas, exploradas pelo mesmo agricultor, foram consideradas como um único estabelecimento na análise e tem origem pelos atos de arrendamentos, representados por arrendantes e arrendatários, poucas são as áreas cedidas sem custo relacionadas a estas unidades, assim existe a possibilidade de uma unidade produtiva ser composta por mais de uma área com domínio legal distinto.

Para contribuir com a análise, o estudo de Castro (2013) sobre as dimensões e lógicas do arrendamento rural na agricultura familiar, identificou que os fatores determinantes para o arrendamento rural, além das diferenças sociais e de recursos entre arrendante e arrendatário, são: a disponibilidade de mão de obra na família do arrendatário, a existência de vínculos efetivos entre as famílias do arrendante e do arrendatário, proximidade física entre as áreas a serem arrendadas, similaridade nas características naturais, possibilidade do mesmo cultivo da área originária e experiência anterior com arrendamento.

Tabela 28 – Identificação do domínio legal de área das unidades familiares

Tamanho	Unidades produtivas	%	Áreas por domínio legal / composições das unidades produtivas					Total	%
			Área própria	Área cedida por órgão fundiário sem título definitivo	Área arrendada de terceiros	Área ocupada pela qual o produtor nada paga pelo uso	Área cedida para terceiros		
0 a 5 ha	76	38,0%	69	2	11	1	2	85	36,0%
6 a 10 ha	51	25,5%	41	3	8	3	4	59	25,0%
11 a 15 ha	35	17,5%	27	3	10	0	3	43	18,2%
16 a 20 ha	14	7,0%	13	0	2	0	2	17	7,2%
21 a 25 ha	13	6,5%	12	0	4	0	2	18	7,6%
26 a 30 ha	5	2,5%	5	0	0	0	0	5	2,1%
31 a 35 ha	4	2,0%	3	0	3	0	0	6	2,5%
51 a 55 ha	2	1,0%	2	0	1	0	0	3	1,3%
Total	200	100%	172	8	39	4	13	236	100%
%			72,9%	3,4%	16,5%	1,7%	5,5%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Em relação ao tamanho de área, estes estabelecimentos se enquadram nas características predominantes do território brasileiro, pois de acordo com o IBGE (2017), através dos dados do Censo Agropecuário, 50,13% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros tem menos de

10 ha de área, 39,04% de 10 a menos que 100 ha, 8,29% de 100 a menos que 1.000 ha, 1% de 1.000 a mais ha, sendo este grupo detentor de 47,6% da área agrícola brasileira e também aparecem produtores sem área com 1,51%. Em relação somente aos estabelecimentos familiares, 52,6% das unidades a nível nacional têm menos de 10 ha de área e 48,5% no estado do Paraná. Corroborando com a pesquisa a condição legal das terras, onde o índice nacional levantado pelo IBGE é de 80,96%, próximo ao levantamento encontrado nas unidades estudadas.

Evidencia-se na Tabela 29, a predominância de poucas pessoas residentes nas unidades familiares, de 1 até 3 membros, com quantidade expressiva de 2 membros na maioria dos casos, variável que determina certas decisões e práticas em relação aos sistemas produtivos dentro do universo pesquisado, pois é no núcleo familiar que se concentra a gestão e a mão de obra, pontos relevantes para desenvolvimento desses agricultores, tanto pelas oportunidades quanto pelos limites impostos a estas famílias.

Para Buainain (2006), a capacidade de acumulação das unidades familiares é afetada diretamente pelo tamanho da família e a quantidade de membros que trabalham em relação aos que não trabalham na propriedade. A agricultura familiar tem como base a capacidade de trabalho da família, assim um núcleo familiar pode ser afetado por problemas como alta taxa de filhos menores sem possibilidade de trabalharem na propriedade, migração dos jovens pela falta de oportunidade no meio rural e o envelhecimento dos agricultores familiares, que permaneceram no campo.

Tabela 29 – Membros residentes das unidades familiares

Membros residentes	Frequência	%
2 membros	78	39,0
3 membros	49	24,5
4 membros	35	17,5
5 membros	22	11,0
1 membro	10	5,0
6 membros	6	3,0
Total	200	100,0
Média	3	membros
Moda	2	membros

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A agricultura familiar apresenta qualidades compatíveis com os pressupostos de sustentabilidade, os agricultores são o centro das transformações, o grupo familiar é quem orienta as mudanças dos sistemas produtivos, alterando cultivos e insumos de acordo com a real necessidade de utilização de mão de obra (FINATTO e SALAMONI, 2008).

Na Tabela 30, apresenta-se a área correspondente a todas as unidades estudadas, correspondendo a 2.109,4 ha. Verificou-se que as práticas agrícolas convencionais são predominantes, porém é expressivo o montante de área com agroecologia, práticas agroecológicas ou em conversão (43%), potencialidade que deve ser explorada e ampliada, pois nela existe a preocupação com a conservação do meio ambiente e qualidade nutricional dos alimentos pela não utilização de fertilizantes químicos e agrotóxicos.

Segundo Brandenburg (2017), está em expansão o movimento ecológico na agricultura, pela demanda crescente de produtos sem agrotóxicos, motivado por agricultores que produzem dessa maneira, pela multiplicação de organizações em rede, bem como eventos e congressos sobre agroecologia com a participação de agricultores e pesquisadores da área.

Tabela 30 – Área total das unidades familiares e distribuição por prática agrícola

Área	ha	%
Área total das unidades familiares	2.109,4	100,0
Utilização das áreas	ha	%
Áreas convencionais e outras utilizações	1.206,5	57,2%
Áreas com práticas agroecológicas	600,8	28,5%
Áreas em conversão	207,8	9,9%
Áreas agroecológicas	94,3	4,5%
Total	2.109,4	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Essa potencialidade agroecológica das unidades deve ser estudada e acompanhada, principalmente pelas entidades relacionadas com a assistência técnica, pois segundo Buainain (2006), em relação a agroecologia, cada agro ecossistema requer desenvolvimento de tecnologias específicas para a conexão sociocultural que define cada comunidade rural, não limitando-se somente as questões tecnológicas, pois a agroecologia agrupa variáveis econômicas, sociais, culturais, políticas e éticas que estruturam os métodos de produção agrícola.

Nesse contexto, verificou-se de acordo com as informações da Tabela 31, que a grande parte das unidades familiares não possuía assistência técnica, totalizando 74% das unidades. Quando recebida a assistência, destaca-se o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER que atende 50% das unidades que declararam receber assistência. A assistência técnica relacionada as cooperativas agroindustriais instaladas na região do estudo também são expressivas, pois operacionalizam várias atividades produtivas presentes na região.

A questão de falta de assistência técnica é recorrente. Silva (2015), indica que uma questão importante a ser resolvida é a falta de assistência aos estabelecimentos familiares no meio rural brasileiro. Utilizando os dados do IBGE – Censo Agropecuário 2006, relata que no

caso dos estabelecimentos pluriativos, mais de 80% deles não recebem nenhuma assistência técnica relacionadas as suas atividades, e dentre as famílias que alegaram receber, apenas 6,7% com regularidade, sendo que estes índices apresentam piora no Nordeste do país, onde o índice é de 92% dos estabelecimentos.

Segundo os dados do Censo Agropecuário 2017, não houve mudança significativa em relação a assistência técnica, pois 77,3% dos estabelecimentos agrícolas do país declararam não receber orientação técnica e na agricultura familiar esse índice é de 79,5%. Quanto a origem dessa assistência, destaca-se o Governo (federal, estadual ou municipal), cooperativas e empresas integradoras (IBGE, 2017).

Tabela 31 – Assistência técnica relacionadas as unidades familiares

Assistência técnica	Frequência	%
Sim	52	26%
Não	148	74%
Total	200	100%
Entidades mencionadas	ha	%
Emater	28	50,0%
Copagrill	13	23,2%
Cooperativa Lar	9	16,1%
Coopavel	1	1,8%
Coopermilk	1	1,8%
Gebana	1	1,8%
Disan	1	1,8%
Grasel	1	1,8%
Brf	1	1,8%
Total	56,0	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A especificidade produtiva das unidades está relacionada às características sociais dos membros e aos aspectos econômicos e geográficos da região Costa Oeste do Paraná. A partir dos dados da Tabela 32, verificou-se grande quantidade de unidades que possui somente uma atividade, indicando que existe na região algumas especializações produtivas escolhidas por esses agricultores. De maneira geral, nessas unidades as atividades se concentram nas faixas de 1 a 3 atividades produtivas, apresentando menores incidências nas faixas de 4 a 5 atividades.

Para Buainain (2006), os agricultores familiares procuram reduzir riscos econômicos e alimentares pela valorização e adoção de sistemas mais diversificados e pela distribuição de seu tempo de trabalho, produzindo parte dos alimentos que consomem ou de matéria prima a ser utilizada no estabelecimento. Quanto as especializações e inserção aos mercados, estas atribuem novas exigências e redimensionam as restrições, podendo debilitar unidades que poderiam se manter mais algum tempo como semi subsistência ou possibilitar o aumento do nível de renda e de capitalização, evitando o empobrecimento e crise que marca o setor.

A diversidade dos sistemas de produção traz efeitos positivos importantes no que diz respeito a redução dos riscos inerentes à produção, à promoção da segurança alimentar e à conservação de recursos naturais e serviços ecossistêmicos (LIN, 2011; BOWMAN e ZILBERMAN, 2013, apud SAMBUICHI et al., 2014).

A partir destas colocações, verificou-se presença considerável de unidades com atividade de agroindústria, principalmente relacionada a produtos derivados do leite, panificados e derivados da cana de açúcar, que utilizam matérias primas que podem ser totalmente ou parcialmente produzidas no estabelecimento, além de doces e conservas, demonstrando agregação de valor na produção primária das unidades.

A reversão de consequências desfavoráveis no meio rural pode ser obtida com a alternativa da agroindustrialização rural de pequeno, ponderando que este espaço é pluriativo, não sendo composto somente de atividades exclusivamente agrícolas, onde a pequena agroindústria, de característica familiar, contribui para uma (re)inclusão social e econômica, impulsionando a geração, direta e indireta, de novos postos de trabalho e renda aos agricultores (PREZOTTO, 2002).

Tabela 32 – Características produtivas das unidades familiares

Número de atividades	Frequência	%	Atividades produtivas	Frequência	%	% Casos
1 Atividade	54	27,0%	Bov. leiteira	112	21,7%	56,0%
2 Atividades	47	23,5%	Olericultura	78	15,1%	39,0%
3 Atividades	51	25,5%	Milho	51	9,9%	25,5%
4 Atividades	26	13,0%	Fruticultura	47	9,1%	23,5%
5 Atividades	22	11,0%	Avicultura de corte	45	8,7%	22,5%
Total	200	100%	Soja	40	7,6%	20,0%
Agroindústria	Frequência	%	Mandioca	32	6,4%	16,0%
Sim	59	29,5%	Bov. de corte	24	4,7%	12,0%
Não	141	70,5%	Avicultura de postura	20	3,9%	10,0%
Total	200	100%	Suínocultura	19	3,7%	9,5%
Produtos	Frequência	%	Cana de açúcar	10	1,9%	5,0%
Derivados de leite	25	30,5%	Piscicultura	9	1,7%	4,5%
Panificados	22	26,8%	Feijão	6	1,2%	3,0%
Melado	10	12,2%	Mel	4	0,8%	2,0%
Açúcar mascavo	5	6,1%	Feno	4	0,8%	2,0%
Cachaça	5	6,1%	Apicultura	3	0,6%	1,5%
Massas	4	4,9%	Batata doce	2	0,4%	1,0%
Doces, geleias e	3	3,7%	Fumo	2	0,4%	1,0%
Conserva de hortaliças	2	2,4%	Bezerros	2	0,4%	1,0%
Conserva e frutas	1	1,2%	Turismo rural	2	0,4%	1,0%
Derivados de milho	1	1,2%	Tomate	1	0,2%	0,5%
Derivados de noz pecan	1	1,2%	Palmito	1	0,2%	0,5%
Rapadura	1	1,2%	Caprinocultura	1	0,2%	0,5%
Vinho	1	1,2%				
Vassoura	1	1,2%				
Total	82	100%	Total	515	100,0%	257,5%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A agroindústria familiar rural sempre existiu no Brasil, atuando juntamente com a atividade agrícola, e na maior parte dos casos, os agricultores beneficiam a própria produção agrícola, no intuito de gerar uma renda extra (SCHINAIDER, BEZERRA, SANTOS JUNIOR, ATIYEL e CAPISTRANO, 2018).

No Brasil, conforme o Censo Agro 2017 (IBGE, 2017), existem 215.226 estabelecimentos agropecuários da agricultura patronal com agroindústrias, na agricultura familiar, esse valor chega a 1.311.830 estabelecimentos com agroindústria rural. O valor da produção é de R\$ 8.475.295,00 para a agricultura patronal e R\$ 6.351.512,00 na agricultura familiar. Segundo Fernandes Filho e Campos (2003, p. 871), “a região que apresenta uma maior diversidade de produtos da agroindústria rural é a região Sul”.

Como atividade destaque nessas unidades, identificou-se a de bovinocultura leiteira, presente em 56% das unidades. “A produção de leite no Paraná cresceu 52,2% no período 1995-2002, saindo de 1.577 milhão de litros para 2.370 milhões. Nesse período, o Estado apresentou uma taxa de crescimento médio, na produção de 6% ao ano, superior aos principais estados produtores (SEPULCRI e DE PAULA, 2005, p.37).

Também é muito relevante a olericultura com participação de 39%, atividades relacionadas às *commodities* (milho e soja), agroindústrias e integradoras apresentam valores significativos, bem como a fruticultura. Pode-se identificar pela análise da descrição das atividades produtivas, um grau satisfatório de diversificação nas unidades estudadas.

Para Fauth (2008), os agricultores familiares vivem grandes e urgentes transformações do meio rural; pelo surgimento no dia a dia de novas atividades (indústrias, turismo, lazer, comércio, artesanato, serviços profissionais especializados, etc.), onde a atividade agropecuária ao mesmo tempo também é mais dinâmica, exigindo um produtor cada vez mais organizado, que opera no agenciamento do negócio, assim, não só é importante agregar valor à produção pelo beneficiamento e transformação, como também promover uma inserção no mercado de forma competitiva e ter a visão da cadeia de valor do produto.

Quanto as composições produtivas, as informações da Tabela 33 indicam que as unidades com somente uma atividade apresentam duas especializações principais, a bovinocultura leiteira em maior número, seguida pela olericultura também com quantidades expressivas, outras atividades aprecem em números mais modestos. Quando as unidades apresentam duas atividades, a combinação predominante é composta pela fruticultura e olericultura, atividades estas também associadas a outras dentro deste grupo. Chama a atenção a relação de atividades que podem estar vinculadas a agroindústrias e integradoras, exemplo da avicultura de corte e bovinocultura leiteira.

Unidades com 3 atividades ainda apresentaram tipos coincidentes de associação, envolvendo a atividade bovino leiteira, milho e soja como a principal, seguido da Fruticultura, milho e soja e Fruticultura, mandioca e olericultura, apresentam a mesma relação de atividades vinculadas a agroindústrias e integradoras, avicultura de corte, bovinocultura leiteira e suinocultura. Percebe-se o aumento das culturas relacionadas às *commodities* (milho e soja) nesta faixa de 3 atividades em relação as anteriores, e mantém-se com grande importância as atividades bovino leiteira, avicultura de corte e fruticultura, presente em várias das associações descritas.

Tabela 33 – Composições produtivas as unidades familiares até 3 atividades

1 Atividade	Qtde	%	3 Atividades	Qtde	%
Bov. leiteira	31	57,4%	Bov. leiteira, Milho, Soja	4	7,8%
Olericultura	16	29,6%	Fruticultura, Milho, Soja	3	5,9%
Mandioca	3	5,6%	Fruticultura, Mandioca, Olericultura	3	5,9%
Bov. de corte	1	1,9%	Avic. de corte, Fruticultura, Olericultura	2	3,9%
Feijão	1	1,9%	Bov. de corte, Bov. leiteira, Mandioca	2	3,9%
Feno	1	1,9%	Bov. leiteira, Avic. de postura, Olericultura	2	3,9%
Fruticultura	1	1,9%	Bov. leiteira, Fruticultura, Olericultura	2	3,9%
TOTAL	54	100,0%	Bov. leiteira, Mandioca, Milho	2	3,9%
2 Atividades	Qtde	%	Bov. leiteira, Soja, Suinocultura	2	3,9%
Fruticultura, Olericultura	7	14,9%	Mandioca, Milho, Soja	2	3,9%
Avic. de corte, Olericultura	4	8,5%	Apicultura, Avic. de postura, Bov. leiteira	1	2,0%
Avic. de corte, Bov. leiteira	3	6,4%	Avic. de corte, Avic. de postura, Bov. leiteira	1	2,0%
Bov. leiteira, Soja	3	6,4%	Avic. de corte, Bov. de corte, Bov. leiteira	1	2,0%
Milho, Olericultura	3	6,4%	Avic. de corte, Bov. de corte, Olericultura	1	2,0%
Avic. de corte, Fruticultura	2	4,3%	Avic. de corte, Bov. de corte, Suinocultura	1	2,0%
Avic. de corte, Avic. de postura	2	4,3%	Avic. de corte, Bov. Leiteira, Cana de açúcar	1	2,0%
Bov. de corte, Bov. leiteira	2	4,3%	Avic. de corte, Bov. leiteira, Feijão	1	2,0%
Bov. leiteira, Olericultura	2	4,3%	Avic. de corte, Bov. leiteira, Milho	1	2,0%
Bov. leiteira, Piscicultura	2	4,3%	Avic. de corte, Bov. leiteira, Suinocultura	1	2,0%
Bov. leiteira, Suinocultura	2	4,3%	Avic. de corte, Bov. leiteira, Suinocultura	1	2,0%
Cana de açúcar, Olericultura	2	4,3%	Avic. de corte, Bov. leiteira, Turismo rural	1	2,0%
Apicultura, Cana de açúcar	1	2,1%	Avic. de corte, Cana de açúcar, Soja	1	2,0%
Avic. de corte, Bov. de corte	1	2,1%	Avic. de corte, Fruticultura, Mandioca	1	2,0%
Avic. de corte, Mandioca	1	2,1%	Avic. de postura, Bov. leiteira, Mel	1	2,0%
Avic. de postura, Bov. leiteira	1	2,1%	Avic. de postura, Bov. leiteira, Olericultura	1	2,0%
Bov. de corte, Cana de açúcar	1	2,1%	Bov. de corte, Bov. leiteria, Olericultura	1	2,0%
Bov. leiteira, Fruticultura	1	2,1%	Bov. leiteira, Feijão, Fruticultura	1	2,0%
Bov. leiteira, Mandioca	1	2,1%	Bov. leiteira, Fruticultura, Soja	1	2,0%
Bov. leiteira, Milho	1	2,1%	Bov. leiteira, Fumo, Milho	1	2,0%
Cana de açúcar, Fruticultura	1	2,1%	Bov. leiteira, Mandioca, Olericultura	1	2,0%
Fruticultura, Mandioca	1	2,1%	Bov. leiteira, Milho, Olericultura	1	2,0%
Mandioca, Piscicultura	1	2,1%	Bov. leiteira, Olericultura, Soja	1	2,0%
Milho, Soja	1	2,1%	Bov. leiteira, Olericultura, Suinocultura	1	2,0%
Suinocultura, Feno	1	2,1%	Bov. leiteira, Milho, Bezerros	1	2,0%
			Fruticultura, Olericultura, Suinocultura	1	2,0%
			Mandioca, Milho, Olericultura	1	2,0%
			Milho, Soja, Suinocultura	1	2,0%
TOTAL	47	100%	TOTAL	51	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Na Tabela 34, apresenta-se as associações produtivas de unidades com 4 atividades, e verificou-se uma única composição de sistemas idênticos, representado pela fruticultura, milho, olericultura e soja, presente em três unidades.

Em uma análise mais individualizada de cada composição, verifica-se que as culturas mais presentes nas combinações são a avicultura de corte, a bovinocultura leiteira, fruticultura, mandioca, milho, olericultura e soja.

Essa diversificação produtiva encontrada em parte das unidades familiares é um elemento importante para a sua reprodução social, essa combinação de atividades minimiza os riscos muitas vezes encontrados em especializações produtivas.

Tabela 34 – Composições produtivas as unidades familiares com 4 atividades

4 Atividades	Qtde	%
Fruticultura, Milho, Olericultura, Soja	3	11,5%
Apicultura, Bov. leiteira, Piscicultura, Feno	1	3,8%
Avic. de corte, Avic. de postura, Batata doce, Suinocultura	1	3,8%
Avic. de corte, Avic. de postura, Fruticultura, Piscicultura	1	3,8%
Avic. de corte, Bov. de corte, Milho, Olericultura	1	3,8%
Avic. de corte, Bov. leiteira, Milho, Soja	1	3,8%
Avic. de corte, Bov. leiteira, Olericultura, Suinocultura	1	3,8%
Avic. de corte, Fruticultura, Mandioca, Olericultura	1	3,8%
Avic. de postura, Bov. de corte, Olericultura, Soja	1	3,8%
Avic. de postura, Fruticultura, Olericultura, Soja	1	3,8%
Batata doce, Fruticultura, Mandioca, Olericultura	1	3,8%
Bov. de corte, Bov. leiteira, Cana de açúcar, Suinocultura	1	3,8%
Bov. de corte, Bov. leiteira, Fruticultura, Mel	1	3,8%
Bov. de corte, Bov. Leiteira, Milho, Suinocultura	1	3,8%
Bov. de corte, Mandioca, Milho, Olericultura	1	3,8%
Bov. leiteira, Fruticultura, Mandioca, Olericultura	1	3,8%
Bov. leiteira, Fruticultura, Mel, Suinocultura	1	3,8%
Bov. leiteira, Fruticultura, Milho, Soja	1	3,8%
Bov. leiteira, Mandioca, Milho, Olericultura	1	3,8%
Bov. leiteira, Mandioca, Milho, Soja	1	3,8%
Bov. leiteira, Milho, Olericultura, Tomate	1	3,8%
Bov. leiteira, Milho, Piscicultura, Caprinocultura	1	3,8%
Fruticultura, Mandioca, Milho, Olericultura	1	3,8%
Mandioca, Milho, Olericultura, Soja	1	3,8%
TOTAL	26	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Quanto as unidades com 5 atividades produtivas, não foi encontrado nenhum produto idêntico, mas verificou-se na Tabela 35 pela análise individualizada das composições das atividades, identificação de similaridades com as citadas no grupo anterior.

Nesta composição, mantém-se como destaque a presença da avicultura de corte e bovinocultura, salientando que pelos processos de diversificação encontradas, haverá reflexo considerável também na maneira de vender essa produção, com provável ampliação em seus canais de comercialização.

Tabela 35 – Composições produtivas as unidades familiares com 5 atividades

5 Atividades	Qtde	%
Avic. de corte, Avic. de postura, Bov. de corte, Bov. leiteira, Cana de açúcar	1	4,5%
Avic. de corte, Avic. de postura, Bov. de corte, Olericultura, Piscicultura	1	4,5%
Avic. de corte, Avic. de postura, Bov. leiteira, Feijão, Olericultura	1	4,5%
Avic. de corte, Avic. de postura, Bov. leiteira, Fruticultura, Piscicultura	1	4,5%
Avic. de corte, Avic. de postura, Bov. leiteria, Fruticultura, Olericultura	1	4,5%
Avic. de corte, Bov. de corte, Bov. leiteira, Milho, Soja	1	4,5%
Avic. de Corte, Bov. Leiteira, Cana de açúcar, Milho, Soja	1	4,5%
Avic. de corte, Bov. leiteira, Mandioca, Milho, Soja	1	4,5%
Avic. de corte, Bov. leiteira, Milho, Soja, Suinocultura	1	4,5%
Avic. de corte, Feijão, Milho, Olericultura, Soja	1	4,5%
Avic. de Corte, Fruticultura, Milho, Olericultura, Soja	1	4,5%
Avic. de corte, Milho, Olericultura, Soja, Turismo rural	1	4,5%
Avic. de postura, Bov. de corte, Bov. leiteira, Fruticultura, Olericultura	1	4,5%
Avic. de postura, Bov. leiteira, Mandioca, Suinocultura, Bezerros	1	4,5%
Bov. de corte, Bov. leiteira, Fruticultura, Milho, Soja	1	4,5%
Bov. de corte, Bov. leiteira, Fumo, Milho, Suinocultura	1	4,5%
Bov. de corte, Bov. leiteira, Milho, Olericultura, Soja	1	4,5%
Bov. leiteira, Fruticultura, Mandioca, Milho, Piscicultura	1	4,5%
Bov. leiteira, Milho, Mel, Soja, Palmito	1	4,5%
Bov. leiteira, Milho, Olericultura, Soja, Feno	1	4,5%
Feijão, Fruticultura, Mandioca, Milho, Olericultura	1	4,5%
Fruticultura, Mandioca, Milho, Olericultura, Soja	1	4,5%
TOTAL	22	100%

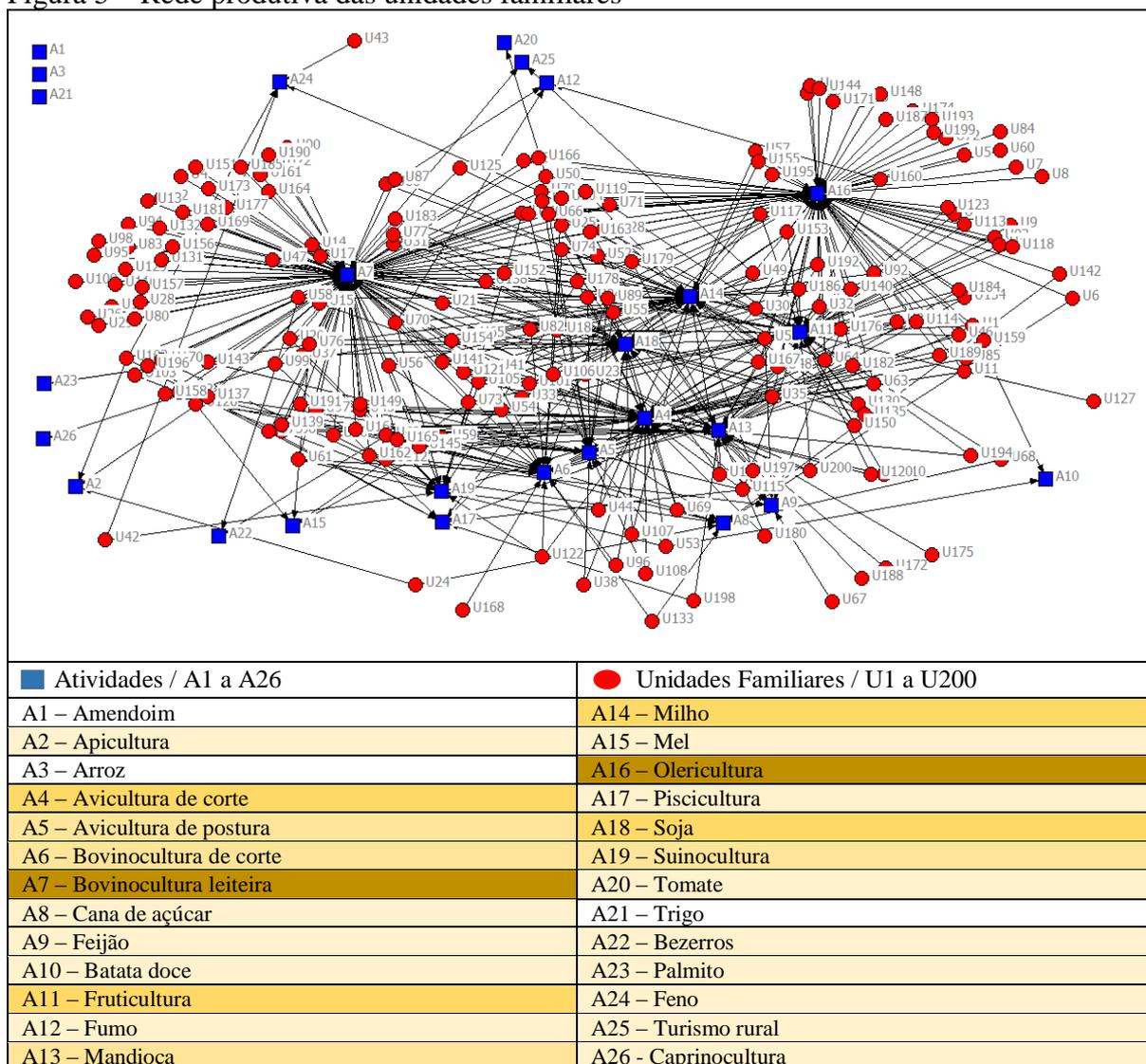
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Para uma análise generalizada, através da Figura 5, em relação as frequências de atividades, foi criada uma rede produtiva destas unidades, identificando as duas redes produtivas principais, representadas pela bovinocultura leiteira (A7) e Olericultura (A16), como redes produtivas fortes, relacionadas com a avicultura de corte (A4), fruticultura (A11), milho (A14) e soja (A18).

As redes produtivas intermediárias apresentam relacionam-se com a avicultura de postura (A5), bovinocultura de corte (A6), mandioca (A13) e suinocultura (A19) e as demais atividades aparecem de forma fraca na rede. Embora fracas, possuem importância em relação a sua característica ou a geração de renda, mas em relação a sua frequência estão relacionadas as bordas da rede produtiva, sendo utilizadas as informações da rede para intervenções específicas nestas unidades.

A produção de leite no estado do Paraná apresentou os maiores números em relação ao território nacional, evoluindo muito em quase todas as mesorregiões entre os anos de 2005 e 2011. Resultados revelam a formação de um grande *cluster* no Oeste e Sudoeste paranaenses, do tipo Alto-Alto, sendo esses altos valores reflexos de tecnologias empregadas nos rebanhos, aumentando a capacidade produtiva e movimentando a agroindústria leiteira (DA SILVA; DA CAMARA e TELLES, 2016).

Figura 5 – Rede produtiva das unidades familiares



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Outro indicador é que *clusters* altos relacionam-se com propriedades que apresentam maior envolvimento com a atividade leiteira. No norte do estado e no entorno da capital, áreas que apresentam também outras atividades como grãos, cana de açúcar e gado de corte, apresentaram indicadores mais baixos (DA SILVA; DA CAMARA e TELLES, 2016).

Uma característica da escolha da atividade leiteira por estas unidades pode estar relacionada as questões financeiras, pela necessidade de fluxo de caixa a curto prazo para a manutenção familiar, pois de acordo com aos apontamentos de Vilela et al., (2002), a atividade leiteira é usada estrategicamente pelos agricultores familiares para a composição de renda, apresenta um baixo risco de exploração, o índice de liquidez do capital investido nos animais é alto e a periodicidade de geração das receitas da atividade, se concentra em prazos curtos (diária, quinzenal ou mensal) de acordo com as relações com o mercado.

A olericultura também se apresenta como atividade de grande importância para estas unidades, presente inicialmente como atividade de subsistência ou comercialização de excedente e tornou-se atividade principal ou consorciada em muitas propriedades. Segundo Amaro et al. (2007), dentre a variedade de produtos cultivados na agricultura família, destacam-se as hortaliças pelo potencial de enriquecimento da dieta dos próprios agricultores, oferecem um retorno econômico rápido, servem de suporte para outras atividades com retorno de médio e longo prazo, adaptam-se a pequenas áreas e em sistema de consórcio com outras lavouras, devendo os agricultores se apropriarem dos conhecimentos e tecnologia disponíveis para seu cultivo.

Os canais de comercialização refletem as composições produtivas analisadas anteriormente, expressos na Tabela 36. Primeiramente, o canal de venda direta, presente em 51,5% das unidades estudadas, seguido pelas feiras 38% e compras institucionais 39,5%, reflexo forte da presença de agroindustrialização em parte das unidades estudadas, da olericultura com uma das atividades principais e das práticas agrícolas relacionadas a agroecologia. Os laticínios e cooperativas, são reflexo da atividade leiteira que pode utilizar os dois canais, pois na região existem cooperativas que absorvem produção de atividades integradas e *commodities* destas unidades.

Quanto a quantidade de canais por unidade familiar verificou-se a concentração em 1 até 2 canais na maioria das propriedades, diminuindo consideravelmente nas faixas subsequentes.

Tabela 36 – Canais de comercialização das unidades familiares

Canais de comercialização	Frequência	%	% Casos
Venda direta	103	24,0%	51,5%
Feira	76	17,7%	38,0%
Compras institucionais	79	18,4%	39,5%
Laticínio	73	17,0%	36,5%
Cooperativa	49	11,4%	24,5%
Indústria	14	3,3%	7,0%
Supermercados	14	3,3%	7,0%
Cerealista	9	2,1%	4,5%
Integradora	5	1,2%	2,5%
Somente consumo	5	1,2%	2,5%
Ceasa	2	0,5%	1,0%
Total	429	100,0%	214,5%
Quantidade de canais de comercialização	Frequência	%	% Casos
1 Canal de comercialização	64	32,0%	32,0%
2 Canais de comercialização	74	37,0%	37,0%
3 Canais de comercialização	39	19,5%	19,5%
4 Canais de comercialização	15	7,5%	7,5%
5 Canais de comercialização	8	4,0%	4,0%
Total	200	100,0%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

De acordo com SEPULCRI e TRENTO (2010), um dos principais gargalos da agricultura familiar é o acesso ao mercado e a comercialização de seus produtos, pois a escolha dos canais de comercialização envolve ações que se adaptem à pequena escala, ao tipo de qualificação da mão de obra, ligação com fornecedores, clientes e prestadores de serviços e a existência de estratégias competitivas, já que o processo de comercialização não se limita a produção, mas passa pelo beneficiamento, embalagem, compra, venda e atividades de logística, impondo aos produtores que mantenham o volume, a qualidade, a diversidade e regularidade de oferta, para permanência no mercado.

Em relação as faixas de renda exclusivamente agrícolas das unidades, na Tabela 37, há uma referência cruzada com o número de atividades agrícolas que foram identificadas pela pesquisa, sendo registrada a ausência de renda agrícola em 2 propriedades.

De maneira geral, identificou-se que parte considerável está classificada com a faixa de renda maior ou superior a R\$ 50.000,00 e que nesta faixa não existe variação significativa em relação ao número de atividades que compõem a renda.

Tabela 37 – Faixas de renda agrícola anual das unidades familiares em relação ao número de atividades

Faixas de renda		Número de atividades					TOTAL
		1 Atividade	2 Atividades	3 Atividades	4 Atividades	5 Atividades	
Renda inferior a 5.000	Contagem	9	6	3	1	0	19
	% do Total	4,5%	3,0%	1,5%	,5%	0,0%	9,6%
Renda maior ou igual a 5.000 e	Contagem	7	3	8	1	2	21
	% do Total	3,5%	1,5%	4,0%	,5%	1,0%	10,6%
Renda maior ou igual a 10.000 e	Contagem	9	8	9	5	1	32
	% do Total	4,5%	4,0%	4,5%	2,5%	,5%	16,2%
Renda maior ou igual a 20.000 e	Contagem	5	8	4	2	1	20
	% do Total	2,5%	4,0%	2,0%	1,0%	,5%	10,1%
Renda maior ou igual a 30.000 e	Contagem	4	4	4	4	1	17
	% do Total	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	,5%	8,6%
Renda maior ou igual a 40.000 e	Contagem	7	5	3	1	2	18
	% do Total	3,5%	2,5%	1,5%	,5%	1,0%	9,1%
Renda maior ou igual a 50.000	Contagem	13	13	18	12	15	71
	% do Total	6,6%	6,6%	9,1%	6,1%	7,6%	35,9%
TOTAL	Contagem	54	47	49	26	22	198
	% do Total	27,3%	23,7%	24,7%	13,1%	11,1%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

As demais faixas de renda apresentaram distribuição entre 8,6% e 16,2%, característica das unidades com renda inferior a R\$ 5.000,00 anual e uma concentração em uma ou duas atividades. Pode-se deduzir que nem sempre essa característica é fator determinante de renda, necessitando uma análise por atividades específicas para maior esclarecimento dos fatores geradores de renda agrícola.

Essa diversificação, apontada pelo número de atividades em algumas propriedades, pode estar relacionada a aversão ao risco por parte de alguns agricultores, pois segundo Buainain (2006), os agricultores familiares usam a diversificação como estratégia, onde certo grau de especialização pode aumentar o risco quando relacionada aos fatores climáticos e dos mercados.

Analisando todas as variáveis anteriores, foi efetuado um teste de normalidade dos dados e os resultados da Tabela 38 demonstram que a probabilidade de alguma das variáveis se repetirem, e ou, se aproximarem em seus respectivos grupos não é grande, o que leva a deduzir que as variáveis não possuem correlação significativa. Complementando, deduz-se que há uma alta variação nas distribuições das variáveis consideradas.

Tabela 38 – Teste de normalidade de variáveis

	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
Tamanho da Família	,233	200	,000	,886	200	,000
Número de atividades	,175	200	,000	,885	200	,000
Tamanho em ha	,158	200	,000	,779	200	,000
Renda agrícola	,195	200	,000	,754	200	,000
Canais de comercialização	,244	200	,000	,850	200	,000
Recebe assistência técnica	,463	200	,000	,547	200	,000
Agroindústria	,446	200	,000	,572	200	,000

a. Lilliefors Significance Correction, b. Valor de probabilidade (p-valor).

Teste de Normalidade com $\alpha = 0,05$

H0: se p-valor > 0,05 aceita-se a hipótese nula, ou seja, há normalidade nos dados;

H1: se p-valor ≤ 0,05 recusa-se a hipótese nula, ou seja, não há normalidade nos dados.

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Assim, como as variáveis não apresentaram normalidade em suas respectivas distribuições, optou-se por utilizar testes de correlação não-paramétricos, onde a interpretação dos resultados da correlação linear considerou os intervalos descritos no Quadro 5.

Quadro 5 – Interpretação dos resultados de correlação

Direção da Correlação	Intervalo	Interpretação
Positiva correlação entre as variáveis na mesma direção	Acima de 0,900	Muito forte
	0,700 a 0,890	Forte
Negativa correlação entre as variáveis em direções opostas	0,500 a 0,690	Moderada
	0,300 a 0,490	Fraca
	0 a 0,290	Desprezível

Fonte: Organizado de Kazmier (2007)

Na Tabela 39, tem-se a matriz de correlação, onde identificou-se que o ‘Tamanho da Família’, ‘Recebimento e assistência Técnica’ e ser ‘Agroindústria’ não são fatores determinantes para as demais variáveis, demonstrando que não há correlações significativas, uma vez que todas se enquadraram como correlações desprezíveis.

O “Número de atividades” apresentou correlação positiva fraca com a variável “Canais de comercialização”, indicando que várias atividades podem ter um mesmo canal de comercialização dentro da propriedade. Quanto à variável “Renda Agrícola”, as correlações são positivas fracas em relação as variáveis “Tamanho de área” e “Canais de Comercialização”, não podendo afirmar que, em maior ou menor grau, o tamanho da propriedade e quantidade de canais de comercialização garantem os maiores níveis de renda agrícola.

Logo uma análise puramente quantitativa não foi capaz de identificar fatores determinantes fortes em relação as variáveis estudadas. Isso demonstra a diversidade e multifuncionalidade da agricultura familiar, que dentro de um mesmo território e com atividades similares, apresentam características individuais a serem analisadas, sendo necessária uma avaliação in loco junto as unidades familiares para identificar a composição dos níveis de renda e qual o motivo que os leva a diversificação da produção.

Tabela 39 – Matriz de correlação – Testes não paramétricos

	Tamanho da Família	Número de atividades	Tamanho em ha	Renda agrícola	Canais de comercialização	Recebe assistência técnica	Agro-indústria
Tau de Kendall	Tamanho da Família	1,000					
	Número de atividades	,069	1,000				
	Tamanho em ha	,113*	,205**	1,000			
	Renda agrícola	,144**	,179**	,236**	1,000		
	Canais de comercialização	,112	,371**	,141**	,343**	1,000	
	Recebe assistência técnica	-,059	,002	-,219**	-,111	,038	1,000
	Agroindústria	,103	,063	,011	-,044	-,176**	-,058
Rô de Spearman	Tamanho da Família	1,000					
	Número de atividades	,084	1,000				
	Tamanho em ha	,153*	,275**	1,000			
	Renda agrícola	,191**	,239**	,342**	1,000		
	Canais de comercialização	,133	,425**	,185**	,438**	1,000	
	Recebe assistência técnica	-,065	,002	-,267**	-,136	,041	1,000
	Agroindústria	,113	,070	,013	-,054	-,191**	-,058

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades). **. A correlação é significativa no nível 0,01 (2

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Em resposta à pergunta do estudo, primeiramente as informações coletadas e analisadas identificaram que as unidades analisadas são predominantemente compostas por pequenas áreas, concentradas em até 10 ha e em grande maioria relacionadas a domínio legal próprio, porém, algumas unidades produtivas aguardam titulação definitiva de órgãos fundiários, existem os arrendamentos e cedências que também foram identificados em algumas composições e quantidade de membros residentes razoavelmente baixas foram encontradas nas unidades estudadas.

Quanto aos procedimentos utilizados em relação as culturas, percebeu-se que as práticas agrícolas convencionais são maioria, mas é expressivo o número de unidades que indicaram

possuir área com práticas agroecológicas ou processo de conversão, porém, apresentam baixos níveis de assistência técnica.

As unidades apresentaram inúmeras interações produtivas, não somente relacionadas as principais práticas agrícolas, pois ocorrem também nestas unidades processos de agroindustrialização. É forte a constatação de especialização produtiva relacionada as atividades da bovinocultura leiteira e a olericultura, e essas interações variam de uma a cinco atividades, quando relacionadas a somente uma atividade por unidade, não apresentam relação com *comodities* ou integradoras, estas encontradas a partir de duas atividades por unidade familiar, com destaque para o milho, avicultura de corte e soja. Assim, pode-se inferir como redes produtivas principais, as atividades da bovinocultura leiteira e olericultura, seguidas pelas redes produtivas fortes aquelas relacionadas com a avicultura de corte, fruticultura, milho e soja.

Os canais de comercialização refletem as principais atividades produtivas, com grandes concentrações em venda direta, feiras, compras institucionais, laticínios e cooperativas, que contribuem para a geração de renda das unidades, e em sua maioria apresentam renda agrícola superior a R\$ 50.000,00 anuais, porém, não se pode afirmar que em maior ou menor grau, o tamanho da propriedade e quantidade de canais de comercialização garantem os maiores níveis de renda agrícola.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo discutiu-se as interações produtivas de unidades familiares, considerando a sua heterogeneidade e suas características regionais, identificando qual a dinâmica destas famílias com a sua propriedade, pois seus modos de vida e reprodução social estão atrelados sensivelmente com as suas práticas agrícolas.

As unidades produtivas estudadas são predominantemente compostas por pequenas áreas, habitualmente pertencentes aos próprios agricultores, com baixos níveis de assistência técnica, apresentam geralmente poucos membros residentes, utilizam-se normalmente de práticas agrícolas convencionais, porém é expressivo o número de unidades que indicaram possuir área com práticas agroecológicas ou processo de conversão.

Apresentam inúmeras interações produtivas e processos de agroindustrialização, identificando-se especialização produtiva relacionada as atividades da bovinocultura leiteira e a olericultura. Como redes produtivas principais, destaca-se as atividades da bovinocultura leiteira e olericultura, seguidas pelas redes produtivas fortes aquelas relacionadas com a avicultura de corte, fruticultura, milho e soja.

Os canais de comercialização refletem as principais atividades produtivas, com grandes concentrações em venda direta, feiras, compras institucionais, laticínios e cooperativas. As unidades habitualmente apresentam renda agrícola superior a R\$ 50.000,00 anuais, não sendo possível afirmar que, em maior ou menor grau, o tamanho da propriedade e quantidade de canais de comercialização garantem os maiores níveis de renda agrícola.

Para novos estudos, sugere-se uma análise específica em relação a renda e aos seus respectivos canais de comercialização destas unidades familiares, agrícolas e não agrícolas, sendo estas novas investigações variáveis importantes para a compreensão do universo da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁGUAS PARANÁ – Instituto das Águas do Paraná. **Plano de Bacia Hidrográfica do Paraná 3 – Características Gerais: Produto 1**. 2014. Disponível em <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/Parana_3/plano_de_bacia/Produto_01_Caracteristicas_Gerais_da_Bacia_BP3_2014_v07_Final.pdf>. Acessado em 16 dez 2019.
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2007. Disponível em: portal.mda.gov.br. Acesso em 06 jul 2020.
- AMARO, G. B., SILVA, D. M., MARINHO, A. G., NASCIMENTO, W. M. **Recomendações técnicas para o cultivo de hortaliças em agricultura familiar**. Embrapa Hortaliças-Circular Técnica (INFOTECA-E), 2007.
- ANJOS, F.S. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. EGUFPEL, Pelotas, RS, 2003.
- BIOLABORE - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná. **Projeto de Agricultura Orgânica na BP3**, 2018.
- BRANDENBURG, A. **Ecologização da agricultura familiar e ruralidade. Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**, Delgado, G. C., Bergamasco, S. M. P. P. (orgs.). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília: Ed. SEAD, p. 150-165, 2017.
- BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2006.
- BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para o debate**. Brasília: IICA, 2006.
- CAPORAL, F. R. **Em defesa de um plano nacional de transição agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações**. Princípios e Perspectivas da Agroecologia. Caporal, FR, Azevedo, EO (Orgs.). Instituto Federal do Paraná: Curitiba, 123-163p, 2011.
- CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.
- CASTRO, L. F. P. de. **Dimensões e lógicas do arrendamento rural na agricultura familiar**. Universidade de Brasília, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, 2013.
- COELLI, T.; FLEMING, E. **Diversification economies and specialization efficiencies in a mixed food and coffee smallholder farming system in Papua New Guinea**. Agricultural economics, v. 31, n. 2 e 3, p. 229-239, 2004.
- DA SILVA, L. H. A.; DA CAMARA, M. R. G.; TELLES, T. S. **Evolução e distribuição espacial da produção de leite no estado do Paraná, Brasil**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, v. 38, n. 1, p. 37-47, 2016.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P (orgs). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

FAO - Organização para Agricultura e Alimentação. **Fao statistical yearbook 2013 world food and agriculture**. *Food and Agriculture Organization of the United Nations*, Rome p. 307, 2013.

FAUTH, E. M. **Agricultura familiar: evolução favorável em anos recentes**. Indicadores Econômicos FEE, v. 35, n. 4, p. 51-60, 2008.

FERNANDES FILHO, J. F.; CAMPOS, F. R. (2003). **A indústria rural no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, p. 859-880.

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. **Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS**. Sociedade & Natureza, v. 20, n. 2, p. 199-217, 2008.

GASQUES, J.G. BACCHI, M.R.P. BASSTOS, E.T. **Crescimento e Produtividade da Agricultura Brasileira de 1975 a 2016**. Brasília: Ipea, Carta de conjuntura nº 37, 1º Trimestre de 2018.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censos Demográficos**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>.

KAZMIER, L. J. **Estatística aplicada à administração e economia**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

LI, C., HE, X., ZHU, S., ZHOU, H., WANG, Y., LI, Y., et al., Yet al. **Crop diversity for yield increase**. Plos one, v. 4, n. 11, 2009.

MIOR, L.C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, p. 338, 2005.

MIOR, L. C. **Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial**. In: Colóquio Internacional De Desenvolvimento Rural Sustentável, 2007, Florianópolis, SC. Anais. Florianópolis, SC, 22 a 25 ago 2007.

NIEDERLE, P. A. **Afinal, que inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares**. Delgado, G. C., Bergamasco, S. M. P. P. (orgs.). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília: Ed. SEAD, p. 168-196, 2017.

PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PREZOTTO, L. L. **Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte**. Revista de Ciências Humanas, v. 0, n. 31, p. 133–153, 2002.

SAMBUICHI, R.H.R. GALINDO, E.P. OLIVEIRA, M.A.C. PEREIRA, R.M. **A diversificação produtiva como forma de viabilizar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil.** In: Brasil em desenvolvimento 2014: estado, planejamento e políticas públicas / [editores: Leonardo Monteiro Monasterio, Marcelo Côrtes Neri, Sergei Suarez Dillon Soares]. – Brasília: Ipea, 2014.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestão de políticas.** In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 44, Fortaleza, CE. Fortaleza, CE: SOBER, P. 1-20, 2006.

SCHNEIDER, S. **Reflexões Sobre Diversidade e Diversificação da Agricultura, Formas Familiares e Desenvolvimento Rural.** RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAMP, v. 4, n. 1, 2010.

SCHNEIDER, S. **A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe.** Redes (St. Cruz Sul, Online), v. 21, nº 3, p. 11 - 33, set./dez. 2016.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. **Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura.** Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, p. 989-1014, 2008.

SCHINAIDER, A.D.; BEZERRA, G.J. SANTOS JUNIOR, L.E., ATIYEL, C. CAPISTRANO, M.O.W. **Agroindústria: conceitos e relação com o desenvolvimento rural, gestão e planejamento de agroindústrias familiares** [recurso eletrônico] / organizadoras Daniela Garcez Wives [e] Daniela Dias Kühn; coordenado pela SEAD/UFRGS. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

SEPULCRI, O.; TRENTO, E. J. **O mercado e a comercialização de produtos agrícolas.** Curitiba: Instituto Emater, 2010.

SEPULCRI, O.; PAULA, N. **A evolução da agricultura e seus reflexos na EMATER.** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR: 2005. Disponível em: http://emater.pr.gov.br/arquivos/file/Biblioteca_Virtual/Premio_Extensao_Rural/2_Premio_ER/03_Evol_Agri_refl_Emater.pdf. Acesso em 06 jul 2020.

SILVA, S. P. **A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território: Uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas.** Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015.

SIMONETTI, D. PERONDI, M.A. KYIOTA, N. OLIVEIRA, J.R. VALANDRO, K. **Os processos de diversificação da agricultura familiar: uma revisão literária.** Synergismus Scyentifica UTFPR, Pato Branco, 06 (1), 2011

SPANEVERELLO, R.M. DUARTE, L.C. SCHNEIDER, C.L.C. MARTINS, S.P. **Agroindústrias rurais familiares (ARFs) como estratégia de reprodução socioeconômica da agricultura familiar nos municípios de Santo Augusto e Campo Novo – RS.** Redes (Santa Cruz do Sul. Online), v. 24, n. 3, p.198-216, setembro-dezembro, 2019

VEIGA, J.E., et al. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento.** Estudos avançados, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001.

VILELA, D.; BRESSAN, M.; GOMES, S. T. **O agronegócio do leite e políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável.** Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2002.

WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L. FILIPPI, E.E. **A importância da agroindustrialização nas estratégias de reprodução das famílias rurais.**In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XLIV, Porto Alegre, Brasil, 2006.

5 COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E RENDA EM UNIDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR NA COSTA OESTE PARANAENSE

Resumo: A agricultura familiar cumpre um papel de grande importância, principalmente em economias locais e regionais, tanto pela produção de alimentos quanto pela geração de emprego e renda. O objetivo do estudo foi identificar dentre as suas múltiplas formas de produção, como são constituídos os processos de comercialização da produção e os níveis de renda em unidades familiares localizadas na região da Costa Oeste do Paraná. A pesquisa caracterizou-se como um estudo exploratório descritivo, com abordagem quantitativa. As informações de 200 unidades de agricultura familiar foram extraídas do banco de dados e relatórios do “Projeto de Agricultura Orgânica na BP3”, trabalho conduzido e desenvolvido pela Biolabore - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná, em conjunto com a Itaipu Binacional. Identificou-se que os mercados locais (feiras e vendas diretas), os mercados institucionais (compras governamentais) e os mercados convencionais (laticínios e cooperativas) constituem a rede de comercialização destas unidades, com produção convencional, mas também oriundos de práticas agroecológicas (orgânicos e em conversão), destacando-se a atividade leiteira, produção de *commodities* e olericultura como principais atividades geradoras de renda agrícola, existindo a probabilidade de que os maiores níveis de renda tem relação com o número de atividades exercidas, com o tamanho da área em ha, com o tamanho das famílias e com a diversificação de canais e cadeias de comercialização. Para novos estudos, sugere-se uma análise específica em relação a produção e renda agrícola individualizada e de maneira analítica, comparando os níveis produtivos das atividades e produtos encontrados nestas unidades familiares.

Palavras – chave: Mercados, diversificação, práticas agrícolas.

Abstract: Family farming plays a very important role, mainly in local and regional economies, both for the production of food and for the generation of jobs and income. The objective of the study was to identify, among its multiple forms of production, how production processes of production and income levels are constituted in family units located in the West Coast region of Paraná. The research was characterized as a descriptive exploratory study, with a quantitative approach. The information on 200 family farming units was extracted from the database and reports of the “Organic Agriculture Project at BP3”, work conducted and developed by Biolabore - Cooperative of Labor and Technical Assistance of Paraná, in conjunction with Itaipu Binacional. It was identified that local markets (fairs and direct sales), institutional markets (government purchases) and conventional markets (dairy and cooperatives) constitute the marketing network for these units, with conventional production, but also from agroecological practices (organic) and in conversion), with emphasis on dairy, commodity production and olericulture as the main activities that generate agricultural income, with the probability that the highest levels of income are related to the number of activities carried out, with the size of the area in question. ha, with the size of families and with the diversification of channels and marketing chains. For new studies, a specific analysis in relation to individual agricultural production and income is suggested and in an analytical way, comparing the productive levels of the activities and products found in these family units.

Key words: Markets, diversification, agricultural practices.

5.1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar apresenta enorme importância na produção de alimentos e segurança alimentar com produção diversificada e com menos intensidade no uso de agrotóxicos, além de sustentar economias locais ou regionais ou contribuir intensamente na economia brasileira pela geração de emprego e renda, auxiliando o desenvolvimento socioeconômico e cultural dos territórios rurais.

Tendo em vista as múltiplas formas e processos de adequação e inclusão no mercado e/ou na conservação de estratégias não capitalistas de reprodução social e sua preservação no ambiente produtivo do espaço rural, se faz necessário ampliar os estudos e conhecimentos acerca da produção familiar na agricultura (PRANKE, 2016).

Alentejano (2000), relata em sua pesquisa que não se aponta uma trajetória drástica no processo de transformação do meio rural brasileiro, existindo indicativos de alternativas de construção de um novo modelo de desenvolvimento no campo, destacando processos como a valorização da agricultura familiar, o aumento da pluriatividade, a propagação de práticas ambientalmente mais salubres, criando-se um setor reformado, fruto do aumento dos assentamentos rurais e regularização fundiária, porém, também evidenciaram-se sinais opostos como a permanência da concentração fundiária, êxodo rural, império do grande capital agroindustrial e empobrecimento dos agricultores familiares.

De acordo com De Souza Filho e Bonfim (2013), a complexidade na comercialização de produtos agrícolas vem crescendo, em razão das mudanças de hábitos de consumo e as imposições de qualidade, padronização, escala, aparência, sabor, segurança e transferência de informações entre os agentes das cadeias produtivas. Para satisfazer esses vários requisitos, muitos relacionados a questões sanitárias, os métodos de comercialização também se diferenciam do tradicional, estabelecendo obstáculos para os produtores rurais, sendo substancialmente maiores para os pequenos produtores, que na maioria das vezes comercializa seus produtos pela venda direta.

A partir das considerações acima, torna-se importante pesquisas sobre as estratégias de comercialização e geração de renda dos agricultores familiares, desse modo o presente estudo tem como questão de pesquisa: **Como são constituídos os processos de comercialização da produção e os níveis de renda em unidades de agricultura familiar na Costa Oeste Paranaense?**

Este capítulo está estruturado em cinco seções, sendo esta, a primeira, em que consta o problema, objetivo, justificativa e estrutura da pesquisa. Em seguida, na segunda seção, são

apresentados os conceitos relacionados à agricultura familiar e renda, sua inserção econômica nos mercados e seus canais de comercialização; na terceira, é destacada a metodologia utilizada; na quarta, são expostos os resultados do estudo; e por fim, na última seção, apresenta-se as considerações finais, além das referências bibliográficas.

5.2 REFERENCIAL TEÓRICO

5.2.1 Agricultura familiar e renda

O Artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 define o agricultor familiar como aquele que pratica atividades no meio rural, pelo tamanho de sua propriedade, pelo tipo de mão de obra empregada, renda e gestão, havendo a necessidade de atendimento a alguns requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

A definição de agricultura familiar por alguns critérios possibilita inserir desde famílias mais pobres com pequenos lotes de terra, como também agricultores que possuem valor considerável de recursos e que usam meios modernos de produção, incluídos em cadeias produtivas do agronegócio. Assim a simbologia do pequeno produtor rural não reflete a diversidade estrutural dos produtores rurais que usam trabalho familiar, seja em tamanho de área, sistemas de produção ou geração de renda, ou mesmo ser significado de pequena produção ou de pequeno estabelecimento (BUAINAIN e GARCIA, 2013).

A relação com o sistema capitalista e o alto grau de associação com o mercado também estão relacionados com a sustentação da agricultura familiar, porém, este tipo de agricultura é fundamentado na família e no seu bem estar, há mais pontos que influem na sua administração, resguardando-a do furor capitalista, mantendo sua importância na produção de alimentos e no abastecimento interno, com produção nacional agropecuária bruta total de 38%, ocupando apenas um quarto da área total em terras (SIMONETTI et al., 2011).

Um fator determinante para a geração de renda agrícola e não agrícola dos produtores de pequeno porte é a economia local. Economias dinâmicas oferecem oportunidades que não são geradas em ambientes econômicos estáticos, também oferecem oportunidades economias locais mais densas, organizadas em clusters e, ou arranjos produtivos locais ou em cooperativas bem estruturadas, facilitando a superação de obstáculos como a produção em escala e a adoção de inovações. Assim, as estratégias são determinadas pelas características da economia local, tanto pela oferta de renda rural não agrícola ou por articulações entre rural e urbano (BUAINAIN e GARCIA, 2013).

Para Simonetti et al. (2011), a diversificação de atividades possibilita ao agricultor uma gama de oportunidades, contribuindo em maior número de rendas, porém, com a diversificação, exige-se o conhecimento nas atividades, mão de obra disponível e hábil para as tarefas, que quanto mais qualificada permite mais de uma atividade principal como geradora de renda. Dessa forma, a capacidade de diversificação depende da composição e da estrutura de cada família.

5.2.2 Inserção econômica da agricultura familiar

A relação ou inserção nos mercados é observada no cotidiano dos agricultores, é raro a existência de agricultores que vivem de forma primitiva que não façam trocas simples ou se relacionem com mercados mais complexos. Essas relações fazem parte dos processos sociais de produção e reprodução das atividades econômicas e das próprias unidades familiares, tem influência na vida das pessoas, em seus valores e sua cultura, formam e alteram instituições e estimulam conflitos, protestos e disputas (SCHNEIDER, 2016).

Buscar entender como as relações entre agricultores familiares e mercado acontece é de grande importância, principalmente quando não se inserem em mercados convencionais.

Entender os mercados e como os agricultores se relacionam com eles é uma tarefa importante do desenvolvimento rural e dos estudiosos do “mundo” rural. Ainda mais em uma conjuntura em que a viabilidade, a manutenção e a reprodução social dos agricultores dependem, claro que em graus diferenciados de integração, das relações que os agricultores estabelecem com estes, em diferentes locais, contextos e conjunturas socioeconômicas (GAZOLLA e PELEGRINI, 2010, p.1).

Para Navarro e Campos (2013), em suas análises em pesquisas sobre a inserção econômica de pequenos produtores rurais, identificaram relatos da existência de oportunidades, independentemente dos obstáculos a serem vencidos, sendo que alguns produtores têm capacidade de reconhecê-las e conquistá-las, porém, muitos preferem não se arriscar, comportamento que pode ser de ordem familiar ou estrutural, sendo necessária a geração de estratégias e políticas de acesso a crédito rural, educação e assistência técnica, proporcionando a um maior número de produtores a possibilidade de entrada em novos canais de comercialização e ampliação de níveis e renda.

Segundo Guanziroli (2013), a especialização produtiva pode ser considerado um fator de sucesso em algumas unidades de agricultura familiar, elevando seu nível de renda, havendo a necessidade de preparação dos agricultores familiares para competir de maneira sustentável em relação aos mercados, identificando oportunidades e capacitando-os para investir em suas

potencialidades, pois o problema não está na falta de técnica agropecuária dentro da realidade de cada produtor, mas na compreensão do funcionamento dos mercados e suas formas de negociação e administração do processo produtivo.

Os debates sobre a construção social de mercados, de acordo com Schneider (2016), geraram grande interesse no campo dos estudos rurais, principalmente relacionados à agricultura familiar, sobre a possibilidade dos pequenos produtores acessarem mercados sem perder suas características, ou ficarem subordinados as trocas mercantis e dependentes do mercado, e atualmente com a intenção de entender como se dão essas relações, em termos de construção e interação e quais os fatores que limitam ou contribuem para essas relações ocorrerem.

No Quadro 6, de acordo com o estudo de Schneider (2016), estão dispostos os quatro tipos genéricos de mercados em que a agricultura familiar está inserida.

Quadro 6 – Tipos genéricos de mercado onde está inserida a agricultura familiar

Tipos de mercado	Características
Mercados de proximidade	Predominam relações de trocas interpessoais, pode acontecer via relações de parentesco, interconhecimento e reciprocidade, valorizam aspectos valorativos e a qualidade dos bens trocados, mais do que o próprio lucro, atuam com base em trocas diretas, valorizam a autogestão ou formas auxiliadas.
Mercados locais e territoriais	As trocas passam a ser monetizadas, situação de intercâmbio cada vez mais orientada pela oferta e demanda, assim como critérios e indicadores quantitativos, ainda persistam valores e elementos da forma anterior, são mercados em que os agentes passam a produzir para vender ou trocar para ganhar, configurando-se uma economia mercantil simples, a distribuição e a circulação dos produtos deixa de ser feita por quem produz, passa a existir a figura do intermediário, podendo ocorrer mecanismos de controle e regulação.
Mercados convencionais	Esses mercados de produtos, bens e mercadorias se orienta pela oferta e demanda e é comandado por poderosos agentes privados, que realizam negócios e comercializam nos mais diversos níveis e modos, com o objetivo de vender para comprar e vice-versa, apresentam alto risco e incertezas, os agricultores neles inseridos são dependentes de contratos do início ao fim, principalmente na produção de <i>commodities</i> .
Mercados públicos e institucionais	São os espaços de troca em que o principal agente passa a ser o Estado ou algum organismo público ou não governamental, funcionam com alto grau de regulamentação e controle formal e tem particularidade de serem fortemente dirigidos pela demanda, os agricultores apresentam grande interesse pelos preços pagos pela demanda dirigida serem maiores do que os mercados convencionais e apresentam garantia de recebimento, representando efetivamente o resultado de construção social e política.

Fonte: Adaptado de Schneider, 2016.

Uma das formas de ligação da agricultura familiar com o restante da sociedade é instituída através dos mercados, existindo duas visões: a primeira de que há dependência total dos agricultores aos mercados e a segunda de que os mercados são construções sociais, constituindo essas perspectivas, a tese e a antítese, sendo necessário um diálogo para evoluir à

uma síntese que contemple pontos importantes nas duas abordagens, que compreenda o peso das instituições e a competência dos atores no funcionamento dos mercados. Considera-se também que o mercado não é uma criação do capitalismo, pois sempre houve troca de mercadorias e serviços entre as pessoas, assim, o capitalismo e mercado não são sinônimos (PLEIN, 2010).

5.2.3 Canais de comercialização

Segundo Waquil, Miele e Schultz (2010), os compradores e vendedores são representados por pessoas e suas famílias, empresas cooperativas agropecuárias e agroindustriais, empresas atacadistas e varejistas, empresas de outros setores da economia, prestadores de serviços e governos em todas as esferas. Quanto a oferta nos mercados e os tipos de vendedores, são destacados pelos autores:

Existe um grande contingente de famílias que vendem produtos da lavoura e da pecuária, assim como serviços. Esse grupo inclui não apenas os chamados agricultores familiares (que utilizam predominantemente sua própria mão de obra e a de sua família), mas também os chamados agricultores patronais (que predominantemente contratam mão de obra). Além dos produtos da agropecuária, essas famílias vendem fatores de produção (mão de obra, arrendamento de terras e capital por via da poupança) e serviços (assistência, turismo, serviços ambientais etc.). As empresas e cooperativas agropecuárias e agroindustriais também vendem produtos da lavoura e da pecuária, assim como insumos de produção (adubos, sementes, defensivos etc.) e serviços (assistência técnica, crédito, seguro etc.) (WAQUIL et al., 2010, p.14).

Para Sepulcri e Trento (2010), os agricultores familiares somente alcançam seus objetivos de melhoria de qualidade de vida se obtiverem êxito na venda de seus produtos e serviços, sendo um dos principais obstáculos o acesso ao mercado e a comercialização, a escolha de como comercializar prevê ações que se adaptem à pequena escala, a qualificação do trabalho, relacionamento com clientes e fornecedores e estratégias competitivas.

A comercialização agrícola é uma atividade realizada entre a produção e o mercado consumidor, exerce o papel de adequação da produção às preferências e necessidades dos consumidores. Em resumo, a comercialização agrícola procura traduzir as particularidades do grupo de atividades e arranjos institucionais essenciais para que os produtos cheguem até o mercado (WAQUIL et al., 2010).

Schneider (2016), detalhou uma tipologia dos mercados da agricultura familiar que se distinguem entre si pelo tipo de agricultor que os acessa, o *locus* e/ou alcance espacial, a

natureza ou características de mercados, as formas de regulação ou controles existentes e os canais de comercialização utilizados, conforme o Quadro 7.

Quadro 7 – Tipologia de mercados e seus canais de comercialização

Tipos de mercado	Tipo de agricultor familiar	Locus e/ou alcance espacial	Natureza das trocas / modelo de negócios	Forma de regulação	Canais de comercialização
Mercados de proximidade	Camponês; Produtor de excedentes	<i>Spot</i> ; Venda Direta; Somente Local	Interpessoal + Solidário	Confiança + Amizade	- Na propriedade (colhe-pague); - No domicílio/casa; - Beira estrada; - Entrega direta; - Feira local; - Grupos Consumo
Mercados locais e territoriais	Agricultor familiar; Produtor simples de mercadorias	<i>Spot</i> ; Local, regional e territorial	Diversificado + Complementariedade	Reputação/ Confiança + Procedência + Preços	- Feira regional; - Feira nacional; - Redes de Venda; - Eventos; - Loja especializada; - Restaurantes; - Associação vendas - Sacolão
Mercados convencionais	Produtor de mercadorias	Sem lugar definido; <i>Placeless/Unbond</i>	Concorrencial	Contratos + Preços	- Atravessadores; - Cooperativa; - Agroindústria; - Empresa privada; - Internet; - Supermercados
Mercados públicos e institucionais	Todos os tipos de fornecedores	Multiespacial	Licitatório, Seleção Pública	Contratos públicos + Leis	- Alimentação Escolar; - Fair trade; - Órgãos internacionais; - ONGs; - Hospitais, Universidades, Forças Armadas - Entidade Assistencial; - Estoques governo

Fonte: Schneider, 2016.

Em relação as cadeias curtas, um primeiro modelo ocorre através de relações face a face, como feiras livres, vendas a domicílio, casa do produtor, rotas temáticas, seguido por outro modelo de proximidade espacial, relacionados a produtos de pequenas agroindústrias rurais familiares, reconhecidos produtos coloniais, com comercialização local e regional em pequenos varejos, mercearias, restaurantes e quando a cadeia curta espacialmente se estende, refere-se a produtos certificados, geralmente orgânicos que apresentam redes em processo de crescimento (SCHNEIDER e FERRARI, 2015).

Para Pranke (2016), a distância percorrida pelos produtos a serem comercializados diminui nos circuitos curtos, ocorrendo a valorização dos produtos locais pertencentes ao

mesmo território, assim a definição de circuito longo ou circuito curto não está somente atrelada à distância entre o produtor e consumidor, mas com a quantidade de intermediários que influenciam na chegada do produto ao consumidor, sendo os canais curtos de comercialização de grande importância para a agricultura familiar, pois além de garantir renda monetária, permitem a sua reprodução como categoria social.

5.3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório, descritivo e analítico das informações extraídas dos relatórios do “Projeto de Agricultura Orgânica na BP3”, trabalho conduzido e desenvolvido pela Biolabore - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná, em conjunto com a Itaipu Binacional.

A BP3 - Bacia do Paraná 3, está localizada no extremo Oeste do Paraná, onde a Biolabore, através de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural, durante o período de 04/2015 a 04/2018, através do Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável - Programa Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional, atendeu 535 unidades de agricultura familiar com potencialidade agroecológica em vários municípios da região, representando a população da pesquisa, as informações de produção e renda referem-se ao período de safra de 2015, representando a população da pesquisa.

Para a amostra do estudo, fizeram parte 200 unidades de agricultura familiar distribuídas por vários municípios da BP3, na Costa Oeste do Paraná, esse agrupamento apresenta proximidade geográfica, características climáticas, tipos de solo similares e semelhanças nos sistemas produtivos. Segundo a Águas Paraná (2014) não há distinções significativas de solo e clima na região estudada, conforme demonstrado no relatório ‘Plano da Bacia Hidrográfica do Paraná 3 – Características gerais da bacia’, realizado em conjunto pela Unioeste, Itaipu, Águas Paraná e Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraná 3, assim optou-se por esta amostra aleatória.

Os resultados são baseados nas 200 unidades familiares estudadas, o que representa 95% de confiança numa margem de erro de 5,5%, conforme a Fórmula 1 como base para cálculo amostral, onde n é a amostra calculada, N é a população, Z a variável normalmente padronizada associada ao nível de confiança, p a verdadeira probabilidade do evento e o erro amostral.

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)} \quad (1)$$

Todas as análises se efetivaram por meio de resultados alcançados pela estatística descritiva, onde foram utilizadas tabelas de frequências, tabelas de referências cruzadas, teste de homogeneidade das variâncias de Levene e Teste-t de diferença de médias para grupos relacionados a área, produção ou não de *commodities*, com ou sem atividade leiteira e olericultura como variáveis dependentes.

O teste de Levene foi utilizado para testar a homogeneidade das variâncias, visando

identificar se há variâncias significativas entre os grupos, sendo considerado $\alpha = 0,05$, e tendo como hipóteses:

H0: as variâncias são homogêneas para p-valor $\geq 0,05$

H1: as variâncias não são homogêneas para p-valor $< 0,05$

Para avaliar a existência e significância das diferenças existentes entre os grupos de testes foi utilizado o teste-t de diferença de médias, para as observações dos resultados foram consideradas as seguintes hipóteses, para $\alpha = 0,05$:

H0: a média dos grupos são iguais para p-valor $\geq 0,05$

H1: a média dos grupos são diferentes para p-valor $< 0,05$

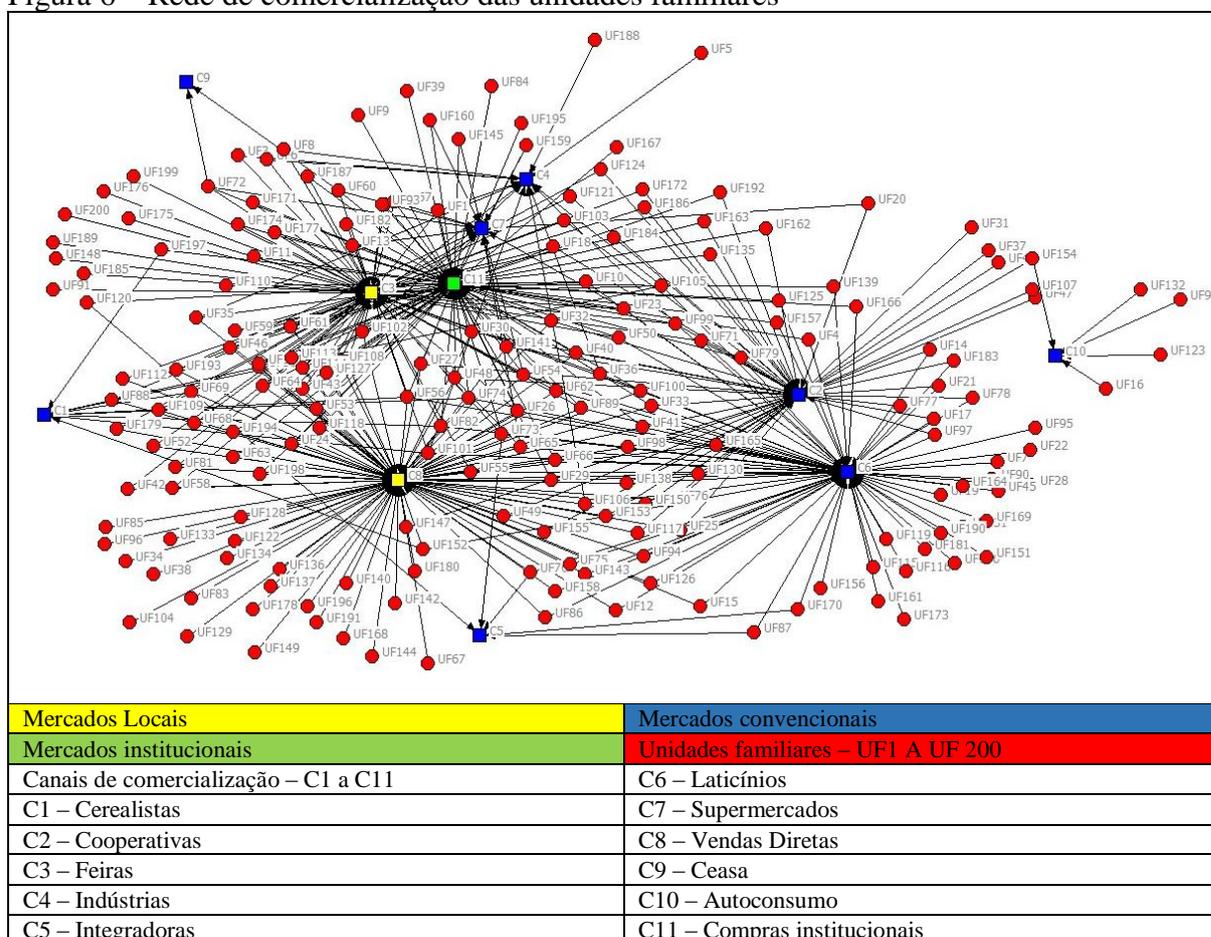
O teste-t foi aplicado para identificar se os grupos em que a Renda agrícola e a Renda agrícola por área, podem apresentar médias significativamente diferentes, bem como para avaliar a intensidade dessa diferença.

5.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As diferentes formas ou possibilidades de acesso aos mercados pela agricultura familiar, além de definir parcela de renda e ganho aos agricultores, também tem influência tanto nos aspectos produtivos e suas especializações como na maneira que será feito o seu escoamento.

Na Figura 6, encontra-se a rede de comercialização das unidades familiares estudadas, considerando os canais mencionados pelos agricultores com os quais eles estabelecem relações comerciais, sem a identificação dos produtos que são destinados a eles. Identificou-se na rede vários canais fortes de comercialização, representados pelas (C3) Feiras e (C8) Venda direta como mercados locais, os mercados convencionais representados pelas (C2) Cooperativas e (C6) Laticínios e os mercados institucionais relacionados às (C11) Compras institucionais.

Figura 6 – Rede de comercialização das unidades familiares



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

De acordo com os dados levantados na pesquisa e expostos anteriormente, verifica-se a grande importância dos mercados locais, estes circuitos curtos são representados pelas feiras

e vendas diretas, onde a entrega do produto é feita diretamente ao consumidor, eliminando a figura do atravessador e tem como característica o favorecimento da inserção de pequenos produtores no mercado. Se destacam também os mercados institucionais, representados pelas compras governamentais, como exemplo o PAA e PNAE e os mercados convencionais relacionados as cooperativas e laticínios.

Para Cavalheiro (2010), são nos canais curtos que ocorrem os processos de consolidação das potencialidades locais, na recuperação dos elementos étnicos culturais, na reciprocidade, nas ligações de confiança e forma tradicional de se produzir alimentos, permitindo a busca de um novo sentido para as atividades de comercialização e para o termo mercado. É na busca pelos canais de comercialização que se fortalecem e se constroem as relações sociais entre produtores-produtores, produtores-órgãos públicos e produtores-consumidores.

Na Tabela 40, estratificou-se os canais apontados, onde um mesmo produto pode ser distribuído em vários canais, assim pode-se analisar a distribuição das atividades desenvolvidas nestas unidades e seus respectivos destinos, analisando as suas reais possibilidades, como exemplo identificar atividades que tem canais similares ou distribuição entre vários canais. Exemplo disso, são os produtos oriundos da olericultura, da agroindústria e da fruticultura e distribuídos basicamente nos canais de compras institucionais, feiras e vendas diretas, identificando-se que existe nestas unidades um fortalecimento de relações entre os produtores e os consumidores e essas relações comerciais locais são baseadas em confiança, amizade e reciprocidade.

Quanto a comercialização de hortaliças e frutas, as feiras se apresentam como atrativo aos consumidores por ser um espaço social, cultural e educativo, fortalecendo as relações entre produtores e consumidores, sustentando a diversidade, resgatando crenças e valores e proporcionando a transferência de informações sobre alimentação, saúde e qualidade de vida (DAROLT, 2012).

Para as agroindústrias, seu processo de comercialização é um cenário diversificado, onde cada uma participa do canal que apresenta maior possibilidade de solidificação, as estratégias de vendas diretas como feiras, a domicílio e na propriedade se mostram mais vantajosas pela construção de relações mais sólidas e direta com o consumidor final (CAVALHEIRO, 2010).

Quanto aos mercados institucionais, estes colaboram para a proteção da comercialização e manutenção de preços mínimos dos produtos, em conjunto com demais canais curtos de comercialização, garantem o escoamento da produção dos agricultores

familiares e sustentam a sua geração de renda, sendo necessária a implementação de políticas públicas de apoio à comercialização e inserção ao mercado desta categoria, promovendo sua inclusão social e produtiva (PRANKE, 2016).

Tabela 40 – Canais de comercialização das atividades agropecuárias e serviços das unidades familiares

Atividades	Canais de comercialização														TOTAL
	Abatedouros	Autoconsumo	Cerealistas	Compras institucionais	Cooperativas	Feiras	Indústrias	Laticínios	Restaurantes	Supermercados	Turismo rural	Vendas diretas	Ceasa	Integradora	
Olericultura	0	15	0	48	0	65	6	0	2	2	0	47	2	0	187
	0,0%	8,0%	0,0%	25,7%	0,0%	34,8%	3,2%	0,0%	1,1%	1,1%	0,0%	25,1%	1,1%	0,0%	100%
Agroindústria	0	0	0	39	0	59	0	0	0	3	0	44	0	0	145
	0,0%	0,0%	0,0%	26,9%	0,0%	40,7%	0,0%	0,0%	0,0%	2,1%	0,0%	30,3%	0,0%	0,0%	100%
Bovinocultura leiteira	0	2	0	2	10	3	0	72	0	0	0	8	0	0	97
	0,0%	2,1%	0,0%	2,1%	10,3%	3,1%	0,0%	74,2%	0,0%	0,0%	0,0%	8,2%	0,0%	0,0%	100%
Fruticultura	0	3	0	21	1	21	0	0	0	0	0	21	0	0	67
	0,0%	4,5%	0,0%	31,3%	1,5%	31,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	31,3%	0,0%	0,0%	100%
Milho	0	0	8	4	23	5	0	0	0	0	0	1	0	0	41
	0,0%	0,0%	19,5%	9,8%	56,1%	12,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,4%	0,0%	0,0%	100%
Avicultura de corte	2	8	0	2	0	14	0	0	0	1	0	14	0	0	41
	4,9%	19,5%	0,0%	4,9%	0,0%	34,1%	0,0%	0,0%	0,0%	2,4%	0,0%	34,1%	0,0%	0,0%	100%
Soja	0	0	8	0	31	0	0	0	0	0	0	0	0	0	39
	0,0%	0,0%	20,5%	0,0%	79,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100%
Mandioca	0	0	0	9	6	10	2	0	0	2	0	6	0	0	35
	0,0%	0,0%	0,0%	25,7%	17,1%	28,6%	5,7%	0,0%	0,0%	5,7%	0,0%	17,1%	0,0%	0,0%	100%
Bovinocultura de corte	1	3	0	5	0	0	0	0	1	1	0	19	0	0	30
	3,3%	10,0%	0,0%	16,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,3%	3,3%	0,0%	63,3%	0,0%	0,0%	100%
Avicultura de postura	0	2	0	1	0	7	0	0	1	0	1	12	0	0	24
	0,0%	8,3%	0,0%	4,2%	0,0%	29,2%	0,0%	0,0%	4,2%	0,0%	4,2%	50,0%	0,0%	0,0%	100%
Suinocultura	2	3	0	0	5	1	0	0	0	0	0	6	0	2	19
	10,5%	15,8%	0,0%	0,0%	26,3%	5,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	31,6%	0,0%	10,5%	100%
Piscicultura	5	2	0	1	0	2	0	0	0	0	0	2	0	0	12
	41,7%	16,7%	0,0%	8,3%	0,0%	16,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	16,7%	0,0%	0,0%	100%
Apicultura	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	6	0	0	9
	0,0%	0,0%	0,0%	22,2%	0,0%	11,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	66,7%	0,0%	0,0%	100%
Feijão	0	0	0	2	0	4	0	0	0	0	0	2	0	0	8
	0,0%	0,0%	0,0%	25,0%	0,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	25,0%	0,0%	0,0%	100%
Feno	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	4
	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100%
Turismo rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100%	0,0%	0,0%	0,0%	100%
Fumo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100%
Caprinos	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100%
TOTAL	10	39	16	136	76	192	8	72	4	9	3	192	2	3	762
	1,3%	5,1%	2,1%	17,8%	10,0%	25,2%	1,0%	9,4%	,5%	1,2%	,4%	25,2%	,3%	,4%	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os mercados convencionais apresentam-se bem demarcados nas unidades estudadas, estas comercializam basicamente os produtos originários da atividade leiteira na grande maioria

dos casos com cooperativas e laticínios, sendo essa atividade uma especialização produtiva característica de unidades familiares na região estudada; com relação as *commodities* representadas pelas culturas de milho e soja a comercialização se dá predominantemente com cerealistas e cooperativas, salvo poucas unidades que inserem o milho em canais curtos como feiras ou compras institucionais.

Escher (2013), contribui para essa análise, evidenciando que a atividade leiteira tem grande importância socioeconômica para os agricultores familiares como estratégia de reprodução, pelo uso da força de trabalho familiar, pela utilização de terras não nobres para pastagem, pela integração entre lavoura e pecuária e na diversificação das atividades, além de representar uma fonte de receita mensal de maneira estável.

Em relação a comercialização dos *commodities*, por serem produtos praticamente uniformes tem base de preços regionais. Segundo Schneider e Ferrari (2015), o mercado de *commodities* ou a integração dos agricultores em cadeias agroindustriais especializadas diminuem as linhas estratégicas, colocando-os como tomadores de preços de empresas que se apropriam das fases pós-produção.

A Tabela 41 fortalece as análises anteriores, porém, com um enfoque voltado para a categorização das atividades das unidades familiares em: convencionais, conversão para orgânicos, orgânicos e turismo rural como prestação de serviços. Em sua grande maioria, os produtos comercializados são oriundos de atividades agrícolas convencionais e esta categoria apresenta-se relacionada com todos os canais de comercialização identificados e todos os tipos de mercados (locais e territoriais, convencionais e institucionais), porém, como contribuição desse desmembramento pode-se identificar o direcionamento da produção orgânica ou em conversão para as cadeias curtas representadas pelas feiras e para o mercado institucional, bem como a existência de conversão agroecológica da atividade leiteira na região.

A reconexão das relações entre produtor e consumidor surgem a partir de criação de cadeias curtas, gerando valor agregado e trabalho mediante interações mercantis mais autônomas a partir de uma base de recursos autocontrolada. A diversificação dos canais de comercialização é regularmente utilizada para produtos “in natura” e/ou processados nas agroindústrias familiares, indicando que os circuitos curtos têm competência para reespecializar e ressocializar os alimentos (SCHNEIDER e FERRARI, 2015).

Na produção orgânica, os canais diretos de comercialização tem como característica o retorno financeiro rápido, devido o pagamento imediato, esses recursos são revertidos para a aquisição de insumos, assim a produção não é interrompida, sem necessidade de auxílios financeiros para que a produção fique ativa; já os canais indiretos de comercialização dos

produtores orgânicos são os programas governamentais para destinação da sua produção; onde há iniciativas públicas de diversas formas, seja por facilidade de crédito, quanto para a aquisição de alimentos da agricultura familiar (RODRIGUES; BITTENCOURT; MACEDO, 2019).

Tabela 41 – Categoria das atividades e seus respectivos canais de comercialização das unidades familiares

Categoria das Atividades	Canais de comercialização														TOTAL
	Abatedouros	Autoconsumo	Cerealistas	Compras institucionais	Cooperativas	Feiras	Indústrias	Laticínios	Restaurantes	Supermercados	Turismo rural	Venda direta	Ceasa	Integradora	
Convencional	10 1,9%	29 5,5%	16 3,0%	71 13,4%	67 12,7%	97 18,4%	4 ,8%	50 9,5%	4 ,8%	4 ,8%	1 ,2%	170 32,2%	2 ,4%	3 ,6%	528 100%
Conversão	0 0,0%	6 5,4%	0 0,0%	25 22,3%	5 4,5%	39 34,8%	3 2,7%	21 18,8%	0 0,0%	4 3,6%	0 0,0%	9 8,0%	0 0,0%	0 0,0%	112 100%
Orgânico	0 0,0%	4 3,3%	0 0,0%	40 33,3%	4 3,3%	56 46,7%	1 ,8%	1 ,8%	0 0,0%	1 ,8%	0 0,0%	13 10,8%	0 0,0%	0 0,0%	120 100%
Turismo rural	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 100%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 100%
TOTAL	10 1,3%	39 5,1%	16 2,1%	136 17,8%	76 10,0%	192 25,2%	8 1,0%	72 9,4%	4 ,5%	9 1,2%	3 ,4%	192 25,2%	2 ,3%	3 ,4%	762 100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Considerando as atividades e seus respectivos canais de comercialização, partiu-se para uma segunda análise relacionada aos valores brutos unificados gerados na comercialização com esses canais. A Tabela 42 retrata por ordem decrescente esses valores, identificando-se como principal canal de comercialização em termos monetários os laticínios e o mercado convencional que absorve a produção leiteira, que é uma especialização produtiva regional.

A venda direta aponta como sendo a segunda fonte de renda, valores que em grande parte são gerados pelas atividades de olericultura, produtos da agroindústria familiar, fruticultura, avicultura de corte e postura, mandioca, bovinocultura de corte, suinocultura, apicultura, entre outras. Demonstra-se um potencial produtivo direcionado as cadeias curtas de comercialização com alta geração de renda e o canal que mais absorve produtos de diversas atividades. A relação com as cooperativas também apresenta valor expressivo, mercado convencional que absorve a produção de *commodities* (milho e soja), presentes nestas unidades e que possuem valor expressivo de comercialização, porém as cooperativas também absorvem parte da produção leiteira, de suínos e mandioca destas unidades.

Quanto as feiras, apresentam as mesmas características demonstradas na venda direta, geram valores expressivos e absorvem grande parte da produção da olericultura, da agroindústria, fruticultura entre outros, apresentam-se como um importante espaço de

comercialização dos produtos da agricultura familiar, além de representar um espaço de sociocultural e preservar a identidade regional.

As compras institucionais também apresentaram valores consideráveis, abaixo dos demais, mas representam mais uma opção de escoamento da produção regional, principalmente relacionado à agroindústria, olericultura e fruticultura, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional voltadas a políticas públicas.

Vários outros canais compõem esta análise, mais relacionados a mercados convencionais que ora absorvem a produção de *commodities*, ora demais produtos oriundos das várias atividades das unidades familiares, porém, analisando os principais, pôde-se verificar a predominância de canais de comercialização curtos representados pelas feiras e vendas diretas, que se unificados representam os principais geradores de renda no conjunto do estudo, seguido pelos mercados convencionais relacionados com os laticínios e cooperativas.

Tabela 42 – Renda agrícola bruta anual da propriedade, seus respectivos canais de comercialização e categoria da atividade

Canais	Renda propriedade	%	Canais	Renda propriedade	%
Laticínios	2.904.422,00	26,4%	Abatedouros	237.868,00	2,2%
Vendas diretas	2.242.434,50	20,4%	Supermercados	169.355,00	1,5%
Cooperativas	2.219.203,00	20,2%	Restaurantes	120.800,00	1,1%
Feiras	1.504.581,10	13,7%	Integradoras	91.250,00	0,8%
Compras institucionais	574.569,40	5,2%	Indústrias	63.650,00	0,6%
Cerealistas	475.250,00	4,3%	Autoconsumo	52.804,00	0,5%
Ceasa	335.520,00	3,0%	Turismo rural	20.000,00	0,2%
TOTAL				11.011.707,00	100%
Categoria	Renda propriedade	%	Categoria	Renda propriedade	%
Convencional	9.526.212,00	86,5%	Orgânico	468.381,10	4,3%
Conversão	997.113,90	9,1%	Turismo rural	20.000,00	0,2%
TOTAL				11.011.707,00	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Em relação a categoria dos produtos comercializados, a renda predominante é proveniente das atividades convencionais, ou seja, agricultura pautada em métodos tradicionais, que inclui a produção de *commodities*, que em muitos casos, apresentam a necessidade de recursos externos para a sua produção.

O que chama atenção é a renda significativa relacionada aos produtos e atividades com base em conversão agroecológica e orgânicos, além de importantes sob os aspectos relacionados com a segurança alimentar, esse tipo de produção agrega valor à produção e pode ser considerado como uma estratégia para o aumento da renda destes agricultores.

Segundo Campanhola e Valarini (2001), a agricultura orgânica é uma opção de inclusão de pequenos agricultores ao mercado, inicialmente em relação as *commodities* devido a escala de produção, variação de preços e custos crescentes. Os produtos orgânicos são nichos de mercado, seus consumidores estão dispostos a pagar mais pelos produtos; possibilita a inserção dos produtores em redes de comercialização, que é facilitada pela organização associativa ou cooperativa; oferta produtos especializados que não são de interesse de grandes empreendedores agropecuários, como as hortaliças e plantas medicinais e por fim, a diversificação da produção orgânica que reduz a subordinação de insumos externos.

Na Tabela 43, foi ranqueada a geração de renda bruta de cada produto encontrado nas unidades familiares, sendo o leite in natura o principal, além de servir de matéria prima para produtos das agroindústrias familiares. Em seguida, tem-se a soja e a olericultura como fortes geradores de renda e uma constatação importante é a diversidade de produtos existentes nas unidades, inclusive com agregação de valor pela modificação agroindustrial.

Tabela 43 – Produtos geradores de renda agrícola anual das unidades familiares

Rk	Produto	Valor	%	Rk	Produto	Valor	%
1º	Leite	3.637.308,00	33,0%	26º	Ovos	59.575,00	0,5%
2º	Soja	1.442.052,00	13,1%	27º	Conservas Caseiras	55.400,00	0,5%
3º	Olericultura	1.296.394,10	11,8%	28º	Mel	41.541,00	0,4%
4º	Milho	515.463,00	4,7%	29º	Nata	40.560,00	0,4%
5º	Suínos	395.147,00	3,6%	30º	Queijo muçarela fatiado	34.000,00	0,3%
6º	Queijo colonial	335.990,00	3,1%	31º	Feno de Tifton	29.400,00	0,3%
7º	Frutas	291.579,00	2,6%	32º	Esfilhas	28.800,00	0,3%
8º	Carne Bovina	276.182,00	2,5%	33º	Peixe filé	27.000,00	0,2%
9º	Pães	238.312,28	2,2%	34º	Bolos	25.760,00	0,2%
10º	Melado	228.650,00	2,1%	35º	Requeijão	20.160,00	0,2%
11º	Carne de Frango	224.870,00	2,0%	36º	Turismo rural	20.000,00	0,2%
12º	Peixe vivo	194.291,00	1,8%	37º	Feijão	17.470,00	0,2%
13º	Mudas de hortaliças	190.000,00	1,7%	38º	Doce de Frutas	13.730,00	0,1%
14º	Bolachas	170.580,00	1,5%	39º	Vassoura	12.000,00	0,1%
15º	Mandioca fécula	157.400,00	1,4%	40º	Fumo	11.250,00	0,1%
16º	Milho verde	153.255,00	1,4%	41º	Queijo Nozinho	9.600,00	0,1%
17º	Mandioca descascada	123.240,00	1,1%	42º	Manteiga	8.784,00	0,1%
18º	Cachaça	119.000,00	1,1%	43º	Frango Vivo - Granja	8.250,00	0,1%
19º	Queijo muçarela	90.000,00	0,8%	44º	Iogurte	7.200,00	0,1%
20º	Mandioca	85.218,00	0,8%	45º	Tapioca	7.200,00	0,1%
21º	Cucas	83.330,62	0,8%	46º	Polpa de frutas	5.360,00	0,05%
22º	Açúcar mascavo	76.400,00	0,7%	47º	Vinho	1.500,00	0,01%
23º	Gado de corte em pé	68.800,00	0,6%	48º	Carne Caprina	1.200,00	0,01%
24º	Macarrão	66.030,00	0,6%	49º	Fubá	650,00	0,01%
25º	Frango	65.475,00	0,6%	50º	Vinagre	350,00	0,003%
TOTAL						11.011.707,00	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Para Schneider (2015), a agroindústria familiar, o artesanato, o turismo rural e a prestação de serviços são processos de agregação de valor, quando há abundância de empreendimentos de agregação de valor e a correspondente constituição de redes de

cooperação, demonstra-se a capacidade de geração de trabalho e renda dos agricultores familiares, refletindo na manutenção e fortalecimento do tecido social das comunidades rurais.

Quanto a diversificação encontrada nestas unidades, pode-se reconhecer como fator importante para a geração e manutenção de renda dessas famílias.

A diversificação da renda traz maior segurança às unidades produtivas quanto às oscilações de determinada atividade e do mercado. Juntamente com a agregação de valor é a alternativa que proporciona o maior aumento de renda. Quanto mais a diversificação é distribuída entre diferentes ramos de atividades maior estabilidade financeira proporciona a família. A diversificação está condicionada ao acesso dos meios de vida (SIMONETTI, et al., 2011, p.8).

Partindo da renda agrícola das unidades familiares que é a principal fonte, de acordo com a Tabela 44, representando 79,8% do total da renda, foram também identificadas outras fontes de renda, proveniente de aposentadorias e outras rendas não relacionadas com as atividades agrícolas.

Tabela 44 – Composição da renda total anual das unidades familiares

Tipos de renda	R\$	%
Renda agrícola anual	11.011.707,00	79,8%
Renda de aposentadoria anual	1.437.744,00	10,4%
Renda extra agrícola anual	1.349.945,00	9,8%
Total	13.799.396,00	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Devido a significância dos valores levantados correspondentes a renda não relacionada as atividades rurais, foram identificadas na Tabela 45 as suas tipologias, identificando-se que em 34% das unidades familiares não se apresenta qualquer outro tipo de renda a não ser proveniente da propriedade.

Identificou-se que a aposentadoria é renda relevante encontrada em um número expressivo de unidades e que há indícios de pluriatividade nestas unidades pela identificação de inúmeras atividades extra agrícolas desempenhadas pelas pessoas residentes nas propriedades, outro ponto que merece destaque é que talvez algumas propriedades tenham modificado sua função social de reprodução da agricultura familiar, tornando-se apenas um lugar de moradia com maior qualidade de vida.

Em relação a renda previdenciária, além de sua função social, pode-se citar o estudo de Delgado e Cardoso Jr (1999) que sustenta a existência de uma nova realidade no campo brasileiro, pela importância do segmento familiar que tem na aposentadoria uma fonte

complementar à pequena produção, ora sendo fonte de financiamento ou investimento ou garantindo uma melhoria na qualidade de vida.

Tabela 45 – Tipos de renda extra agrícola das unidades familiares

Tipo da renda	Quantidade	%	% acumulado	% dos casos
Não possui renda extra agrícola	68	34,0%	34,0%	34,0%
Possui uma fonte de renda extra agrícola	116	58,0%	92,0%	58,0%
Possui duas fontes de renda extra agrícola	16	8,0%	100,0%	8,0%
Total	200	100%		
Aposentadoria	76	35,2%	35,2%	38,0%
Não possui renda extra agrícola	68	31,5%	66,7%	34,0%
Possuem renda extra agrícola (assalariados, autônomos)	72	33,3%	100,0%	36,0%
Total	216	100%		

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Na Tabela 46, pode-se identificar a influência das rendas de aposentadoria e extra agrícolas ao serem incorporadas a renda agrícola compondo a renda bruta total anual das unidades familiares, elevando de 35,5% para 50% o número de unidades familiares com renda maior ou igual a R\$ 50.000,00 anuais.

Observou-se uma diminuição de forma expressiva de unidades com renda anual inferior a R\$ 10.000,00 anuais, indicando que a possibilidade de geração de outras rendas ou a renda de aposentadoria acaba por complementar os recursos provenientes da produção agrícola, que em alguns casos pode ser insuficiente, garantindo um ingresso econômico à essas famílias e sua reprodução social no meio rural.

Tabela 46 – Faixas de renda bruta anual das unidades familiares

Renda total anual	Qtde	%	Renda agrícola anual	Qtde	%
Renda < 5.000	3	1,5%	Renda < 5.000	21	10,5%
Renda >= a 5.000 e < 10.000	2	1,0%	Renda >= a 5.000 e < 10.000	21	10,5%
Renda >= a 10.000 e < 15.000	15	7,5%	Renda >= a 10.000 e < 15.000	18	9,0%
Renda >= a 15.000 e < 25.000	24	12,0%	Renda >= a 15.000 e < 25.000	29	14,5%
Renda >= a 25.000 e < 50.000	56	28,0%	Renda >= a 25.000 e < 50.000	40	20,0%
Renda >= a 50.000	100	50,0%	Renda >= a 50.000	71	35,5%
Total	200	100%	Total	200	100%
Renda extra agrícola anual	Qtde	%	Renda de aposentadoria anual	Qtde	%
Renda < 5.000	2	3,3%	Renda < 5.000	0	0%
Renda >= a 5.000 e < 10.000	6	9,8%	Renda >= a 5.000 e < 10.000	0	0%
Renda >= a 10.000 e < 15.000	19	31,1%	Renda >= a 10.000 e < 15.000	30	37%
Renda >= a 15.000 e < 25.000	12	19,7%	Renda >= a 15.000 e < 25.000	44	54%
Renda >= a 25.000 e < 50.000	18	29,5%	Renda >= a 25.000 e < 50.000	7	9%
Renda >= a 50.000	4	6,6%	Renda >= a 50.000	0	0%
Total	61	100,0%	Total	81	100%
% de unidades com renda extra agrícola		30,5%	% de unidades com renda aposentadoria		40,5%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Conforme Buainain e Garcia (2013), os agricultores estão inseridos em diferentes contextos, onde buscam destinar por meios eficientes seus recursos na atividade agrícola e/ou

em atividades não-agrícolas dentro ou fora da propriedade, ou mesmo na migração, que não necessariamente acarreta abandono da atividade agrícola ou da propriedade rural, pois atividades ou estratégias podem ser associadas para que possibilitem diferentes possibilidades de geração de renda, viabilizando a permanência do produtor na área rural.

Em relação a renda agrícola, identificou-se que em 2 unidades ela não está presente, assim das 198 unidades restantes, podem outras variáveis ter significância em relação à renda. Na Tabela 47 identificou-se que atividades únicas específicas podem gerar ou não níveis de renda satisfatórios, porém, identificou-se que a partir do aumento do número de atividades, o aumento dos níveis de renda agrícola apresenta a mesma probabilidade, diminuindo a concentração na faixa de renda agrícola anual inferior a R\$ 5.000,00.

Tabela 47 – Número de atividades e faixas de renda agrícola anual das unidades familiares

Número de atividades		Renda agrícola classe							TOTAL
		Renda inferior a 5.000	Renda > = a 5.000 e < que 10.000	Renda > = a 10.000 e < que 20.000	Renda > = a 20.000 e < que 30.000	Renda > = a 30.000 e < que 40.000	Renda > = a 40.000 e < que 50.000	Renda > = a 50.000	
1 Atividade	Contagem	9	7	9	5	4	7	13	54
	% Atividades	16,7%	13,0%	16,7%	9,3%	7,4%	13,0%	24,1%	100,0%
2 Atividades	Contagem	6	3	8	8	4	5	13	47
	% Atividades	12,8%	6,4%	17,0%	17,0%	8,5%	10,6%	27,7%	100,0%
3 Atividades	Contagem	3	8	9	4	4	3	18	49
	% Atividades	6,1%	16,3%	18,4%	8,2%	8,2%	6,1%	36,7%	100,0%
4 Atividades	Contagem	1	1	5	2	4	1	12	26
	% Atividades	3,8%	3,8%	19,2%	7,7%	15,4%	3,8%	46,2%	100,0%
5 Atividades	Contagem	0	2	1	1	1	2	15	22
	% Atividades	0,0%	9,1%	4,5%	4,5%	4,5%	9,1%	68,2%	100,0%
TOTAL	Contagem	19	21	32	20	17	18	71	198
	% Atividades	9,6%	10,6%	16,2%	10,1%	8,6%	9,1%	35,9%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Na pesquisa de Perondi (2007), identificou-se que na estratégia de diversificação agrícola, são gerados menos benefícios quando relacionados somente com *commodities* agrícolas, ao contrário de se incluir outras atividades, por existir várias formas de se diversificar, é necessário que se debata sobre a qualidade deste processo, comprovando que famílias com diversificação endógena com produtos diferenciados possuem maiores níveis de renda e um meio de vida mais sustentável.

Na Tabela 48, a referência cruzada foi construída a partir do tamanho das propriedades, entre as propriedades de até 11 ha, existe uma distribuição entre as várias faixas de renda, sendo impreciso definir que dentro desta faixa o tamanho da área exerça uma grande influência sobre a renda, mesmo que apresentado um quantitativo expressivo de unidades que declararam renda agrícola superior R\$ 50.000,00 anuais.

Há necessidade de um estudo mais aprofundado sobre quais são as atividades escolhidas por essas pequenas propriedades, sua renda extra agrícola ou função social da propriedade.

As propriedades com área a partir de 11 ha, apresentam uma tendência de renda crescente, eventualmente apresentando renda inferior a R\$ 5.000,00 anuais, presumindo-se que o tamanho da área pode estar relacionado aos níveis de renda em unidades a partir de 11 ha, porém com influência significativa ao tipo e ao número de atividades nela encontradas, principalmente em áreas de até 11 ha.

Tabela 48 – Tamanho das áreas e faixas de renda agrícola anual das unidades familiares

Faixas de renda agrícola		Grupos de área		TOTAL
		Área menor ou igual a 11 ha	Área acima de 11 ha	
Renda inferior a 5.000	Contagem	14	5	19
	% dentro de Renda	73,7%	26,3%	100,0%
Renda maior ou igual a 5.000 e menor que 10.000	Contagem	21	0	21
	% dentro de Renda	100,0%	0,0%	100,0%
Renda maior ou igual a 10.000 e menor que 20.000	Contagem	21	11	32
	% dentro de Renda	65,6%	34,4%	100,0%
Renda maior ou igual a 20.000 e menor que 30.000	Contagem	12	8	20
	% dentro de Renda	60,0%	40,0%	100,0%
Renda maior ou igual a 30.000 e menor que 40.000	Contagem	12	5	17
	% dentro de Renda	70,6%	29,4%	100,0%
Renda maior ou igual a 40.000 e menor que 50.000	Contagem	12	6	18
	% dentro de Renda	66,7%	33,3%	100,0%
Renda maior ou igual a 50.000	Contagem	32	39	71
	% dentro de Renda	45,1%	54,9%	100,0%
TOTAL	Contagem	124	74	198
	% do Total	62,6%	37,4%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O tamanho da família é um dos fatores determinantes para a reprodução da agricultura familiar, representa a força de trabalho que junto com os fatores terra e capital movimentam a unidade de produção da família. Na Tabela 49, estão identificadas as informações sobre a quantidade de membros residentes nas unidades familiares e relacionadas com as faixas de renda agrícola das respectivas unidades. Identificou-se que há predominância de propriedades com 2 e 3 membros residentes, e que em unidades com até 2 membros residentes há uma visível distribuição nas escalas de renda entre < e > que R\$ 30.000,00, a partir de 3 membros existe uma tendência de concentração nas escalas superiores a R\$ 30.000,00.

De acordo com Schneider (2003), as condições econômicas gerais aparecem localmente e são norteadoras para os processos de divisão do trabalho familiar, na fase em que a família possui filhos pequenos ou quando somente permanecem o casal idoso, por vezes com

um filho que os cuida, diminuindo a demanda por trabalhos extra agrícolas, porém, amplia-se a capacidade de trabalho agrícola a partir da aptidão dos filhos, tornando-se a atividade não agrícola como uma alternativa, que pode variar de acordo com os ciclos demográficos, assim não pode-se dizer que o tamanho da família seja o único critério para a divisão do trabalho familiar.

Tabela 49 – Relação entre membros residentes e faixas de renda agrícola anual das unidades familiares

Membros residentes		Renda agrícola classe							TOTAL
		Renda inferior a 5.000	Renda >= a 5.000 e < que 10.000	Renda >= a 10.000 e < que 20.000	Renda >= a 20.000 e < que 30.000	Renda >= a 30.000 e < que 40.000	Renda >= a 40.000 e < que 50.000	Renda >= a 50.000	
1 membro	Contagem	3	1	2	0	1	1	2	10
	% Família	30,0%	10,0%	20,0%	0,0%	10,0%	10,0%	20,0%	100,0%
2 membros	Contagem	7	13	14	9	7	5	22	77
	% Família	9,1%	16,9%	18,2%	11,7%	9,1%	6,5%	28,6%	100,0%
3 membros	Contagem	5	2	6	6	6	3	21	49
	% Família	10,2%	4,1%	12,2%	12,2%	12,2%	6,1%	42,9%	100,0%
4 membros	Contagem	1	4	6	5	2	4	13	35
	% Família	2,9%	11,4%	17,1%	14,3%	5,7%	11,4%	37,1%	100,0%
5 membros	Contagem	3	1	3	0	1	4	9	21
	% Família	14,3%	4,8%	14,3%	0,0%	4,8%	19,0%	42,9%	100,0%
6 membros	Contagem	0	0	1	0	0	1	4	6
	% Família	0,0%	0,0%	16,7%	0,0%	0,0%	16,7%	66,7%	100,0%
TOTAL	Contagem	19	21	32	20	17	18	71	198
	% Família	9,6%	10,6%	16,2%	10,1%	8,6%	9,1%	35,9%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Neste contexto de utilização da mão de obra dos próprios membros nas atividades agrícolas, antes de relacionar a renda, a Tabela 50 indica que parte considerável dos membros residentes não dedicam mão de obra a propriedade, principalmente os mais jovens conforme demonstrado anteriormente no capítulo 3.

Verificou-se que, quando há dedicação de mão de obra, habitualmente dedicam-se ao trabalho acima de 5 dias semanais na propriedade, com grande frequência de dedicação total semanal por parte dos membros das unidades familiares independentemente do tamanho da propriedade.

A mesma distribuição ocorre quando compara-se a dedicação de mão de obra dos membros residentes com o número de atividades existentes na propriedade, geralmente com alto nível de dedicação total semanal a propriedade ou de 5 a 6 dias por semana, sendo necessário uma análise de culturas dessas unidades para um confronto direto em relação ao tipo de mão de obra empregada e identificação de demais fatores relacionados ao emprego da força de trabalho destas unidades.

Tabela 50 – Tamanho de área e número de atividades relacionados a quantidade de dias semanais dedicados pelos membros residentes a propriedade

TAMANHO DA ÁREA / NÚMERO DE ATIVIDADES		Dias dedicados a propriedade na semana				TOTAL
		Não dedica mão de obra à propriedade	De 1 a 2 dias na semana	De 3 a 4 dias na semana	De 5 a 6 dias na semana	
Área menor ou igual a 11 ha	Contagem	83	38	33	60	364
	% área	22,8%	10,4%	9,1%	16,5%	41,2%
Área acima de 11 ha	Contagem	53	17	19	23	235
	% área	22,6%	7,2%	8,1%	9,8%	52,3%
TOTAL	Contagem	136	55	52	83	599
	% área	22,7%	9,2%	8,7%	13,9%	45,6%
1 Atividade	Contagem	49	20	12	13	160
	% atividades	30,6%	12,5%	7,5%	8,1%	41,3%
2 Atividades	Contagem	31	9	11	18	133
	% atividades	23,3%	6,8%	8,3%	13,5%	48,1%
3 Atividades	Contagem	27	14	16	20	154
	% atividades	17,5%	9,1%	10,4%	13,0%	50,0%
4 Atividades	Contagem	19	6	4	14	83
	% atividades	22,9%	7,2%	4,8%	16,9%	48,2%
5 Atividades	Contagem	10	6	9	18	69
	% atividades	14,5%	8,7%	13,0%	26,1%	37,7%
TOTAL	Contagem	136	55	52	83	599
	% atividades	22,7%	9,2%	8,7%	13,9%	45,6%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Quanto a mão de obra contratada, na Tabela 51, foi identificado que as unidades com maior renda são as que mais contratam, com maior incidência em até 60 dias no ano. Dessa maneira, conclui-se que a mão de obra familiar é predominante nestas propriedades e que esporadicamente existe a necessidade de contratação externa.

Tabela 51 – Mão de obra contratada e faixas de renda agrícola anual das unidades familiares

Faixa de renda	Quantidade de MOB contratada em dias por ano									TOTAL
	Até 10 dias por ano	De 11 a 20 dias por ano	De 21 a 30 dias por ano	De 41 a 60 dias por ano	De 61 a 90 dias por ano	De 91 a 120 dias por ano	De 121 a 180 dias por ano	De 181 a 240 dias por ano	De 241 a 300 dias por ano	
Renda inferior a 5.000	1 33,3%	0 0,0%	1 33,3%	1 33,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	3 100,0%
Renda maior ou igual a 5.000 e	1 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 100,0%
Renda maior ou igual a 10.000 e	1 100,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 100,0%
Renda maior ou igual a 20.000 e	0 0,0%	2 50,0%	1 25,0%	0 0,0%	1 25,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 100,0%
Renda maior ou igual a 30.000 e	1 25,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 25,0%	2 50,0%	0 0,0%	0 0,0%	4 100,0%
Renda maior ou igual a 40.000 e	1 50,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 50,0%	2 100,0%
Renda maior ou igual a 50.000	2 14,3%	3 21,4%	2 14,3%	2 14,3%	0 0,0%	0 0,0%	2 14,3%	1 7,1%	2 14,3%	14 100,0%
TOTAL	7 24,1%	5 17,2%	4 13,8%	3 10,3%	1 3,4%	1 3,4%	4 13,8%	1 3,4%	3 10,3%	29 100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Para Redin (2013), pequenos agricultores não desejam manter funcionários o ano todo nas propriedades, devido aos custos trabalhistas em conjunto com a burocracia para contratação, sendo que devido à sazonalidade das culturas ou atividades agrícolas, na maioria do período a própria família consegue manter-se com a própria mão de obra de seus membros. O alto custo da mão de obra pode ser fator determinante nas escolhas e quantificações das atividades para as safras anuais.

Quanto aos canais de comercialização, na Tabela 52, os resultados identificam uma menor concentração de renda em unidades que apresentam somente um canal de comercialização, abaixo de R\$ 30.000,00 anuais, sendo que a medida em que a quantidade desses canais aumenta, há um respectivo aumento na concentração de faixas de renda mais altas.

Tabela 52 – Quantidade de canais e tipos de cadeias de comercialização em relação as faixas de renda agrícola anual das unidades familiares

Quantidade de canais de comercialização / Tipos de cadeias de comercialização	Renda agrícola classe							TOTAL
	Renda inferior a 5.000	Renda >= a 5.000 e < que 10.000	Renda >= a 10.000 e < que 20.000	Renda >= a 20.000 e < que 30.000	Renda >= a 30.000 e < que 40.000	Renda >= a 40.000 e < que 50.000	Renda >= a 50.000	
1 canal	Contagem 13 % Canais 21,0%	11 17,7%	15 24,2%	4 6,5%	2 3,2%	5 8,1%	12 19,4%	62 100,0%
2 canais	Contagem 5 % Canais 6,8%	6 8,1%	12 16,2%	11 14,9%	7 9,5%	5 6,8%	28 37,8%	74 100,0%
3 canais	Contagem 1 % Canais 2,6%	4 10,3%	3 7,7%	5 12,8%	6 15,4%	6 15,4%	14 35,9%	39 100,0%
4 canais	Contagem 0 % Canais 0,0%	0 0,0%	1 6,7%	0 0,0%	2 13,3%	1 6,7%	11 73,3%	15 100,0%
5 canais	Contagem 0 % Canais 0,0%	0 0,0%	1 12,5%	0 0,0%	0 0,0%	1 12,5%	6 75,0%	8 100,0%
TOTAL	Contagem 19 % Canais 9,6%	21 10,6%	32 16,2%	20 10,1%	17 8,6%	18 9,1%	71 35,9%	198 100,0%
Curta	Contagem 12 % Cadeia 17,1%	15 21,4%	13 18,6%	6 8,6%	8 11,4%	4 5,7%	12 17,1%	70 100,0%
Longa	Contagem 2 % Cadeia 6,1%	2 6,1%	7 21,2%	2 6,1%	1 3,0%	2 6,1%	17 51,5%	33 100,0%
Curta/longa	Contagem 5 % Cadeia 5,3%	4 4,2%	12 12,6%	12 12,6%	8 8,4%	12 12,6%	42 44,2%	95 100,0%
TOTAL	Contagem 19 % Cadeia 9,6%	21 10,6%	32 16,2%	20 10,1%	17 8,6%	18 9,1%	71 35,9%	198 100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Na análise dos tipos de cadeias de comercialização dessas unidades, observou-se evolução semelhante, onde somente há comercialização por meio de cadeias curtas e a concentração ficou abaixo de R\$ 30.000,00 anuais, porém é também representativa a quantidade de unidades que usam somente esta cadeia com faixa de rendas superiores; quanto as cadeias longas e o consórcio entre curtas e longas, a concentração é bem mais evidente em

faixa de renda superior a R\$ 30.000,00/ano. Nesse caso, as informações apontam que a diversificação de canais e cadeias de comercialização proporcionou incremento aos níveis de renda nestas propriedades de agricultura familiar estudadas.

A Tabela 53 demonstra as médias das variáveis de acordo com grupos relacionados ao tamanho da propriedade (Área \leq 11 ha) e (Área $>$ 11 ha), com as produções agrícolas que mais geraram renda nas propriedades, sendo o milho e soja (Com *commodities*) e (Sem *commodities*), a atividade leiteira (Com ativ. leiteira) e (Sem ativ. leiteira) e por final a olericultura (Com olericultura) e (Sem olericultura).

Considerando os grupos mencionados, foi levantado a média em relação as variáveis número de atividades, renda agrícola, tamanho da família, quantidades de mão de obra contratada, quantidade de dias/ano de mão de obra contratada e quantidade de canais de comercialização e sobre essas médias foram calculadas e levantadas as informações para a aplicação dos testes de Levene e Teste-t, sendo que quanto menor o coeficiente de variação (CV), maior é a constância na distribuição dos dados dentro do próprio grupo.

Tabela 53 – Estatística dos grupos testados com base no tamanho de área, produção de *commodities*, produção leiteira e olericultura

Variáveis	Grupos	N	Média	Desvio padrão	CV	Grupos	N	Média	Desvio padrão	CV
Número de atividades	Área \leq 11 ha	126	2,33	1,271	54,48%	Com <i>commodities</i>	61	3,62	1,003	27,68%
	Área $>$ 11 ha	74	2,99	1,277	42,75%	Sem <i>commodities</i>	139	2,12	1,155	54,62%
Renda agrícola	Área \leq 11 ha	126	43.148,286	57.545,990	133,37%	Com <i>commodities</i>	61	81.773,738	68.072,591	83,25%
	Área $>$ 11 ha	74	75.338,149	69.459,251	92,20%	Sem <i>commodities</i>	139	43.334,597	58.592,825	135,21%
Tamanho da Família	Área \leq 11 ha	126	2,84	1,169	41,14%	Com <i>commodities</i>	61	3,31	1,205	36,38%
	Área $>$ 11 ha	74	3,26	1,261	38,73%	Sem <i>commodities</i>	139	2,86	1,201	42,06%
MOB contratada	Área \leq 11 ha	12	1,83	1,337	72,93%	Com <i>commodities</i>	13	1,15	0,376	32,55%
	Área $>$ 11 ha	17	1,41	,712	50,45%	Sem <i>commodities</i>	16	1,94	1,237	63,82%
MOB dias/ano	Área \leq 11 ha	12	97,67	97,509	99,84%	Com <i>commodities</i>	13	45,38	72,671	160,12%
	Área $>$ 11 ha	17	61,76	79,214	128,25%	Sem <i>commodities</i>	16	102,00	92,264	90,46%
Canais de comercialização	Área \leq 11 ha	126	2,01	,992	49,40%	Com <i>commodities</i>	61	2,52	1,163	46,08%
	Área $>$ 11 ha	74	2,38	1,179	49,56%	Sem <i>commodities</i>	139	1,98	0,996	50,35%
Variáveis	Grupos	N	Média	Desvio padrão	CV	Grupos	N	Média	Desvio padrão	CV
Número de atividades	Com ativ. leiteira	112	2,69	1,369	50,94%	Com olericultura	76	2,82	1,334	47,37%
	Sem ativ. leiteira	88	2,43	1,220	50,19%	Sem olericultura	124	2,43	1,276	52,58%
Renda agrícola	Com ativ. leiteira	112	59.217,893	68.611,438	115,86%	Com olericultura	76	49.382,263	65.691,360	133,03%
	Sem ativ. leiteira	88	49.764,807	57.486,140	115,52%	Sem olericultura	124	58.537,540	62.913,246	107,48%
Tamanho da Família	Com ativ. leiteira	112	3,13	1,227	39,14%	Com olericultura	76	2,84	1,317	46,34%
	Sem ativ. leiteira	88	2,82	1,189	42,21%	Sem olericultura	124	3,09	1,148	37,16%
MOB contratada	Com ativ. leiteira	13	1,46	0,967	66,19%	Com olericultura	9	1,89	1,364	72,22%
	Sem ativ. leiteira	16	1,69	1,078	63,89%	Sem olericultura	20	1,45	,826	56,94%
MOB dias/ano	Com ativ. leiteira	13	37,85	40,655	107,42%	Com olericultura	9	86,67	96,274	111,09%
	Sem ativ. leiteira	16	108,13	102,890	95,16%	Sem olericultura	20	72,10	85,405	118,45%
Canais de comercialização	Com ativ. leiteira	112	2,29	1,211	52,99%	Com olericultura	76	2,09	,969	46,30%
	Sem ativ. leiteira	88	1,97	0,850	43,25%	Sem olericultura	124	2,18	1,141	52,40%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Na Tabela 54, foram identificadas a existência de variâncias significativas (Teste de Levene) entre os vários grupos, onde as variáveis podem apresentar comportamentos distintos aos seus respectivos valores absolutos. A existência de homogeneidade habilita o uso de testes paramétricos para comparação da diferença de médias entre os grupos (Teste-t), e a existência de heterogeneidade habilita o uso de testes não-paramétricos.

Os resultados do teste de Levene demonstram que não existem homogeneidade de variância na renda agrícola nos grupos tamanho da propriedade ((1)Área <= 11 ha) e (2)(Área > 11 ha), onde (Renda agrícola: F = 5,519; p < 0,05), reforçando o indicativo de que em áreas menores que 11 ha a renda média bruta anual é menor (-42,73%) do que em propriedades maiores que 11 ha, já no grupo de propriedades que apresentaram as culturas de milho e soja ((1)Com commodities) e ((2)Sem commodities) onde (Renda agrícola: F = 6,053; p < 0,05) evidenciou-se uma influência positiva dessas culturas na renda médias das unidades do grupo (1) em relação as unidades do grupo (2) que não apresentam estas culturas, indicando que a produção de *commodities* contribui para aumento de renda média bruta destas unidades.

Tabela 54 – Teste de Levene e teste-t para igualdade de médias de amostras independentes com $\alpha = 0,05$

Variáveis	Grupos: (1) Área <= a 11 ha / (2) Área > que 11 ha						Grupos: (1) Com commodities / (2) Sem commodities					
	Teste de Levene para igualdade de variâncias		teste-t para Igualdade de Médias				Teste de Levene para igualdade de variâncias		teste-t para Igualdade de Médias			
	F	p-valor	t	df	p-valor	Dif. média	F	p-valor	t	df	p-valor	Dif. Média
Nº atividades	,302	,583	-3,503	198	,001	-21,87%	,340	,560	8,835	198	,000	71,29%
Renda agrícola	5,519	,020	-3,366	131,261	,001	-42,73%	6,053	,015	3,831	100,729	,000	88,70%
Tam. família	,780	,378	-2,357	198	,019	-12,76%	,008	,930	2,466	198	,015	15,94%
MOB contratada	2,713	,111	1,102	27	,280	29,86%	9,167	,005	-2,402	18	,027	-40,45%
MOB dias/ano	1,375	,251	1,093	27	,284	58,13%	3,960	,057	-1,802	27	,083	-55,51%
Canais comerc.	2,808	,095	-2,376	198	,018	-15,58%	4,309	,039	3,189	100	,002	27,61%
Variáveis	Grupos: (1) Com ativ. leiteira / (2) Sem ativ. leiteira						Grupos: (1) Com olericultura / (2) Sem olericultura					
	F	p-valor	t	df	p-valor	Dif. média	F	p-valor	t	df	p-valor	Dif. Média
Nº atividades	1,542	,216	1,374	198	,171	10,51%	,233	,630	2,053	198	,041	16,00%
Renda agrícola	0,354	,552	1,037	198,000	,301	19,00%	,000	,996	-0,982	198	,327	-15,64%
Tam. família	,005	,945	1,831	198	,069	11,20%	2,598	,109	-1,394	198	,165	-7,98%
MOB contratada	0,062	,805	-0,587	27	,562	-13,39%	1,927	,176	1,077	27	,291	30,27%
MOB dias/ano	18,523	,000	-2,502	20	,021	-65,00%	0,537	,470	0,409	27	,686	20,20%
Canais comerc.	15,473	,000	2,190	196	,030	16,27%	1,886	,171	-0,543	198	,588	-3,92%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Quanto à variável mão de obra anual contratada, a não homogeneidade de variância ocorreu no grupo ((1)Com commodities) e ((2)Sem commodities) onde (MOB contratada: F = 9,167; p < 0,05), indicando que a contratação anual de mão de obra em propriedades que tem atividades relacionadas a *commodities* é menor (-40,45%) que as demais, fato que pode estar relacionado aos processos de mecanização empregados nessas atividades; porém em relação a quantidade de dias de mão de obra contratada ocorreu no grupo ((1)Com ativ. leiteira) e ((2)Sem

ativ. leiteira) onde (MOB dias/ano: $F = 18,523$; $p < 0,05$), demonstrando evidência significativa de que é menor a contratação anual de mão de obra em dias para as unidades com a atividade leiteira, sugerindo que fica a cargo da família a sua operacionalização.

A variável canais de comercialização indicou não homogeneidade de variância nos grupos ((1)Com commodities) e ((2)Sem commodities) onde (Canais comerc.: $F = 4,309$; $p < 0,05$) e ((1)Com ativ. leiteira) e ((2)Sem ativ. leiteira) onde (Canais comerc.: $F = 15,473$; $p < 0,05$) sinalizando na comparação entre os grupos que há maior quantidade canais de comercialização quando as respectivas atividades analisadas estão presentes nas unidades familiares, sendo necessário uma análise complementar sobre quais a diversificação da produção e seus respectivos canais de comercialização.

Os resultados do teste-t dos grupos ((1) Área ≤ 11 ha) e (2) (Área > 11 ha), demonstram que há diferenças significativas de médias em relação as variáveis N° atividades ($t(198)$; $-3,503$; $p < 0,05$), Renda agrícola ($t(131,261)$; $-3,366$; $p < 0,05$), Tam. família ($t(198)$; $-2,357$; $p < 0,05$) e Canais comer. ($t(198)$; $-2,376$; $p < 0,05$), revelando que em média, propriedades até 11 há possuem menos atividades agrícolas (-21,87%), menor renda agrícola (-42,73%), menos membros residentes (-12,76%) e canais de comercialização (-15,58%), do que as propriedades acima de 11 ha.

Nos grupos ((1) Com commodities) e ((2) Sem commodities) as diferenças significativas de médias foram encontradas nas variáveis N° atividades ($t(198)$; $8,835$; $p < 0,05$), Renda agrícola ($t(100,729)$; $3,831$; $p < 0,05$), Tam. família ($t(198)$; $2,466$; $p < 0,05$), MOB contratada ($t(18)$; $-2,402$; $p < 0,05$) e Canais comer. ($t(100)$; $3,189$; $p < 0,05$), revelando que em média, propriedades que cultivam *commodities* possuem em média mais atividades agrícolas (71,29%), maior média de renda agrícola (88,70%), mais membros residentes (15,94%) e canais de comercialização (27,61%), porém com média menor de contratação de mão de obra (-40,45%) que propriedades que não se relacionam com *commodities*.

As diferenças de médias significativas dos grupos ((1) Com ativ. leiteira) e ((2) Sem ativ. leiteira) estão relacionadas a MOB dias/ano ($t(20)$; $-2,502$; $p < 0,05$) e Canais comer. ($t(196)$; $2,190$; $p < 0,05$), sinalizando que em unidades com atividade leiteira se contrata mão de obra em um montante médio de dias menor (-65,00%) que propriedades sem essa atividade, porém a quantidade média de canais de comercialização é maior (16,27%).

Por fim, quando analisados os grupos ((1) Com olericultura) e ((2) Sem olericultura) a única diferença de média significativa é em relação ao número de atividades nas propriedades (16,00%), onde N° atividades ($t(198)$; $2,053$; $p < 0,05$), atestando a probabilidade de estar consorciada com outras atividades produtivas nas propriedades estudadas.

Após todas as análises, obteve-se a resposta para o problema de pesquisa, identificando as várias redes fortes de comercialização, nos mercados locais representadas pelas feiras e vendas diretas, nos mercados institucionais pelas compras governamentais e nos mercados convencionais pelos canais relacionados com cooperativas e laticínios, onde algumas atividades apresentam similaridade de canais de comercialização, exemplo da olericultura, agroindústria e fruticultura que tem forte relação com as feiras, vendas diretas e compras governamentais e na atividades leiteira, relação forte com os laticínios e as *commodities* com as cooperativas.

A grande maioria dos produtos comercializados são oriundos de práticas agrícolas convencionais e se relacionam com os mercados locais e territoriais, convencionais e institucionais, porém, os produtos que apresentam relação com práticas agroecológicas (orgânicos e em conversão) tem um forte direcionamento para as feiras e compras governamentais.

Na análise dos valores de venda agrícola bruta, unificados de acordo com os canais de comercialização, indicou-se que em termos monetários gerais, os laticínios apresentam o maior montante de movimentação entre os canais, seguidos pelas vendas diretas, cooperativas e feiras como principais, vendas estas primordialmente relacionadas as categorias convencionais, em vista disso, os principais produtos geradores de renda têm origem da atividade leiteira, *commodities* e olericultura.

Em relação a composição de renda das unidades familiares, constatou-se que é principalmente gerada pelas atividades agrícolas, porém, é relevante as rendas provenientes de aposentadorias e atividades extra agrícolas, inclusive com importante papel de ingresso econômico e aumento dos níveis de faixa de renda total destas propriedades.

Quanto aos demais fatores com probabilidade de constituir aumento dos níveis de renda, identificou-se a provável relação com o maior número de atividades agrícolas exercidas, com propriedades que dispõem de área superior a 11 ha, que apresentam maior quantidades de membros residentes, mesmo que dentre os membros parte considerável não dedica ou dedica poucos dias de trabalho da semana a propriedade, que apresentam disposição para contratação de mão de obra e por fim que diversificam seus canais e cadeias de comercialização.

Nos testes estatísticos foram analisadas algumas das variáveis que mais se destacaram, ressaltando que os menores níveis de renda, a menor quantidade de atividades agrícolas, a menor quantidade de membros residentes e canais de comercialização estão relacionadas as propriedades com menos de 11 ha. Revelou-se que as propriedades que apresentam a existência de *commodities*, possuem maior número de atividades agrícolas, maior quantidade de canais de comercialização, seus níveis de renda são maiores, com maior número de membros residentes

e dispensam mais contratação de mão de obra em relação aos demais que não produzem *commodities*.

Unidades com a atividade leiteira, comprovou-se pelos testes que a menor necessidade de contratação de mão de obra e sua diversidade em relação a quantidade maior de canais de comercialização, fato este, último, também identificado em unidades com olericultura, possivelmente reflexos das interações produtivas existentes.

5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido a grande importância da agricultura familiar, principalmente em economias locais e regionais, tanto pela produção de alimentos e geração de emprego e renda, são necessários estudos sobre suas múltiplas formas de produção, comercialização e renda. Assim se cumpriu o objetivo do estudo, onde foi constatado que em unidades familiares situadas na região da Costa Oeste do Paraná existem várias redes fortes de comercialização vinculadas a mercados locais (feiras e vendas diretas), a mercados institucionais (compras governamentais) e mercados convencionais (laticínios e cooperativas).

A grande maioria dos produtos comercializados tem origem de práticas agrícolas convencionais, contudo, foi constatada a presença de práticas agroecológicas nas unidades através de cultivos orgânicos e em conversão, estes direcionados as cadeias curtas de comercialização. A atividade leiteira, a produção de *commodities* e a olericultura foram apontadas como as principais atividades geradoras de renda agrícola, além disso, as rendas extra agrícolas e de aposentadoria também foram encontradas, com importante papel na renda total dessas unidades.

Identificou-se que os maiores níveis de renda agrícola têm relação com o maior número de atividades exercidas, com o tamanho de área mais elevado, com a maior quantidade de membros residentes e que possuem diversificação de canais e cadeias de comercialização.

Para novos estudos, sugere-se uma análise específica em relação a produção e renda agrícola de maneira analítica, para que se encontre os níveis produtivos e a composição detalhada das atividades e produtos encontrados nas unidades familiares da Costa Oeste Paranaense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁGUAS PARANÁ – Instituto das Águas do Paraná. **Plano de Bacia Hidrográfica do Paraná 3 – Características Gerais: Produto 1**. 2014. Disponível em <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/Parana_3/plano_de_bacia/Produto_01_Caracteristicas_Gerais_da_Bacia_BP3_2014_v07_Final.pdf>. Acessado em 16 dez. 2019.
- ALENTEJANO, P. R. R. **O que há de novo no rural brasileiro?** Terra Livre, São Paulo, n. 15, 87-112, 2000.
- BIOLABORE - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná. **Projeto de Agricultura Orgânica na BP3**, 2018.
- BRASIL. **Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Brasília: Congresso Nacional, 2006.
- BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. **Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda têm alguma chance como agricultores**. A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível, Brasília: CGEE, 2013, p. 29-70.
- BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. **Contextos locais ou regionais: importância para a viabilidade econômica dos pequenos produtores**. A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível, Brasília: CGEE, 2013, p. 133-175.
- CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. **A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 18, n. 3, p. 69-101, 2001.
- CAVALHEIRO, E. M. **A Construção Social de Mercados para os produtos da agroindústria familiar**. 2010. 214p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_95ad5d4f88164a8666aa13f8721ccee3. Acesso em 15 ago 2020.
- DAROLT, M. R. **Conexão Ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores**. IAPAR, Instituto Agrônomo do Paraná, 2012.
- DELGADO, G. C.; CARDOSO JR, J. C. **O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização**. Texto para Discussão. IPEA. Brasília, 1999.
- DE SOUSA FILHO, H. M.; BONFIM, R. M. **Oportunidades e desafios para a inserção de pequenos produtores em mercados modernos**. A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível? – Brasília: CGEE, 2013, p. 71-100.
- ESCHER, F. **A evolução institucional do sistema de cooperativas de leite da agricultura familiar com interação solidária-SISCLAF: atores sociais, mercados e ação coletiva no sudoeste do Paraná**. Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos / Marcelo Antonio Conterato [et al.] (Org.). – Porto Alegre : Via Sapiens, 2013, p. 36-60.

GAZOLLA, M.; PELEGRINI, G. **A construção social dos mercados pelos agricultores: o caso das agroindústrias familiares**. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 48, 2010, Porto de Galinhas/PE.

GUANZIROLI, C. **Mercados viáveis para a inserção econômica dos agricultores familiares**. A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro – Brasília: CGEE, 2013, p. 101-132, 2013.

NAVARRO, Z.; CAMPOS, S. K. **A “pequena produção rural” no Brasil**. A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro – Brasília: CGEE, 2013, p. 13-28, 2013.

PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRS, 237 p., 2007.

PLEIN, C. **Instituições e enraizamento nos mercados da agricultura familiar**. Revista Faz Ciência, v. 12, n. 15, p. 95-118, 2010.

PRANKE, L. V. **Mercados, organizações sociais e agricultura familiar: os canais curtos de comercialização no município de Piratini-RS**. Dissertação de Mestrado. UFPEL. Pelotas, 2016.

REDIN, E. **Muito além da produção e comercialização: dificuldades e limitações da Agricultura Familiar**. Perspectivas em Políticas Públicas, v. 6, n. 12, p. 111-151, 2013.

RODRIGUES, B. A.; BITTENCOURT, J. V. M.; MACEDO, L. M. **Canais de comercialização para os alimentos orgânicos: um estudo no Sul do Brasil**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 36, n. 2, p. 26441, 2019.

SIMONETTI, D.; PERONDI, M. A.; KIYOTA, N.; OLIVEIRA, J. R.; VALANDRO, K. **Os processos de diversificação da agricultura familiar: uma revisão literária**. Synergismus científica UTFPR, Pato Branco, v. 6, n. 1, 2011.

SEPULCRI, O.; TRENTO, E. J. **O mercado e a comercialização de produtos agrícolas**. Curitiba: Instituto Emater, 2010.

SCHNEIDER, S. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, p. 99-122, 2003.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. **Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar—o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina**. Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 17, n. 1, 2015.

SCHNEIDER, S. **Mercados e agricultura familiar**. Construção de Mercados e Agricultura Familiar: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 93-140, 2016.

WAQUIL, P. D.; MIELE, M.; SCHULTZ, G. **Mercados e comercialização de produtos agrícolas**. Plageder, 2010.

6 INDICADORES DE CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM UNIDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR NA COSTA OESTE PARANAENSE

Resumo: A análise de indicadores de capital social na agricultura familiar pode contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, com foco nas particularidades regionais para a formulação de estratégias que fomentem ações de colaboração e participação ativa dos agricultores. O objetivo do estudo foi calcular e analisar o ICS – Índice de capital social através de características no núcleo familiar, integração social, produção e comercialização em unidades familiares localizadas na região da Costa Oeste do Paraná. A pesquisa caracterizou-se como um estudo exploratório descritivo, com abordagem quali-quantitativa. As informações de 200 unidades de agricultura familiar foram extraídas do banco de dados e relatórios do “Projeto de Agricultura Orgânica na BP3”, trabalho conduzido e desenvolvido pela Biolabore - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná, em conjunto com a Itaipu Binacional. Identificou-se características formadoras e potencializadoras do ICS como pluriatividade, existência de capital, participação e integração social em entidades religiosas, cooperativas e associações; práticas agroecológicas e diversificação dos canais de comercialização. Quanto as características que menos contribuíram para o ICS, chama a atenção os processos sucessórios que podem comprometer a transferência dos aspectos culturais, baixo protagonismo dos membros em funções nas entidades de integração social, pouca representação política através da participação em conselhos de desenvolvimento, falta de assistência técnica e baixa adesão aos mercados institucionais.

Palavras – chave: Integração, participação, desenvolvimento.

Abstract: The analysis of social capital indicators in family farming can contribute to sustainable rural development, with a focus on regional particularities for the formulation of strategies that encourage collaboration and active participation by farmers. The aim of the study was to calculate and analyze the ICS - Social Capital Index through characteristics in the family nucleus, social integration and production and marketing in family units located in the West Coast of Paraná. The research was characterized as a descriptive exploratory study, with a qualitative and quantitative approach. The information on 200 family farming units was extracted from the database and reports of the “Organic Agriculture Project at BP3”, work conducted and developed by Biolabore - Cooperative of Labor and Technical Assistance of Paraná, in conjunction with Itaipu Binacional. Formation and empowering characteristics of the ICS were identified, such as pluriactivity, existence of capital, participation and social integration in religious entities, cooperatives and associations; agroecological practices and diversification of marketing channels. As for the characteristics that contributed least to the ICS, the succession processes that may compromise the transfer of cultural aspects, low role of members in functions in social integration entities, little political representation through participation in development councils, lack of technical assistance and low adherence to institutional markets.

Key words: Integration, participation, development.

6.1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre o conceito de capital social vem sendo largamente utilizada em estudos sobre a interação de indivíduos com a sociedade e desenvolvimento humano. Dessa forma, buscou-se discutir nessa pesquisa o tema no contexto da agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável, avaliando através de indicadores levantados pelas características encontradas em unidades de agricultura familiar, pontos de fortalecimento do capital social do território da Costa Oeste Paranaense, que possam contribuir para estratégias de desenvolvimento econômico e ambiental, garantindo a sua reprodução social.

Mesmo que a definição do termo capital social siga em um campo de debates, por buscar ao mesmo tempo a lógica do processo das relações sociais com a área das políticas e de desenvolvimento local, os diversos conceitos buscam englobar algo que é produzido, acumulado e reproduzido no campo das relações sociais, exercendo influência no funcionamento das instituições ou na melhoria dos processos sociais (MILANI, 2007).

Para Ribeiro, Fernandes e Ribeiro (2012) são vários os fatores ligados ao desenvolvimento local, além daqueles conectados ao mercado, pois as questões sociais, culturais e políticas são importantes para o aperfeiçoamento da localidade, assim a quantificação e a qualificação efetiva do capital social podem colaborar para a percepção de dilemas associados ao desenvolvimento local e a execução de políticas públicas específicas para a zona rural.

Quanto à agricultura familiar, seu estudo requer uma investigação sociológica multidimensional devido a multiplicidade das formas sociais familiares, seja pelo estudo da organização do trabalho, da produção ou pela sua relação com os recursos naturais, ou pela assimilação das metodologias de formação de estratégias de convívio com o ambiente social e os vários meios de exercício da ação política (SCHNEIDER, 2006).

Desse modo, o espaço rural vem apresentando diversas mudanças, seja pela implantação de novas culturas, novos negócios e novas oportunidades, dependendo da capacidade de adaptação dos agricultores familiares aos aspectos físico, social, cultural e ambiental, tornando-se fundamental a análise desta categoria pela sua versatilidade, pois o capital social está ligado a organização desses agricultores e seu propósito é estabelecer relações entre pessoas ou grupos de pessoas através de ações colaborativas, coordenadas e integradas.

A partir destas considerações, torna-se importante estudos sobre os indicadores de capital social dos agricultores familiares, desse modo o presente estudo tem como questão de

pesquisa: **Como se comporta o indicador de capital social, levantado através das características de unidades de agricultura familiar na Costa Oeste Paranaense?**

O estudo teve como objetivo a identificação dentro da Costa Oeste Paranaense no contexto da agricultura familiar das características promotoras de capital social e sua contribuição para o desenvolvimento rural sustentável, sinalizando através de indicadores as potencialidades dessas unidades familiares, justificando-se pela investigação dos possíveis efeitos e resultados influenciados pela existência de capital social com ênfase nas realidades locais.

Compreende este capítulo cinco seções, sendo esta, a primeira, em que consta o problema, objetivo, justificativa e estrutura da pesquisa. Em seguida, na segunda seção, são apresentados os conceitos relacionados ao capital social a partir das obras de Putnam, Coleman e Bourdieu, seguido pelo conceito de agricultura familiar e suas formas de geração de capital social e por fim o desenvolvimento rural sustentável; na terceira, é destacada a metodologia utilizada; na quarta, são expostos os resultados do estudo; e por fim, na última seção, apresenta-se as considerações finais, além das referências bibliográficas.

6.2 REFERENCIAL TEÓRICO

6.2.1 Capital Social

Para Leis e Cavalcanti (2019), o uso do conceito de capital social apresenta diferenças conceituais e focos de pesquisa diversos entre os autores difusores – Robert Putnam, James Coleman e Pierre Bourdieu. Primeiramente, identifica-se duas correntes interpretativas: a econômica que busca entender os métodos de incrementação de capital social através de ações racionais, desenvolvendo formas de quantificação e construção de indicadores, aproximando-se dessa abordagem dos conceitos de Putnam (1993) e Coleman (1998).

Na corrente sociológica, a segunda, são realçados os aspectos estruturais na constituição ou modificação de práticas vistas como partes do capital social de uma localidade e o foco principal são as redes de relacionamento e a geração de confiança. Bourdieu é o autor que fornece as bases dessa compreensão mais abrangente do capital social.

O conceito de capital social, obteve popularidade a partir do livro de Robert Putnam (1993) *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy* [Comunidade e Democracia: A experiência da Itália moderna, que teve como objetivo entender as disparidades de desenvolvimento entre o norte e sul da Itália, fruto de uma pesquisa interdisciplinar de 20 anos que acompanhou o processo de implantação da descentralização administrativa no país, onde vários estudiosos consideravam que um governo centralizado era menos eficiente na promoção de desenvolvimento, investimento e transparência, modo ineficiente para corrigir as distorções encontradas entre norte e sul em relação ao desenvolvimento econômico, político e social (D'ARAÚJO, 2003).

Segundo Portes (2000), capital social significa para Putnam (1993, p.35), “características de organizações sociais, como as redes, as normas e a confiança, que facilitam a ação e a cooperação com vista a um mútuo benefício”, dando ênfase no carácter coletivo, que evidencia o conceito através da seguinte frase: “trabalhar em conjunto é mais fácil numa comunidade abençoada por um volume substancial de capital social”, identificando que algumas regiões da Itália possuíam organizações comunitárias ativas, que valorizavam a solidariedade, a participação cívica e a integridade, identificando o funcionamento da democracia, o que não acontecia em regiões não cívicas, onde o conceito de cidadania encontrava-se enfraquecido.

Na conceituação de capital de Putnam (1993), de acordo com Albagli e Maciel (2002), estão claras duas hipóteses, primeiramente que as redes e normas estão praticamente

relacionadas e têm efeitos econômicas importantes para a comunidade; e que a confiança facilita a vida social, onde sociedades com altos graus de confiança transformam-se e continuam ricas pela civilidade, e se alcança a confiança quando há um conhecimento recíproco entre os membros de uma comunidade, complementado com forte prática de ação comunitária.

O princípio econômico da ação racional foi incorporado por Coleman (1998), na análise dos sistemas sociais, em que o capital social teria o papel de mecanismo de compreensão da ação social, conciliando aspectos econômicos e sociológicos. Sua pesquisa foi na área da educação, com dados oriundos de jovens do ensino médio, onde tentou demonstrar que o capital social poderia ser empregado para a formação de capital humano, sendo influenciado pelo núcleo familiar dos pesquisados (LEIS e CAVALCANTI, 2019).

Coleman (1998, p.98) tem a seguinte definição de capital social:

O capital social é definido por sua função. Não é uma entidade única, mas uma variedade de entidades diferentes, com dois elementos em comum: todos consistem em algum aspecto de estruturas sociais e facilitam certas ações de atores, sejam pessoas ou atores corporativos - dentro da estrutura.

Em relação as formas de capital social, Coleman (1998, p.102) examinou o que existe nas relações sociais que podem compor recursos de capitais úteis para os indivíduos, sendo a primeira as obrigações, expectativas e confiança, pois em algumas estruturas sociais é fato que “as pessoas estão sempre fazendo coisas uma para as outras”. Essa forma depende de dois elementos, a confiabilidade do ambiente social, onde os favores realizados serão retribuídos e por outro lado que a extensão das obrigações que será assumida.

Segundo Milani (2007), James Coleman define o capital social pela sua função, relacionando-se a uma diversidade de organizações, como o conjunto de apoio familiar, o sistema escolar e as relações de trabalho, com duas características comuns, são formas de estrutura social e oportunizam a algumas ações dos indivíduos que estão dentro dela. Desse modo, Coleman (1990), considera que o capital social se potencializa nas relações entre os indivíduos.

Outra forma de capital social está relacionada aos canais de informação, ou seja, o potencial de informação ligado às relações sociais, pois a informação é importante para prover uma base para a ação, sendo um processo necessário dentro da rede de relacionamento, porém, nem sempre é de fácil absorção, necessitando no mínimo de atenção, que é sempre escassa. A terceira forma está relacionada a normas e sanções efetivas. Quando uma norma existe e é efetiva, representa uma forma poderosa, ainda que, às vezes, frágil de capital social, mas quando

prescrita dentro de uma coletividade onde se deve renunciar o interesse próprio, constitui forma importante de capital social (COLEMAN, 1998).

Para Leis e Cavalcanti (2019), Bourdieu buscou definir a cultura como algo dinâmico e criativo, um acontecimento estruturado, interpretando o mundo social como história acumulada, onde os comportamentos atuais dependem das estruturas construídas no passado, sendo esses comportamentos responsáveis pelas estruturas sociais futuras, considerando o capital social como trabalho acumulado, de natureza cumulativa, não causal, originado de um processo histórico e não mero produto do acaso.

Para Bourdieu (1980, p.67):

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados a posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis.

Milani (2007), reforça que nitidamente não há um único sentido dado ao capital social. Os diversos conceitos buscam englobar algo que é produzido, acumulado e reproduzido no campo das relações sociais, exercendo influência no funcionamento das instituições ou na melhoria dos processos sociais. A definição do termo segue sendo um campo de debates, sobretudo, porque se busca ao mesmo tempo, conciliar a lógica processual das relações sociais com a esfera das políticas e estratégias de desenvolvimento local.

Os autores supracitados corroboram que, capital social se encontra nas relações entre os indivíduos, estas relações iniciam na família, comunidade o que gera relações de vários graus de confiança que podem facilitar o acesso a sustentabilidade por meio da comercialização da produção.

Indica Portes (2000), que estas redes de relacionamentos se fortalecem quando o acesso as estruturas institucionais são abertas a cooperação. Neste contexto, na agricultura familiar as relações próximas estabelecem, muitas vezes, sistemas de cooperação que geram sustentabilidade.

6.2.2 Agricultura familiar e suas formas de geração de Capital Social

A agricultura familiar vem apresentando resultados positivos em relação a produção de alimentos básicos, onde a disponibilização de alimentos internos para a população em épocas

de crise é extremamente importante para o controle inflacionário e equilíbrio da balança comercial. Outros fatores importantes relacionados à agricultura familiar são a manutenção de grande parte de ocupações rurais sob sua responsabilidade e, fora dos aspectos produtivos, a preservação dos recursos naturais e um espaço físico ocupado por pessoas, o que não ocorre quando se compara com o agronegócio que produz basicamente *commodities* em larga escala destinadas à exportação (MATTEI, 2014).

Segundo Abramovay (1999), mais importante que o benefício concedido pelos atributos naturais, de localização ou setoriais é a ocorrência da proximidade social, que permite entre os agentes, uma coordenação capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam, conseqüentemente, transformá-lo em base para empreendimentos inovadores.

Para Ribeiro, Fernandes e Ribeiro (2012), o desenvolvimento local está atrelado a múltiplos fatores, além dos ligados ao mercado, pois existem as questões sociais, culturais e políticas, que são profundamente importantes. Desse modo, o crescimento econômico é uma das variáveis, mas não o bastante para a avaliação do nível de desenvolvimento local, onde a quantificação e a qualificação efetiva do capital social podem contribuir para o entendimento de questões relacionadas ao desenvolvimento local e para a aplicação de políticas públicas específicas para a zona rural.

A percepção de desenvolvimento territorial tem se sustentado na compreensão de que o território é bem mais que uma base física para as relações entre empresas e indivíduos, dispõe de um tecido social, uma organização heterogênea composta por laços que vão além de seus atributos naturais e dos custos de transporte e comunicação, se contrapondo à padrões econômicos que historicamente vem esquecendo a dimensão espacial/territorial do desenvolvimento, dando ênfase as dimensões temporal e setorial (ALENTEJANO, 2015).

Quanto ao meio rural, se entendido simplesmente como base territorial para a atividade agrícola, não se esquivava da fatalidade do esvaziamento social, econômico, político e cultural, pois a construção de novos cenários favoráveis para o desenvolvimento rural tem como base o fortalecimento do capital social dos territórios, muito mais que desenvolver ou promover esta ou aquela atividade econômica (ABRAMOVAY, 1999).

Stoffel e Colognese (2005, p.8), abordam a complexibilidade da diversidade e diversificação na agricultura familiar:

O universo da pequena produção agrícola familiar é extremamente diversificado e complexo. Esta diversidade de atividades reflete na tentativa de adaptação, nem sempre sustentável às condições nas quais está inserida: condições ambientais, disponibilidade de recursos, experiência, cultura, condições impostas pelo mercado e a própria inserção na sociedade. Ou seja, uma mesma forma de organização produtiva

pode ser perfeitamente viável num determinado local e totalmente inviável em outro. Pequenos detalhes podem fazer grande diferença quando se analisa a viabilidade, a rentabilidade e a sustentabilidade desta pequena produção agrícola familiar.

O estudo do capital social e da pluriatividade é de grande importância devida as novas maneiras de ocupação e organização do meio rural, demandando políticas públicas relacionadas à geração de emprego não agrícola no campo, significando novas possibilidades de combate à pobreza rural. Os temas são importantes diante da forma clássica de formulação de políticas regionais, representando inovação perante a participação dos agricultores nas formulações estratégicas para o local (ROCHA, 2016).

Segundo Niederle e Grisa (2008, p.63), em relação a pluriatividade, deve ser considerada a existência de capital social:

É através deste que geralmente os indivíduos acessam outras ocupações. São por meio de conhecidos, parentes e amigos que residem ou exercem atividades nos centros urbanos que, com frequência, os indivíduos passam a exercer atividades não agrícolas. O mesmo ocorre com a pluriatividade de base agrária, onde as contratações usualmente acontecem em virtude de relações de proximidade e vizinhança.

Na agricultura familiar, a agroindustrialização é um marco de transição de uma produção de autoconsumo para uma nova atividade mercantil, além de agregar valor ao produto, ela proporciona um aumento de renda devido a sua forma de comercialização, geralmente por venda direta, diferente de como ocorre a comercialização vegetal e animal, que se dá através de cooperativas agropecuárias. São relevantes nesta estratégia a produção de capital social e humano (NIEDERLE e GRISA, 2008).

Outro modo de geração de capital social está relacionado com as formas de comercialização, e pode-se utilizar o relato de Schneider (2016, p.95), sobre processos sociais e mercado:

Os mercados fazem parte dos processos sociais de produção e reprodução das atividades econômicas e das unidades familiares, influenciam a vida das pessoas, os seus valores e sua cultura, moldam e modificam instituições e são motivo para conflitos, protestos e disputas. Na medida em que os mercados assumem estas características sociais, eles reúnem as condições para serem interpretados como um fato social, que é toda a manifestação de caráter coletivo e coercitivo que influencia as atitudes, os valores e a ação dos indivíduos.

São muitas as formas possíveis de geração de capital social na agricultura familiar, mas é necessária a percepção de seus membros em relação ao pertencimento a esta categoria e a necessidade de luta para o seu reconhecimento e desenvolvimento. Para Santos (2014), a coesão social beneficia a competência de grupos e pessoas de atuar em questões estruturais ou

na eliminação de bloqueios na execução de programas governamentais. Torna-se primordial a construção da vontade coletiva, que sugestiona uma política pública, incentivando ou dificultando a ação em programas governamentais.

6.2.3 Desenvolvimento rural sustentável

O desenvolvimento rural não acontecerá de forma natural como resultado da performance das forças de mercado, mas na construção de políticas apropriadas para promovê-lo, com a necessidade de transformação da perspectiva das elites brasileiras sobre o seu meio rural, de que o esvaziamento social, cultural e demográfico é visto quase sempre como o resultado do próprio desenvolvimento; esquece-se que o meio rural pode desempenhar funcionalidades positivas para a sociedade, pelo processo de descentralização do crescimento econômico e no fortalecimento das cidades médias (ABRAMOVAY, 1998).

Para Alentejano (2015), as dificuldades predominantes ao desenvolvimento rural de base local seriam a falta de confiança dos agricultores na própria capacidade e a ingerência política na ação dos Conselhos de Desenvolvimento Rural, pois as prefeituras consideram esse espaço como rival do executivo. Existe baixa participação da sociedade civil, principalmente jovens e mulheres, além da capacidade restrita de técnicos para tratar com esses novos canais de participação.

O nível de confiança, é citado por Coleman (1990) *apud* Albagli e Maciel (2002) como uma das formas de capital social, considerando sua apresentação em três formas. Inicialmente pelo nível de confiança e a real dimensão das obrigações no ambiente social, eleva-se o capital social onde as pessoas confiam umas nas outras, confiança exercida pela aceitação recíproca de obrigações. As demais formas de constituição de capital social se relacionam com os canais de troca de informações e ideias e, por fim, com as normas e sanções, que estimulam o trabalho dos indivíduos por um bem comum, abdicando de interesses próprios imediatos.

Se o meio rural for considerado somente como base territorial para a produção, não se evitará o drama do esvaziamento social, econômico, político e cultural. “Construir novas situações propícias ao desenvolvimento rural consiste, antes de tudo em fortalecer o capital social dos territórios, muito mais que em promover o crescimento desta ou daquela atividade econômica” (ABRAMOVAY, 1999, p. 17).

Elesbão (2007), considera que o desenvolvimento rural brasileiro, em muitos espaços passa pela compreensão da diversidade e das peculiaridades de cada um, onde reconhecer o potencial de cada local é indispensável para a construção de políticas de desenvolvimento rural;

seguramente em muitos locais será necessário o incentivo a atividades agropecuárias, e as estratégias de desenvolvimento poderão ser compostas por atividades não agrícolas.

A construção do DRS – Desenvolvimento Rural Sustentável, apoia-se na busca de contextos de maior sustentabilidade, fundamentados em dimensões básicas, sendo que as estratégias orientadas ao DRS devem considerar seis dimensões relacionadas entre si: ecológica, econômica, social, cultural, política e ética (COSTABEBER e CAPORAL, 2003).

No Quadro 8 são apresentados os aspectos compreendidos por estas dimensões.

Quadro 8 – Dimensões básicas para estratégias orientadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável

Dimensões	Aspectos das dimensões básicas do DRS
Dimensão ecológica	A manutenção e recuperação da base de recursos naturais – sobre a qual se sustentam e estruturam a vida e a reprodução das comunidades humanas e demais seres vivos– constitui um aspecto central para atingir-se patamares crescentes de sustentabilidade em qualquer agro ecossistema.
Dimensão social	Representa precisamente um dos pilares básicos da sustentabilidade, uma vez que a preservação ambiental e a conservação dos recursos naturais somente adquirem significado e relevância quando o produto gerado nos agros ecossistemas, em bases renováveis, também possa ser equitativamente apropriado e usufruído pelos diversos segmentos da sociedade.
Dimensão econômica	Os resultados econômicos obtidos pelos agricultores são elementos-chave para fortalecer estratégias de DRS. Não obstante, como está também demonstrado, não se trata somente de buscar aumentos de produção e produtividade agropecuária a qualquer custo, pois eles podem ocasionar reduções de renda e dependências crescentes em relação a fatores externos, além de danos ambientais que podem resultar em perdas econômicas no curto ou médio prazos.
Dimensão cultural	Os saberes, os conhecimentos e os valores locais das populações rurais precisam ser analisados, compreendidos e utilizados como ponto de partida nos processos de desenvolvimento rural que, por sua vez, devem espelhar a “identidade cultural” das pessoas que vivem e trabalham em um dado agro ecossistema. A agricultura, nesse sentido, precisa ser entendida como atividade econômica e sociocultural – uma prática social – realizada por sujeitos que se caracterizam por uma forma particular de relacionamento com o meio ambiente
Dimensão política	A dimensão política da sustentabilidade tem a ver com os processos participativos e democráticos que se desenvolvem no contexto da produção agrícola e do desenvolvimento rural, assim como com as redes de organização social e de representações dos diversos segmentos da população rural.
Dimensão ética	A dimensão ética da sustentabilidade se relaciona diretamente com a solidariedade intra e intergeracional e com novas responsabilidades dos indivíduos com respeito à preservação do meio ambiente.

Fonte: COSTABEBER e CAPORAL, (2003), adaptado pelo autor.

Segundo Costabeber e Caporal (2003, p.2), a partir do Relatório de Brundtland (1987), surge um conceito oficial de Desenvolvimento Sustentável, onde o crescimento econômico passa a ser comparado com a definição de sustentabilidade e se dissemina a ideia de que, para ser sustentável, o desenvolvimento precisa conciliar crescimento econômico, distribuição da riqueza e preservação ambiental, tarefa tida por muitos como inviável ou mesmo impossível; desse modo o “desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades”.

Para Sachs (1994), em sua proposição do conceito de desenvolvimento sustentável, seria um desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente correto, isto significa que deve atender às dimensões social, econômica e ambiental, sendo debatido numa visão multidimensional que vincula aspectos econômicos, políticos, éticos, sociais, culturais e ecológicos.

No estudo de Almeida (1995), quanto a ideia de desenvolvimento sustentável, a direção ideal a ser adotada seria aquela em que houvesse atendimento às necessidades dos grupos sociais a partir da gestão democrática da diversidade, sem distanciamento da sociedade; a direção do desenvolvimento sustentável deixa de ser linear e única, e passa a reconhecer a conexão de diferentes formas de organização e demandas como base, suporte a uma sustentabilidade verídica.

Busca-se um modelo de desenvolvimento repleto de alternativas, aptos a desafiar com novas respostas a crise social e ambiental. Desse modo, é necessário gerar um desenvolvimento que tenha como razão principal a prioridade social, modificando através da participação política, cidadãos excluídos e marginalizados, uma efetiva chance para a reorganização coerente da sociedade, buscando à sustentação da vida e a manutenção de sua diversidade plena (ALMEIDA, 1995).

6.3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório, descritivo e analítico das informações extraídas do banco de dados e relatórios do “Projeto de Agricultura Orgânica na BP3”, trabalho conduzido e desenvolvido pela Biolabore - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná, em conjunto com a Itaipu Binacional.

A BP3 - Bacia do Paraná 3, está localizada no extremo Oeste do Paraná, onde a Biolabore, através de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural, durante o período de 04/2015 a 04/2018, através do Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável - Programa Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional, atendeu 535 unidades de agricultura familiar com potencialidade agroecológica em vários municípios da região, as informações de produção e renda referem-se ao período de 2015.

Fizeram parte do estudo 200 unidades de agricultura familiar distribuídas por vários municípios da BP3, na Costa Oeste do Paraná, esse agrupamento apresenta proximidade geográfica, características climáticas, tipos de solo similares e semelhanças nos sistemas produtivos. Segundo a Águas Paraná (2014) não há distinções significativas de solo e clima na região estudada, conforme demonstrado no relatório ‘Plano da Bacia Hidrográfica do Paraná 3 – Características gerais da bacia’, realizado em conjunto pela Unioeste, Itaipu, Águas Paraná e Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraná 3, assim optou-se por esta amostra aleatória.

Os resultados são baseados nas 200 unidades familiares estudadas, o que representa 95% de confiança numa margem de erro de 5,5%, conforme a Fórmula 1 como base para cálculo amostral, onde n é a amostra calculada, N é a população, Z a variável normalmente padronizada associada ao nível de confiança, p a verdadeira probabilidade do evento e o erro amostral.

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)} \quad (1)$$

O capital social dessas unidades familiares foi medido de acordo com variáveis relacionadas a família, integração social e produção e comercialização, para o cálculo do ICS – Índice de Capital Social, utilizou-se a proposta de Khan e Silva (2002) que matematicamente pode ser definida da seguinte forma:

$$ICS = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left[\frac{\sum_{i=1}^m E_{ij}}{\sum_{i=1}^m E_{max_i}} \right] \quad (2)$$

Já a contribuição de cada variável no ICS das unidades familiares foi alcançada da seguinte maneira:

$$C_i = \frac{\sum_{j=1}^m E_{ij}}{\sum_{i=1}^m \sum_{j=1}^n E \max_i} \quad (3)$$

Onde: ICS = Índice de capital social; E_{ij} = escore do i -ésimo indicador obtido pelo j -ésimo unidades familiares; $E \max_i$ = escore máximo do i -ésimo indicador; C_i = contribuição do indicador “ i ” no índice de capital social; $i = 1, \dots, m$, número de indicadores; $j = 1, \dots, n$, número de unidades familiares.

Quanto mais próximo de 1 o valor do ICS, maior vai ser considerado o nível de acumulação de capital social nas unidades familiares, para a verificação desse nível de acumulação utilizou-se de acordo com Khan e Silva (2002) os seguintes critérios:

- a. Baixo nível de acumulação de capital social $0 < ICS \leq 0,5$
- b. Médio nível de acumulação de capital social $0,5 < ICS \leq 0,8$
- c. Alto nível de acumulação de capital social $0,8 < ICS \leq 1$

Após a composição do ICS das unidades familiares, as variáveis utilizadas (família, integração social, produção e comercialização) foram relacionadas com as dimensões ecológica, social, econômica, cultural, política e ética, voltadas para estratégias orientadas ao DRS – Desenvolvimento Rural Sustentável. Neste sentido, as variáveis do DRS relacionadas, foram, crescimento econômico, distribuição de renda e preservação ambiental).

Os resultados foram alcançados através de análises efetivadas por estatística descritiva e utilizadas tabelas de frequências, tabelas de referências cruzadas, teste de normalidade de variáveis, correlação de variáveis e redes sociais.

6.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Levando em consideração que o capital social pode ter como fonte a interação do próprio núcleo familiar, na Tabela 55, encontram-se as variáveis que indicam a possibilidade da reprodução social dessas famílias. Inicialmente, verifica-se uma mudança nos padrões sucessórios dessas unidades, pois não existe diferença expressiva em relação ao grupo de unidades que indicou possuir mais de três membros residentes, bem como a existência de filhos residentes, o que pode afetar a idealização de projetos futuros.

De acordo com Anjos, Caldas e Costa (2006), na sucessão da agricultura familiar, não há somente transferência de patrimônio ou de capital imobilizado, estão envolvidos também um efetivo código cultural que direciona escolhas e métodos a pelo menos um dos sucessores para que se possa reproduzir a situação original.

Foram levantadas também as informações dos extremos da pirâmide etária das famílias, jovens menores de 14 anos e membros com mais de 60 anos, observando que não há excessiva participação de jovens ou idosos nessas unidades, porém, a presença de membros nessas duas faixas podem ser consideradas como variáveis potencializadores de capital social, os jovens pela possibilidade de adquirirem conhecimentos, competências e habilidades dos mais antigos em relação as práticas agrícolas relacionadas com a agricultura familiar, contribuindo para uma possível e futura gestão da propriedade.

Outro ponto que merece destaque é a intenção dos filhos em manter vínculo com a propriedade, visto que existe uma população jovem e que provavelmente ainda não decidiu sobre a sua permanência no campo, sendo necessária uma análise sobre as suas características, oferecendo oportunidades que lhes despertem o desejo de continuidade na agricultura familiar sem isolamento social.

Os relacionamentos familiares associados aos trabalhos desenvolvidos, são agentes causadores da condição socioeconômica da família rural, onde a juventude colabora de forma decisiva com a mão de obra ao acesso, junção e constituição de novas fontes de renda, considerando-se a perspectiva do investimento em capital social e a viabilidade produtiva no desenvolvimento do meio rural (DEGGERONE; DA SILVA LAROQUE e BARDEN, 2014). Quanto ao processo de envelhecimento, Anjos et al. (2006), relata que é consequência do acréscimo da esperança de vida da população rural, em conjunto com a diminuição da participação da juventude rural.

Tabela 55 – Variáveis indicadoras de existência de Capital Social das unidades familiares vinculadas a família

Variáveis indicadoras		Não (0)	Sim (1)	TOTAL
FAMILIA	Existem mais que dois membros residentes na unidade familiar?	88	112	200
		44,0%	56,0%	100%
	Existem filhos residentes na unidade familiar?	84	116	200
		42,0%	58,0%	100%
	Possuem filhos menores que 14 anos que podem absorver capital humano?	149	51	200
		74,5%	25,5%	100%
	Possuem membros com mais de 60 anos que podem fornecer capital humano?	127	73	200
		63,5%	36,5%	100%
	Possuem filhos com pretensão de manter vínculos com a propriedade?	122	78	200
		61,0%	39,0%	100%
Existe indícios de pluriatividade na unidade familiar, com geração de renda extra agrícola?	138	62	200	
	69,0%	31,0%	100%	
Possuem membros com ensino médio completo ou incompleto?	88	112	200	
	44,0%	56,0%	100%	
Possuem membros com ensino superior completo ou incompleto?	159	41	200	
	79,5%	20,5%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Quanto à variável pluriatividade, foram encontrados indícios de existência em parte das unidades familiares. Considerando que a pluriatividade está relacionada a fatores externos, encontrados no ambiente econômico social onde estas unidades estão inseridas, é também uma forma de geração de capital social, através de relações fora da propriedade, representando em alguns casos uma estratégia de reprodução social da agricultura familiar.

Para Schneider (2001), a combinação permanente entre atividades agrícolas e não agrícolas na mesma família define a pluriatividade, podendo ser um meio pelo qual a família faz uso para a reprodução social do grupo ou também representar uma estratégia individual, servindo para satisfazer projetos coletivos ou como resposta a decisões individuais.

Em relação as variáveis vinculadas a escolaridade, identificou-se que é predominante os níveis médios de ensino entre as unidades, sabe-se que as gerações mais antigas apresentam atraso educacional, onde as oportunidades de ensino superior acabem sendo relacionadas aos mais jovens, porém, a existência de membros com os níveis de escolaridade elencados favorecem a presença de capital humano, fator propulsor de desenvolvimento, consequentemente favorecendo o surgimento de capital social.

Verifica-se que o capital humano e o nível educacional, representam variáveis totalmente ligadas a percepção de capital social, sendo um diferencial para as análises de desenvolvimento na agricultura, através da observação das relações entre os fatores de produção, capital e trabalho (BIALOSKORSKI NETO, 2008; BIALOSKORSKI NETO, 1998

apud BIALOSKORSKI NETO, 2008). Variáveis como a escolaridade e a experiência do produtor, ambas representando capital humano, apresentaram correlações significativas e positivas quanto comparadas com a eficiência produtiva agrícola (VICENTE, 1999 *apud* BIALOSKORSKI NETO, 2008).

O segundo nível das variáveis escolhidas se relaciona com a integração social das unidades familiares, onde foram levantadas, conforme a Tabela 56, as características da sua organização social, identificando que a participação mais efetiva está relacionada com as instituições religiosas, cooperativas e associações; quanto ao associativismo, representam a participação em maior grau as associação de produtores, seguida pelas associações comunitárias, porém, quando levantadas as informações sobre o grau de participação nessas entidades, verifica-se baixa representatividade dos membros em funções mais atuantes.

Segundo o estudo de Galvão, Pimenta, Pereira e Duarte (2006), o Capital Social inclui as relações sociais na agenda do desenvolvimento, as vincula aos resultados econômicos, é um amparo aos excluídos no meio rural por promover o aumento na participação em processos de desenvolvimento e tomada de decisão; é um bem público, produzido como subproduto das relações sociais, onde organizações governamentais ou não, setor privado, grupos comunitários, cooperativas, grupos religiosos, entre outros, são sujeitos essenciais para a sua formação.

Tabela 56 – Variáveis indicadoras de existência de Capital Social das unidades familiares vinculadas a integração social

Variáveis indicadoras		Não (0)	Sim (1)	TOTAL
INTEGRAÇÃO SOCIAL	Na unidade familiar algum membro participa de instituições religiosas?	42	158	200
		21,0%	79,0%	100,0%
	Na unidade familiar algum membro participa de cooperativas?	59	141	200
		29,5%	70,5%	100,0%
	Na unidade familiar algum membro participa de associações?	36	164	200
		18,0%	82,0%	100,0%
	Na unidade familiar algum membro participa de sindicatos?	127	73	200
	63,5%	36,8%	100,0%	
Na unidade familiar algum membro participa de conselhos municipais?	191	9	200	
	95,5%	4,5%	100,0%	
Na unidade familiar algum membro exerce alguma função perante os agentes de organização e interação social?	125	75	200	
	62,5%	37,5%	100,0%	

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Pela análise dos índices encontrados, pode-se observar que a representação política dessas unidades é baixa, o que dificulta uma construção democrática de políticas públicas efetivas para a agricultura familiar, pela falta de debates entre os agricultores e o Estado.

De acordo com De Moura (2007), por si só a oficialização dos conselhos municipais retrata um progresso, pois abre espaços para a participação de representantes da sociedade nas discussões políticas, que não faziam parte da vida dessas pessoas. Abramovay (2001) *apud* De Moura (2007), não rejeita essa constatação, porém, adverte sobre a desigualdade na distribuição do poder nos conselhos, pois, às vezes a falta de conhecimento técnico dos agricultores familiares, seja pelas funções burocráticas ou por não entender a máquina administrativa do Estado, torna os mesmos submissos ao poder dos representantes do Estado.

Na Tabela 57, foram consideradas as variáveis vinculadas a produção e comercialização, onde devido a potencialidade agroecológica ser a característica principal do universo da pesquisa, verifica-se que quase a totalidade já apresentava práticas relacionadas a agroecologia. Essa variável é importante no potencial de geração de capital social, pois nessa prática de agricultura estão incorporadas além de questões ambientais e éticas, também as questões sociais, políticas e culturais.

O que deve ser considerado e chama a atenção, é que no momento da caracterização o acesso a assistência técnica não contemplava grande parte das unidades, comprometendo o acesso a informações e recursos, destinados ao aperfeiçoamento dos sistemas produtivos e conseqüentemente a melhoria de renda e qualidade de vida dos membros dessas unidades.

Quanto a importância da agroecologia na potencialização do capital social, utiliza-se da contribuição da pesquisa de Zonin (2007) que fornece um significado amplo sobre o tema:

A agroecologia e a transição agroecológica redesenham os sistemas de produção, comercialização e organização da sociedade que produz e consome, em novas bases socioeconômicas, socioculturais, ecológicas e técnicas, onde, a solidariedade, a ética, a sustentabilidade social e ambiental, andam juntas, redesenhando e redefinindo o mercado (ZONIN, 2007, P. 37).

Segundo Leff (2002, p.42) “a agroecologia convoca a um diálogo de saberes e intercâmbio de experiências; a uma hibridação de ciências e técnicas; a uma interdisciplinaridade.”

Sobre as atividades produtivas, identificou-se que as unidades familiares em grande maioria possuem mais de uma atividade não relacionada a *commodities* (milho e soja), encontrando um processo de diversificação na produção e conseqüentemente econômica, o que contribui para ampliar a renda e canais de comercialização, diminuindo riscos encontrados nas especializações produtivas ou exclusivamente na produção de *commodities* em escala.

Outro indicador importante encontrado é a introdução por parte das unidades familiares da prática da agroindustrialização, demonstrando mais uma alternativa na

composição de renda e utilização de mão de obra da família, utilizando-se de técnicas e conhecimentos para agregação de valor aos produtos.

A existência de capital social na agroindustrialização está na possibilidade da venda direta aos consumidores, organizando-se nos espaços locais, mobilizando várias redes de comercialização com ênfase nos laços de parentesco, amizade e confiança, reativando vínculos sociais e construindo mercados diferenciados. Em relação ao capital humano, esse é potencializado pelos encontros técnicos, palestras, cursos e dias de campo relacionados a capacitação e apresentação de novas técnicas de transformação e agregação de valor aos alimentos (NIEDERLE e GRISA, 2008).

Tabela 57 – Variáveis indicadoras de existência de Capital Social das unidades familiares vinculadas a produção e comercialização

Variáveis indicadoras		Não (0)	Sim (1)	TOTAL
PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	Possui práticas agroecológicas na propriedade?	18	182	200
		9,0%	91,0%	100,0%
	Possui assistência técnica especializada de alguma entidade?	148	52	200
		74,0%	26,0%	100,0%
	Possui mais de uma atividade produtiva na unidade familiar, não relacionada a commodities?	71	129	200
		35,5%	64,5%	100,0%
	Possui processo de agroindustrialização na unidade familiar?	141	59	200
		70,5%	29,5%	100,0%
	Possui mais de um canal de comercialização?	64	136	200
		32,0%	68,0%	100,0%
Relaciona-se com mercados locais, os circuitos curtos de comercialização (feira e venda direta)?	59	141	200	
	29,5%	70,5%	100,0%	
Relaciona-se com mercados institucionais, compras governamentais (PAA e PNAE)	122	78	200	
	61,0%	39,0%	100,0%	

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

As possibilidades e maneiras de comercialização da produção também foram consideradas variáveis significativas para a geração de capital social, pois, por meio da comercialização pode-se promover o fortalecimento das relações sociais, impulsionando a cooperação e o associativismo. Constatou-se que grande parte das unidades apresentam mais de um canal de comercialização e tem relação com mercados locais e circuitos curtos de comercialização como feiras e vendas diretas, já a participação nos mercados institucionais é bem menos abrangente, devendo ser avaliado e identificado o porquê da baixa adesão dos agricultores.

Para Schneider (2016), em mercados de proximidade, onde a relação entre os agentes se dá em nível pessoal, são criados mecanismos de controle baseados na confiança e amizade,

contribuindo para a construção social e do capital social através das relações sociais pelas trocas de mercadorias de forma física e local, onde as instituições que regulam, governam e coordenam estas ações estão fundamentadas em relações interpessoais.

Segundo a pesquisa de Azevedo (2016), a manutenção das Associações de Desenvolvimento Comunitário é fruto das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, tal como o Pronaf, PAA e PNAE, pois é através destas entidades que se viabiliza a participação dos agricultores familiares nos referidos programas estatais, podendo inferir que o conjunto de políticas públicas também contribui para o fortalecimento do Capital Social.

O estudo de Rocha (2015), sobre mercados institucionais e capital social, relata que o PAA produziu mudanças significativas na esfera no qual se formam e atuam as organizações de produtores, permitindo o ingresso de recursos financeiros através da oferta regular de alimentos, com preços competitivos e garantia de compra. Promoveu avanços consideráveis nas organizações coletivas e na realidade dos produtores de forma individual (qualidade de vida).

São demonstrados na Tabela 58, após a análise dos quantitativos de todas as variáveis e o processamento através da fórmula do ICS – Índice de Capital social, de forma individualizada os indicadores das unidades familiares, demonstrando que poucas unidades apresentaram alto nível de ICS ($0,8 < ICS \leq 1$) (2,5%), ficando a maioria dos casos classificados com baixo nível ICS ($0 < ICS \leq 0,5$) (52,5%), contudo é considerável a quantidade que apresentou nível médio de ICS ($0,5 < ICS \leq 0,8$) (45,0%).

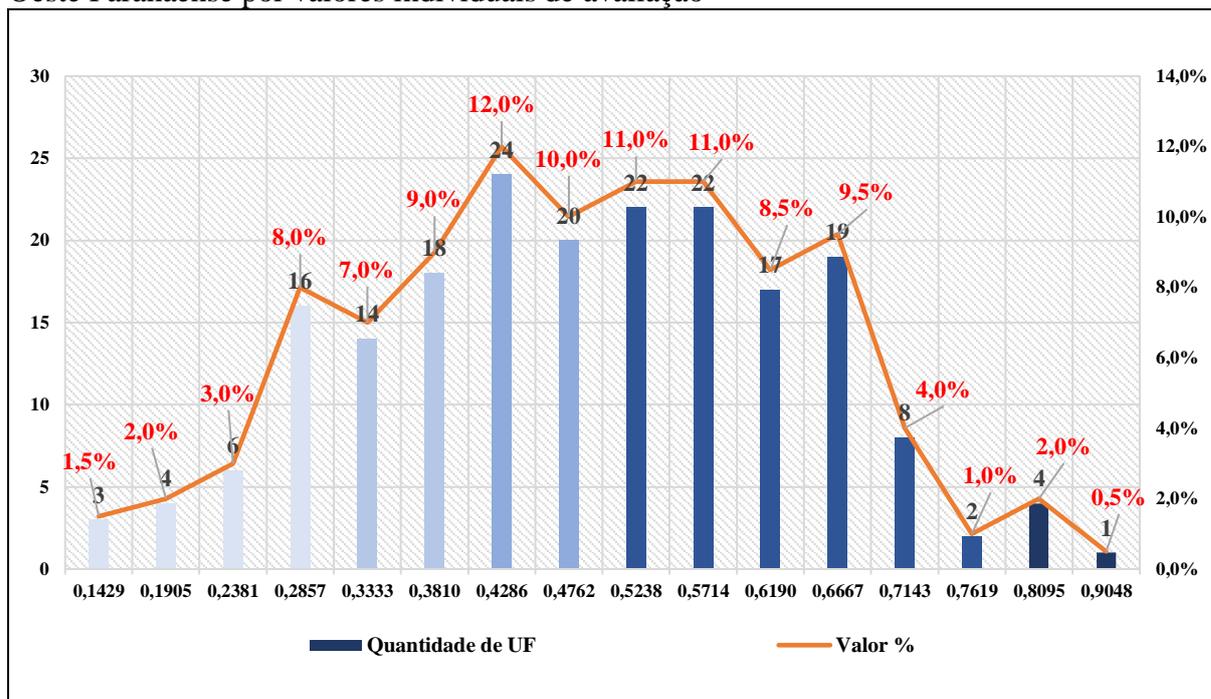
Tabela 58 – ICS – Índice de Capital Social por critério de avaliação das unidades familiares da Costa Oeste Paranaense

Níveis do ICS	Critério de avaliação	Quantidade	%
Baixo nível do ICS	$0 < ICS \leq 0,5$	105	52,5%
Médio nível do ICS	$0,5 < ICS \leq 0,8$	90	45,0%
Alto nível do ICS	$0,8 < ICS \leq 1$	5	2,5%
TOTAL		200	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

No Gráfico 1, encontra-se a distribuição dos ICS das unidades por escalas crescentes, onde (22%), dentro do critério de avaliação de baixo nível do ICS ($0 < ICS \leq 0,5$) correspondente a 44 unidades familiares, apresentam valores superiores a 0,4, indicando que existe um quantitativo significativo de unidades que se encontram em um nível de transposição de escala de ICS de baixo para médio, necessitando uma análise individual das variáveis indicadoras de ICS que foram relacionadas a estas propriedades.

Gráfico 1 – Distribuição do ICS – Índice de Capital Social das unidades familiares da Costa Oeste Paranaense por valores individuais de avaliação



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Na Tabela 59, encontra-se o ICS geral das unidades, correspondente a **0,4860**, dentro do critério de avaliação de baixo nível do ICS ($0 < \text{ICS} \leq 0,5$). Deve-se efetuar uma análise das variáveis que compuseram o ICS geral, as variáveis que mais contribuiram para a composição do indicador a existência de práticas agroecológicas relacionado a produção, a participação em associações (comunitárias e de produtores) e também em instituições religiosas relacionados a interação social.

Ainda com valores significativos, pode-se verificar variáveis relacionadas a comercialização através da relação das unidades com mercados locais e circuitos curtos de comercialização (feira e venda direta) e quantidade de canais de comercialização; a integração social nesse caso é fortemente representada pela participação em cooperativas; quanto a produção agrícola, o peso favorável na composição do indicador foi representado pela diversificação encontrada nas unidades, excluindo-se as *commodities*.

Na sequência, encontram-se variáveis relacionadas a família, que indicam a possibilidade de geração de capital social em seu núcleo familiar, por existir filhos residentes nas unidades, pela constatação de que boa parte das famílias ainda apresentam mais de dois membros residentes e pela existência de capital humano representado pelo nível de escolaridade.

Quanto a diminuição da relevância das variáveis na composição do ICS geral, foram identificadas em relação a família a pretensão dos filhos em manter vínculo com a propriedade, variável que pode apresentar alteração em relação ao tempo, pois muitos consideram que os filhos são muito jovens para essa afirmação ou decisão e, no outro extremo, a presença de pessoas idosas, capazes de fornecer capital humano através das experiências já vividas no meio rural. A pluriatividade dos membros também se enquadra nessa mesma escala.

Relacionado a integração social, houve a constatação da baixa participação em sindicatos e mesmo quando há participação em entidades, não há o exercício expressivo em funções de destaque, diminuindo a importância dessas variáveis na composição do ICS geral. Na variável relacionada a comercialização, a participação em mercados institucionais como o PAA e PNAE foi a variável encontrada com baixa representatividade. Como é conhecido que a participação nessas políticas públicas eleva o ICS, seria necessário um levantamento sobre o que leva esses agricultores a aderir ou não a esses programas dentro de suas características produtivas.

Tabela 59 – ICS – Índice de Capital Social geral das unidades familiares da Costa Oeste Paranaense

Variáveis para cálculo do ICS	ICS	VA %	VR %
Possui práticas agroecológicas na propriedade?	0,04333	8,9%	8,9%
Na unidade familiar algum membro participa de associações?	0,03905	8,0%	16,9%
Na unidade familiar algum membro participa de instituições religiosas?	0,03762	7,7%	24,6%
Relaciona-se com mercados locais, os circuitos curtos de comercialização (feira e venda direta)?	0,03357	6,9%	31,5%
Na unidade familiar algum membro participa de cooperativas?	0,03333	6,9%	38,4%
Possui mais de um canal de comercialização?	0,03238	6,7%	45,1%
Possui mais de uma atividade produtiva na unidade familiar, não relacionada a commodities?	0,03071	6,3%	51,4%
Existem filhos residentes na unidade familiar?	0,02762	5,7%	57,1%
Existem mais que dois membros residentes na unidade familiar?	0,02667	5,5%	62,6%
Possuem membros com ensino médio completo ou incompleto?	0,02667	5,5%	68,1%
Possuem filhos com pretensão de manter vínculo com a propriedade?	0,01857	3,8%	71,9%
Relaciona-se com mercados institucionais, compras governamentais (PAA, PNAE)?	0,01857	3,8%	75,7%
Na unidade familiar algum membro exerce alguma função perante os agentes de org. e interação social?	0,01786	3,7%	79,4%
Possuem membros com mais de 60 anos que podem fornecer capital humano?	0,01738	3,6%	83,0%
Na unidade familiar algum membro participa de sindicatos?	0,01738	3,6%	86,6%
Existe pluriatividade na unidade familiar, com geração de renda extra agrícola?	0,01476	3,0%	89,6%
Possui processo de agroindustrialização na unidade familiar?	0,01405	2,9%	92,5%
Possui assistência técnica especializada de alguma entidade?	0,01238	2,5%	95,0%
Possuem filhos menores que 14 anos que podem absorver capital humano?	0,01214	2,5%	97,5%
Possuem membros com ensino superior completo ou incompleto?	0,00976	2,1%	99,6%
Na unidade familiar algum membro participa de conselhos municipais?	0,00214	0,4%	100,0%
ICS - ÍNDICE DE CAPITAL SOCIAL	0,4860	100%	

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Duas variáveis que menos contribuíram para o ICS têm relação com a produção, representada pela baixa agroindustrialização e o recebimento de assistência técnica pelas unidades. Pode-se inferir que são variáveis que dependem da ação primeiramente do Estado,

pela implantação de políticas públicas que ofereçam oportunidades a essas unidades, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida através da otimização de seus sistemas produtivos e gerando outras oportunidades de renda dentro de suas propriedades.

Ainda nesse grupo, as variáveis relacionadas com a família estão relacionadas com a baixa representatividade de jovens menores de 14 anos nas unidades, o que gera vários questionamentos em relação à sucessão familiar e também a questão do atraso educacional dos mais velhos, os quais não tiveram interesse ou oportunidade de ingresso no ensino superior, porém, a questão temporal também pode mudar o panorama desse indicador, pois a população mais jovem pode no decorrer dos anos ingressar no ensino superior e fortalecer o capital humano e ao longo do tempo contribuir para o aumento do ICS.

A variável que mais chamou a atenção dentre todas, refere-se à integração social e representação política dessas unidades pelos seus membros, pela falta de participação nos conselhos municipais de desenvolvimento, já que são através deles que se garante a reprodução e sustentabilidade da agricultura familiar, propondo ativamente ações de desenvolvimento para o meio rural aos governos locais.

Alentejano (2015) relata as dificuldades sobre a representação política dos agricultores que pode ter relação com os indicadores encontrados:

Assim, no caso brasileiro, os principais obstáculos ao desenvolvimento rural de base local seriam a falta de confiança dos agricultores em sua própria capacidade a ingerência política na dinâmica dos Conselhos de Desenvolvimento Rural, a resistência das prefeituras que veem esses espaços como concorrentes do executivo, a baixa participação da sociedade civil, principalmente jovens e mulheres, e a limitada capacidade dos técnicos para lidar com esses novos canais de participação (ALENTEJANO, 2015, p.13).

Após as análises do ICS de maneira escalonada e geral, podem ser observadas na sequência, as referências cruzadas com diversas variáveis, que contribuem para um melhor entendimento de como se comportam essas unidades em relação ao tema. Inicialmente, na Tabela 60, observa-se a relação que o indicador tamanho da família tem com a potencialização do ICS, pois a concentração nos níveis médio e alto aumentam, quando relacionados a famílias acima de dois membros residentes.

Outra constatação é que a idade média familiar também interfere no ICS, sendo que as famílias com idade média mais jovens potencializam o ICS. É bem provável que a disposição dos membros dessas unidades em relação ao interesse de integração social e métodos de produção e comercialização possam ser os fatores determinantes.

Tabela 60 – ICS – Índice de Capital Social por critério de avaliação das unidades familiares da Costa Oeste Paranaense em relação ao tamanho e idade média da família

Tamanho da família					Idade média da família					
	Baixo ICS	Médio ICS	Alto ICS	TOTAL		Baixo ICS	Médio ICS	Alto ICS	TOTAL	
Até 2 membros	Contagem	76	12	0	88	Contagem	17	28	2	47
	% Família	86,4%	13,6%	0,0%	100,0%	% Idade	36,2%	59,6%	4,3%	100,0%
	% ICS	72,4%	13,3%	0,0%	44,0%	% ICS	16,2%	31,1%	40,0%	23,5%
	% Total	38,0%	6,0%	0,0%	44,0%	% Total	8,5%	14,0%	1,0%	23,5%
Acima de 2 a 4 membros	Contagem	21	60	3	84	Contagem	63	58	3	124
	% Família	25,0%	71,4%	3,6%	100,0%	% Idade	50,8%	46,8%	2,4%	100,0%
	% ICS	20,0%	66,7%	60,0%	42,0%	% ICS	60,0%	64,4%	60,0%	62,0%
	% Total	10,5%	30,0%	1,5%	42,0%	% Total	31,5%	29,0%	1,5%	62,0%
Acima de 4 membros	Contagem	8	18	2	28	Contagem	25	4	0	29
	% Família	28,6%	64,3%	7,1%	100,0%	% Idade	86,2%	13,8%	0,0%	100,0%
	% ICS	7,6%	20,0%	40,0%	14,0%	% ICS	23,8%	4,4%	0,0%	14,5%
	% Total	4,0%	9,0%	1,0%	14,0%	% Total	12,5%	2,0%	0,0%	14,5%
TOTAL	Contagem	105	90	5	200	Contagem	105	90	5	200
	% Família	52,5%	45,0%	2,5%	100,0%	% Idade	52,5%	45,0%	2,5%	100,0%
	% ICS	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	% ICS	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% Total	52,5%	45,0%	2,5%	100,0%	% Total	52,5%	45,0%	2,5%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A Tabela 61 apresenta as referências cruzadas do ICS em relação a quantidade de membros residentes nas unidades familiares com o ensino médio e superior e o número de atividades produtivas encontradas nas propriedades.

Levando em consideração a variável ensino, percebe-se que a presença de membros relacionados com o ensino médio ou superior fortalece o capital social através da presença de capital humano e proporciona aumento do ICS quando há acréscimo de membros nessa condição.

Observando a variável quantidade de atividades produtivas, identificou-se que quando há uma única atividade, provavelmente especializações produtivas, o ICS é predominantemente baixo. A partir da diversificação dessas atividades, encontra-se uma classificação de ICS considerável as escalas superiores.

Cazella e Mattei (2002), defendem a ideia de que a diversificação de atividades é responsável pela criação de capital social, estimulando o desenvolvimento dos territórios:

[...] a presença de agricultores familiares diversificados, que transformam e vendem de forma direta ou a totalidade da produção e que auxiliam na ampliação das atividades de lazer e de vida local, contribui de forma decisiva para a criação de um capital social capaz de transformar o espaço local banal num território de desenvolvimento. (CAZZELA; MATTEI, 2002, p. 17).

Tabela 61 – ICS – Índice de Capital Social por critério de avaliação das unidades familiares da Costa Oeste Paranaense em relação a grau de ensino dos membros e número de atividades produtivas

Membros relacionados a ensino médio e superior					Número de atividades produtivas						
	Baixo ICS	Médio ICS	Alto ICS	TOTAL		Baixo ICS	Médio ICS	Alto ICS	TOTAL		
Nenhum membro	Contagem	54	17	0	71	1 atividade	Contagem	42	10	2	54
	% Membros	76,1%	23,9%	0,0%	100,0%		% Atividade	77,8%	18,5%	3,7%	100,0%
	% ICS	51,4%	18,9%	0,0%	35,5%		% ICS	40,0%	11,1%	40,0%	27,0%
	% Total	27,0%	8,5%	0,0%	35,5%		% Total	21,0%	5,0%	1,0%	27,0%
Até dois membros	Contagem	44	57	3	104	De 2 a 3 atividades	Contagem	47	49	2	98
	% Membros	42,3%	54,8%	2,9%	100,0%		% Atividade	48,0%	50,0%	2,0%	100,0%
	% ICS	41,9%	63,3%	60,0%	52,0%		% ICS	44,8%	54,4%	40,0%	49,0%
	% Total	22,0%	28,5%	1,5%	52,0%		% Total	23,5%	24,5%	1,0%	49,0%
Acima de dois membros	Contagem	7	16	2	25	Acima de 3 atividades	Contagem	16	31	1	48
	% Membros	28,0%	64,0%	8,0%	100,0%		% Atividade	33,3%	64,6%	2,1%	100,0%
	% ICS	6,7%	17,8%	40,0%	12,5%		% ICS	15,2%	34,4%	20,0%	24,0%
	% Total	3,5%	8,0%	1,0%	12,5%		% Total	8,0%	15,5%	0,5%	24,0%
TOTAL	Contagem	105	90	5	200	TOTAL	Contagem	105	90	5	200
	% Membros	52,5%	45,0%	2,5%	100,0%		% Atividade	52,5%	45,0%	2,5%	100,0%
	% ICS	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		% ICS	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% Total	52,5%	45,0%	2,5%	100,0%		% Total	52,5%	45,0%	2,5%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

De acordo com algumas variáveis analisadas, há também a necessidade de uma verificação nas possibilidades de acréscimos de valores econômicos. Na Tabela 62, o cruzamento de dados é entre o ICS e a renda bruta total anual (renda agrícola, extra agrícola e aposentadoria) e ICS com somente a renda agrícola da propriedade. Tendo em vista os aspectos observados, percebe-se que nas unidades com renda anual até R\$ 20.000,00 em ambos os grupos, a concentração está na faixa de ICS baixo.

Na faixa de renda acima de R\$ 20.000,00 até R\$ 50.000,00, quando relacionados com a renda total há a mesma percepção, porém, somente com a renda agrícola há uma divisão das unidades entre as faixas de baixo e médio ICS, indicando maior interferência quando relacionado somente com a renda gerada na propriedade; porém, é visível a elevação do ICS respectivamente, quando comparadas as propriedades com renda bruta anual total e agrícola acima de R\$ 50.000,00.

Em relação a renda agrícola, Silva, Simioni e Talamini (2009), afirmam que nas famílias rurais, ela é definida não apenas pelas características das propriedades rurais e atividades agrícolas nelas geradas, mas também por atividades não agrícolas, cada vez mais presentes no meio rural.

A renda das unidades familiares tem relação com o capital social, pois provém também de suas relações sociais, capacidade de gestão da propriedade e pluriatividade. Tendo em vista estes aspectos, percebe-se de acordo com Perondi (2007) *apud* Silva et al. (2009), que a origem da renda dessas famílias pode ter inúmeras fontes, como a agrícola originada pela prática das

atividades agropecuárias; a para-agrícola pela transformação de alimentos e produtos; a transferência externa por aposentadorias e pensões; a não agrícola pela ocupação fora da unidade de produção; serviços por trabalho temporário e de outras fontes como juros, doações e aluguel.

Tabela 62 – ICS – Índice de Capital Social por critério de avaliação das unidades familiares da Costa Oeste Paranaense em relação a renda bruta anual total e agrícola

Renda bruta total anual					Renda bruta agrícola anual						
		Baixo ICS	Médio ICS	Alto ICS	TOTAL		Baixo ICS	Médio ICS	Alto ICS	TOTAL	
	Contagem	16	10	0	26		52	22	1	75	
Até R\$ 20.000,00	% Renda	61,5%	38,5%	0,0%	100,0%	Até R\$ 20.000,00	% Renda	69,3%	29,3%	1,3%	100,0%
	% ICS	15,2%	11,1%	0,0%	13,0%		% ICS	49,5%	24,4%	20,0%	37,5%
	% Total	8,0%	5,0%	0,0%	13,0%		% Total	26,0%	11,0%	0,5%	37,5%
Acima de R\$ 20.000,00 até R\$ 50.000,00	Contagem	53	20	1	74	Acima de R\$ 20.000,00 até R\$ 50.000,00	Contagem	27	27	0	54
	% Renda	71,6%	27,0%	1,4%	100,0%		% Renda	50,0%	50,0%	0,0%	100,0%
	% ICS	50,5%	22,2%	20,0%	37,0%		% ICS	25,7%	30,0%	0,0%	27,0%
	% Total	26,5%	10,0%	0,5%	37,0%		% Total	13,5%	13,5%	0,0%	27,0%
Acima de R\$ 50.000,00	Contagem	36	60	4	100	Acima de R\$ 50.000,00	Contagem	26	41	4	71
	% Renda	36,0%	60,0%	4,0%	100,0%		% Renda	36,6%	57,7%	5,6%	100,0%
	% ICS	34,3%	66,7%	80,0%	50,0%		% ICS	24,8%	45,6%	80,0%	35,5%
	% Total	18,0%	30,0%	2,0%	50,0%		% Total	13,0%	20,5%	2,0%	35,5%
TOTAL	Contagem	105	90	5	200	TOTAL	Contagem	105	90	5	200
	% Renda	52,5%	45,0%	2,5%	100,0%		% Renda	52,5%	45,0%	2,5%	100,0%
	% ICS	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		% ICS	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% Total	52,5%	45,0%	2,5%	100,0%		% Total	52,5%	45,0%	2,5%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os aspectos observados na Tabela 63 estão relacionados com a quantidade de canais de comercialização e a quantidade de organizações com as quais as unidades familiares têm relações sociais, sendo comparados com as faixas de ICS levantadas.

É levado a crer que devido a complexibilidade do processo de comercialização, é exigido dos agricultores estratégias de como, quando e a quem vender seus produtos, criando organizações e diversificando canais, identificando que essa diversificação tem relação com o ICS das unidades, sendo identificado que unidades que apresentam somente 1 canal de comercialização foram relacionadas normalmente a um baixo ICS. A partir da constatação de aumento de possibilidades de comercialização com relação a diversidade de canais, a concentração passou a ser na faixa de médio ICS com casos de unidades, ocasionalmente apresentando alto ICS.

Quanto à disposição dos membros dessas unidades em formar laços de integração social, percebeu-se uma relação com baixo ICS de unidades que indicaram apresentar integração social com nenhuma ou uma única entidade. A partir da integração com 2 a 3 entidades, há a constatação de uma distribuição entre os níveis baixos e médio de ICS. A

concentração em nível médio do ICS só foi constatada em unidades que apresentam integração social relacionadas a mais de 3 entidades, considerando essa possibilidade também foi constatado algumas unidades relacionadas a um alto nível do ICS.

Tabela 63 – ICS – Índice de Capital Social por critério de avaliação das unidades familiares da Costa Oeste Paranaense em relação aos canais de comercialização e integração social

Canais de comercialização					Integração social						
	Baixo ICS	Médio ICS	Alto ICS	TOTAL		Baixo ICS	Médio ICS	Alto ICS	TOTAL		
1 canal	Contagem	59	5	0	64	Contagem	31	4	0	35	
	% Canais	92,2%	7,8%	0,0%	100,0%	De 0 a 1 entidade	% Integra	88,6%	11,4%	0,0%	100,0%
	% ICS	56,2%	5,6%	0,0%	32,0%	% ICS	29,5%	4,4%	0,0%	17,5%	
	% Total	29,5%	2,5%	0,0%	32,0%	% Total	15,5%	2,0%	0,0%	17,5%	
De 2 a 3 canais	Contagem	41	69	3	113	De 2 a 3 entidades	Contagem	56	41	0	97
	% Canais	36,3%	61,1%	2,7%	100,0%	% Integra	57,7%	42,3%	0,0%	100,0%	
	% ICS	39,0%	76,7%	60,0%	56,5%	% ICS	53,3%	45,6%	0,0%	48,5%	
	% Total	20,5%	34,5%	1,5%	56,5%	% Total	28,0%	20,5%	0,0%	48,5%	
Acima de 3 canais	Contagem	5	16	2	23	Acima de 3 entidades	Contagem	18	45	5	68
	% Canais	21,7%	69,6%	8,7%	100,0%	% Integra	26,5%	66,2%	7,4%	100,0%	
	% ICS	4,8%	17,8%	40,0%	11,5%	% ICS	17,1%	50,0%	100,0%	34,0%	
	% Total	2,5%	8,0%	1,0%	11,5%	% Total	9,0%	22,5%	2,5%	34,0%	
TOTAL	Contagem	105	90	5	200	TOTAL	Contagem	105	90	5	200
	% Canais	52,5%	45,0%	2,5%	100,0%	% Integra	52,5%	45,0%	2,5%	100,0%	
	% ICS	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	% ICS	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% Total	52,5%	45,0%	2,5%	100,0%	% Total	52,5%	45,0%	2,5%	100,0%	

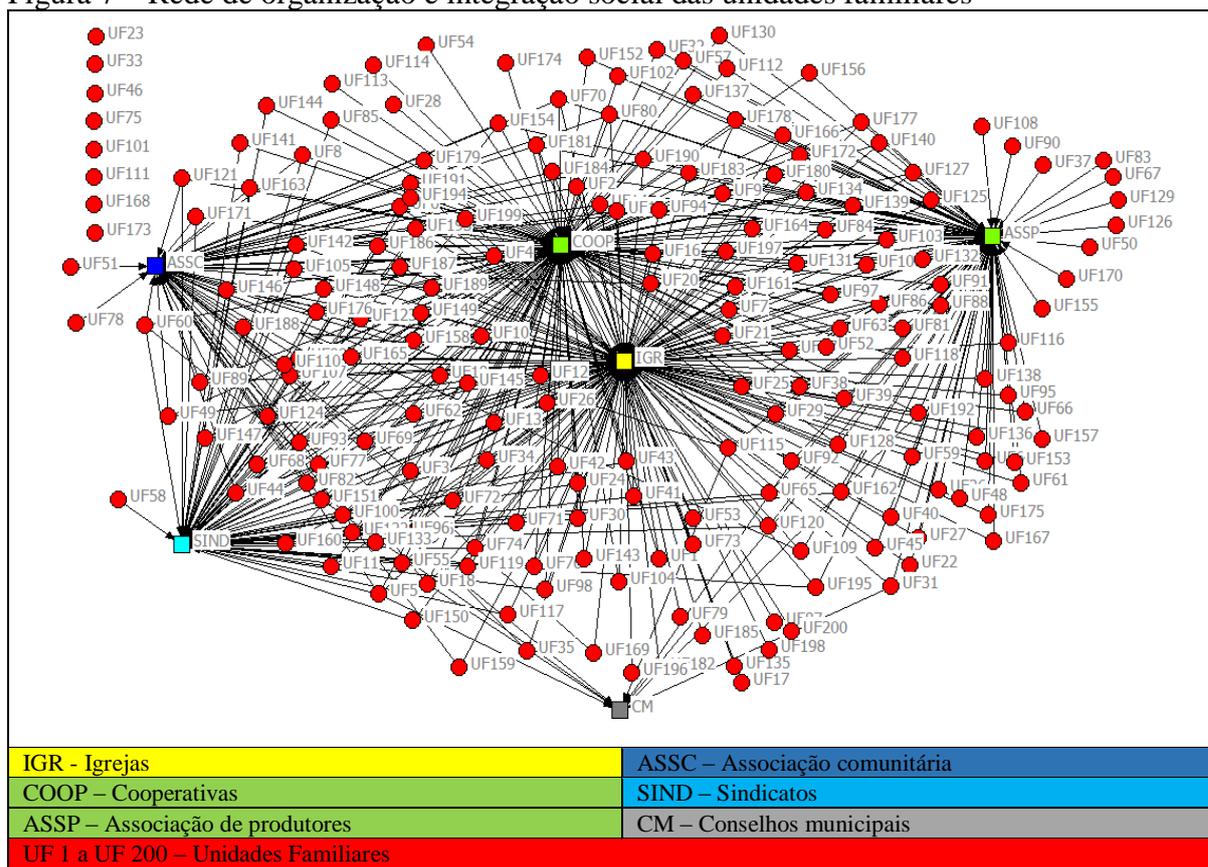
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Em virtude do que foi mencionado, construiu-se na Figura 7 a rede de organização e integração social das unidades familiares com a identificação das entidades relacionadas, constatando-se uma rede forte de integração social com as instituições religiosas e cooperativas, apresentando-se como redes densas e centrais nessas unidades.

As associações de produtores aparecem com participação importante e forte, seguida pelas associações comunitárias e sindicatos com indícios de enfraquecimento da rede, pois não se inter-relacionam significativamente. A rede fraca encontrada nestas unidades está relacionada com a participação e representação dos produtores nos conselhos municipais, este tipo de participação em espaços institucionais fortalece a criação e manutenção de políticas públicas relacionadas à agricultura familiar.

O capital social e as redes formadas são significativas bases para a emergência e a manutenção da coesão social, políticas públicas ganham impulsionadores a partir da existência de coesão social, isto é, quando o sentimento de pertencimento e a confiança nas instituições se convertem em aceitação das normas participativas e em desejo de participação em decisões e projetos coletivos (SANTOS, 2014).

Figura 7 – Rede de organização e integração social das unidades familiares



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Sobre a existência de capital social na pluriatividade e na agroindustrialização, com características já citadas anteriormente, na Tabela 64 estas duas características foram relacionadas com as respectivas classes de ICS, contribuindo para a análise de que unidades pluriativas apresentam ICS concentrados na classe média e com existência de ICS alto em poucas unidades, já o ICS de unidades sem a presença de pluriatividade a concentração identificada foi de baixo ICS.

Quanto aos processos de agroindustrialização, esses apresentaram características semelhantes aos da existência de pluriatividade, unidades que não apresentam esse processo concentram-se em maior participação no baixo ICS, quando ocorre processo de agroindustrialização, há um acréscimo na participação dentro das faixas de médio e alto ICS.

De acordo com Rocha (2016), as atividades pluriativas associadas ao capital social estrategicamente asseguram a permanência do agricultor familiar no campo, pois aumentam a renda familiar e garantem aos pluriativos acesso a elementos que estes consideram necessários para uma melhora na qualidade de vida, contribuindo tanto para a manutenção da unidade de produção e reprodução familiar, pois destina-se a renda não agrícola, assim como para a aquisição de produtos e equipamentos agrícolas.

Tabela 64 – ICS – Índice de Capital Social por critério de avaliação das unidades familiares da Costa Oeste Paranaense em relação a existência de pluriatividade na unidade e possuir processo de agroindustrialização

Variáveis					Variáveis						
		Baixo ICS	Médio ICS	Alto ICS	TOTAL		Baixo ICS	Médio ICS	Alto ICS	TOTAL	
Não apresenta pluriatividade	Contagem	80	57	0	137	Não possui agro-industrialização	Contagem	81	59	1	141
	% Pluri	58,4%	41,6%	0,0%	100,0%		% Agroind.	57,4%	41,8%	,7%	100,0%
	% ICS	76,2%	63,3%	0,0%	68,5%		% ICS	77,1%	65,6%	20,0%	70,5%
	% Total	40,0%	28,5%	0,0%	68,5%		% Total	40,5%	29,5%	,5%	70,5%
Apresenta pluriatividade	Contagem	25	33	5	63	Possui agro-industrialização	Contagem	24	31	4	59
	% Pluri	39,7%	52,4%	7,9%	100,0%		% Agroind.	40,7%	52,5%	6,8%	100,0%
	% ICS	23,8%	36,7%	100,0%	31,5%		% ICS	22,9%	34,4%	80,0%	29,5%
	% Total	12,5%	16,5%	2,5%	31,5%		% do Total	12,0%	15,5%	2,0%	29,5%
TOTAL	Contagem	105	90	5	200	TOTAL	Contagem	105	90	5	200
	% Pluri	52,5%	45,0%	2,5%	100,0%		% Agroind	52,5%	45,0%	2,5%	100,0%
	% ICS	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		% ICS	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% Total	52,5%	45,0%	2,5%	100,0%		% Total	52,5%	45,0%	2,5%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Após o levantamento e análise das variáveis anteriores, construiu-se com as informações relacionadas a população da pesquisa o teste de normalidade desses dados. Conforme os resultados da Tabela 65, pode-se verificar que de acordo com o nível de significância ($\alpha = 0,05$) onde (Sig. > 0,05) representa normalidade nos dados ou (Sig. $\leq 0,05$) não há normalidade nos dados, todas as variáveis analisadas não apresentaram uma distribuição normal, ou seja, deduz-se que há uma alta variação nas distribuições das variáveis consideradas.

Tabela 65 – Teste de normalidade de variáveis

Variáveis	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
ICS	,078	200	,005	,985	200	,033
Tamanho da Família	,233	200	,000	,886	200	,000
Idade média da família	,077	200	,006	,972	200	,000
Membros com ensino méd/sup	,210	200	,000	,861	200	,000
Quantidade de MOB contratada	,488	200	,000	,389	200	,000
Quantidade de MOB contratada dd/aa	,458	200	,000	,287	200	,000
Número de atividades	,175	200	,000	,885	200	,000
Tamanho da área em ha	,158	200	,000	,779	200	,000
Renda total	,164	200	,000	,780	200	,000
Renda agrícola	,195	200	,000	,754	200	,000
Renda extra agrícola	,393	200	,000	,610	200	,000
Qtde de canais de comercialização	,244	200	,000	,850	200	,000
Qtde entidades de integração social	,170	200	,000	,945	200	,000

*. Este é um limite inferior da significância verdadeira. / a. Correlação de Significância de Lilliefors

Teste de Normalidade com $\alpha = 0,05$

H0: se p-valor > 0,05 aceita-se a hipótese nula, ou seja, há normalidade nos dados;

H1: se p-valor $\leq 0,05$ recusa-se a hipótese nula, ou seja, não há normalidade nos dados.

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Devido a não apresentação de normalidade pelas variáveis analisadas em suas respectivas distribuições, foram utilizados testes de correlação não-paramétricos, considerando para a interpretação dos resultados da correlação linear os intervalos descritos no Quadro 9.

Quadro 9 – Interpretação dos resultados de correlação

Direção da Correlação	Intervalo	Interpretação
Positiva correlação entre as variáveis na mesma direção	Acima de 0,900	Muito forte
	0,700 a 0,890	Forte
Negativa correlação entre as variáveis em direções opostas	0,500 a 0,690	Moderada
	0,300 a 0,490	Fraca
	0 a 0,290	Desprezível

Fonte: Organizado de Kazmier (2007)

Na Tabela 66, de acordo com a matriz de correlação, identificou-se que somente as variáveis “Quantidade de mão de obra contratada” e “Quantidade de mão de obra contratada dd/aa” não tem correlação significativa com o ICS. Interpretando-se as variáveis indicadoras de ICS vinculadas a família, foram encontradas correlações significativas, sendo positivas e moderada na variável “Tamanho da família” (,619**) e fraca na variável “Membros com ensino méd/sup” (,435**), indicando que a maior quantidade de membros residentes e o nível de escolaridade destes são fatores que contribuem para o aumento do ICS, porém, quando a correlação é feita com a variável “Idade média da família” (-,436) a correlação também é significativa, porém negativa fraca.

Desse modo verifica-se que a potencialização de capital social está relacionada com famílias com idade médias mais baixas, comprometendo o ICS quando há membros com idades mais elevadas, possivelmente relacionado ao atraso educacional dos mais velhos, famílias com somente o casal residente e baixa integração social.

As variáveis relacionadas com a propriedade e renda apresentaram correlações significativas fracas com o ICS, indicando que nas unidades estudadas em que existe maior “Número de atividades” (,0319**) e quantidade maior de área em “Tamanho em ha” (,254**) também existe a elevação do ICS, ocorrendo o mesmo processo com a renda dessas propriedades, quanto a “Renda extra agrícola” (,260**), “Renda agrícola” (,328**) e consequentemente “Renda total” (,351**), demonstrando um crescimento concomitante entre as variáveis de renda e o ICS.

Igualmente importante são as variáveis “Canais de comercialização” (,555**) e “Integração social” (,631**), as quais apresentaram correlação significativa positiva com o ICS. Primeiramente sobre os canais de comercialização, sabe-se que as relações entre os agentes

potencializam o capital social, dessa forma existe a comprovação de que a quantidade e diversificação de canais de comercialização nestas unidades tem correlação com o ICS; em seguida a integração social, que representa relações sociais responsáveis pelo fortalecimento de processos de desenvolvimento desses agricultores.

Tabela 66 – Correlações da variável ICS – Indicador de Capital Social das unidades familiares

Variáveis		ICS	Variáveis		ICS
tau_b de Kendall	ICS	1,000	rô de Spearman	ICS	1,000
	Tamanho da Família	,479**		Tamanho da Família	,619**
	Idade média da família	-,299**		Idade média da família	-,436**
	Membros com ensino med/sup	,336**		Membros com ensino méd/sup	,435**
	Quantidade MOB contratada	,056		Quantidade MOB contratada	,068
	Quantidade MOB contratada dd/aa	,066		Quantidade MOB contratada dd/aa	,080
	Número de atividades	,251**		Número de atividades	,319**
	Tamanho em ha	,179**		Tamanho em ha	,254**
	Renda total	,253**		Renda total	,351**
	Renda agrícola	,234**		Renda agrícola	,328**
	Renda extra agrícola	,207**		Renda extra agrícola	,260**
	Canais de comercialização	,445**		Canais de comercialização	,555**
Integração social	,511**	Integração social	,631**		

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades). / * . A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Pode-se verificar nesse estudo que o capital social está totalmente relacionado com o desenvolvimento rural sustentável, principalmente quando trata da concepção errônea de que o meio rural somente está relacionado com a produção agrícola. O fortalecimento do capital social dos territórios é indispensável para o desenvolvimento rural, através da manutenção das relações sociais e pela compreensão da diversidade encontrada na agricultura familiar.

Vários pontos tratados na composição do ICS destas unidades têm relação com as dimensões básicas para estratégias orientadas ao DRS relatadas por Costabeber e Caporal (2003):

- Na dimensão ecológica pode-se relacionar a potencialidade e produção em bases agroecológicas identificadas nas unidades familiares, capazes de promover a preservação e conservação dos recursos naturais considerando as atuais e futuras gerações;
- Quanto a dimensão social do DRS, pela necessidade de reprodução social da agricultura familiar, pode-se novamente relacionar as práticas agroecológicas, primeiramente pela produção e consumo de alimentos saudáveis, os quais trazem benefícios não somente para quem os produz, mas do mesmo modo para os diversos

segmentos da sociedade, criando novas formas de relacionamento do meio ambiente e a sociedade com o propósito de melhoria na qualidade de vida, conectando a dimensão ecológica com a social, sem prejuízo à dimensão econômica;

- c) Em relação a dimensão econômica, foram identificadas nas unidades familiares estratégias na busca de resultados econômicos positivos, representados pela combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, reconfiguração da produção e comercialização da produção pela existência de agroecologia e agroindustrialização, agregando valor aos produtos e criando oportunidades através de circuitos curtos de mercadorias que potencializam as relações sociais;
- d) Na dimensão cultural, foram encontradas características relacionadas ao capital humano, pelas competências, conhecimentos e habilidades dos mais antigos, que devem ser analisadas nos processos sucessório; preservando as práticas hoje presentes nestas unidades em relação a produção e comercialização como estratégia de fortalecimento das relações sociais e ações coletivas;
- e) Em relação aos processos participativos e democráticos, característicos da dimensão política do DRS, a participação social está presente na unidades estudadas com participação mais efetiva em entidades religiosas, cooperativas e associações, porém sem evidência de alto protagonismo, principalmente quando relacionado a participação em conselhos municipais de desenvolvimento, havendo necessidade de incentivo para uma maior efetividade na representação perante o Estado, em relação aos seus interesses e necessidades;
- f) Para a dimensão ética, é necessário um estudo destas unidades direcionada as suas práticas de relação social, verificando os níveis de solidariedade em relação as gerações atuais e que possam ser repassadas ou incorporadas pelas gerações futuras, principalmente em relação ao comprometimento com a preservação do meio ambiente.

Os resultados do estudo cumpriram com o seu objetivo, primeiramente pelo levantamento das características formadoras e potencializadoras de capital social encontradas nas unidades familiares, onde variáveis relacionadas a família, vinculadas ao seu tamanho, existência e permanência dos filhos na propriedade, faixas etárias, pluriatividade e acesso a ensino, comprovaram que há e haverá mudanças nos padrões sucessórios, podendo comprometer a transferência dos aspectos culturais da agricultura familiar; a presença de capital humano foi constatada, tanto pela existência de membros com acesso a ensino ou pela

identidade cultural que pode ser vinculada aos membros mais antigos, onde algumas famílias apresentam características pluriativas que podem auxiliar em sua reprodução social.

Com relação a integração social dos membros das unidades familiares, identificou-se que o ICS foi potencializado pela participação em entidades religiosas, cooperativas e associações, variáveis importantes na composição do índice. Não foram significativos para a composição do indicador a participação em sindicatos ou exercício de funções de destaque nessas organizações, podendo inferir que a baixa representação política através da participação em conselhos municipais de desenvolvimento compromete a idealização de políticas públicas efetivas para a agricultura familiar.

As variáveis relacionadas a produção e comercialização foram importantíssimas na composição do ICS, principalmente pelas práticas agroecológicas encontradas nessas unidades, identificando um fortalecimento das relações sociais através da diversificação dos canais de comercialização e sua relação com circuitos curtos e mercados locais e a diversificação da produção para além das *commodities*; com menos destaque apareceu a presença da agroindustrialização, como variáveis deficitárias foram encontradas a falta de assistência técnica especializada e a baixa adesão aos mercados institucionais pelas unidades familiares.

Encontrou-se o ICS geral de 0,4860 considerado baixo pela escala utilizada, porém é representativo o número de unidades com indicadores médios e unidades que estão na faixa de transição de baixo para médio, havendo a possibilidade de intervenção através de políticas públicas e assistência técnica de maneira pontual relacionadas as variáveis com baixa representatividade na formação do ICS.

Por fim, em resposta à pergunta do estudo, constatou-se que o comportamento do indicador de capital social se relaciona com maior força com a pluriatividade, existência de capital humano, participação e integração social em entidades religiosas, cooperativas e associações; práticas agroecológicas, diversificação dos canais de comercialização. E, com menos força, foram os processos sucessórios que podem comprometer a transferência dos aspectos culturais, baixo protagonismo dos membros em funções nas entidades de integração social, pouca representação política através da participação em conselhos de desenvolvimento, a falta de assistência técnica e baixa adesão aos mercados institucionais.

Neste sentido, quanto maior é o índice de capital social encontrado nas unidades familiares, maior é a possibilidade de que se encontre também a conciliação com as dimensões básicas do DRS, dentro do contexto ambiental, social, econômico, cultural, político e ético.

6.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo discutiu-se o tema capital social no contexto da agricultura familiar para o desenvolvimento rural sustentável, com o intuito de fortalecer o capital social do território da Costa Oeste Paranaense, contribuindo assim para novas estratégias de desenvolvimento dessa categoria, tanto econômico como ambiental, com a finalidade de garantir a sua reprodução social.

Foram levantadas características formadoras e potencializadoras do ICS – Índice de capital social. No núcleo familiar, encontrou-se pluriatividade e existência de capital humano capazes de promover capital social, porém a mudança nos processos sucessórios pode comprometer a transferência dos aspectos culturais nas unidades estudadas.

O ICS foi potencializado pela participação e integração social dessas unidades em entidades religiosas, cooperativas e associações, porém não foram evidentes o protagonismo dos membros em funções nessas entidades, bem como um nível baixo de representação política através da participação em conselhos de desenvolvimento rural.

Quanto a produção e comercialização, o ICS foi intensificado pelas práticas agroecológicas e pela diversificação dos canais de comercialização e da produção, além, das *commodities*, destaque para as modalidades de vendas relacionadas aos circuitos curtos de comercialização, a falta de assistência técnica e baixa adesão aos mercados institucionais que devem ser alvo de análise de acordo com os dados encontrados.

Para novos estudos, sugere-se a reaplicação do método após o período de atendimento da Biolabore - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná, findo em 04/2018, para a verificação das alterações na caracterização socioeconômica dessas unidades e as contribuições da assessoria efetuada na difusão de práticas agroecológicas e agroindustriais e no fortalecimento de associações e cooperativas e do capital social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Reforma agrária, v. 28, n. 1, p. 2, 1998.

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. In: EIICONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA, 4., Porto Alegre, jun. 1999.

ÁGUAS PARANÁ – Instituto das Águas do Paraná. **Plano de Bacia Hidrográfica do Paraná 3 – Características Gerais: Produto 1**. 2014. Disponível em <http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/Parana_3/plano_de_bacia/Produto_01_Caracteristicas_Gerais_da_Bacia_BP3_2014_v07_Final.pdf>. Acessado em 16 dez 2019.

ALBAGLI, S.; MACIEL, M.L. **Capital social e empreendedorismo local**. Projeto de Pesquisa Políticas para Promoção de Sistemas Produtivos Locais de MPME Brasileiras. Rio de Janeiro: UFRJ/IE – RedeSist – FINEP – SEBRAE, 2002. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/rede>. Acesso em 10 out 2020.

ALENTEJANO, P. R. **As relações campo-cidade no Brasil do século XXI**. Revista de Políticas Públicas, v. 7, n. 2, p. 303-325, 2015.

ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável**. UFRGS, 1995.

ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V.; COSTA, M. R. C. **Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar**. XLIV Congresso SOBER. Fortaleza, jul de 2006.

AZEVEDO, J. F. **Capital cultural e território: os nós, os laços e a trama das redes de agricultores familiares do município de Nossa Senhora da Glória - SE**. 2015. 256 f. Tese (Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFS-2_f30c7cd7082f0a730994cf36a0b6fd57. Acesso em 10 out 2020.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Capital social, governança e desenvolvimento da agricultura: um ensaio analítico**. Departamento de Economia da Faculdade de Economia, administração e contabilidade. USP/Campus de Ribeirão Preto, 2008.

BIOLABORE - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná. **Projeto de Agricultura Orgânica na BP3**, 2018.

BOURDIEU, P. **Le Capital Social: notes provisoires**. Actes de la recherche en sciences sociales, v. 31, n. 1, p. 2-3, 1980.

BOURDIEU, P. **O Capital Social - notas provisórias**. NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. Escritos de Educação. Petrópolis, 1998.

CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. **Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias de agricultores: novas bases interpretativas para repensar o desenvolvimento rural**. Florianópolis, 2002.

COLEMAN, J. S. **Social capital in the creation of human capital**. American journal of sociology, v. 94, p. S95-S120, 1988.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. **Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável**. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, p. 157-194, 2003.

D'ARAUJO, M. C. **Capital social**. Zahar, 2003.

DEGGERONE, Z. A.; DA SILVA LAROQUE, L. F.; BARDEN, J. E. **Agricultura familiar: o trabalho dos jovens na gestão e reprodução de um modo de vida na região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul**. Boletim Goiano de Geografia, v. 34, n. 2, p. 367-379, 2014.

DE MOURA, J. T.V. **Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRS) e a construção democrática: esfera pública de debate entre agricultores familiares e o estado?** Organizações rurais & agroindustriais, v. 9, n. 2, p. 241-255, 2007.

ELESBÃO, I. **O espaço rural brasileiro em transformação**. Finisterra, v. 42, n. 84, 2007.

GALVÃO, C. A., PIMENTA, L. F. D., PEREIRA, V. D. F., DUARTE, M. D. S. **Capital social e acesso ao crédito na agricultura familiar**. UNB, Brasília, 2006.

KAZMIER, L. J. **Estatística aplicada à administração e economia**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

KHAN, A. S.; SILVA, L. M. R. **Avaliação do Projeto São José no Estado do Ceará: Estudo de Caso**. UFC/CCA/DEA, Fortaleza, Ceará, 2002.

LEFF, E. **Agroecologia e saber ambiental. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**. v. 3, n. 1, p. 36-51, Porto Alegre, 2002.

LEIS, L. P.; CAVALCANTE, C. M. **Capital Social e suas Divergências Conceituais**. Revista Estudo & Debate, v. 26, n. 1, 2019.

MATTEI, L. **O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo**. Revista Econômica do Nordeste, v. 45, n. 2, p. 1-9, 2014.

MILANI, C. R. S. **Nem cola, nem lubrificante sociológico, mas campo eletromagnético: as metáforas do Capital Social no campo do desenvolvimento local**. REDES: Revista do Desenvolvimento Regional, v. 12, n. 1, p. 195-224, 2007.

NIEDERLE, P. A.; GRISA, C. **Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura Familiar**. Cuadernos de Desarrollo Rural, v. 5, n. 61, p. 28-28, 2008.

PORTES, A. **Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea**. Sociologia, problemas e práticas, n. 33, p. 133-158, 2000.

RIBEIRO, I.; FERNANDES, E.; RIBEIRO, H. **A importância do capital social para o desenvolvimento de uma região**. Revista RURIS, v. 6, n. 1, 2012.

ROCHA, G. S. **Capital Social, pluriatividade e desenvolvimento local: tratos e retratos no sudoeste da Bahia**. 2016. 325 f. Tese (Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFS-2_dcbdc50df5faad3f560f705860133894. Acesso em 15 out 2020.

ROCHA, J. H. **Agricultura Familiar e Mercados Institucionais (protegidos): estudo sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (CPR Doação) em Boa Vista, Roraima**. 2015. 341f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPL_d28961969b5a164d7953d54d1688002c. Acesso em 15 out 2020.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**. Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba, n. 2, p. 47-62, 1994.

SANTOS, L. L. **Capital Social e redes: uma análise do programa de aquisição de alimentos da Agricultura Familiar**. 2014. 151 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPG_f4263809b3bc74de93647f0675dd2be6. Acesso em 15 out 2020.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil**. Estudos sociedade e agricultura, 2001.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestão de políticas**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 44, Fortaleza, CE. Fortaleza, CE: SOBER, P. 1-20, 2006.

SCHNEIDER, S. **Mercados e agricultura familiar. Construção de Mercados e Agricultura Familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 93-140, 2016.

SILVA, C. da; SIMIONI, F. J.; TALAMINI, E. **Fatores determinantes da renda de famílias rurais do município de Paineira-SC**. Revista Teoria e Evidência Econômica, v. 15, n. 32, 2009.

STOFFEL, J. A.; COLOGNESE, S. A. **Desempenho Socio-econômico e Organização Produtiva da Agricultura Familiar no Oeste Do Paraná**. Encontros da SOBER, p. 1-13, 2005.

ZONIN, W. J. **Transição agroecológica: modalidades e estágios na região metropolitana de Curitiba**. 2007. 278 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. UFPR. Curitiba, 2007. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/12095>. Acesso em 15 out 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS

No presente estudo foram analisados temas relevantes relacionados à agricultura familiar, com uma análise sobre a presença de capital social e seus principais indicadores, o qual contribuiu para demonstrar a influência desta categoria no espaço rural e para o desenvolvimento do território da Costa Oeste Paranaense.

No primeiro capítulo, de acordo com a análise bibliométrica sobre a temática Capital Social no contexto da agricultura familiar, identificou-se as várias contribuições dos estudos e as lacunas de pesquisas sobre o tema. A grande maioria dos trabalhos tratou das políticas públicas para os agricultores familiares, e a partir disso, constatou-se que se faz importante a execução de projetos e estudos que avaliem e busquem maior articulação e diálogos entre os programas e os atores/instituições, considerando as especificidades do público (agricultores familiares) e do ambiente de implantação (meio rural), contribuindo assim para o aprimoramento de políticas. Outro aspecto relevante é que a região sul não foi amplamente estudada.

Na discussão sobre as interações das unidades familiares com o território, objetivo do segundo capítulo, foi constatada a necessidade de reflexão sobre a perspectiva de sucessores, devido à baixa concentração de membros residentes encontrada. Identificou-se a pluriatividade nas unidades, onde o trabalho e renda não estão somente relacionadas as atividades agrícolas. O convívio e a participação em organizações sociais apresentaram fortes ligações com as entidades religiosas, cooperativas e associações, reflexos estes do território onde se encontram, onde essas famílias se transformam, mudam e se adequam conforme a sua realidade e suas convivências.

As relações encontradas com a nova ruralidade, conforme o terceiro capítulo, dizem respeito a composição familiar, as características de processo de envelhecimento entre seus membros, oportunidade educacional aos mais jovens, porém, com processo de atraso para as gerações mais antigas. Não existe dedicação considerável de mão de obra dos jovens a propriedade, estas mais evidentes aos mais velhos, existindo homogeneidade de variâncias entre as médias entre dois grupos (homens e mulheres), tanto quanto a idade dos agricultores, quanto aos dias dedicados a propriedade. Ressalta-se os indícios de pluriatividade, porém a aposentadoria aparece como a principal renda extra agrícola nessas famílias.

A produção agrícola das unidades familiares tem relação com a sua identidade social, em virtude disso, no quarto capítulo, foram observados os aspectos de suas interações, considerando a sua heterogeneidade e características regionais. Identificou-se qual a dinâmica

destas famílias com a sua propriedade e o que foi constatado é que são, predominantemente, unidades compostas por pequenas áreas, habitualmente pertencentes aos próprios agricultores, com baixos níveis de assistência técnica, apresentam geralmente poucos membros residentes, utilizam-se normalmente de práticas agrícolas convencionais, porém é expressivo o número de unidades que indicaram possuir área com práticas agroecológicas ou processo de conversão.

São inúmeras as interações produtivas e processos de agroindustrialização. Identificou-se a especialização produtiva relacionada as atividades da bovinocultura leiteira e a olericultura, quanto as redes produtivas principais destacam-se as atividades da bovinocultura leiteira, olericultura, avicultura de corte, fruticultura, milho e soja.

Tendo em vista os aspectos mencionados em relação a produção destas unidades, houve a necessidade de verificação dos processos de comercialização e os níveis de renda dessas unidades, objetivo do quinto capítulo, onde foi identificada a existência de várias redes fortes de comercialização vinculadas a mercados locais (feiras e vendas diretas), a mercados institucionais (compras governamentais) e a mercados convencionais (laticínios e cooperativas), com produtos originados de práticas agrícolas convencionais. Contudo, foi constatada a presença de práticas agroecológicas nas unidades através de cultivos orgânicos e em conversão, estes direcionados as cadeias curtas de comercialização.

A atividade leiteira, a produção de *commodities* e a olericultura foram apontadas como as principais atividades geradoras de renda agrícola, além disso, as rendas extras agrícolas e de aposentadoria também foram identificadas, com importante papel na renda total dessas unidades. Identificou-se que a probabilidade dos maiores níveis de renda agrícola tem relação com o maior número de atividades exercidas, com o tamanho de área mais elevado, com a maior quantidade de membros residentes e que possuem diversificação de canais e cadeias de comercialização.

No sexto e último discutiu-se o tema capital social no contexto da agricultura familiar para o desenvolvimento rural sustentável, indicando que quanto maior é o índice de capital social encontrado nas unidades, maior é a possibilidade de que se encontre também a conciliação com as dimensões básicas do DRS, dentro do contexto ambiental, social, econômico, cultural, político e ético.

Como características formadoras e potencializadoras do ICS – Índice de capital social, encontrou-se pluriatividade e existência de capital humano; participação e integração social dessas unidades em entidades religiosas, cooperativas e associações; práticas agroecológicas e diversificação dos canais de comercialização e da produção. Há necessidade de estudos de variáveis de grande importância que compõem o ICS, por sua relevância em relação a

reprodução social das unidades, bem como em entender aos processos sucessórios e o comprometimento na transferência dos aspectos culturais da agricultura familiar; ou variáveis que apresentarem baixo desempenho, como o pouco protagonismo dos membros em funções nas entidades de organização e integração social; baixo nível de representação política através da participação em conselhos de desenvolvimento rural; falta de assistência técnica e pouca adesão aos mercados institucionais.

O presente estudo alcançou os objetivos propostos, contribuiu com a análise das características regionais da agricultura familiar na Costa Oeste Paranaense, tanto no âmbito familiar, na sua interação e organização social, produção e comercialização. Identificou quais destas características são formadoras e potencializadoras de capital social e suas relações com o desenvolvimento rural sustentável, encontrando o Índice de Capital Social (ICS) nessas unidades.

A partir da análise, pode-se inferir que há necessidade do desenvolvimento de ações e políticas públicas eficientes para o desenvolvimento local, garantindo a consolidação do desenvolvimento rural sustentável, principalmente nos aspectos que menos contribuíram para a composição do ICS, como a preocupação com os processos sucessórios, o baixo protagonismo em funções nas entidades de integração social, a pouca representação política através da participação em conselhos de desenvolvimento, a falta de assistência técnica e uma análise sobre as possibilidade de ampliação das unidades nos mercados institucionais.